



UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

IP - Instituto de Psicologia

EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Luciane Cristina Zanol Vieira

A FERRO E FOGO:

análise dos conflitos ambientais em Anchieta/ES

Rio de Janeiro

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Luciane Cristina Zanol Vieira

**A ferro e fogo:
análise dos conflitos ambientais em Anchieta/ES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Orientador:
Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro

2009

Vieira, Luciane Cristina Zanol.

A ferro e fogo: análise dos conflitos ambientais em Anchieta, ES/ Luciane Cristina Zanol Vieira. Rio de Janeiro, 2009.

230 f.:Il.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2009.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

1. Conflitos ambientais. 2. Estado. 3. Movimentos de Resistência. 4. Licenciamento ambiental.

I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa EICOS/Instituto de Psicologia. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: A ferro e fogo: análise dos conflitos ambientais em Anchieta

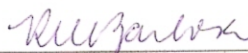
Autora: Luciane Cristina Zanol Vieira

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa EICOS/ Instituto de Psicologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:



Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro - Orientador
Doutor em Serviço Social (UFRJ)



Prof.ª Ruth Machado Barbosa
Doutora em Psicologia (UFRJ)



Dr. Victor de Araujo Novicki
Doutor em Ciências Sociais (Universidade Estácio de Sá)

Rio de Janeiro

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio e pelo amor incondicional.

Em especial, meus tios Nelson e Marília que me acolheram em sua casa. Raquel e Miguel pelo incentivo, ainda no processo de seleção para o mestrado, e também à Joana, que é um exemplo para mim.

Ao meu orientador, por abraçar o desafio comigo, pela compreensão e pelo estímulo constante.

Aos professores Roberto José Moreira (CPDA/UFRRJ) e Henri Acselrad (IPPUR/UFRRJ), que provocaram inquietações e questionamentos que sempre me acompanharão.

Aos membros da banca, Ruth Barbosa e Victor Novicki, que contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa e enriqueceram o trabalho com suas leituras e análises.

Aos amigos do EICOS e GPAPIS, com carinho à Frances e Eloise, dois presentes que o mestrado me deu.

A todos os professores e funcionários do EICOS/IP/UFRRJ, em especial Hilton Silva e Marta Irving.

Aos colaboradores e amigos do CTA pelo apoio e incentivo, aprendo sempre com vocês.

Ao Bruno, mesmo que no final do processo, deu o fôlego para finalizá-lo. E acredite que sem você, isso seria um dragão.

Aqueles de Anchieta/ES, que confiaram em mim para registrar uma parte da sua história.

EPÍGRAFE

"Tudo que é sólido desmancha no ar"

Marx & Engels

Manifesto Comunista

RESUMO

VIEIRA, Luciane Cristina Zanol. A ferro e fogo: análise dos conflitos ambientais em Anchieta/ES. Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

Nas últimas décadas, a questão ambiental vem sendo progressivamente discutida pela sociedade, porém ainda sem a devida problematização. Os impactos decorrentes da expansão de grandes empreendimentos industriais são comumente resumidos à “solução” via modernização tecnológica, desconsiderando, por exemplo, questões sociais e políticas. A localização desses empreendimentos articulados com interesse político acaba por agravar quadros de injustiça ambiental. Assim, as diferentes formas de apropriação e uso dos recursos naturais quando se chocam e vem à tona em espaço público, caracteriza o conflito ambiental. Para uma melhor investigação dos aspectos teóricos e sua análise em um exemplo real, buscou-se uma região em que os conflitos ambientais estivessem evidenciados e os movimentos populares de resistência iniciado sua articulação. A explicitação desses conflitos ambientais decorrentes da instalação de grandes empreendimentos pode ser observada na análise do caso de Anchieta/ES, cuja pesquisa tem o objetivo analisar a dinâmica dos conflitos ambientais nesse município, em especial referente à Baosteel. Como perspectiva teórico-metodológica foi adotada a teoria crítica analisada enquanto pesquisa qualitativa do tipo Estudo de Caso. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram pesquisa documental, bibliográfica e levantamento de meios de comunicação, observação participante, entrevista semi-estruturada, e análise de conteúdo. Com a premissa da dialética, buscou-se analisar constantemente a correlação entre as realidades local e global, bem como a atuação do Estado nas questões ambientais, em particular no caso estudado. Como resultado foi estabelecido uma trajetória das iniciativas de investimentos da siderúrgica chinesa Baosteel no Brasil em parceria com a Vale, bem como da atuação do Estado nesse contexto e dos movimentos de resistência. No caso estudado de Anchieta, foi retomado o projeto siderúrgico, porém com iniciativa somente da Vale. Foram explicitados os conflitos ambientais decorrentes desse processo como a tentativa de construção de barragens e exclusão de área de pesca, inviabilizando a atividade artesanal. Além disso, os impactos sociais e ambientais já vivenciados com a Terceira Usina da Samarco foram referenciais para outros grandes empreendimentos como algo a ser evitado pela população de Anchieta. É claro nesse processo o engajamento do Estado para efetivação das suas agendas e dos empreendimentos – a exemplo das viagens à China e implantação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – em detrimento da resistência da população e da carência de estrutura pública de forma geral. Algumas iniciativas do Estado para explicitação de conflitos foram identificadas como o Fórum de Ubu, do Ministério Público do Espírito Santo e as Comissões de Acompanhamento, propostas pelo Iema. A articulação de ONGs ambientalistas, associações de moradores e pescadores na publicização dos conflitos e questionamentos dos empreendimentos foi e é fundamental na busca não apenas por minimizar impactos, mas por justiça ambiental. Como conclusão final fica clara a necessidade de continuidade de discussão da realidade local para propor mudanças na/da sociedade, aumentando também a participação nos espaços públicos de debates e por tencionar a correlação de forças a que o Estado serve.

ABSTRACT

VIEIRA, Luciane Cristina Zanol. Iron and fire: analysis of environmental conflicts in Anchieta/ES. Orientation by: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS, 2009. Dissertation (Master in Community Psychosociology and Social Ecology).

In recent decades, the environmental issue is increasingly being discussed by society, but still without proper questioning. The impacts resulting from the expansion of large industrial enterprises are commonly summarized the "solution" through technological modernization, ignoring, for example, social and political issues. The location of these developments articulated with political interest ultimately worsens cases of environmental injustice. Thus, the different forms of ownership and use of natural resources when they collide and surfaces in public space, featuring environmental conflict. For a better investigation of the theory and its analysis in a real example, we sought a region where environmental conflicts were evident, and these movements of resistance began his joint. The explanation of these environmental conflicts arising from the installation of large developments can be seen in the analysis of the case of Anchieta/ES, whose research aims to analyze the dynamics of environmental conflicts in the county, especially regarding the Baosteel. As perspective model was adopted to critical theory as qualitative research examined the case study. The research instruments used were documentary research, survey of literature and media, participant observation, semi-structured interviews, and content analysis. With the premise of dialectic, we tried to constantly review the correlation between local and global realities, as well as State action on environmental issues, particularly in the case study. The result was down one path of investment initiatives of Baosteel in Brazil in partnership with Vale and the State action in this context and the resistance movements. In our case of Anchieta, resumed the steel project, but with only initiative of Vale. Has explained the environmental conflicts arising from this process as the attempt to build dams and exclusion of the fishery, inhibits the activity scale. Moreover, the social and environmental impacts already experienced with the Third Plant Samarco were references to other major developments as something to be avoided by the population of Anchieta. It is clear that the engagement of the State to materialize their agendas and developments - like trips to China and implementation of the Polo Industrial and Service de Anchieta - to the detriment of the resistance of the population and the lack of public infrastructure in general. Some initiatives of the State for clarification of conflicts were identified as the Forum of Ubu, by public prosecutor and the Monitoring Committee, proposed by IEMA. The articulation of environmental NGOs, residents associations and fishermen in the publicizing of conflicts and questioning of the projects was and is instrumental in seeking not only to minimize impacts, but environmental justice. As a final conclusion, a clear need for further discussion of the local reality to propose changes on/for society, as well as increasing participation in public debates and plans to the correlation of forces that the State serves.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Meios de comunicação escolhidos para levantamento de notícias.

Quadro 2: Participação em eventos enquanto observação participante.

Quadro 3: Perfil dos informantes-chave entrevistados.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

- 1** - Mapa do uso do solo do município de Anchieta.
- 2** – Mapas do Pólo Industrial sob a ótica do Plano de Governo do Espírito Santo 2025
- 3** – Localização do Pólo em relação ao Macrozoneamento estabelecido pelo PDM Anchieta.
- 4** – Localização da Estação Ecológica Municipal Papagaio em relação ao Pólo
- 5** – Localização do Monte Urubu em relação ao Pólo
- 6** – Localização da Lagoa de Mãe-Bá em relação ao Pólo
- 7** – Concentrações de Partículas Totais em Suspensão (PTS) – região de Anchieta e Guarapari – Situação Atual
- 8** – Concentrações de Partículas Totais em Suspensão (PTS) região de Anchieta e Guarapari e Piuma – Implantação do Pólo
- 9** – Fluxograma Licenciamento Ambiental – Espírito Santo
- 10** – Outdoor localizado na área onde será implantado o pólo industrial: CSV seria uma das empresas âncoras
- 11** – Divulgação do TAC Samarco. Ao lado anúncio do Prefeito de Anchieta em prol do Porto da Petrobras
- 12** – Faixa divulgando Consulta Pública da CSU em Guarapari
- 13** – Detalhe da faixa divulgando Consulta Pública da CSU em Guarapari. Apresentação da Proposta do Termo de Referência do Projeto da CSU.

LISTA DE SIGLAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
ALES – Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
AMA - Associação de Maricultores de Anchieta
APUP - Associação de Pescadores de Ubu Parati
APP – Área de Proteção Permanente
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico
CSV – Companhia Siderúrgica de Vitória
CSU – Companhia Siderúrgica de Ubu
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce (ou Vale)
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EEMP – Estação Ecológica Municipal Papagaio
FINDES – Federação de Indústrias do Estado do Espírito Santo
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDAF – Instituto de Defesa Agro-Florestal
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente
INCAPER – Instituto Capixaba de Extensão Rural e Pesquisa
INSS – Instituto Nacional de Segurança Social
IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MPES – Ministério Público Estadual
ONG – Organização (ões) Não Governamental (is)
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDM – Plano Diretor Municipal
PIB – Produto Interno Bruto
PMA – Prefeitura Municipal de Anchieta
PP – Pesquisa participante
PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RAC – Relatório Ambiental Preliminar
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SILCAP – Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
ZEE – Zoneamento Economia Ecológico
ZEI – Zona Exclusivamente Industrial

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	3
1.1 – Problematização e Justificativa.....	3
1.2 – Objetivos.....	8
1.3 – Referencial teórico-metodológico.....	8
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 – Relações globais-locais sobre a questão ambiental.....	11
2.2 – Paradoxo do papel do Estado na questão ambiental.....	16
2.2.1 – <i>Do Estado ideal ao real</i>	16
2.2.2 – <i>Estado e a questão ambiental</i>	22
2.2.1 – <i>Licenciamento Ambiental: proteção ambiental, prevenção ou empecilho?</i>	26
2.3 – Problemas e conflitos ambientais.....	39
2.4 – Movimentos de resistência e Justiça Ambiental.....	42
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	47
3.1 – Estudo de Caso.....	47
3.2 – Definição dos instrumentos de coleta de dados.....	48
3.2.1 – <i>Levantamento bibliográfico</i>	48
3.2.2 – <i>Observação participante</i>	49
3.2.3 – <i>Entrevistas qualitativas semi-estruturadas</i>	51
3.3 – Tratamento de dados.....	54
3.4 – Protocolo do Estudo de Caso.....	55
CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	57
4.1 – Quando os Conflitos vem à tona- caracterização social, econômica e ambiental de Anchieta/ES.....	58
4.2 – Pólo Industrial, Vale e Baosteel: histórias semelhantes em cenários diferentes.....	65
4.2.1. – <i>Primeira tentativa: o caso do Maranhão</i>	66
4.2.2 – <i>Não mudança de planos, apenas de local</i>	72
4.2.3 – <i>Empenho do Estado: viagens à China</i>	77
4.2.4 – <i>Havia uma pedra no meio do caminho...</i>	81
4.2.5 – <i>Desistir? Ledo engano</i>	84
4.3 – A (não) atuação do Estado.....	92
4.3.1 – <i>A visão do Estado: análise do Decreto de Instalação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta</i>	95
4.3.2 – <i>Avaliação Ambiental Estratégica: ação pró-Pólo Industrial</i>	99
4.3.3 – <i>Garantir a conservação.... do que e de quem?</i>	107
4.3.4 – <i>Iniciativas do Ministério Público Estadual: harmonia coercitiva</i>	111
4.3.5 – <i>Iniciativa do IEMA: Comissões de Acompanhamento de Condicionantes – paradigma da adequação</i>	115
4.4 – Estratégias de enfrentamento.....	119
4.4.1 – <i>Para início de conversa: PDM de Anchieta</i>	119
4.4.2 – <i>Mobilização de resistência</i>	123
4.4.3 – <i>Questões ambientais ou sociais?</i>	125
4.4.3.1 – <i>Questão da pesca</i>	127
4.4.3.2 – <i>Realocação de comunidades</i>	130

4.4.4 – <i>Busca contínua por justiça ambiental</i>	133
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

APÊNDICES

ANEXOS

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1 – Problematização e Justificativa

A questão ambiental é reconhecida, nos dias atuais, como essencial para a manutenção da vida na terra, abrangendo diversos grupos e segmentos da sociedade, incluindo os âmbitos político, cultural, social e econômico (LOUREIRO, 2006). Apesar de entremeado por questões sociais, a busca do equilíbrio ambiental é comumente realizada de forma despolitizada e reducionista, direcionando as *soluções* dos problemas ambientais às novas tecnologias ou à mudança comportamental, induzindo a um descolamento das relações sociais e de um determinado contexto histórico situacional. Diante disso, enfatiza-se a valorização dos recursos naturais enquanto alvo de disputa pelo uso, pressupondo consenso sobre o ambiente enquanto valor universal.

Frente ao mundo globalizado, onde a comunicação é facilitada e a informação largamente disponibilizada, considerando a realidade de que a maioria dos impactos ambientais é originada por grandes empreendimentos industriais (incorporados ao padrão hegemônico de desenvolvimento econômico voltado para o mercado e para a consolidação do poder das classes dominantes, das grandes corporações e dos países ditos centrais), registre-se que o viés tecnológico é visto ora como *perdição* (agravando a crise ambiental) e ora como *solução*, resumindo o debate ao desenvolvimento de tecnologias mais limpas. Não há questionamento de ordem ideológico-política e nem se vincula a extrema desigualdade socioeconômica mundial aos problemas ambientais.

A *solução* deve, então, visar mudança nas estruturas social, econômica e política, ao invés de tratar a questão ambiental como algo desconectado da sociedade ou *strito sensu* ao meio biótico, reforçado pelo paradigma de separação entre sociedade e natureza. Isto posto, o conceito de meio ambiente perpassa, assim, a relação “sociedade-natureza” na sua complexidade e totalidade, não podendo ser considerado isolado, uma vez que a sobrevivência da humanidade está associada à identificação e busca contínua por soluções de problemas ambientais.

Gonçalves (*apud* LOUREIRO, 2006, p. 64) conceitua ambiente enquanto “uma totalidade, que só se concretiza à medida que é preenchido por sujeitos com suas visões

de mundo”. Entendido assim, o meio ambiente assume caráter coletivo e a importância de sua conservação garante o direito a um ambiente de boa qualidade e ao uso dos recursos naturais de forma igualitária, considerando a satisfação de necessidades sociais, culturais e econômicas.

Diante da compreensão de ambiente como bem comum, são criados pelo Estado brasileiro instrumentos legais que visam garantir esse direito a todos os cidadãos e à humanidade de forma geral. Cabe lembrar que “meio ambiente” está definido na Constituição Federal Brasileira como um bem de uso comum e representa a defesa de direitos em favor da coletividade (HONNET, 1996). Assim, considerando as normas que regem um Estado-nação neste debate e o embate material e simbólico sobre as formas de apropriação e uso da natureza, a questão ambiental deve resultar na dignidade para todos e na conservação ambiental.

Isto deveria ser premissa para concessão de direito ao uso dos recursos ambientais e criação de áreas protegidas. No entanto, sua prática envolve diferentes interesses sobre o uso dos recursos naturais e conflitos para legitimar atividades em um mesmo território, sejam voltados à conservação, à produção de alimentos ou outras diferentes da idéia de proteção ambiental, tais como atividades industriais. É justamente esse um dos pontos abordados nesta pesquisa.

A alteração e modificação do meio, provocadas pelo trabalho e a relação metabólica estabelecida entre homem e natureza, criam os meios de vida e satisfazem as necessidades inerentes ao homem. Soma-se a isso a intensificação destas alterações e modificações em função do avanço tecnológico, do aumento da população e, principalmente, do padrão de consumo baseado no uso desregulado dos recursos naturais, culminando no modelo hegemônico de desenvolvimento econômico ora vigente.

Dessa maneira, esse dito “desenvolvimento” ocorre com base no uso da natureza, dos recursos naturais e também humanos. O modo de produção e o trabalho provocam mudanças na natureza e, na forma como é isso se dá – sistema capitalista hegemônico – resulta, na maioria das vezes em relações desiguais de apropriação destes recursos e impõe um ritmo vertiginoso de crescimento e renovação dos ciclos produtivos do capitalismo, “rompendo, assim, o equilíbrio dinâmico da natureza”

(MARX, 2006 *apud* LOUREIRO, 2007, p. 21). Esse aspecto negativo do metabolismo da sociedade-natureza acarreta problemas tanto de ordem social quanto ambiental.

No entanto, reconhecer o “ritmo” desse ciclo e o padrão de consumo “europeu ou americano” como ideal implicaria na exaustão dos recursos naturais, em função de um modelo de consumo excessivo, baseado em relações desiguais de produção. Diante disso, a questão ambiental acaba por ser discutida em escala global.

Contudo, reconhecer o problema ambiental como público pressupõe um determinado consenso em relação à questão ambiental naquilo que se refere ao interesse comum, algo difícil de obter em uma sociedade estruturalmente desigual e conflituosa, resultando em um verdadeiro hiato entre as legislações e a prática social brasileira. Isso ocasiona verdadeiras inversões de responsabilidade. Por exemplo, no caso das populações tradicionais, quando atingidas pelo avanço deste padrão econômico capitalista, são vistas pela maioria da sociedade como infratores ou agentes da degradação. O mesmo não acontece com as instituições que detêm o capital. Neste mesmo contexto, as indústrias, por mais devastadoras que possam ser do ponto de vista socioambiental, passam por um processo de negociação com os órgãos governamentais e, mediante compensações, suas atividades são licenciadas. Legalizadas, mas não necessariamente legitimadas.

A mudança de postura e papel do Estado ao longo dos tempos para o modelo neoliberal, bem como o processo de construção das políticas públicas - voltadas para a reprodução de benefícios das classes dominantes, contribuiu para esse quadro. Além disso, a capacidade de influenciar nas decisões do Estado com argumentos de produção de aspectos positivos para o bem comum enquanto gerador de emprego e renda fortalece uma parcela da população em detrimento de outra, amplia a ação do capital, bem como das desigualdades sociais. Ressalta, assim, as desiguais relações de poder, articulação política, ou mesmo a desarticulação e falta de controle social por parte da população.

As diferentes formas de apropriação e uso dos recursos naturais, quando se chocam e vem à tona em espaço público, caracterizam o conflito ambiental (ACSELRAD, 2004a, 2004b), sendo este tema explorado numa série de publicações (SABATINI, 1997; FUKS, 2001; ALONSO & COSTA, 2002, ALIER, 2007).

Assumir a existência do conflito não é, obrigatoriamente, negativo ou algo que se deva estabelecer a partir de uma relação dicotômica, uma vez que as relações de poder se tornam explícitas nas discussões para resolução dos conflitos. Não há um julgo de valor atribuído ao conflito como algo bom ou ruim. Isto é, de fato, inerente à sociedade e faz parte da sua estrutura. Ao explicitar o conflito, busca-se não apenas sua *solução*, mas o levante de debates e discussões entre as partes envolvidas reforçando o processo democrático, em especial na gestão de recursos naturais de uso comum e que deveriam, por princípio, atender à sociedade. Há um grande esforço em resolver os conflitos via uma “psicologia” do dissenso, por meio de cursos, manuais e treinamentos, despolitizando os conflitos e seguindo a metodologia “ganha-ganha”, o que oferece bons resultados para grupos articulados politicamente, com argumentação consolidada e para os locais em que os governos democráticos não tendem a favorecer uma parte da sociedade, assumindo a utopia de Estado neutro. Isto posto, ressalta-se uma passagem de Acsehrad (2004a, p. 10) sobre o estudo dos conflitos:

Estudar estes [...] conflitos é, por sua vez, para os envolvidos na busca dos processos mais democráticos de ordenamento do território, a ocasião de dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infra-estruturas urbanas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos.

A articulação de grupos sociais contrários ao movimento de desenvolvimento econômico hegemônico, a busca por uma oposição, questionando o ritmo e a tendência que se esforça em parecer “natural”, ritmo este que quer ser reconhecido como único caminho a ser seguido, é um dos pontos de investigação desta pesquisa, além de outras indagações que nortearam este trabalho, tais como: quais são as visões de mundo legitimadas a respeito da questão ambiental? Como são negociados os conflitos ambientais decorrentes das formas de apropriação e uso dos recursos naturais como meio de garantir a continuidade dos grupos sociais? Como se dá essa dinâmica? Quem são os envolvidos? Os grupos menos favorecidos economicamente e, muitas vezes, desmobilizados politicamente conseguem negociar (ou não) com o Estado? O fato de o conflito ser explicitado garante que será tratado considerando a realidade de cada grupo social?

Para uma melhor investigação dos aspectos teóricos e sua análise em um exemplo real, buscou-se uma área de estudo onde os conflitos ambientais estivessem evidenciados e os movimentos populares de resistência iniciado sua articulação. Esse é o quadro do município de Anchieta, litoral sul capixaba.

A escolha de Anchieta como área de estudo foi realizada baseada no fato de o município ter o maior PIB *per capita* do Estado e, apesar disso, não garantir boa qualidade de vida e justiça social para a população local. Esse quadro se agravou a partir do momento em que Anchieta foi incluída na agenda do Governo Estadual como pólo industrial. Atualmente, a Samarco Mineração S.A possui, operando neste município, três usinas de pelotização de minério de ferro, um porto para escoamento da produção e dois minerodutos (que atravessam uma das Unidades de Conservação – UC – do município). Encontram-se em processo de instalação um gasoduto, um porto da Petrobrás (outro empreendimento em uma UC: APA da Tartaruga), uma planta industrial para tratamento de gás natural (UTG Sul), bem como infraestrutura *offshore* para exploração e produção de hidrocarbonetos. Ainda está prevista a quarta de oito usinas da Samarco. Além disso, houve a sinalização para que fosse instalado o empreendimento da Vale, em conjunto com a quinta maior mineradora mundial, a chinesa Baosteel, porém isto não ocorreu. Ponto este de investigação desta pesquisa.

Acredita-se que as discussões dos conflitos ambientais a partir da atividade industrial junto a grupos sociais representativos no município possam contribuir para uma visão da realidade, tendenciando para uma transformação social ou mesmo para o fortalecimento de atividades tradicionais do município, como a pesca.

Outro fator que reforçou a escolha de Anchieta como área de estudo foi o fato deste município ter sido, anteriormente, objeto de pesquisa desta autora e de trabalhos produzidos por outras instituições, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e Faculdades Associadas Espírito-Santenses (FAESA), dentre outras, o que permitiu embasar a pesquisa bibliográfica¹.

Com o intuito de subsidiar o recorte da área de estudo para esta pesquisa, os movimentos de resistência aos empreendimentos indústrias de grande porte foram analisados, em especial o movimento “Fora Baosteel” e como esse processo ocorreu,

¹ Sobre essas pesquisas, destaca-se: García-Prado, 2000 e 2003; Alvarenga, 2002; Sodré, 2004; Sá, 2003 e Vieira, 2006.

avaliando-se a pressão das instituições locais e o fato do Estado ter “cedido”, uma vez que não parece ter sido uma iniciativa da empresa. Apesar de este ser o ponto de partida da investigação, existem outros conflitos que ocorreram paralelamente no município e que se misturam no cotidiano dos grupos sociais envolvidos, a exemplo da instalação da 3ª usina da Samarco. Nesse contexto, considerando os conflitos ambientais, optou-se por introduzir um debate sobre as questões ambientais nas relações globais-locais e o tratamento deste tema pelo Estado (e suas contradições), em especial sobre o licenciamento ambiental. Tentar-se-á elucidar a evolução do tratamento da questão ambiental brasileira, em especial nos instrumentos legais de licenciamento ambiental, no intuito de contextualizar os atuais problemas e conflitos ambientais e as formas de resistência no caso de Anchieta/ES.

1.2 – Objetivos

Objetivo geral

Analisar a dinâmica dos conflitos ambientais em Anchieta/ES, em especial referente à Baosteel

Objetivos específicos

- Analisar a atuação do Estado no que se refere às questões ambientais no caso estudado.
- Refletir sobre os problemas e conflitos ambientais e suas implicações no caso em estudo.
- Analisar os meios de resistência à instalação da indústria Baosteel e de discussão de outros grandes empreendimentos industriais, em especial da siderurgia em Anchieta, ES.

1.3 – Referencial teórico-metodológico

A aplicação da teoria crítica para esta pesquisa considera a questão socioambiental complexa e determinada historicamente, e que é preciso buscar a superação de uma relação dicotômica entre sociedade e natureza. Assim, o

entendimento dialético-histórico desta relação “impede afirmações abstratas e dualistas, aproximando o ambientalismo do pensamento crítico” (LIPIETZ *apud.* LOUREIRO, 2006, p. 47). Se a sociedade possui condições desiguais, produtora de injustiças socioambientais, por que, então, seus fenômenos deveriam ser estudados de forma homogênea ou *ahistórica*? Buscando uma abordagem complexa, para a realização deste trabalho, foi necessário não se limitar às relações por um viés dialógico (SANTOS, 2006), mas, partir de um arcabouço da teoria crítica (LOUREIRO, 2006) dialeticamente transcendendo a relação “homem X natureza” como entes distintos e entendendo que não existe ambiente sem sujeito.

Quando a abordagem crítica não se cristaliza em dogmas e em mecanismos nas relações cultura-economia e linguagem-trabalho, assumindo o método dialético, permite uma leitura não fatorialista e não dicotomizada de temas atuais de enorme relevância (classe, gênero, direitos humanos, conflitos étnico-raciais, etc.) sabendo relacionar constitutivamente igualdade e diversidade nas lutas sociais (Konder, 1992, 1997; Kosik, 1976; Haug, 2006; Vazquez, 1990 *apud* LOUREIRO, 2007, p. 19)

A adoção como referencial metodológico pautado na dialética pousa na busca por uma alternativa ao reducionismo e homogeneização das formulações típicas dos positivistas e do racionalismo moderno, com intuito de unir teoria e prática. Dessa forma, incorpora-se ao pensamento tradicional uma tensão com o presente, procurando entender o fenômeno social estudado, relacionando-o com as forças sociais que o provocam.

Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar, o não tratamento das áreas de conhecimento apenas como disciplinas é uma postura adotada na construção deste trabalho. O reconhecimento dos diferentes campos de saber não tem a pretensão de abranger todos envolvidos com a questão investigada, mas sim considerá-los de fato na análise e investigação do problema (MAYORGA, 2006). Para análise dos conflitos, relações e visões de mundo a serem identificados nesta pesquisa, propôs-se entender o território como um espaço produzido material e simbolicamente, de acordo com as atividades, usos e significações atribuídos pelos diferentes grupos sociais.

Seguindo o paradigma teórico crítico, buscou-se analisar a relação sociedade-natureza sob uma perspectiva materialista, entendendo como material a própria relação,

a *poiesis* e a *praxis*², sendo nós a natureza e a mesma existindo antes e depois, necessitando dela para ter condições de produção e reprodução da sociedade³.

Na concepção materialista de natureza, conforme descrito por Foster (2005), Max utiliza o conceito de metabolismo⁴ para descrever a relações do homem com a natureza através do trabalho. Dessa forma, o entendimento de natureza ocorre na auto-organização e na totalidade complexa em que o homem é parte da natureza, não existindo duas essências, natural e humana, “mas sim a dialética natureza histórica-história natural” em uma unidade que está para além de nós, se anterior a nós, expressa a todo o momento na produção e reprodução social. Transcendendo, então, o paradigma de dualidade e antagonismo entre sociedade e natureza, as modificações do meio podem ser mais bem compreendidas em uma análise histórica evidenciando que os problemas ambientais decorrem de organizações sociais específicas e formas de apropriação que seguem uma ordem de acumulação e espoliação do trabalho, produzindo, assim, um quadro de crise ambiental com injustiças socioambientais.

Dessa maneira, considerando o quadro de crise ambiental, buscou-se a mudança desse cenário, condicionando-se à mudança estrutural, econômica e política para o pensamento crítico e “lutar por justiça social e superação das formas de dominação de classe, representa garantir a livre realização das potencialidades individuais, portanto, a construção cultural diversa e não alienada” (LOUREIRO, 2007, p. 43). Ainda citando Loureiro, a explicitação dos conflitos e o seu enfrentamento e discussão democráticos podem ser um caminho para concretizar a *utopia* da emancipação.⁵

² Entendendo que este é a grande debate na filosofia e que não será detalhado aqui, aproveita-se para resgatar uma consideração também presente em Loureiro (2007, p. 21) sobre o entendimento de Marx sobre material para além da massa e da energia, incluindo a própria relação *poiesis* e a *praxis*

³ Mesmo que não estejam claros os seus limites ecossistêmicos e energéticos (FOSTER 2005, 1999 *apud* LOUREIRO, 2007, p. 21)

⁴ O conceito de “metabolismo” utilizado por Marx (*Stoffwechsel*) “foi empregado para definir o processo de trabalho como ‘um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, media, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza’. Mas uma ‘falha (*rift*) irreparável’ surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalistas e da separação antagonista entre cidade e campo” (FOSTER, 2005, p. 201)

⁵ Apenas para ratificar, o pensamento marxista nessa pesquisa foi utilizado como método e não apenas com utopia ou se referenciando na crise ética e moral atual.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – Relações globais-locais sobre a questão ambiental

Considerando que a relação dialética local-global é mediada por relações desiguais de poder político e econômico entre países e classes, buscou-se refletir sobre essa relação e as (im)possibilidades da aplicação do discurso global ambiental da contemporaneidade na esfera local. Pontua-se, neste contexto, que a proteção ambiental tem sido reforçada pelo discurso global hegemônico que considera a natureza como algo finito e, portanto, que “necessita” de proteção para garantir a sobrevivência da humanidade.

Questionam-se, então, as possíveis dificuldades da aplicação do discurso “global” hegemônico de conservação ambiental nos “locais”. Pensando no meio ambiente enquanto bem comum à humanidade, uma questão colocada por Moreira (2007) se faz pertinente: “como se dariam ou conformariam as relações de globalização e localização, territorialização e desterritorialização, no que se refere à propriedade e usos de ecossistemas?” (ibid., p. 148). O que ocorreu nesse processo, que se poderia chamar de “globalização ambiental” e o que “deu errado”? Poderia ser um indicativo de resistência e retomada de poder ou reafirmação das bases locais? Lançam-se algumas hipóteses na tentativa de entender esse processo como: o não envolvimento e participação política-cidadã na esfera local; a imposição de políticas ao invés da construção democrática; não adequação aos contextos locais, ou seja, não reconhecendo e contemplando suas especificidades; valores e interesses diversos sobre os recursos naturais; falso consenso sobre proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, bem como falso consenso sobre problema ambiental, dentre outras.

As discussões no início do fenômeno da globalização partiam do pressuposto de que ocorreria uma homogeneização das culturas e identidades, com bases nas culturas ocidental, européia e americana, influenciadas pelas grandes corporações capitalistas, abertura dos capitais e meios de comunicação de massa. Além disso, a fragilização das fronteiras do Estado-nação, dentre os efeitos desse fenômeno, mostrou-se comprometida pela globalização da economia, da mídia e da comunicação eletrônica (CASTELLS, 2006).

De forma prática, parece que os discursos “globais” são convertidos em políticas regionais e nacionais, atendendo mais uma demanda externa do que interna, bem como as especificidades do local. O discurso global e suas disputas tendem a resignificar os espaços de acordo com os interesses hegemônicos, sendo que “os direitos de uso (do território) extrapolam as fronteiras nacionais e estão referidos aos mercados globalizados” (MOREIRA, 2007, p. 148). Aliás, “as tensões do local e global parecem apontar para valorizações contraditórias de práticas sociais e culturais transnacionais (globalizadas) e nacionais e regionais (localizadas)” (Ibid.). Este será um ponto de investigação considerando as ações para investimento local de empresas com atuação global. Os critérios de escolha dos territórios e as distintas apropriações dadas pelos atores locais, estabelecem um quadro de luta simbólica pela permanência de determinada atividade em detrimento de outras, como é o caso de Anchieta/ES, e o processo de instalação de indústrias, em especial as siderúrgicas como a Baosteel, Vale e Samarco.

Há ainda outros pontos de discussão, considerando que houve indicativos de que o discurso global não se refletiu integralmente nas esferas locais, homogeneizando e apagando totalmente suas especificidades. Fazem parte também do fenômeno da globalização “(...) as tensas e intensas interações global-local, as dinâmicas configurações locais idiossincráticas e os arranjos e rearranjos entre centro e periferia operantes no palco de disputas nacionais e transnacionais” (OLIVEIRA & MOREIRA, 2007, p. 7). Tomaremos, portanto, como referencial para as discussões a globalização como um amplo e multidimensionado campo de conflitos, resistências, lutas e alianças transnacionais.

Segundo Santos (2002, p. 53), muitas abordagens sobre este fenômeno afirmam o fim do “terceiro mundo” e ignoram as trocas desiguais de poder, partindo de uma visão dos países centrais, não considerando os “localismos”. Paradoxalmente, e de forma simultânea, a globalização implica necessariamente em localização para se realizar, não existindo “uma condição global para a qual não conseguimos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica” (Ibid, p. 63).

A partir das relações de forças dialéticas, analisando Santos (2002) e Oliveira & Moreira (2007), que reafirmam as designações de “globalização hegemônica” como formas preeminentes e legitimadas, e de resistência à “globalização contra-

hegemônica”, busca-se o inverso do chamado por Santos de globalismos localizados (um movimento hegemônico da globalização e também das formas de poder - cima-para-baixo), que reestruturam os locais de acordo com os imperativos transnacionais. Busca-se um outro movimento que seja simultâneo e dinâmico, nomeado de localismos globalizados, onde as resistências e o reconhecimento das diferenças conseguem impor os termos da interação do local-global em um movimento de baixo-para-cima. Em face da complexidade deste fenômeno, seria inocente considerar as partes globais e locais como únicas, homogêneas ou isoladas.

No que se refere ao contexto das questões ambientais nas complexas sociedades contemporâneas, estabelece-se uma disputa sobre as significações de sustentabilidade, proteção ambiental, desenvolvimento, tanto do global-local (cima-para-baixo), quanto de baixo-para-cima, como também de dentro de cada local e global, por diferentes atores sociais com interesses e visões de mundo distintos. No estudo de caso desta pesquisa será possível aprofundar essas questões, bem como evidenciar as disputas e as desiguais relações de poder.

Edgar Morin debate em algumas obras o “despertar de uma consciência ecológica planetária” devido a uma ameaça global ambiental, o que implica em uma postura ética. Entretanto, os rumos estratégicos que o planeta vem tomando caracterizam-se muito mais por uma busca de soluções dos problemas emergenciais (de ajuste do sistema capitalista) do que uma “nova consciência quanto à sustentabilidade planetária em longo prazo” (MOTA, 2001, p. 37). Em princípio, o que se refere essa nova consciência ambiental global é que, apesar de possuir necessidades e interesses distintos, a população do planeta teria o mesmo entendimento de uma ameaça global e agiria igualmente, independente de suas condições materiais, econômicas e/ou sociais. Os debates sobre os problemas ambientais globais nem sempre refletem uma crítica social radical. Segundo Hajer (1997), a imagem do planeta é usada para evocar sentimentos que sustentam a percepção de crise global ecológica comum, o que implicaria em valores e interesses comuns. Uma pergunta de Benton e Redclift apresentada por Hajer (*Ibid.*, p. 14), “*Do we share an understanding of the global environment in the same way as we ‘share the globe’?*”, nos faz questionar o posicionamento de Pena-Vega ao escrever sobre Edgar Morin e a ecologia complexa:

O problema da degradação do meio ambiente é tão antigo quanto a humanidade, mas jamais despertou uma inquietude tão viva e universal como hoje em dia. Isto significa que, pela primeira vez, uma angústia compartilhada transcende as fronteiras individuais e nacionais (PETER WESTBROCK *apud* PENA-VEGA, 2003, p. 20-21).

Analisar isoladamente a questão ecológica sem considerar as relações sociais, simplifica a dialética existente entre Sociedade e Natureza. O questionamento de Hajer é se cada sociedade terá a mesma idéia de problema ambiental, haja vista que será “julgado” cada qual com seus valores e formas econômicas de uso.

Baseado no uso do discurso acadêmico ecológico radical pelos políticos, para Hajer (1997), o novo conflito ambiental não deve ser conceitualizado como um conflito pré-definido, tão somente com lados prós e contras, mas sim como complexo e de contínua luta de definição do que seria (ou é) realmente um problema ambiental em si. Um outro ponto do discurso ambiental é sua aplicação no sistema jurídico:

A defesa judicial do meio ambiente implica questões de conhecimento técnico e científico, de informação imperfeita, de perigosas generalidades conceituais, de risco substancial, de partes numerosas, de múltiplas possíveis alternativas, de pluralidade de centros de decisão, de conflitos de competências, de interesses diversos, de oportunidades para efeito de natureza distributiva, de emergência do discurso relativo ao Desenvolvimento Humano, de transversalidade em relação a eixos consagrados do conhecimento jurídico (MADEIRA Fo, 2004, p. 8).

Para os países centro-hegemônicos, discutir as questões ambientais enquanto as necessidades (educação, saúde, moradia) de sua população foram relativamente atendidas, ocorre de forma mais fluída e menos conflituosa ou tensionada do que para os países ditos em desenvolvimento, já que estes possuem demandas sociais e econômicas densas, onde os conflitos se explicitam de forma mais aguda e marcados por fortes antagonismos entre classes e grupos sociais. A proteção ambiental para estes trata-se, então, de uma questão de conservação entremeada com a luta pela sobrevivência.

Trazendo estas reflexões para as relações globais-locais e locais-globais e suas relações de poder, Santos (2002) reforça que “o processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada” (*ibid*, p. 63). Sobre essas relações, D’Ávila (1999) e Stuart Hall

(2003), em sua citação sobre Gramsci e a complexidade social e cultural, ressaltam que não existe dominado sem dominador. Não há, em ambos os lados, um bloco único homogêneo, uma unidade. Em cada parte há lutas de reconhecimento de identidades culturais, étnicas, de gênero e outras, ocorrendo, então, uma “dispersão de poder”.

Qualquer modificação de “cima para baixo” irá produzir uma modificação que pode ser aceita (totalmente ou não) como, também, negada. Como dito anteriormente, o discurso global precisa de uma base local para se realizar de fato. Da mesma forma, o local se posiciona em relação ao global, numa relação de interdependência. A idéia inicial de homogeneização ocidental do mundo, que apagaria as diferenças e particularidades, no entanto, afirma ser provável produzirem-se novas identificações “globais” e locais, para além de uma cultura global uniforme e homogênea (HALL, 1996).

Apesar da sociedade atual se mostrar desarticulada e despolitizada, a retomada do processo de participação política-cidadã, na luta por reconhecimento de minorias ou de afirmação, enquanto grupo, indica uma identidade de resistência (CASTELLS, 2006). Isto pode ser um caminho para que as relações de poder se tornem mais dinâmicas e as minorias locais se qualifiquem a ponto de influenciar os discursos, tanto locais, quanto globais dominantes, sobre decisões políticas que, certamente, as afetarão.

Pensando nos primeiros questionamentos sobre as possíveis dificuldades da aplicação do discurso “global” hegemônico de conservação ambiental nos “locais”, partindo das reflexões de Santos (2002) e Edgar Morin, os locais estão, na sua maneira, construindo sua própria realidade, mesmo que seja, em alguns momentos, assimilando as imposições transnacionais ou, outros, resistindo às mesmas, tentando impor seus anseios. O movimento destas relações nunca é unilateral, apesar de existirem lados desiguais de poder, sempre há possibilidades de novas sinergias.

Neste contexto, pensando na análise de conflitos e suas relações de poder, e devendo-se considerar as partes envolvidas nesse processo, buscou-se entender o papel do Estado na proteção ambiental, que tem se mostrado, até o momento, contraditório, com grau de autonomia alterado, assumindo novas responsabilidades e, por outro lado, diminuindo sua atuação em outros campos. Porém, o que pode ser entendido como “contraditório”, pode também ser analisado enquanto estratégia de ação do Estado pra se fazer cumprir suas “agendas” e acordos como poderemos ver a seguir.

2.2 – Paradoxo do papel do Estado na questão ambiental

Desde Maquiavel, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx até Gramsci, o Estado vem sendo discutido e interpretado das mais diversas maneiras. Acredita-se que para melhor compreensão dos conflitos ambientais, uma análise sobre o tratamento do Estado, partindo de Hegel, Marx e Engels até Gramsci se faz necessária.

2.2.1 – Do Estado ideal ao real

O modelo hegeliano refere-se a um Estado ético, justo e igualitário, pois representaria o interesse universal da sociedade, devendo o interesse coletivo se sobrepor ao interesse individual, com vistas ao bem comum da sociedade. Para Hegel, o Estado ideal atuaria como árbitro neutro dos conflitos, intervindo e determinando a sociedade (BORON, 2007).

Hegel, apesar de ter exposto suas preocupações sobre o abismo que separava ricos de pobres como um grave problema econômico, político e moral, e a tensão da dinâmica, própria do capitalismo, polarizante e excludente da sociedade civil, advogou em prol de intervenção estatal inocente e utópica com pretensões integradoras e universalistas do estado burguês (SEMARARO, 1999, BORON, *op. cit.*). Todavia, como o Estado ingênuo trataria todos como iguais, uma vez que existem interesses e necessidades distintas na sociedade? Isto seria desconsiderar as desiguais relações de poder e acesso aos meios de produção, admitindo que todos tivessem condições e meios de vida iguais. Procurando avançar na análise desta contradição, Marx, argumentou outra visão partindo de Hegel, considerando o conflito como “base material” no plano da realidade social e histórica (GRÜNER, 2007). Este Estado idealizado por Hegel se aproxima da referência ao “céu” dos cidadãos de Marx, ou seja, do Estado e da vida política em geral, como sendo irreal por desconsiderar as estruturas opressoras e exploradoras da economia capitalista (BORON, 2007).

Outro ponto crítico de Marx a Hegel é que este “não foi imune ao processo de fetichização universal que caracteriza a sociedade burguesa” (BORON, *Ibid.*) e deixa de analisar o contexto social e as relações humanas individuais (ALDÉ, 1995). Para Marx,

diferente de uma visão liberal, a idéia de Estado “realmente existente” é como um complexo dispositivo institucional que não está determinadamente a serviço de todos, mas sim de interesses econômicos particulares que “garantem o final de uma estrutura de dominação e exploração que a política convencional jamais põe em questão.” (BORON, *op. cit.*).

O Estado moderno, de acordo com Marx & Engels, tem como base a própria sociedade civil, sendo esta a esfera estrutural dos indivíduos em relações econômicas e, apesar do poder do Estado ter nascido da sociedade, “este se coloca acima dela, e lhe torna cada vez mais estranho”, ou seja, “à serviço da classe mais poderosa economicamente” (LEBRUN, 1999, p. 65). É este Estado que legitima a reprodução de certas formas de poder e relações econômicas e culturais, tendo um papel ativo na manutenção de certa ordem social ou na reformulação do que é visto como aceitável. Ressalte-se que essa relação Sociedade-Estado, conforme pensada por Marx, enquanto dialética, pode assumir diferentes formas, bem como, determinadas ações do Estado podem assumir características populares, de acordo com a correlação de forças de poder, a exemplo da redução da jornada de trabalho, atendendo em forma de lei, interesses particulares dos trabalhadores organizados em classe. Na verdade, trata-se de garantir a reprodução da força de trabalho e aumentar esses contingentes, e também mais consumidores, o que alimenta o sistema capitalista vigente. É papel de o Estado organizar e proteger o processo de acumulação capitalista, ainda que dos próprios capitalistas, buscando garantir que o trabalhador retorne no dia seguinte e permaneça nessa condição através de políticas sociais a exemplo de saúde, habitação e outros.

Em *Ideologia Alemã*, é ressaltado como o Estado assume um papel numa visão materialista histórica, distante da imparcialidade e inclinado a interesses específicos:

Dado que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular junto da sociedade-civil e fora dela; mas esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior (MARX & ENGELS, 1998, p. 35)

Sobre a sociedade civil, Marx acredita que esta é comumente confundida com a sociedade burguesa, ressaltando no texto *A Ideologia Alemã* a distinção em perspectiva histórica e dialética, onde apresenta a seguinte idéia de sociedade civil:

A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; todavia, a organização social diretamente resultante da produção e do comércio, e que constituiu sempre a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada pelo mesmo nome (MARX & ENGELS, 1998, p. 35)

Assim era entendida a pressuposta universalidade do bem comum no modelo hegeliano que separa economia de política, negada na realidade de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, onde afirmam: “a burguesia conquistou (...) desde a criação da grande indústria e do mercado mundial no moderno Estado representativo, o domínio político exclusivo”, sendo o “poder estatal moderno”, “apenas uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa” (Ibid, p. 9). Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels retratam no trecho abaixo a ilusão que se tem do Estado como mediador imparcial:

Sendo, portanto, o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade livre, desligada da sua base concreta. O mesmo acontece com o direito que é por sua vez reduzido à lei (Ibid., p. 74).

Ainda sobre o sistema jurídico, Marx e Engels (Ibid., p. 20) afirmam que este é apenas a vontade da burguesia “elevada à condição de lei, uma vontade cujo conteúdo está dado nas condições materiais de vida da classe burguesa”. A base da formulação das leis é o *bem comum*, onde todos devem abrir mão de seus interesses individuais em prol do coletivo, mas Marx e Engels questionam a idéia do bem comum:

Precisamente porque os indivíduos só procuram o seu interesse particular - que para eles não coincide com o seu interesse coletivo, pois a universalidade é apenas uma forma ilusória da coletividade - esse interesse apresenta-se como um interesse particular que lhes é «estranho» e «independente», e que simultaneamente é um interesse «universal especial e particular; ou então oscilam no selo deste dualismo, como acontece na democracia. Por outro lado, o combate prático destes interesses particulares, que se chocam constante e realmente com os interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessário a intervenção prática e o refreamento através do interesse «universal» ilusório sob a forma de Estado (MARX & ENGELS, 1998, p.11).

Esta passagem orienta os questionamentos apontados à frente sobre o processo de formulação das leis e os reais beneficiários.

Seguindo a teoria de Marx, também contrário à separação da sociedade civil enquanto estritamente econômica e à parte da estrutura política do Estado, Gramsci sustenta que o “desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade e de uma ação política voltada a elevar a condição “intelectual e moral” das massas poder-se-ia chegar a uma sociedade realmente “civil”, capaz de humanizar-se plenamente e de autogovernar-se” (SEMERARO, 1999, p. 67). Gramsci, também baseado em Maquiavel, reforça pontos importantes, indicando que a política ocorre em um contexto de conflitos, de lutas e contestação e que sem consentimento ou persuasão seria impossível evitar o uso da força e da violência (FONTANA, 2006, p. 30).

A noção de sociedade civil apresentada por Gramsci não foi pensada em função do Estado, como na visão integradora de Hegel, e não se limita às relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é:

Antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que com sua cultura, com seus valores éticos-políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder (SEMERARO, 1999, p. 70).

A proposta de Gramsci complexifica a proposta de Marx em um momento histórico mais recente, além de ressaltar a importância da “construção de sujeitos historicamente ativos e organizados que procuram conquistar a hegemonia com os

métodos da democracia, subtraindo-a progressivamente à esfera de influência da burguesia.” (ibid, p. 71).

O Estado concebido por Gramsci é um espaço de articulação entre sociedade civil (hegemonia e civilização) e sociedade política (coerção e autoridade), sendo a primeira “composta por organismos privados e voluntários, onde se expressam os conflitos sociais e que indicam a “direção”, enquanto a segunda – estruturada sobre aparelhos públicos – caracteriza-se mais pelo exercício do “domínio” (SEMERARO, 1999, FONTANA, 2006). Opondo a sociedade política da sociedade civil, como uma distinção da dicotomia neoliberal entre sociedade e estado, segundo Fontana (*op. cit*), para Gramsci, o Estado é percebido como a articulação dialética entre a sociedade civil e a sociedade política, denominado por ele de “hegemonia encouraçada de coerção” (SEMERARO, 2001).

Com intuito de melhor entender o pensamento de Gramsci, apresenta-se a idéia de hegemonia conforme o seguinte conceito: de um lado, o aparato do Estado ou da sociedade política apoiado num grupo específico econômico, podendo atuar coercitivamente via suas instituições (lei, polícia, armas e prisão), sob os vários extratos da sociedade, com consentimento e preservando seu *status quo*; por outro lado, mais importante ainda, a hegemonia é um conceito que ajuda a entender também como e onde a sociedade política e, acima de tudo, a sociedade civil com suas instituições (educacionais, religiosas, família e suas micro-estruturas das práticas do dia-a-dia da vida) contribuem para a produção de significados e valores que são gerados, mantendo a “espontaneidade” do consenso das várias camadas da sociedade para o mesmo *status quo* (HOLUB, 1992, p. 6).

Na visão do liberalismo, a sociedade civil é o espaço do indivíduo separado da esfera do Estado, estrutura exterior e opressora, mas, inevitavelmente, necessária para moderar os “excessos” dos interesses privados. Aqui, o ponto de partida e de chegada é sempre a liberdade e o benefício do indivíduo. Em Gramsci, ao contrário, a sociedade civil é o terreno onde indivíduos “privados” de sua dignidade e pulverizados em suas vidas podem encontrar condições para construir uma subjetividade social, podem chegar a ser sujeitos quando, livre e criativamente organizados, se propõem a desenvolver, juntamente com as potencialidades individuais, suas dimensões públicas e coletivas. O percurso, nesse sentido, vai do ser privado ao ser social. O indivíduo, aqui, sem deixar de ser centro autônomo de decisões, consciência livre e ativa, nunca é entendido como ser isolado e “mônada” auto-suficiente em si mesma, mas é sempre visto dentro de uma trama social concreta, como um sujeito interativo com outros sujeitos igualmente livres, com os quais se

defronta e constrói consensualmente a vida em sociedade. (SEMERARO, 1999, p. 76)

Retomando a idéia de “bem comum”, qualidade atribuída ao “meio ambiente” nas diferentes esferas de discussão, este depende do:

“sistema de valores instituídos na sociedade (...), definido exclusivamente segundo valores que legitimam o funcionamento atual do capitalismo”... Assim por que estranhar, se muitos não reconhecem como seu este “bem comum”. Mesmo nos países democráticos desenvolvidos (com exceção de Estados Unidos e da Alemanha), nunca temos mais que “sociedades consensuais” muito frágeis. É possível, na verdade, considerar o “consenso” como a norma de funcionamento de uma comunidade política? E encarar como patológicas as sociedades cujo funcionamento se vê entravado pelas tensões sociais e ideológicas. São estas as questões que Dahrendorf dirige à Parsons (LEBURN, 1999, p. 114).

A idéia de sociedades consensuais e com estrutura estável é desconstruída segundo Dahrendorf, que opõe este modelo ao “modelo coercitivo” em que o conflito social é onipresente e que “toda sociedade está fundada na coerção de uns membros seus sobre outros” (Ibid, p. 115). O modelo marxista também reconhece que o papel coercitivo do Estado e que o conflito social existirão de direito enquanto durar a propriedade privada dos meios de produção. O ponto é a favor de quem o Estado assumiria esse caráter coercitivo e como é exercido esse poder.

No entanto, em Gramsci, através de um perspectiva dialética não defende o fim do Estado, mas sim a criação de um outro Estado resultado de relações orgânicas, “(...) livres e conscientes de sujeitos sociais que, nas diferenças e nos conflitos, chegam a construir um consenso ativo e uma hegemonia cuja estabilidade depende de constante avaliação e de aprovação da sociedade.” (SEMERARO, 1999, p. 77) Sobre as lutas dinâmicas da hegemonia na sociedade civil:

“To the economic-corporate phase, to the phase of struggle for hegemony in civil society and to the phase of State power there correspond specific intellectual activities which cannot be arbitrarily improvised or anticipated. In the phase of struggle for hegemony it is the science of politics which is developed; in the State phase all the superstructures must be developed if one is not risk the dissolution of the State (GRAMSCI *apud* BUCL-GLUCKSMANN, 1979, p. 230)

O desenvolvimento, amadurecimento político da sociedade ocorre no momento desta fase dita pro Gramsci como luta pela hegemonia, não em oposição ao Estado, mas em seu fortalecimento. Assim, o Estado defendido por Gramsci não é um Estado de proteção e benefício, mas um Estado que eleve intelectualmente e moralmente as camadas mais amplas da população, e que os excluídos e assalariados se conscientizem não só como parte dos meios de produção, mas também da governança política: “O valor mais importante não é que o camponês se torne agrônomo ou que o pedreiro se torne mestre, mas que o cidadão chegue a ser governante.” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p. 78).

Distante da idéia do Estado tradicional, Gramsci argumenta contra qualquer tentativa de centralização de poder e que venha de cima, apostando “no potencial mobilizador da sociedade civil (...) desloca o eixo principal da ação política do âmbito das instituições burocrático-administrativas para o terreno criativo das diversas organizações sociais dos setores populares” (SEMERARO, *op. cit.*, p. 79-80)

2.2.2 – Estado e a questão ambiental

Acsehrad (2007) chama atenção para a afirmação da “natureza” como objeto de disputa nos campos políticos e sociais. Sobre a legislação de proteção ambiental brasileira, o Estado se coloca em um papel de exigir que a Lei seja cumprida sem fornecer subsídios para mesma, o que dificulta ainda mais a prática desses instrumentos, reproduzindo as relações econômicas e políticas desiguais que se dão nos territórios e práticas sociais.

O bem comum, como já discutido no item anterior, como caráter definidor do “meio ambiente”, não resiste aos diferentes interesses devido a questões sociais, econômicas e culturais, revelando, assim, que na prática, a intenção de universalidade no meio ambiente não se verifica (FUCKS, 2001). Ainda que seja considerado como bem comum coletivo, “os custos e benefícios são desigualmente distribuídos, variando de acordo com os recursos disponíveis dos diversos grupos para atuar no contexto da política local” (*ibid.*, p. 41). Esse arranjo de negociações, concessões e acordos entre os órgãos públicos (e também internamente) com “investidores locais”, ocorrem em bastidores e distantes dos debates políticos com a sociedade, com “troca de favores” e

estabelecimento das relações de poder e controle. Exemplo disso é a questão do licenciamento ambiental, instituído por instrumentos legais onde o Estado atuaria em prol da proteção ambiental, seguindo o princípio da precaução e prevenção de impactos negativos e prejudiciais ao ambiente, à saúde e outros, na análise de um empreendimento “potencialmente poluidor” e de sua viabilidade ambiental. Na opinião de Zhouri *et al* (2005), a função do licenciamento ambiental é garantir que as decisões políticas referentes à localização, instalação, ampliação e funcionamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras se enquadrem nos regulamentos da sociedade. Somente dessa forma os cidadãos ficariam protegidos das consequências das decisões tomadas por meio de critérios políticos e não de critérios técnicos, quando, “muitas vezes os direitos dos indivíduos são interpretados simplesmente como interesse, passível, portanto, de negociação (*ibid.*, p. 111)”. Isto posto, diferentes formas de apropriação do espaço, além daquela proposta pelo empreendimento, exercidas por grupos que ocupam a base da estrutura social, em geral com poucos recursos econômicos e baixa mobilização social, vêm seus interesses facilmente manobrados, não considerando a condição de sua reprodução social num determinado espaço, podendo, inclusive, serem remanejados. É o caso das hidrelétricas.

Essa análise se encaixa também com a reflexão de Moreira (2007), no contexto das dinâmicas capitalistas de acumulação, mas com diferentes padrões, referindo-se à pequena propriedade, podendo ser também relacionada com outros grupos sociais de caracterização do “pequeno” como os pescadores, marisqueiras, caranguejeiros, agricultores e outros que fazem uso dos recursos naturais em Anchieta:

(...) da pequena produção, da pequena propriedade, da pequena exploração, do pequeno capital. O uso da noção de pequeno pressupõe a noção de seu oposto, o grande, que está oculto nesta formulação. No nível dos processos sociais, não há esta separação: um é a contraface do outro. A vivência histórica de um padrão de dominação e de relações entre a grande e a pequena propriedade no Brasil tem dado os limites de existência social do pequeno, bem como, tem conformado os limites de sua reprodução (*Ibid.*, p. 137)

Parece que a intenção do Estado é que o pequeno permaneça na condição de pequeno, não tendo acesso aos meios de produção e bens de consumo e a autonomia

para definir suas formas de organização socioeconômicas e culturais. Em oposição, que o grande cresça sempre mais e acumule bens.

As políticas macroeconômicas também têm influência sobre o processo de desmatamento. As políticas monetárias que elevam as taxas de juros encorajam os produtores rurais a privilegiarem as atividades que garantam resultados em curto prazo. Esse imediatismo contradiz diretamente as políticas de desenvolvimento sustentável, que são essenciais para a estabilidade econômica e para a garantia de empregos em longo prazo. (YOUNG, 2005, p. 110)

Apesar da citação do Young se referir diretamente a agricultores e desmatamento, pode-se fazer uma correlação com pescadores e a pesca predatória. Com relação à autorização do Estado (licenciamento ambiental) sobre a viabilidade ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores, muitas vezes o processo de análise, por parte da equipe técnica, mostra-se deficiente quanto à gestão ambiental como um todo. Não há atuação por parte dos grupos sociais populares de forma participativa e democrática, além da carência (ou falta) de fiscalização, ou mesmo compartilhamento com população local, seja de informações para estímulo do controle social, e ainda denúncias, seguindo uma linha de ausência do Estado, sem ações estruturantes para que a almejada “proteção ambiental” se torne uma realidade. Como ressaltado por Barreto Filho (2001) as intervenções regulatórias são marcantes no tratamento das questões ambientais brasileiras.

Frasser afirma que a justiça ocorre quando há tanto reconhecimento como redistribuição, sendo o reconhecimento voltado para questões culturais, comportamentais, e a redistribuição às ações políticas, econômicas e estruturantes (FRASER, 1997, FRASSER & HONNET, 2003). Enquanto no reconhecimento a mudança ou ‘remédio’ é a conscientização, a redistribuição, como sugerida por Frasser (*op. cit.*), deveria perpassar uma reestruturação político-econômica para dar subsídios, suporte para que essa proteção seja viável e, de fato, ocorra com participação ativa da sociedade. Isso nos remete novamente ao questionamento sobre reconhecimento da questão ambiental quando pode não ter o mesmo valor para todos os indivíduos que compõem a coletividade e que carece de ações redistributivas para questões pragmáticas. Diante disso, parece que a redistribuição da questão ambiental se encontra incompleta, exatamente porque ainda é ineficiente em contemplar todos os aspectos

(sociais, econômicos) e ações realmente estruturantes, mas sendo esta uma questão ainda em aberto:

As soluções afirmativas podem ser associadas historicamente ao estado liberal, buscando reestruturar a má-distribuição de renda, sem alterar a estrutura político-econômica envolvida, enquanto que as soluções estruturantes podem ser associadas historicamente ao socialismo, o qual propõe lidar com a distribuição injusta transformando a estrutura econômica e política (ibid).

Contudo, em um país com assimetrias sociais e com lutas por reconhecimentos baseadas nas diferenças culturais e étnicas (BAUMMAN, 2003), a questão ambiental é valorizada em níveis alternados, de acordo com o grupo ou classe social. Partindo do ponto de vista da filosofia, valores ambientais são aqueles valores relativamente estabelecidos por princípios, que nos ajudam a tomar decisões quando nossas preferências estão em conflito e que devemos considerar aquilo que é bom (DIETZ *et al.*, 2005). Sob essa perspectiva, deve-se considerar que esses valores são mutáveis com o tempo e com as condições dos grupos que os defendem. Há de se atentar para discussões da questão ambiental com base em “valores” não considerando os interesses e usos de fato de um determinado território. Não como visão romântica, mas crítica e dialética.

Sobre expansão industrial, o argumento de fortalecimento da estrutura econômica em detrimento de outros impactos é fortemente divulgado pelas empresas e Estado, bem como aceito por grande parte da população. Assim, questiona-se: será uma constante os conflitos decorrentes da atuação de atividade(s) industrial(is), de mineração, em excluir grupos sociais economicamente desfavorecidos e politicamente desmobilizados que se apropriam de outra forma do mesmo território? Que gestão é essa dos recursos naturais e por quem é feita essa gestão? Em favor de quem e a custo de quem? Além disso, há outras questões sobre o papel do Estado: como este atua no processo de licenciamento ambiental? Esse processo tem sido efetivo? O Estado atua como imparcial? A favor de quem?

2.2.1 – Licenciamento Ambiental: proteção ambiental, prevenção ou empecilho?

O processo de licenciamento ambiental se constitui como ferramenta para mediar o desenvolvimento de atividades econômicas e a proteção do meio ambiente, devendo ser considerada uma série de questões/temas das mais variadas ordens, como a ecologia, a economia, a cultura, a legislação e a sociedade em geral. Na análise desses temas, tece-se como premissa a defesa dos interesses públicos em detrimento do interesse privado. Dessa forma, enquanto procedimento, o licenciamento ambiental configura ao Estado o poder de polícia, que compreende, de modo geral, ação do Estado que restrinja direitos individuais em benefício do interesse público (COUTINHO & FARIAS, 2005). Volta-se novamente à questão do que se entende enquanto interesses públicos e de quais questões são aceitas enquanto senso comum como mais importante que outras, a exemplo da necessidade de criar postos de trabalhos em detrimento da conservação ambiental ou categorias mais amplas em seu significado como “qualidade de vida” e “bem estar”, no qual a questão econômica também se encontra inserida.

É relevante o avanço da legislação brasileira no tratamento da questão ambiental, sendo o processo de licenciamento ambiental efetivo para atuar na prevenção e combate aos impactos negativos dos empreendimentos, apesar de longe do ideal, em especial no que tange à participação ativa da população. Além disso, é apontado por Almeida *et al* (2002, p. 119), a nítida defasagem existente entre o ordenamento jurídico e a realidade ambiental no Brasil, onde muitos dos princípios e dispositivos legais vigentes não estão sendo cumpridos, nem parcialmente.

Buscou-se, aqui, esclarecer o conceito, os procedimentos e as etapas, bem como os princípios e outros questionamentos acerca do licenciamento ambiental para situar o papel do Estado na questão ambiental, uma vez que este é um dos instrumentos legais tido como mais eficaz e o mais utilizado na dita “proteção ambiental” inserida na Política Nacional de Meio Ambiente. (COUTINHO & FARIAS, 2005). Questiona-se o papel do Estado nesse processo ou mesmo do envolvimento da população, ou ainda se o Estado assume somente a premissa de desenvolvimento econômico? Se essa ação “tendenciosa” indicaria a (não) atuação do Estado como regulador ativo. Em princípio, quando uma empresa abre um processo para o licenciamento ambiental, a ação do Estado não deve ser meramente administrativa, mas atuar como “protetor do ambiente”.

A exigência de licenciamento ambiental tem amparo na Constituição Federal e em outros instrumentos legais. Neste primeiro, também no artigo 225, sobre Meio Ambiente, apesar de não mencionar exatamente o termo “licenciamento ambiental” faz menção a esse processo e estabelece ao poder público o “dever de exigir e dar publicidade ao estudo prévio de impactos ambientais, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente” (Inciso IV, parágrafo único). O destaque expresso à questão ambiental tornou o Brasil um dos países pioneiros ao admitir a obrigatoriedade constitucional de tal instrumento, fato que explicita a contradição existente também na atuação do Estado, não como um ente homogêneo, uniforme e livre de seus próprios conflitos internos, mas por uma atuação conflitante. A regulamentação do processo de licenciamento ambiental no âmbito nacional ocorreu no início de década de 80, quando foi estabelecida a Política Nacional de Meio Ambiente, através da Lei nº 6.938/1981 (além das Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 001/86, 009/87 e 237/97), que normatizou os tipos e as fases para a concessão de licenças ambientais. Exigido para toda e qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais ou simplesmente para a atividade que seja efetiva ou potencialmente causadora de impacto ambiental:

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Competem ao IBAMA os licenciamentos ambientais de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, como, por exemplo, aqueles localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados, ou cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do país ou de um ou mais estados. Apesar dos órgãos ambientais das unidades federativas serem responsáveis pelo licenciamento em seus territórios, é preciso se atentar às ações sobrepostas desses

órgãos (federal, estadual e municipal⁶), seja na exigência de estudos ambientais ou condicionantes (medidas compensatórias e/ou mitigadoras) baseadas em premissas conceituais distintas ou mesmo conflitantes.

O referencial teórico em que se estabelecem conceitos de “licenciamento ambiental” e “licença ambiental” é estabelecido no instrumento legal Resolução do CONAMA 237/97, artigo 1º, inciso I e II:

Licenciamento ambiental - *procedimento administrativo* pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (Inciso I)

Licença Ambiental – *ato administrativo* pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (Inciso II – grifo da autora)

Enquanto procedimento administrativo, uma questão é a presunção de legitimidade, por ser um ato emanado por um agente integrante da estrutura do Estado. A avaliação dos estudos ambientais para concessão ou não da licença é subjetiva e desenvolvida por pessoas que possuem distintas visões nos órgãos ambientais as quais ocupam. Além da presunção de legitimidade, há ainda a presunção de legalidade do licenciamento ambiental. Antunes (2001) analisa a convivência intensa do Direito Ambiental com o Direito Administrativo e suas incompatibilidades, como é o caso do princípio da presunção de legalidade dos atos administrativos em contradição ao princípio da precaução no Direito Ambiental, exemplificando: caso uma determinada

⁶ “Art. 4º - Compete ao órgão ambiental municipal e, supletivamente, ao órgão ambiental estadual, o controle e o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, ouvido, quando couber, os órgãos ambientais da esfera estadual e federal, bem como daquelas atividades cuja competência lhe forem delegadas pelo Estado, por meio de instrumento legal, dependendo, para tanto, de comprovação de sua capacidade operacional (...)” Decreto Nº 1.777-R, de 08/01/2007 Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado SILCAP no estado do Espírito Santo.

autorização para a realização de determinado empreendimento seja concedida em desconformidade com a lei, tal autorização será considerada válida até que se prove a existência do vício. Sobre essa questão debatida na temática do direito, buscou-se conceituar precaução e prevenção a fim de orientar essa pesquisa: precaução como ato de prever dano, mesmo que futuro, e prevenção como medida para evitar que algum dano ocorra, fundamentados por estudo científico prévio que deve apontar as conseqüências da execução do projeto em questão. Assim, analisando-se os riscos, ou identificando-os, o Estado deverá exigir as medidas mitigadoras⁷ do impacto ambiental. Em outras palavras, o princípio da prevenção é relativo à prioridade que deve ser dada à medida que evitem a degradação do meio ambiente, de modo a reduzir ou eliminar as causas de ações de impacto negativo do empreendimento.

Ainda assim, questiona-se aqui a aplicação dos princípios da prevenção⁸ e precaução do sistema de licenciamento ambiental, ocorrendo renovações de licenças com passivo ambiental ou focado em ações corretivas para remediar impactos, como no caso de negociação de condicionantes e termos de ajustamento de condutas mediado em conjunto com o Ministério Público.

Outro princípio do direito ambiental é o “poluidor-pagador”, também explicitado na Política Nacional de Meio Ambiente⁹ e na Constituição Brasileira. Nesse âmbito, Montibelieri (2001, p. 87-92), questiona sobre a valorização econômica: “como pode ser estabelecido o valor a ser pago?”; ou “quanto deve ser pago?”.

Como resposta, Pigou conclui que, a partir de um “nível ótimo de poluição”, a empresa pagaria pelos seus danos diluindo o custo das medidas de controle dentro dos custos totais do empreendimento. O tal “nível ótimo de poluição”, por sua vez, seria determinado por meio de negociação e valorização dos impactos, incluindo aqueles que afetam a vida social e a disponibilidade de recursos naturais de uma comunidade ou região, mesmo que, para tanto, a base da existência dessa comunidade nas relações com o seu território seja comprometida. A incorporação desses custos ambientais e sociais

⁷ Também denominada condicionante pelo IEMA. Há outra medida exigida pelo IBAMA, que é a compensatória, para compensar um dano já ocorrido pelo empreendimento.

⁸ Precaução: 1 Cautela antecipada; prevenção. 2 Circunspeção, prudência. Antôn: descuido. Precauções oratórias: meios ou recursos de que se serve o orador para conciliar a benevolência dos ouvintes. Prevenção: 1 Ato ou efeito de prevenir ou de se prevenir. 2 Precaução para evitar qualquer mal; evitação, impedimento: Prevenção de acidentes. 3 Preconceito. 4 Aviso prévio. 5 Mil Serviço de prontidão. 6 Ret obsol V antecipação, acepção 4, ou prolepse, acepção 2. (MICHAELIS, 2007)

no custo total do empreendimento foi debatida no caso a seguir, quando o aumento desses custos pode inviabilizar a instalação do empreendimento.

Como cabe ao Estado-Administrador licenciar as atividades potencialmente poluidoras, tendo em vista o interesse público e, seguindo os ditames da Política Nacional de Meio Ambiente, conceder licenças às atividades que se enquadram nesse segmento, o mesmo compactua com os possíveis impactos que ocorrerão na instalação e/ou operacionalização desses empreendimentos. A co-responsabilidade é assunto debatido por Henkes (2005), entendendo que:

O Estado responde objetivamente tanto pelos danos ambientais provocados diretamente pelo Poder Público ou por seus agentes, como dos decorrentes da omissão do Poder Público no cumprimento do poder de polícia, bem como por aqueles danos decorrentes da responsabilidade do Estado em prestar determinado serviço público no qual se omite ou presta de forma ineficaz. Não se pode olvidar do mandamento constitucional que outorga ao Estado a competência de fiscalizar, e se o Estado não cumpre com as diretrizes constitucionais deverá ser responsabilizado por sua omissão.

Expõe-se, aqui, a fragilidade de fiscalização e na co-responsabilidade que o Estado deveria ter nos casos de omissão de fiscalização. Retomando a questão de presunção da legitimidade do licenciamento ambiental, esse instrumento na Política ambiental brasileira é constantemente afetado pelas mudanças no discurso governamental quando este prioriza o desenvolvimento econômico, pressionando os órgãos ambientais para licenciar atividades, como foi o caso das usinas hidrelétricas e outros empreendimentos de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conhecido também como Pacote de Desenvolvimento do Governo Lula, além de grandes empreendimentos, na dita promessa de desenvolvimento econômico e “transbordo” do aspecto positivo às questões sociais. Por esse viés, o licenciamento não passa de um roteiro burocrático a ser cumprido e não questionado, seja pelos próprios órgãos ambientais, seja pela sociedade civil. Somam-se a este quadro os intensos desgastes políticos, em especial referentes à pressão para aprovação das grandes obras do PAC, incluindo quando o governo federal passou por diversos enfrentamentos internos entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio

⁹ Inciso VII do art. 4: “

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para licenciamento e (não) liberação de obras de infraestrutura de grande porte (algumas consideradas megalomaniacas e combatidas por parte da população, a exemplo da transposição do rio São Francisco).

Com agravamento da crise política no que tange à questão ambiental e estando o governo preocupado em garantir a execução de suas obras e acelerar o processo de licenciamento, através de uma Medida Provisória (MP) n° 366¹⁰, em um processo de “cima-para-baixo”, de forma autoritária e contra várias tentativas de construção de uma outra lógica de gestão ambiental participativa, o IBAMA foi dividido. A MP 366 criou, assim, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, nova autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de unidades de conservação. Já o IBAMA manteve suas atribuições de fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento ambiental (AGÊNCIA BRASIL, 2007). Não obstante, é reforçada pelo governo federal a premissa de desenvolvimento econômico a qualquer custo, vista pressões macroeconômicas, sendo os esforços de:

“politização dos conflitos ambientais como meio de problematizar as escolhas de desenvolvimento é, com frequência, apresentado como obstáculo ao cumprimento das metas referentes às contas externas, quando não como barreira ao próprio ânimo desenvolvimentista” (ACSELRAD, 2004a, p. 28).

Assim, o licenciamento ambiental pode ser entendido como uma barreira ou empecilho que dificulta o desenvolvimento econômico do país, seja para obras de infraestrutura do próprio governo federal, seja como alvo de altos investimentos estrangeiros, aplicando-se este conceito ao se analisar nessa pesquisa o empreendimento chinês da Baosteel em parceria com a Vale em Anchieta/ES.

Neste momento contemporâneo facilmente se associam as metas de crescimento econômico ao PAC, sendo previsto cerca de R\$ 500 bilhões até 2010 para obras. Os discursos incluem destacar a abundância dos recursos naturais, sua valorização e o reconhecimento do Brasil como um dos países com maior biodiversidade do mundo, mesmo que a distribuição dos recursos financeiros nacionais voltados para a gestão

¹⁰ Convertida em Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007 (D.O.U.)

ambiental pareça ser deficiente. Quanto a esse aspecto, observa-se que a operacionalização do licenciamento e a fiscalização dos empreendimentos, bem como o cumprimento das condicionantes, apontam fragilidades no licenciamento ambiental enquanto instrumento no acompanhamento de todo o seu processo – ou entendimento deste enquanto processo – adotando-se ações pontuais e visando de modo particular somente a emissão das licenças em suas diversas etapas.

Voltando à explicitação estrutural do licenciamento ambiental, este consiste no encadeamento de atos que se desenvolvem progressivamente em três etapas¹¹:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na *fase preliminar* do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a *instalação* do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a *operação* da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação art. 19 do Decreto 99.247/90 e o art. 8º da Resolução 237/97, do Conama

Observa-se, assim, que a concessão da licença ambiental é sequencial, complexo, dinâmico, mutável e adaptável, onde há a atuação do Estado, embora, a princípio, deveria estar mais preocupado com a questão ambiental em todos os seus aspectos do que simplesmente emitir as licenças para instalação de grandes empreendimentos ou obras de infraestrutura, em detrimento de quaisquer custos sociais. O não questionamento de ‘ordem mundial’, com intuito de se tornar um país competitivo e atrair investimentos internacionais para o Brasil, parece, ainda hoje, ser a premissa de governo. Além disso, é comumente observado a liberação de licenças (de

¹¹ Há ainda casos em que o licenciamento não obedecerá a todos esses procedimentos, como o licenciamento único ou simplificado. Previsto no parágrafo único do art. 8º e no § 1º do art. 12 da Resolução CONAMA 237/97, e também no SILCAP (Decreto Estadual 1.777/07) é aplicado às atividades de pequeno potencial poluidor e às atividades que já estejam em funcionamento, quando delas começa a se exigir a licença ambiental

uma etapa a outra, LI para LO, por exemplo) sem cumprimento ao menos das condicionantes anteriores.

Chama-se atenção à licença prévia (LP), que deve ser concedida na fase preliminar de planejamento da atividade, onde será reconhecida a viabilidade do projeto e serão estabelecidos os requisitos básicos a serem atendidos nas etapas de instalação e operação. Orienta, então, os requisitos básicos que as outras licenças (LI e LO) deverão conter. Sendo assim, não teria sentido uma empresa investir no desenvolvimento desses projetos antes de receber a licença prévia, mesmo porque, no caso da não concessão, os gastos até então seriam perdidos. Por mais estranho que possa parecer, isto ocorreu em Anchieta, quando da ‘não’ vinda da Baosteel, detalhado mais a frente.

Parte integrante do processo de licenciamento das atividades potencialmente poluidoras é formada por estudos ambientais¹². Tratar-se-ão aqui da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), do Estudo de Impacto Ambiental (EIA)¹³ e do Relatório de Impacto ambiental (RIMA)¹⁴.

A AAE é considerada um estudo ambiental pelo SILCAP e é recomendada sua análise anterior ao processo de licenciamento prévio, sendo considerada:

(...) um processo sistemático para avaliar as conseqüências ambientais de uma política, plano ou programa, de forma a assegurar que elas sejam integralmente incluídas e apropriadamente consideradas no estágio inicial e apropriado do processo de tomada de decisão, juntamente com as considerações de ordem econômica e social (Egler, 2001 *apud* TCU, 2004, p 18)

¹² “Estudos ambientais são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar (RAC), diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD) e análise preliminar de risco (inciso III do artigo 1º da resolução Conama no. 237, de 1997)” (TCU, 2004, p. 27)

¹³ O Estudo de Impacto Ambiental, introduzido inicialmente no sistema normativo brasileiro, Lei nº 6.808/1980 e depois pelas demais legislações subsequentes, é exame necessário para o licenciamento de empreendimentos com significativo impacto ambiental. Também apresenta detalhes de dados do projeto básico do empreendimento. Esse estudo tem seus parâmetros definidos na Resolução CONAMA no. 001/86 (artigo 2º), que apresenta os requisitos a serem observados e como deverá ser realizado.

¹⁴ “O Rima é exigido nos mesmo casos em que se exige o EIA” (TCU, 2004, p. 28)

É defendida como um estudo preliminar ao processo de licenciamento ambiental, caracterizando amplamente a região de interesse de determinado empreendimento, apontando os pontos críticos ao licenciamento.

O licenciamento ambiental isolado de cada empreendimento não possibilita ao órgão ambiental identificar adequadamente os impactos ambientais e sociais cumulativos, sendo indicada a elaboração da AAE em momento anterior à licença prévia¹⁵. Diferentemente do EIA, a AAE ainda não tem o escopo do empreendimento totalmente definido, nem sua metodologia e nem seus custos¹⁶, sendo que os dois primeiros ficam a cargo dos empreendedores potenciais. No caso ora apresentado, o governo estadual contratou serviços para elaboração de AAE do Pólo Industrial de Anchieta visando fornecer subsídio à futura instalação dos empreendimentos na região.

Vinculado como exigência do processo de licenciamento ambiental, o EIA possui maior detalhamento do empreendimento, da sua área de influência, impactos ambientais, medidas mitigadoras e apontamento de programas de acompanhamento e monitoramento. O EIA constitui-se como um documento extenso e em linguagem técnica, enquanto o RIMA é elaborado para que seja mais acessível em termos de linguagem, visando atender a demanda da sociedade por informações, tratando-se de um outro documento e não um resumo do EIA.

Entendendo o licenciamento ambiental como de interesse público, após ser requerida a licença e, se for o caso, da apresentação do EIA/RIMA, o órgão ambiental, com base na Resolução CONAMA no. 009/87, disponibilizará o RIMA à sociedade e o colocará em discussão através da consulta pública e da audiência pública para que a sociedade se manifeste sobre a questão. O projeto sob licença será debatido nessas ocasiões e serão, além do esclarecimento de dúvidas, colhidas críticas e sugestões, que serão analisadas pelo órgão ambiental. Porém, essa etapa possui fragilidades, a exemplo do acesso a esse material. Apesar de constar a sua distribuição obrigatória, é usual a

¹⁵ Ver BURIAN (2004, p. 1) que ao analisar o licenciamento de hidrelétricas propõe a execução de AAE “que possibilite antecipar as questões socioambientais mais relevantes, definindo quais os locais como maiores ou menores restrições para a inserção futura de usinas hidrelétricas, tomando por base a sua inserção dentro do conjunto de empreendimentos previstos, considerando não apenas para a área de influência direta, mas sim para toda bacia hidrográfica.” Orientando assim, a melhor escolha do local para implantação de hidrelétricas em áreas, chamada por ele com “menores restrições socioambientais”.

¹⁶ Apesar de constar no SILCAP como estudo ambiental, nada mais é referendado à AAE neste instrumento legal do estado do Espírito Santo.

prática de disponibilizar uma cópia nos órgãos públicos municipais, mas deve-se atentar para alguns pontos:

1. Distribuição dos estudos sem devida antecedência.
2. Dificuldade de acesso aos estudos: por vezes empecilho do poder público a esse acesso usando a burocratização como justificativa; ou número de cópias insuficientes; disponível distante da localidade onde será instalado o empreendimento.
3. Linguagem técnica dificultando entendimento do mesmo pela população.
4. Tempo de análise do documento pela população para amadurecimento dos questionamentos e politização das discussões.
5. Não discussão do documento nas instâncias e espaços coletivos de debate como Conselhos, Câmara de Vereadores, Fóruns locais;

O desconhecimento sobre a própria legislação brasileira, em particular do licenciamento ambiental, pressuposto somente para empresas e profissionais do direito, a própria população poderia solicitar audiências prévias, consultas públicas¹⁷ onde a sociedade teria a oportunidade de se manifestar sobre a questão, se fazendo presente na gestão ambiental, apontado inclusive no SILCAP. Decreto Estadual no. 1.777/07, que se aproxima do caso estudado nesta pesquisa:

Art. 39 - O órgão ambiental convocará a audiência pública quando requerida justificadamente por entidade civil, com mais de 01 (um) ano de constituição, voltada à proteção do meio ambiente legalmente constituída e com atuação na área de influência direta do empreendimento, pelo Ministério Público ou ainda por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos (Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, art. 1º, § 3º), desde que domiciliados naquela área, observado o prazo do artigo 35.

Art. 40 - Em função da localização e complexidade do empreendimento, poderá o órgão público fazer realizar mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto em licenciamento.

¹⁷ XIV - Consulta Pública: procedimento destinado a colher a opinião de setores representativos da sociedade sobre determinado empreendimento e/ou atividade, cujas características não justifiquem a convocação de audiência pública; XV - Audiência Pública: procedimento destinado a divulgar os projetos e/ou atividades, suas alternativas tecnológicas e locacionais, visando a colher subsídios ao processo de licenciamento ambiental junto às partes interessadas; (SILCAP. Decreto Estadual no. 1.777/07)

Parágrafo único - Desde que tenham participado da audiência, as entidades civis legalmente constituídas, o Ministério Público, 2/3 de pessoas presentes ou ainda 50 (cinquenta) ou mais cidadãos poderão requerer nova sessão de audiência pública fundamentando seu pedido, que será levado à apreciação do órgão ambiental competente, para decidir. (SILCAP. Decreto Estadual no. 1.777/07)

Entende-se a necessidade de orientar as manifestações que devem ser por escrito e com prazo, aplicando-se o mesmo rigor no cumprimento de prazos e exigências requeridos de um empreendimento subsidiado financeiramente com equipe especialmente preparada tecnicamente para argumentar, contrapor posições e também estreitar relações com os órgãos ambientais e com a sociedade, nem sempre organizada em movimentos institucionalizados que tenham os mesmos acessos e recursos (tempo, técnico, financeiro) para acompanhar e intervir de modo ativo no processo de licenciamento ambiental.

Na verdade, tanto na fase da consulta pública como na da audiência pública, a principal intenção é a de proceder a uma auscultação da reação da sociedade ao empreendimento proposto. É propiciar uma oportunidade aos interessados de influir na gestão ambiental, pela resposta à consulta formulada. Exatamente por ser esta a sua motivação, é que a audiência pública não tem caráter vinculatório para a decisão a ser adotada pelo órgão licenciador ambiental. É, entretanto, importante parâmetro para a decisão de licenciar ou denegar a licença (OLIVEIRA, 2005, p. 231).

Deste modo, somente após o cumprimento dessas etapas é que haverá ou não a concessão da licença prévia. Porém, é preciso se atentar que, apesar do esforço em estimular a participação da população nas audiências públicas, o seu formato institucional não a estimula, em especial os cidadãos mais atingidos. O perfil socioeconômico não dá condições para que toda a população discuta questões técnicas e públicas nas mesmas condições que os órgãos ambientais, empreendimentos e empresas contratadas para elaboração do EIA e do RIMA. Então, as questões acabam por não problematizar o empreendimento em análise, apesar de haver outros ganhos:

As Aplas funcionaram como um foro para popularizar a informação técnica e legitimar as decisões políticas que estavam basicamente confinadas aos gabinetes governamentais. Neste sentido, elas exerceram um papel pedagógico, informativo e consultivo, o que não

é pouca coisa. (...) O fórum de discussão pública impôs limites ao uso excessivo de argumentos técnicos, tornando necessário o estabelecimento de um diálogo mínimo com um vocabulário do senso comum (ALONSO & COSTA, 2004, p. 16).

Outro fator analisado por Alonso & Costa (ibid.), sobre a participação da sociedade nas audiências públicas é a dinâmica da vida política em que as pessoas delegam a argumentação para outras, ao invés de assumir um papel ativo politicamente no modo mais tradicional representativo.

Barros (2004), discute sobre como estimular a participação ativa da população e a necessidade em acessar informações sobre os empreendimentos e do processo de licenciamento ambiental em si, em especial para que essa chegue até os mais impactados. Bursztyn (1994, p. 59), destaca a importância de “estimular a intervenção de todos os grupos potencialmente interessados”, ressaltando os meios de informação (p. ex. a imprensa, a via postal, a propaganda mural), de consulta (p. ex. sondagens de opinião e debates) e de participação da população (p. ex. audiência pública). No entanto, é sabido que oferecer meios para participação não é garantia que esta ocorra, ou melhor, de que forma isso irá ocorrer. Segundo Furriela (2001, p. 169), “não basta assegurar legalmente aos cidadãos o direito de participar da gestão ambiental ou garantir por meio de normas o direito de acesso a informações, estabelecendo-se conselhos, audiências públicas, fóruns, procedimentos e práticas”, pois, atualmente, a apatia da população em relação à participação é generalizada devido ao descrédito dos políticos e das instituições.

No Espírito Santo, o IEMA tem tido a iniciativa de estabelecer comissões de acompanhamento e consultas públicas, desde o Termo de Referência (TR) para o EIA¹⁸, bem como das condicionantes. Para o TR, fica a critério do órgão ambiental a convocação ou não da sociedade para participar de consulta pública que orientará o EIA e posteriormente fundamentará as condicionantes. A consulta pública do TR para o EIA pode permitir melhor entendimento do documento final do EIA. Outro ponto de

¹⁸ § 5º - O órgão ambiental poderá submeter o Termo de Referência à consulta técnica de órgãos, entidades públicas, privadas e a profissionais especializados no tema objeto do licenciamento ambiental pretendido ou submetido à consulta pública a determinados segmentos da sociedade, localizados na área de influência direta dos impactos gerados pela atividade ou empreendimento. (SILCAP. Decreto Estadual no. 1.777/07)

destaque do SILCAP é a publicização do RIMA, com exigência de que o mesmo seja disponibilizado na rede mundial de computadores (Art. 35. Parágrafo único) e que na possibilidade de convocatória para reuniões preparatórias das audiências públicas com objetivo de apresentar e discutir com a sociedade o relatório de impacto ambiental. Porém, há de se considerar as limitações socioeconômicas da realidade brasileira, da democracia representativa e do processo de institucionalização da sociedade que pode, por vezes, levar à manipulação de agendas e acordos. Essas são fragilidades também presentes em um outro espaço de discussão, constituído pelas comissões de acompanhamento de condicionantes ambientais estabelecidas pelo IEMA. Apesar de não explicitado no SILCAP, essas comissões têm sido uma iniciativa do órgão ambiental capixaba para reunir a sociedade civil, o poder público local e os representantes do empreendimento para estabelecer um canal de comunicação, acordos e controle social das condicionantes. Segundo (Fernandes, 2007), “a sociedade civil formada por grupos organizados que absorvem problemas sociais na esfera privada e expõem para serem solucionados na esfera pública” e, no caso dessas comissões de acompanhamento, estabelece-se a convivência da sociedade com o empreendimento e as relações de troca “poluidor-pagador”, reforçando que o empreendimento pode ser ampliado ou sua licença renovada, tendo a sociedade pactuado com o mesmo e, em uma lógica de resolução de conflitos e despolitização dos questionamentos, contribuindo para o “paradigma da adequação” (Zhouri *et al.*, 2005).

O não interesse na discussão dos empreendimentos associado ao descrédito que algum questionamento será considerado adiante, reforçam a crença que as decisões não são tomadas pela população de base, mas que, a emissão da licença é dada como ‘certa’ ao ser solicitada pelo empreendimento. Presume-se que algum problema, questionamento ou empecilho, quando levantado, será transformado em condicionante e não impedirá a instalação ou operação do empreendimento. Esse quadro também é comentado por Zhouri *et al.* (2005), sobre as pequenas centrais hidrelétricas (PCH), onde a população é transformada apenas em espectadora do processo e, quando defendem seus direitos, são vistas como ameaça aos procedimentos ‘democráticos’. Neste cenário, quando pequenos grupos, ou mesmo a personalização de alguns que se destacam nestes questionamentos, são tidos como radicais e contrários ao

desenvolvimento local e ‘melhoria da qualidade de vida’ do município, configurando um quadro de ‘resolução de conflitos negociada’ (ACSELRAD, 2007).

Hoje se remete ao Estado como contraditório e fragilizado e, mais distante ainda, das intenções do movimento ambientalista crítico que busca a transformação social como solução dos problemas ambientais.

2.3 – Problemas e conflitos ambientais

Os valores sociais diferentes e o lugar social que envolve práticas produtivas e cultura, bem como os interesses diversos sobre os mesmos recursos naturais em uma localidade, remetem à idéia de conflito que se identifica como as lutas sociais travadas em torno de elementos que possuem uma mesma base territorial e seus recursos naturais (OLIVEIRA, 2004). Assim, processos desiguais de apropriação e uso dos territórios são inerentes, em especial quando o uso, legitimado por meio dos instrumentos legais, nem sempre é o mesmo praticado pela população local.

A constituição de um consenso cognitivo coletivo em torno da definição e classificação do que seria um “problema” é o ponto de partida para atribuir especificidade científica e política aos “problemas ambientais” e que tomam uma dimensão pública (FUCKS, 2001). Segundo este autor, quando analisada a preocupação ambiental, deixa de ser indicador de gravidade e passa a ser fenômeno social de formação de consensos sociais e não mais senso comum (TOPALOV, 1992 apud Ibid, 2001). No entanto, os custos referentes ao problema ambiental são desigualmente distribuídos, assim como os benefícios da proteção ambiental.

Existe, então, um falso consenso sobre as questões ambientais quando se avalia cada grupo social com suas necessidades e visões de mundo distintas. O questionamento proposto por Hajer (1997) é se de fato cada sociedade tem a mesma idéia de problema ambiental, haja vista que cada qual será “julgado” com seus valores. As disputas decorrentes desses movimentos de proteção ambiental são paradoxais e inevitáveis. Baseado no uso do discurso acadêmico ecológico radical pelos políticos, para Hajer (Ibid.), o novo conflito ambiental não deve ser conceitualizado como um conflito pré-definido, com lados prós e contras apenas, mas como uma complexa e contínua luta de definição do que seria (ou é) realmente um problema ambiental em si. Pontua-se, neste contexto, que a proteção ambiental tem sido reforçada como problema ambiental

através do discurso global considerando o meio ambiente como algo finito, e, portanto, que “necessita” de proteção para garantir a sobrevivência da humanidade.

Baseado nas leituras de obras sobre problemas e conflitos ambientais (MELLO, 1996; FUCKS, 2001, ACSELRAD, 2004), parece que os problemas ambientais se baseiam na idéia de consenso explicitado em arena pública, ou seja, pode ser criado, “inventado”. Já os conflitos ambientais são constituídos de lutas simbólicas para legitimação de práticas, bem como “luta direta no espaço de distribuição do poder”, nas diferentes formas de apropriação do território, sendo que essas formas de apropriação são práticas sociais que inviabilizam a durabilidade de outras, explicitado também no debate democrático. A idéia de democracia ultrapassa a de regime político ou modelo institucional como forma de existência da própria sociedade, onde o conflito é a sua essência.

Assumir que haja conflito, dentro de uma lógica de criação de ambiente despolitizado e com um clima favorável para negócios, é visto como algo a ser erradicado. Neste pensamento, as discussões para resolução (ou confronto das partes no) do conflito são reduzidas e pacificadas em um pressuposto consenso, mascarando diversos interesses e objetivos envolvidos:

“Confronto” parece ser palavra imprópria, porque arranha as pretensões de solidariedade. De um lado, há que se levar em conta a solidariedade que imbeciliza (efeito de poder) (DEMO, 2002). De outro, trata-se aqui da dialética do confronto, que não precisa ser sangrento. O que se diz, claramente, é que mudança desta magnitude implica reordenamento de oportunidades e acessos, redistribuição de renda e poder, emancipação dos excluídos. Não se faz isso sem confronto, por mais que o objetivo seja uma sociedade igualitária. Não se combate a “pobreza” sem passar por sua face política. (DEMO, 2005)

Se o movimento ambientalista tem verdadeiramente como propósito a transformação social e uma postura crítica da sociedade atual, há indicativos que esse objetivo ainda não conseguiu obter êxito em sua completude, visto que precisam ser incluídas mais contundentemente as comunidades envolvidas nesse processo. Segundo Zaneratti (1989 *apud* WALDMAN, 2002, p 34), se os movimentos populares se eximirem desse objetivo de transformação social, “mesmo reconhecendo a existência de interesses conflitantes, assumem viés conservador e tendem à colaboração de classes, sustentando mecanismos de exploração econômica e a reprodução da ideologia

burguesa”. Interesses opostos parecem ser uma constante quando se trata de conservação ambiental, e, mais agravante, o poder público e a sociedade de modo geral parecem ignorar a existência de conflitos para sua real aplicação. Devem-se, então reconhecer esses conflitos, buscar intermediação, discussão e respostas para os mesmos, e não simplesmente negá-los. Mais ainda, deve-se pensar em uma transformação social ao discutir a solução para os conflitos apresentados, por mais problemáticos e complexos que possam ser.

(...) é preciso considerar que todas essas relações no campo da vida real não se dão de forma consensual ou não-conflitiva. É preciso reconhecer que a sociedade civil “no que diz respeito ao conceito gramsciano” é o campo das realizações dos conflitos, ou seja, o lócus da luta de classes, no qual interesses políticos e econômicos divergentes coexistem, oriundos de posições sociais historicamente hierarquizadas que se dividiam, e ainda se dividem, em dominados e dominantes. (TOMÉ, 2007, p. 94)

A discussão sobre relações de poder inerentes uma região e as lutas simbólicas trazidas por Bourdieu (1989), quando se discute sobre um objeto de disputa, constitui um enfrentamento, propondo a reversão da situação “imposta”. Uma vez que “todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia”, esses conflitos ocorrem em um campo simbólico, no discurso e na prática, de domínio não dicotômico (p. 114). É preciso investigar mais a fundo essas relações de poder nos conflitos sobre o uso da terra, aplicabilidade de instrumentos legais, e apropriação das áreas protegidas, entendendo as mesmas como território enquanto “espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território” (COX, 2002 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 68).

Diferentemente de Alier (2007), que propõe a idéia de conflito como sendo distributiva, pelo paradigma da escassez de Malthusiana para os recursos naturais, Acelrad (Ibid.) tem as bases na política e na democracia. Há, atualmente, diversas investigações para melhor compreensão do conflito ambiental. Sabatinni (1997), estudando conflitos ambientais no Chile, os define como conflitos entre atores em um dado lugar e basicamente causados por interesses contrários aos impactos de uma determinada atividade. No entanto, as partes podem se dizer ambientalistas, mas que diferem do entendimento e de suas práticas sobre o mesmo território.

Acselrad (*op. cit.*) remete os conflitos ambientais a quatro dimensões, a saber: apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade, considerando que a existência de práticas espaciais¹⁹ “sobrepostas” e de base material para sua continuidade enquanto formas sociais de existência.

Os princípios de prevenção e precaução do licenciamento ambiental legitimado pelos diplomas legais serão efetivos quando esse processo extrapolar o debate tecnológico como resolução dos impactos e a população se inserir efetivamente nesse instrumento legal como forma de reivindicar e lutar, discutindo (de fato e não consulta somente) os interesses dos atores sociais envolvidos, estimulando a participação política-cidadã de toda população local, objetivando o controle social. Espera-se que esses interesses sejam contemplados e ações estruturantes socioeconômicas possam garantir proteção ambiental aliada à inclusão social, e não que esses interesses sejam entendidos como “passíveis de negociação”. Para tanto uma ação do Estado se faz necessária, bem como a politização dos debates ambientais e fortalecimento dos movimentos sociais, ao invés de tratar a questão ambiental somente no indivíduo ou com teor alarmista pelos meios de comunicação de massa.

2.4 – Movimentos de resistência e Justiça Ambiental

Ainda hoje, ressoa na política brasileira a melhoria das condições da população via desenvolvimento econômico, repassando ao mercado a responsabilidade de resolver as demandas sociais e problemas ambientais, frequentemente pautada pelo viés tecnológico com ações para “modernização ecológica”. A necessidade de assumir responsáveis pela crise ambiental repousa, muitas vezes, no indivíduo, despolitizando os debates e não questionando processos produtivos, o padrão de consumo (tendo os recursos naturais inesgotáveis), resíduos gerados pela produção, acumulação de capital e solução via desenvolvimento tecnológico. Porém, os riscos a que a população está exposta ao adotar esse padrão de consumo e de “qualidade de vida” - onde pequena

¹⁹ As “práticas espaciais materiais” segundo Henri Lefebvre e David Harvey (*apud.* ACSELRAD, 2004a, p. 24-25), são definidas como “fluxos, transferências e interações físicas e materiais que concorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social”

parte da população mundial tem de fato condições de acesso - começou a ser questionada. A excessiva extração de recursos naturais não é possível caso todos os habitantes do planeta obtivessem o mesmo padrão de consumo dos países hegemônicos. Porém, não é nesse tema específico que se quer tratar e sim que para manter esse padrão de consumo são geradas novas tecnologias para aumentar a eficiência e produtividade e que há riscos nesse processo que são, segundo Beck (apud ACSELRAD, 2002) parte da sociedade atual.

A visão de Ulrich Beck na teoria da sociedade de risco tem sua base quando os impactos não se associam à “calculabilidade” e sim da ineficiência da regulação e controle que licenciam tais empreendimentos ou práticas. Concentrando em caráter científico-tecnológico, Beck não associa a crise ambiental à prática de acumulação de capital conforme sugere Acselrad (2002). Ainda de acordo com este autor, Beck também desconsidera que os impactos ambientais e sociais ocorrem e, são sentidos, de forma diferenciada de acordo com o acesso à recursos financeiros, sendo os mais desfavorecidos mais prejudicados nesse contexto, podendo afetar sobremaneira o modo de vida de determinadas comunidades.

A mudança na distribuição do poder sobre os recursos ambientais se torna latente quando uma determinada comunidade ou atividade se sente ameaçada, impelindo a lutar pela sua perpetuidade, consistindo em um conflito ambiental. A organização e junção dessas lutas sociais poderia ser classificada como luta pela terra, cujos direitos humanos são atingidos a partir da construção de barragens, impelindo pescadores artesanais, de gênero e de combate ao racismo, dentre outros a se unirem em torno de temas ambientais – ecologicamente corretos, práticas sustentáveis – no discurso de suas causas, o que alguns atores chamam de ambientalização dos conflitos (ALONSO & COSTA, 2002; LEITE LOPES, 2004). Há de se considerar a relação entre degradação ambiental e injustiça social no mundo contemporâneo e a caracterização dessas lutas sociais e ambientais entendidas como “justiça ambiental”

O Movimento de Justiça Ambiental teve sua origem nos Estados Unidos nos anos 60, unindo lutas isoladas, dissociadas em prol de direitos humanos, equidade social, gênero, e contra racismo ambiental contrárias às condições inadequadas de saneamento, contaminação por lixo tóxico e outros casos de exposição aos riscos ambientais.

No Brasil, somente no ano de 2001²⁰ ocorreu o I Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, trabalho e cidadania na UFF/RJ²¹ que pode ser considerada a primeira iniciativa acadêmica e política no Brasil de se discutir Justiça Ambiental a partir da associação entre movimento ambientalista e massas pobres e marginalizadas. Desse colóquio resultou a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental que tem como principais objetivos a elaboração dos princípios de justiça ambiental brasileiros, criar centros de referências, espaços de diálogos, instrumentos de promoção de justiça, e contribuir para a divulgação de informação, estabelecimento de agendas e articulação internacional. Neste Colóquio, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, defendeu, enquanto justiça ambiental, conjunto de princípios e práticas que:

- a- asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- b- asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- c- asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- d- favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.”

Há de se alertar que esse movimento de resistência pode ser ‘amenizado’ quando a percepção dos riscos ambientais pela população pode ser ‘naturalizada’, baseada na idéia de desenvolvimento econômico enquanto os danos causados são “externalidades” incorporadas ao processo de crescimento econômico coagindo comunidades a aceitarem empreendimentos potencialmente poluidores (Loureiro *et al*, 2009, p. 107).

²⁰ Em 2000, foi realizada uma primeira sistematização sobre o assunto que consiste em uma publicação de um conjunto de instituições como CUT/IBASE/IPPUR-UFRJ/FHB intitulado “Sindicalismo e Justiça Ambiental”.

²¹ Realizado em Niterói de 24 a 27 de setembro de 2001

Gould (2004), analisa a distribuição dos riscos ambientais, como parte normal da economia capitalista, relacionando a capacidade de uma comunidade rejeitar uma “unidade ambientalmente perigosa” com estratificação social considerando os seguintes pontos:

1. Acúmulo de capital.
2. Níveis de poder político.
3. Valorização das terras.

Assim, Gould (*op. cit.*), aponta que a relação é proporcionalmente inversa: nas camadas mais altas do sistema de estratificação, mais recursos econômicos, maior poder político, sendo o local de moradia mais valorizado e, que portanto aumentaria os custos na instalação de um empreendimento. Menos sensíveis aos riscos ambientais, menos vontade para inferir nas decisões políticas contrárias à instalação de uma “unidade ambientalmente perigosa”. Inversamente, nas camadas inferiores de estratificação social, com recursos financeiros escassos, portanto, mais suscetíveis em aceitar a instalação de um empreendimento, mesmo que implique em impactos ambientais graves. Isso se deve não por se importar menos com as questões ambientais, mas em confrontar a necessidade de sobrevivência com propagandas de ofertas de empregos, por exemplo. Apesar de sentirem mais os riscos ambientais, a opção pela localização de unidades ambientalmente perigosas irão considerar aquelas comunidades com menor capacidade de recurso político e de mobilização (GOULD 2004). Fazendo uma correlação com o caso estudado, os benefícios econômicos da produção industrial existentes hoje em Anchieta se concentram nessa parcela da população referida por Gould, não residente no município, diferentemente dos riscos ambientais em que a população desta cidade e da região está sujeita, uma vez que não possui poder aquisitivo para se mudar, sendo forçada a conviver com tal situação.

O reconhecimento de um determinado grupo social suportando uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas, em contraponto a uma carga desigual dos danos ambientais em relação ao resto da sociedade (Herculano, 2002), a vulnerabilidade desses grupos, a decisão não aleatória da localização desses empreendimentos e a visibilidade crescente desses casos têm fortalecido o movimento de justiça ambiental. Ainda que as relações desiguais de poder sejam fator que

influencia na localização desses empreendimentos, sendo apontado por Acselrad (2002, p. 10), condições que antecedem a ação prática coletiva dos movimentos sociais:

1- certos aspectos do sistema de poder perdem legitimidade e a aceitação da autoridade é substituída pelo entendimento de que suas ações não se apóiam em princípios compartilhados de justificação – não são mais vistas como justificáveis; 2- grupos sociais que eram, de ordinário, fatalistas, que acreditavam que os arranjos de poder eram inevitáveis começam a afirmar princípios de justiça que implicam demandas por mudança; 3- indivíduos que se consideravam impotentes passam a acreditar serem capazes de mudar a ordem das coisas.

Ação coletiva na ordem de injustiça ambiental segundo Acselrad (*op. cit.*), manifesta-se em dois planos: distribuição desigual de poder e plano discursivo através da luta social dando visibilidade às denúncias.

Protestos pela redistribuição das conseqüências ambientais negativas e dos direitos ambientais, amparado pelos princípios de reconhecimento e redistribuição só serão considerados satisfatórios, enquanto justiça social, se ocorridos simultaneamente (SANTOS, 2002). Ou seja, os grupos que se reconhecem como diferentes por raça ou condição social, se percebem injustiçados pelos danos ambientais e lutam por igualdade de direitos, redistribuição dos danos.

Como forma de resistência, há de se considerar como “estratégias ecológicas” “o desequilíbrio de poder entre os que colhem as vantagens econômicas da produção e os que pagam os custos ambientais seja maior” Gould (2004, p. 76), apesar de neste embate a vitória seja menos provável. O lema do movimento de justiça ambiental é poluição tóxica para ninguém e não simplesmente o de acarretar um deslocamento espacial da poluição, ‘exportando a injustiça ambiental’ para os países onde os trabalhadores estejam menos organizados. Acselrad (2002, p. 9). Essa nova redistribuição dos riscos e benefícios implica fundamentalmente na mudança da estrutura econômica global, fato este que parece tão mais difícil quanto urgente do que nunca na história.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1 – Estudo de Caso

O presente trabalho se propõe a relacionar um caso particular ocorrido no município de Anchieta-ES. Em virtude deste tipo de objeto escolhido, o estudo ora apresentado foi estruturado como pesquisa qualitativa do tipo “Estudo de Caso”.

A estratégia de pesquisa Estudo de Caso foi adotada em função da investigação de um acontecimento contemporâneo dentro de seu contexto real, tratado como um fenômeno social complexo, descrito conforme Yin (2005), quando relaciona a pesquisa exploratória com questões de estudo do tipo “por quê?” e “como?”; a busca pela compreensão e o levantamento sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos inserido em algum contexto da vida real; sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos e existe pouco ou nenhum controle do pesquisador.

Ainda segundo Yin (*op. cit*, p. 33), o Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa abrangente, uma vez que trata desde a “lógica do planejamento das técnicas de coleta de dados até as abordagens específicas à análise dos mesmos” e possui fontes distintas de evidências.

Sobre o “trabalho de campo”, considerou-se como premissa para a coleta de dados a utilização de várias fontes de evidências (duas ou mais) que convergissem ao mesmo conjunto de fatos: documentos; registros em arquivo; entrevistas; observação direta; observação participante; conforme preconizado por Yin (*ibid.*).

A coleta de dados foi desenvolvida aplicando-se técnicas combinadas de: levantamento bibliográfico, análise documental (mapas, decretos, leis, atas, relatórios de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE e outros relatórios técnicos), levantamento de informações vinculadas em mídia e sítios eletrônicos, complementadas por observação participante, além de entrevista focalizada semi-estruturada (RICHARDSON, 1999; MARCONI & LAKATOS, 1999).

A metodologia adotada para coleta de dados foi dividida em três fases: definição dos instrumentos de coleta de dados; tratamento de dados; e Protocolo do Estudo de Caso, apresentadas a seguir:

3.2 – Definição dos instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados utilizados neste Estudo de Caso foram: levantamento bibliográfico; observação participante; e entrevistas qualitativas semi-estruturadas.

3.2.1 – Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado com dados originais, colhidos em campo, como baseado em documentos (LUNA, 1999). As fontes de pesquisa documental primária e secundária, consideradas destaques nesta pesquisa bibliográfica, foram: as legislações ambientais, em especial referentes ao licenciamento ambiental, tanto nacional quanto estadual; atas da Consulta Pública em 27 de novembro de 2007 acerca da Base Marítima de Ubu, de propriedade da Petrobras, e da Reunião Pública sobre o licenciamento ambiental das obras de terraplenagem, também de propriedade da Petrobras, realizada no dia 25 de abril de 2007, ambas em Anchieta/ES; Decreto Estadual Nº 1247-S, de 10 de julho de 2007, de implantação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta; documento elaborado a pedido do Governo do Estado do Espírito Santo para dar subsídio à implantação do Pólo Industrial de Anchieta, intitulado “Avaliação Ambiental Estratégica do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta/ES”; a publicação “O impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES, na região metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ”, contendo artigos cujos autores integram movimentos de resistência; além de outras publicações cujo tema relaciona-se com conflitos ambientais.

Entendendo que os conflitos ambientais necessitam ser publicizados para assim serem classificados como tal, também houve levantamento documental de notícias da imprensa e sítios eletrônicos. Os principais meios de comunicação escolhidos para

levantamento de notícias referentes à Baosteel, Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV) e de Ubu (CSU) foram divididos em dois grupos, conforme **Quadro 1**, sendo elencadas cerca de 300 notícias para análise de conteúdo (**Apêndice A**):

Quadro 1: Meios de comunicação escolhidos para levantamento de notícias.

GRUPO 01	GRUPO 02
Características: grande circulação – em prol de interesses hegemônicos de desenvolvimento econômico;	Características: circulação estadual, regional ou local que “defende” interesse dos movimentos de resistência;
<ul style="list-style-type: none"> • Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. • Governo do Estado do Espírito Santo. • Ministério Público Espírito Santo. • Vale. • A Gazeta. • Gazeta Mercantil. • Valor Econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Central de Mídia Independente. • Século Diário. • O Jornal online. • Blogs: ValeAnchieta, Pousada das Bromélias, AnchietaAmbiental.

3.2.2 – Observação participante

O método adotado para percepção da realidade e do contexto foi o da observação participante, por meio do acompanhamento de reuniões das instituições atuantes em Anchieta e nos espaços públicos, tais como, audiências públicas, o Fórum de Ubu, Seminários, além do Diagnóstico Participativo desenvolvido pela Petrobras (Unidade de Negócios Espírito Santo) através do Programa de Educação Ambiental²². As implicações desta pesquisadora nesse processo foram pontuadas na seção **3.4 – Protocolo do Estudo de Caso**.

Segundo Geertz (1979), para se entender uma parte (um recorte específico) da vida do grupo estudado é preciso entender a teia cultural em que este determinado grupo está inserido, pois somente contextualizando o recorte a pesquisa fará sentido. Pensa-se, portanto, que a aproximação da realidade para maior percepção dos costumes e entendimento da visão de mundo de uma comunidade se faz necessária, mas, sem pretensão em se tornar “um deles”.

De modo geral, a relação dialética entre a experiência e a ação do sujeito de um lado, e a análise científica de outro, implica complexidade ao método etnológico empregado em pesquisas sociais. Para tanto, Gurtwith (2001, p. 230), difere a observação participante da etnografia de uma observação comum quando determina que “a leitura subjetiva e objetiva que a primeira permite será tanto mais útil na medida em que houver no sujeito pesquisador consciência e vontade de objetivação científica”.

A observação participante, segundo Foot-Whyte (1990), possibilita identificar ações, hábitos, maneiras e costumes a partir do momento que se aprende o momento de perguntar, assim “como” perguntar, pois depende muito da relação que for estabelecida com o grupo pesquisado, interagindo em seus afazeres, escutando as conversas coletivas e as suas histórias. O **Quadro 2** apresenta os principais eventos em que foi possível praticar a observação participante:

Quadro 2: Participação em eventos enquanto observação participante.

DATA	EVENTO	PRINCIPAIS TEMAS
05/julho/08	Audiência Pública Petrobras	Petrobras – UTG-Sul
Agosto/08	Seminário Conservação Manguezal	Impactos da Samarco na área de Manguezal em Anchieta
Março a abril/09	Entrevistas Diagnóstico Participativo PEA-ES Petrobras - UN/ES	Petrobras
14/abr/09	Oficina Diagnóstico Participativo PEA-ES Petrobras - UN/ES	Petrobras
04/jun/09	Reunião Devolutiva Diagnóstico Participativo PEA-ES Petrobras -UN/ES	Petrobras
Junho/09	Fórum de Ubu	Petrobras – UTG-Sul e Porto
06/08/09	Fórum de Ubu	TAC Samarco e Condicionantes Petrobras LI UTG-Sul
02/10/09	Apresentação Cia Siderúrgica de Ubu	Instalação de CSU

Com base no **Quadro 2**, deve-se observar que apesar do foco da presente pesquisa ser o movimento de resistência ao empreendimento proposto pela Baosteel em associação com a Vale, o atual cenário e a pauta dos debates realizados no município de

²² Programa elaborado de acordo com as diretrizes para Programas de Educação Ambiental da Produção e Escoamento de Petróleo e Gás, formulada pelo CGPEG/DILIC/IBAMA (**Anexo X**).

Anchieta focam as atividades em desenvolvimento pela Petrobras e Samarco Mineração. Neste contexto, as discussões acerca da siderúrgica da Baosteel aparecem de forma difusa, como pano de fundo para o movimento de resistência, contribuindo muito para a compreensão deste fenômeno. Mediante entrevistas de campo (descritas a seguir no item 3.2.3 – *Entrevistas qualitativas semi-estruturadas*), pode-se comprovar que não houve reuniões “oficiais” da Baosteel. Os debates surgiram em diversos momentos durante encontros públicos, a exemplo do Fórum de Ubu.

3.2.3 – *Entrevistas qualitativas semi-estruturadas*

Complementando o levantamento bibliográfico e a observação participante, utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas qualitativas semi-estruturadas, de caráter exploratório. Neste processo, a própria pessoa do pesquisador é o principal instrumento de levantamento de dados por notas tomadas por escrito, captando, inclusive, dados não verbais, tais como a percepção sobre o ambiente, comportamentos e sentimentos, seguindo um roteiro previsto no plano de entrevista semi-estruturado (**Apêndice B**). Da mesma maneira que na observação participante, as implicações desta pesquisadora ao realizar as entrevistas utilizando método científico foram pontuadas na seção **3.4 – Protocolo do Estudo de Caso**.

Os sujeitos da ação considerados nas entrevistas foram os atores sociais representativos (institucionalizados ou não) do movimento “Fora Baosteel”, por meio da aplicação da técnica “bola de neve”, permitindo identificar e mapear os informantes-chave para colaboração nesta pesquisa (GOODMAN, 1961). Considerando os critérios sugeridos por Spradley (1979) para um “bom informante”, seguem abaixo os adotados por esta pesquisa na seleção dos entrevistados:

1. Envolvimento nos movimentos de resistência desde o início do fenômeno estudado.
2. Conhecimento amplo e detalhado do foco de análise da pesquisa.
3. Aceitação e disponibilidade de tempo para participar de entrevistas e encontros.

4. Capacidade de se expressar, enriquecendo a compreensão do fenômeno estudado.

Considerou-se ainda “quem entrevistar” de acordo com: o grau de envolvimento na liderança de movimentos de resistência e o nível de articulação entre as instituições; envolvimento nos processos de licenciamento; e participação em eventos de discussão e debates. Desta forma, foram elencadas oito instituições que compõem o Fórum de Entidades, destacando-se duas organizações em Anchieta em função da mobilização promovida para criação deste Fórum. Buscou-se, então, focar as entrevistas com as lideranças e principais colaboradores das mesmas.

Além dessas duas instituições, ressaltou-se o envolvimento do Ministério Público Estadual - MPES, do coordenador do Fórum de Ubu e da pessoa responsável pelas questões ambientais que abrangem o município de Anchieta, além do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Iema, os quais não corresponderam positivamente no sentido disponibilizar dados (documentos e entrevistas) requeridos por esta investigação.

Foram solicitadas ao MPES cópias - ou mesmo consulta – de documentos e das atas do Fórum de Ubu. Por um lado não foi dado nenhum retorno, por outro foi fornecida resposta negando o acesso à informação e indicando consulta ao sítio eletrônico do MPES para maiores informações. Houve retorno de duas pessoas ligadas ao movimento de resistência, que se colocaram disponíveis para entrevista²³, conforme apresentado no **Quadro 3**:

Quadro 3: Perfil dos informantes-chave entrevistados.

ENTREVISTADO	PERFIL
Entrevistado 1	Líder de ONG ambientalista X, coordena Fórum de Entidades
Entrevistado 2	Pesquisadora e colaboradores de ONG ambientalista Y pioneira do movimento de resistência de Anchieta

²³ Foram feitas abordagens pessoalmente, por telefone e *e-mail*, sendo este último com intuito de registrar as tentativas de entrevistas. Ressalte-se que foram feitas tentativas de entrevistas com outros colaboradores dessas instituições – em especial a ong ambientalista Y – porém, sem retorno positivo. Acredita-se que o tema “Baosteel” pode também ter contribuído para esse quadro voltando a atenção das pessoas envolvidas com essa questão, uma vez que ao final do mês de julho deste ano foi

As entrevistas foram realizadas progressivamente, havendo necessidade de retorno ao campo para entrevistar o informante mais de uma vez. Algo que facilitou a troca de informações foi o uso de mensagens eletrônicas por meio da rede mundial de computadores (*internet*), tanto para o agendamento da entrevista, quanto para definir o propósito de cada encontro com o pesquisador, bem como no que tange à devolução e validação das informações colhidas.

Com a finalidade de conferir confiabilidade às informações captadas durante as entrevistas, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente reconhecido e assinado pelo entrevistado (**Apêndice C**).

A técnica de entrevista empregada foi a semi-estruturada (SELLTIZ *et al.*, 1987; RICHARDSON, 1999; MARCONI & LAKATOS, 1999), seguindo um roteiro flexível de perguntas, dividido em três eixos: resistência à Baosteel; outros conflitos e movimentos; e cenário futuro (**Apêndice B**). Este plano de entrevista foi elaborado entendendo a realidade como dinâmica e aos acontecimentos de fenômenos simultâneos, que se influenciam mutuamente, além de buscar contextualizar as situações atuais e os cenários futuros, sem se descolar do histórico vivido. Assim foi possível integrar as informações da entrevista com o levantamento bibliográfico e a observação participante.

As entrevistas foram conduzidas como uma série de conversas informais e cordiais, nas quais o pesquisador introduz novos elementos lentamente. O pesquisador enquanto um aluno especial deve considerar-se o mais aplicado à pesquisa, pois este não está no papel de ensinar, pelo contrário, deve aprender a respeito de uma realidade que não é sua. O “pedir licença”, “ser aceito” e aprender legitimamente foram posturas adotados, conforme sugerido por Spradley (1979).

Os registros foram realizados de forma tão sistemática quanto possível, para permitir a regulação da pesquisa, uma vez que as questões são identificadas em campo, portanto, por retro alimentação – *feedback* (*Id.*, 1980), de evidências convergentes e inferências.

As entrevistas permitiram um levantamento de grande volume de dados, o que, por um lado, dificultou o trabalho de análise e avaliação, entretanto, por outro, permitiu

anunciada pela Vale a retomada do projeto da siderurgia em Anchieta, porém, como divulgado até o momento, não associado à Baosteel.

questionamentos, problematização e mudança do foco, direcionamento a pesquisa sem necessidade de se reiniciar o trabalho de levantamento de dados da área de estudo e/ou do grupo estudado.

3.3 – Tratamento de dados

Para a análise dos dados, a metodologia adotada foi a de Análise de Conteúdo, considerando esta como:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” Bardin (1977 apud Triviños, 2007).

A adoção desse tipo de análise permite a combinação de diversos conteúdos produzidos em suas diferentes formas de comunicação humana, utilizando como premissa as proposições teóricas apresentadas no **Capítulo II – Fundamentação teórica**, que orientou a sistematização dos dados.

A forma como esses dados foram tratados, considerou, também, o método de Becker (1992), diferente das pesquisas convencionais, onde a análise dos dados é feita após a coleta, permitindo que as hipóteses sejam criadas/recriadas, coletando e analisando os dados ao mesmo tempo. Este método permite a análise constante dos dados, uma vez que se trata de um contexto multidimensional e de não-conhecimento da totalidade da realidade, ou mesmo de todas as suas perspectivas.

O tratamento de dados considerou, ainda, Spradley (1980), a análise de dados na fase posterior à coleta. Neste método, a descrição, a análise e a interpretação dos materiais e dos dados geram informações a partir do tempo transcorrido, podendo ser separados de sua crosta subjetiva por novas operações lógicas.

As duas formas de análise ora propostas não se anulam, ao contrário, complementam-se, permitindo se aproximar da realidade estudada.

Assim, ao longo da construção e da estruturação do banco de dados, a categorização, organização e reorganização dos mesmos permitiu aprofundar a interpretação, potencializando a compreensão, principalmente no cruzamento das

informações bibliográficas, com as observações participantes e percepções captadas nas entrevistas.

As *categorias* de análise foram construídas ao longo do processo, considerando a organização das informações tanto por região, quanto historicamente. Isso transcendeu a análise de conteúdo, aproximando o tratamento dos dados à uma cartografia do tema da pesquisa envolvendo as iniciativas da Vale e Baosteel no Brasil e os decorrentes conflitos ambientais como pode ser observado nos **apêndices A e E**.

3.4 – Protocolo do Estudo de Caso

Quanto à *questão ética* desta pesquisa, antevendo o caráter do conteúdo pessoal das entrevistas, prezou-se pela privacidade e confidencialidade dos dados, bem como o compromisso e responsabilidade para com o “outro”. A ética é pré-cultural, portanto, a existência humana sempre pressupõe a presença de um outro. Considera-se neste caso o conhecimento antropológico como produto das interações humanas e não meramente “extraído” de informantes *nativos* alheios às agendas ocultas dos antropólogos.

Para tanto, foi encaminhada para os informantes a íntegra da transcrição de cada entrevista para que as revisassem e acrescentassem informações que no momento da entrevista não foram levantadas. Tão logo concluída a pesquisa, primou-se pelo retorno das considerações e reflexões críticas para os envolvidos através de linguagem acessível, visando fomentar a discussão sobre os conflitos ambientais e justiça ambiental em Anchieta/ES.

Cabe ainda apontar a implicação da pesquisadora no envolvimento com os sujeitos do PEA-ES Petrobras – UN/ES, os quais são os mesmos para investigação desta pesquisa. Isso também pode ser visto como um fator de “complicação” do desenvolvimento do trabalho, mas também de abertura e acesso mais facilitado aos atores e à realidade estudada. A sobreposição do papel “pesquisadora de uma empresa contratada” (atendendo medidas mitigadoras de uma empresa²⁴, legitimando o empreendimento) contradiz a atuação enquanto “pesquisadora mestranda” questionadora dessas mesmas medidas mitigadoras, do processo de licenciamento

²⁴ No caso, a Petrobras.

ambiental e da atuação dos empreendimentos e do Estado. Apesar de recorrentemente ter-se tentado esclarecer a distinção destes papéis, pôde-se perceber que houve entendimento por parte de alguns no sentido de uma estratégia de desmobilização social. O fato é que a base desse Programa de Educação Ambiental da Petrobras tem em seu princípio a promoção da participação qualificada e instigar o questionamento da realidade, inclusive com levantamento das principais ações de controle social, estimulando o mesmo. No entanto, isso teve sérias implicações na pesquisa, em especial na concessão de entrevistas, uma vez que esses atores já haviam sido entrevistados pela pesquisadora quando no atendimento contratual de serviço, e não enquanto pesquisa de mestrado. Ainda assim, a vivência desse processo muito contribuiu para o entendimento da realidade local, em especial no caráter histórico e contextualização atual dos conflitos ambientais, parte essencial na teoria *práxis*.

O fato de já ter sido moradora de Anchieta, também contribui para esse processo – de acesso às informações, pessoas, documentos – bem como da construção de uma visão própria da realidade e análise e discussão da mesma.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao tema “conflitos ambientais” há uma série de situações em que estes conflitos se manifestam em Anchieta/ES, em especial nesse (de)“novo” processo de industrialização, o que contextualiza o retrato do movimento de resistência à Baosteel, uma vez que os acontecimentos não se desenvolveram isoladamente, associando os impactos na implantação da 3ª Usina da Samarco com a vinda da siderúrgica chinesa. Além disso, percebeu-se que o movimento tomou como ícone a Baosteel, enquanto representatividade dos impactos e ameaça maior na mudança das relações sociais e aspectos ambientais na região.

Nas discussões dos resultados as reflexões teóricas do capítulo anterior se fizeram presentes com intuito de enriquecer o fenômeno estudado.

Pretende-se neste capítulo contextualizar esses conflitos apresentando o caso de Anchieta, no primeiro item, através de breve relato histórico, ambiental, econômico e social, apontando para os conflitos em Anchieta como forma de embasar as discussões a seguir.

Logo após, buscou-se realizar um registro histórico das ações da Baosteel no Brasil, desde sua primeira tentativa em se instalar no Maranhão, onde também enfrentou resistência; a mudança de estratégia para o Espírito Santo e novamente para o Estado do Rio de Janeiro, relacionando as argumentações de localização dos empreendidos numa lógica global-local hegemônica e prioritariamente em prol do capital.

As formas de resistência, os outros acontecimentos que marcaram esse período em Anchieta como o PDM e a criação dos espaços de discussão como Fórum de Entidades e outros fóruns, e ainda a procura por publicizar os acontecimentos e extrair do senso comum enquanto problema ambiental, tornando-se conflitos ambientais e na busca por justiça ambiental, abrangendo condições mínimas de saúde e segurança para a população, além de legitimização de práticas tradicionais como a pesca em contraponto à instalação de porto, serão discutidas a seguir.

Como já pontuado no capítulo anterior em que o papel do Estado e sua atuação na “proteção ambiental” como contraditória, além de parecer ‘advogar’ em prol dos grandes capitais como argumento de desenvolvimento econômico necessário à melhoria

social, discutindo, então, algumas iniciativas locais como o Fórum de Ubu, as Comissões de Acompanhamento e a AAE do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta.

4.1 – Quando os Conflitos vem à tona- caracterização social, econômica e ambiental de Anchieta/ES

O Município de Anchieta está localizado na região Metrópole Expandida Sul do Espírito Santo (Latitude 20° 48' 14" S e longitude 40°39'13" W.Gr.), ocupando uma área de 417 quilômetros quadrados, distando 75 km da capital (Vitória), apresentando altitude média de 5 metros (IJSN, 2008).

O município apresenta localização estratégica para logística industrial contemporânea como dinamizador da produção industrial:

Do ponto de vista macro espacial, pode-se destacar que a disposição das grandes infra-estruturas de transporte rodoviário, ferroviário, portuário, aeroviário, de energia e comunicação, tanto das existentes, quanto das que estão projetadas e em vias de serem realizadas, configura sobre a faixa litorânea sul do Estado um corredor infraestrutural e logístico, cujos desdobramentos futuros poderão propiciar a estruturação de um interessante corredor de desenvolvimento e articulação de um amplo e complexo sistema urbano, compreendendo a faixa territorial que vai de Aracruz e Fundão até a região de Guarapari e Anchieta. (VARGAS, 2009 p. 38).

O Espírito Santo é o único Estado brasileiro que tem todo o seu território incluído na área do Corredor Ecológico ou Corredor Central da Mata Atlântica²⁵, inclusive a plataforma continental (IEMA, 2005). Em oposição às ações de conservação ambiental, o Estado também é reconhecido pela extração de recursos naturais, em especial mármore, granito, escoamento de produção de minério de ferro, produção de celulose e, vive-se hoje a “(re)descoberta” do petróleo. A criação e a ampliação de grandes indústrias são aclamadas pelo poder público no intuito de desenvolver o estado, enfocando, no crescimento econômico.

25 “Corredores ecológicos são grandes extensões de terras com ecossistemas considerados prioritários para a conservação da biodiversidade. Sua função é prevenir ou reduzir a fragmentação das florestas existentes por meio de uma rede composta de diferentes modalidades de áreas protegidas” (IEMA, 2005, p. 10)

Esse é o quadro que está se refletindo no litoral sul do Estado, na cidade de Anchieta. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é o maior do Espírito Santo no valor de R\$33.360 (trinta e três mil trezentos e sessenta reais) (IJSN, 2005), e a cidade vive um momento de expansão industrial, considerando que 70,35% do PIB total são de origem do setor industrial, principalmente proveniente da Samarco – empresa Siderúrgica, considerada em 2004 a 6ª maior empresa do Estado (Prefeitura de Anchieta, 2006). Conceitualmente, PIB é a soma dos bens e serviços produzidos em uma região ou país e *per capita* é a divisão pelo número de habitantes. Mas, repetindo as palavras de Shiva (1993), o PIB ter um valor alto não significa que esses bens e serviços venham acompanhados de melhoria de vida ou bem-estar da população envolvida. A renda *per capita* do município foi de R\$ 227,60 (duzentos e vinte e sete reais e sessenta centavos) em 2002, demonstrando que o valor do PIB não é refletido na renda da população local. Este fato pode ser explicado se retomarmos Gould, quando explicita que os funcionários dos empreendimentos poluidores não residem próximo ao mesmo.

Um dos primeiro núcleos de colonização do Estado, atualmente, Anchieta possui mais de 21 mil habitantes (IBGE, 2004). O município iniciou como povoado em 1579, fundado pelo padre José de Anchieta e era chamado de *Rerigitiba* ou *Iiritiba*, palavra de origem tupi que significa “lugar das conchas”. Esta referência é sobre a existência de moluscos nativos da região, pois os mesmos eram alimentos bastante consumidos pelos índios, principalmente a ostra nativa do mangue, *Crassostrea rhizophorae*²⁶.

A extração dos moluscos dos costões rochosos é ainda hoje uma atividade existente no município, exercida principalmente por mulheres (denominadas marisqueiras, atualmente pescadoras profissionais artesanais na atividade da mariscagem). Outra forma de obtenção desse molusco é por meio da miticultura²⁷.

A pesca, atividade tradicional deste município, tem exigido cada vez mais

26 Segundo historiador José Amaral Fernandes Filho (*apud* VIEIRA, 2006) existem sítios arqueológicos – ainda não registrados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – ao longo do mangue do rio Benevente e em outras localidades no município, onde se pode encontrar esses indícios nos sambaquis.

27 Chamada pela população local e pelos integrantes da Associação de Maricultores de Anchieta (AMA) de Maricultura, refere-se, na verdade, às atividades de miticultura (Cultivo de mexilhões, espécie *Perna perna*.) e ostreicultura (cultivo de ostra da espécie *Crassostrea gigas*). Atualmente em Anchieta, a maricultura é uma atividade considerada complementar à pesca extrativista, porém com número reduzido de famílias que persistem na atividade apesar dos problemas e dificuldades. Essas atividades são realizadas na área de amortecimento da Estação Ecológica Municipal Papagaio (EEMP).

viagens longas, que despedem mais tempo, conseqüentemente, mais dinheiro - diesel, rancho²⁸, etc. - e no retorno a terra, um volume de pescado que tem se reduzido ao longo dos anos. Como alternativa e complementação de renda, foi incentivada a maricultura, primeiro com as marisqueiras²⁹ e, posteriormente com os pescadores³⁰. No entanto esse quadro diz respeito aos pescadores que residem na sede de Anchieta, havendo outras comunidades que dependem da pesca no litoral do município como Inhaúma, ao sul, com pesca em alto mar e marisqueiras tradicionais (extração na pedra), Ubu e Parati com pescadores artesanais, a maioria com uso de barcos de pouco alcance e deslocamento com viagens de ida e volta no mesmo dia – diferente de Inhaúma e da sede. Há ainda a pesca de camarão, catadores de caranguejo (principalmente em Chapada do A e Nova Jerusalém) e piscicultores na lagoa de Mãe-Bá.

Assim com outras cidades do litoral sul capixaba, Anchieta se formou a partir de pequenos núcleos de povoação baseados nas atividades de subsistência da pesca e agricultura e que foi crescendo, principalmente em função do turismo, explorado de forma espontânea pela prestação de serviços locais. Apesar de sazonal, o turismo é uma atividade marcante para Anchieta como fonte de renda para a população, sendo tradicionalmente o turismo de lazer (veraneio – época de verão e férias escolares). Atualmente essa atividade tem passado por mudanças com o estímulo à expansão industrial no município.

Apesar da existência de duas unidades de conservação municipal³¹, ambas são

28 Alimentação

29 Houve desistência deste grupo devido ao trabalho pesado de manejo e não adaptação às embarcações, diferentemente dos pescadores que devido ao conhecimento e prática de navegação tornaram-se os atores principais da maricultura, realizando esta atividade em paralelo com a pesca.

30 O que despertou o interesse dos hoje maricultores em iniciar, bem como dar continuidade à maricultura, foram os fatores econômico e ambiental, aspectos estes associados também ao turismo. As embarcações usadas, primeiramente na pesca, foram utilizadas também para o turismo e há cerca de dez anos os maricultores e pescadores conduzem turistas e visitantes às ruínas jesuíticas, subindo os rios Benevente e Salinas, localizadas após a Estação Ecológica Municipal Papagaio (VIEIRA, 2006). Já as visitas ao cultivo, denominadas pelos próprios maricultores como “turismo aquícola”, são realizadas há mais de cinco anos. Segundo estes, atendem mais o público técnico-científico, decorrente das pesquisas e trabalhos científicos realizados na área, e da atividade de maricultura em si, que é uma referência no Estado. Os turistas, estudantes e curiosos podem acompanhar todas as etapas da criação de mexilhões e ostras *in situ* (VIEIRA, 2006).

31 Em 1989, acompanhando a norma do Artigo 225, § 1º, III da Carta Magna, a Constituição Estadual determinou, em seu art. 186, Parágrafo Único, II, como obrigação do Poder Público, Estado e Municípios “definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, permitidas as suas alterações ou supressões somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção” (IPEMA, 2005, p. 56-57). Seguindo essas diretrizes, no Artigo 45 do Quatro das áreas propostas foram declaradas como

impactadas pelas atividades industriais. A Estação Ecológica Municipal Papagaio, não obstante se encaixar em uma das categorias mais restritivas de Unidade de Conservação (UC)³², a de proteção integral, é “cortada” por dois minerodutos (um com cerca de trinta anos atrás e outro mais recente – cinco anos), além das atuais obras de gasoduto que também cruzam a UC e passa próxima às Ruínas Jesuítas. Já a Área de Proteção Ambiental (APA) de Ubu é circunvizinha da indústria de mineração Samarco e da área portuária da mesma, onde está prevista a construção do porto da Petrobrás e sua retroárea inseridas na APA³³, o que impedirá acesso à praia – enquanto área portuária e de restrito acesso – prejudicando o turismo de lazer, prática de surf – comum nesta praia específica. Além disso, esse local é, segundo o Tamar, incidência de alimentação das tartarugas. Não obstante excluirá a atividade da pesca artesanal exercida nesse espaço. Daí, o movimento desses pescadores para atividades compensatórias específicas.

No caso de áreas protegidas, cada grupo defende seus interesses sociais e econômicos de acordo com sua visão de mundo e, ainda, as disputas sobre o que seria conservação ambiental, seja pelo o Estado (representado pelos órgãos que respondem pela questão ambiental e áreas protegidas ou ainda pelo poder público local, comumente com perspectivas distintas), ou pela população local (nesta há também interesses distintos e muitas vezes opostos para municípios litorâneos, desde caranguejeiros, marisqueiras e pescadores tradicionais aos grandes proprietários de terras e outras apropriações do espaço como condomínios, turismo e indústrias).

A questão sobre os conflitos ambientais envolvendo atividades tradicionais, industriais e unidades de conservação é um ponto interessante de investigação. Mas, atente-se que nesse cenário há movimentos de resistência à essas ações e questionamento de imposições e coerção para instalação e ampliação de empreendimentos industriais de grande porte e, conseqüentemente de grande impacto,

unidades de conservação pelos poderes públicos municipais, nestes incluindo o manguezal de Anchieta, então declarado como Estação Ecológica Municipal Papagaio (ibid.). Outro instrumento que reafirma a proteção dessa mesma UC é a Lei Municipal nº. 017/92, 26 de junho de 1992 da Estação Ecológica Municipal de Papagaio. Outra UC é a Área de Preservação Ambiental (UBU) criada pela Lei Municipal nº. 008/98, 18 de junho de 1998.

32 Lei Federal Nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e do Decreto Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC

33 Previsão de entrega do Plano de Manejo para out/2008. Ressalta-se que os recursos financeiros para elaboração do Plano de Manejo trata-se do cumprimento da condicionante nº.32, Licença de Instalação nº. 188/2005, processo nº. 28588525 referente ao licenciamento ambiental da atividade de Implantação da Terceira Usina de Pelotização da Samarco Mineração S.A

articulados com apoio do Estado. Esses movimentos e sua atuação em especial no caso “Fora Baosteel” será objeto de investigação dessa pesquisa como forma de discutir à luz da teoria crítica e dos conflitos ambientais o papel do Estado e a ação desses(s) movimento(s) de resistência, enquanto movimento de justiça ambiental.

Na reflexão sobre o Estado no item anterior, a criação de leis, a princípio, parte de uma necessidade da sociedade. Contudo essa necessidade, não é obrigatoriamente homogênea para toda a sociedade, podendo atender interesses específicos. Assim, algumas práticas espaciais não legais podem ser legitimadas por determinados grupos sociais, envolvendo questões de território, propriedade particular e uso coletivo:

No Livro I de O Capital, Marx apresenta o desenvolvimento do modo de produção capitalista com o desaparecimento da forma comunitária do trabalho quando do surgimento da cooperação e sua passagem à manufatura e desta à grande indústria. A cooperação pressupõe a figura do trabalhador livre, vendedor de sua força de trabalho e separado dos meios de produção; requer a mobilização de uma massa de capitais para explorar uma massa de forças de trabalho associada a uma massa de meios de produção, que tem por efeito eliminar a diferença qualitativa entre os trabalhos individuais e instituir um trabalho social médio, condição de universalização do mercado – está definitivamente dissolvida a forma comunitária, na qual se estabeleciam as relações de dependência e os trabalhadores permaneciam combinados com seus meios de produção (CHAUI, 2007, p. 14)

A oposição dos trabalhadores do mar ao protestar contra as atividades petrolíferas são comumente apontados nas arenas públicas como impedimento ambiental ao desenvolvimento econômico e progresso, arraigado à idéia de “atraso” constituindo atividades ultrapassadas.

Sobre a mudança de função é algo que está ocorrendo em troca não pelo turismo, mas pelas atividades industriais. O turismo desenvolvido sem controle e planejamento, geralmente deixa a infra-estrutura urbana (água, esgoto, energia, etc.) insuficiente para atender ao volume de turistas. O município de Anchieta com uma população relativamente pequena recebe um número considerável de turistas, principalmente em seus balneários, e está sujeito a esse tipo de acontecimento. O sistema de saneamento básico, por exemplo, causam problemas no meio ambiente, através da contaminação de praias, mares, rios, lagoas, montanhas, dentre outros, comprometendo assim os recursos naturais, agravados já pela recente expansão urbana, ampliação e instalação de atividades industriais de grande porte.

Voltamos aqui ao ponto colocado sobre a combinação de atividades industriais com os trabalhadores do mar. Mas, o próprio turismo se encontra “ameaçado” na forma “tradicional” de desenvolvimento em Anchieta, o lazer. Há a preocupação na extinção dessa atividade, que fomenta a economia local e valoriza as paisagens naturais em detrimento da atividade industrial.

A disposição infraestrutural sobre o território expandido da RMGV [Região Metropolitana da Grande Vitória] que enormes possibilidades para a dinamização da produção local, como configuração de novos equipamentos relacionados à produção industrial e desenvolvimento das atividades logísticas, a modelagem de diversos novos projetos de interesse metropolitana (...) também possa representar ameaça, principalmente à atividade turística e à economia tradicional de subsistência, apoiada na pesca, agricultura (...). (Vargas, 2009 p. 38)

Apesar de iniciar alguns questionamentos sobre o processo de industrialização que Anchieta, em especial, mas também os municípios vizinhos Guarapari e Piúma passaram ao receber mais massivamente os impactos negativos desse quadro, Vargas (ibid.) dá o processo como certo e sugere processos de governança e melhor planejamento para adequar os empreendimentos à região e não aborda o movimento de resistência como uma possibilidade de negativa a esses mesmos empreendimentos, apresentando modelagem logística da região, analisando as vantagens de localização:

Conforme afirma Porter (1993, p. 25), a “vantagem competitiva é criada e mantida por meio de um processo altamente localizado”, de modo que a localização das indústrias globais difunde mundialmente, segundo as condições das localidades, aproveitando, portanto, as diversidades e as particularidades de cada região. (Vargas, 2009, p. 58)

Anchieta é dita popularmente hoje como grande canteiro de obras, onde, “a princípio”, foram contratadas a mão-de-obra local. No entanto, o volume das edificações industriais e as especificidades requeridas para este tipo de trabalho exigiram um maior número de pessoas vindas de outras localidades³⁴. Neste momento, os meios de hospedagem de médio porte de Anchieta e região, antes destinadas ao

34 Conforme pronunciado pela Petrobras em Audiência Pública realizada no dia 05 de julho de 2008 em Anchieta referente à oito empreendimentos, dentre eles a Unidade de Tratamento de Gás – UTG/SUL

público de lazer com suítes voltadas em geral para famílias, se transformaram em dormitórios para funcionários dessas obras equipadas com triliches. Ocorre é que as pousadas de pequeno porte não são beneficiadas nesse processo e também, seus proprietários estão preocupados em sobreviver somente do turismo de lazer, uma vez que há receio de que os turistas procurem outros locais para veraneio, sendo que Anchieta se consolidará como Pólo Industrial. Este tipo de ação tem efeitos desastrosos para a rotina desta cidade, como a prostituição, desordenamento urbano e aumento da demanda por serviços públicos sobrecarregando os mesmos. Receia-se que após o período de obras, este grande contingente de pessoas não retorne às suas localidades, fixando-se no município e estando, então, desempregados, sem moradia adequada, podendo, ainda, contribuir para o aumento da criminalidade. Este é o retrato do município da Serra, localizado na Grande Vitória no final das obras da Vale e da Cia. Siderúrgica de Tubarão (CST), na segunda metade da década de 1970, hoje ArcelorMittal Tubarão. Referente ao crescimento da mão de obra trabalhadora *supérflua*, Ramos (2009), em análise dos escritos de Marx sobre o tema discute a *superpopulação flutuante* enquanto mão de obra sem vínculo duradouro no mercado de trabalho, ora sendo empregado, ora sendo demitido.

Anchieta possui um histórico de industrialização da década de 60, restrito a uma única empresa, Samarco S.A., que integra a maior participação no PIB municipal (70%), sobrepondo a agricultura, que na década de 70 empregava quase 30% da população, e em 2002 apenas 4,5% trabalhavam nesta atividade (PMA, 2006). Além da rotatividade de trabalhadores, há outro ponto a se considerar nesses dados, conforme já observado por Gould na não moradia próxima à “unidade perigosa ambientalmente”, em especial pelo alto escalão.

Na Agenda 21 de Anchieta, o momento atual de incentivo ao crescimento econômico é chamado de “Novo Ciclo Virtuoso de Desenvolvimento” e na visão de futuro sobre o tema desenvolvimento econômico e gestão pública foram elencados dificultadores e facilitadores para a expansão industrial (PMA, *op. cit.*). No mesmo ano de finalização deste documento, a Samarco iniciou sua expansão com a terceira usina de pelotização, bem como a ampliação do porto. A pressuposta ausência de conflito de

localizada no município, essas obras demandaram um número maior de contratações que Anchieta poderia atender devido exatamente ao volume de obras de grande porte de outras empresas.

usos e bairros com característica próprias foi destacado como facilitador no tema “uso do solo e meio ambiente”. Ressalta-se que em menos de dois anos o quadro se encontra diferente, com uma parcela da população “feliz” pela vinda de indústrias, mas também assustada com a intensidade das modificações que ocorreram e ainda ocorrerão no seu modo de vida. Lembramos uma passagem de Marx e Engels que se pode associar a esse processo desenvolvimentista vivido por Anchieta, que a população defende os interesses postos por eles como burgueses: “(...) liberdade de imprensa burguesa, direito burguês, liberdade e igualdade burguesas, e pregar diante da massa popular que ela não tem nada a ganhar com esse movimento burguês, mas antes, tudo a perder.” (Ibid., 1998, p. 30)

Foi declarado pelo governo Estadual que Anchieta se constituiria Pólo Industrial composto por mineradoras (Samarco, Vale e a chinesa Baosteel³⁵), área portuária e instalação de indústria *off-shore* petroleira. Para garantir a vinda da mineradora Chinesa para o Espírito o governo estadual chegou a realizar visitas à China e acordo com o governo de Shangai, enquanto a instalação da mesma empresa foi negada em outra UF no Brasil devido ao volume de impacto ambiental que a mesma poderia gerar.

4.2 – Pólo Industrial, Vale e Baosteel: histórias semelhantes em cenários diferentes

No intuito de contextualizar a intenção de investir no Brasil pela Siderúrgica Chinesa Baosteel, ocorreu sua primeira iniciativa em 2004 e o primeiro foco foi o estado do Maranhão. Uma das principais clientes da Vale na compra de minério de ferro – com quem possui uma série de contratos comerciais para período de 20 anos, inclusive um assinado em 2003, para fornecimento de minério de ferro de 2006 a 2016 e a criação e co-gestão de uma empresa no Brasil – BaoVale Mineração S.A, em 2001 – a Baosteel vê como estratégico o investimento no Brasil com intuito de diminuir os custos logísticos de transporte da mercadoria à China com a oferta de matéria prima abundante neste país. A localização de um empreendimento no Maranhão seria estratégica também

35 Lembramos que a Vale é sócia da Samarco, dividindo com a australiana BHP, além de sócia da Baosteel na Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV) nome dado ao empreendimento que seria instalado em Anchieta.

na diminuição das distâncias para comercialização para América do norte e Europa, principais clientes da Baosteel.

4.2.1. – Primeira tentativa: o caso do Maranhão

Em julho de 2001, foi assinado o primeiro protocolo de intenções entre o Governo do Estado do Maranhão e a Vale – na época Companhia Vale do Rio Doce (Vale) – para a construção do Pólo e em 2004 foi anunciado a parceria da Vale com a chinesa Baosteel e o grupo industrial alemão Thyssenhrupp, além da sul-coreana Pohang Steel Company. A Vale é atualmente considerada uma das maiores produtoras globais de minério de ferro, e a Baosteel Shanghai Group Corporation (Baosteel), a maior siderúrgica chinesa, decidiram avaliar a viabilidade da implementação de uma *joint venture*³⁶ para construir e operar uma planta siderúrgica integrada em São Luís, para a produção de cerca de 3,7 milhões de toneladas por ano de placas de aço. O projeto também considera a possibilidade de uma expansão de capacidade futura para 7,5 milhões de toneladas de placas de aço por ano, representando aumento significativo na produção de aço no Brasil. As negociações para a instalação no Maranhão da siderúrgica chinesa, aproveitaria o *know how* da Vale sobre os trâmites legais, conhecimento do local, particularidades, além de estrutura já instalada, estreitando parceria entre cliente e fornecedor. No evento em que foi assinado contrato entre as empresas estiveram presentes o governador do Estado do Maranhão e o Embaixador Brasileiro na China, tendo o presidente da Baosteel feito uma declaração justificando os motivos da iniciativa da empresa no Brasil:

Madame Xie Qihua, Chairwoman e Presidente da Baosteel, disse que “este Acordo será a primeira de muitas oportunidades para a indústria siderúrgica chinesa se beneficiar da capacidade brasileira de produzir aço a um custo baixo. Mais importante, o Acordo mostra um futuro

³⁶ Estratégia usada para entrar em novo mercado onde duas empresas se associam. Também chamado de *empreendimento conjunto* é uma associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado(s) negócio(s), sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. Difere da sociedade comercial (*partnership*) porque se relaciona a um único projeto cuja associação é dissolvida automaticamente após o seu término. Um modelo típico de *joint venture* seria a transação entre o proprietário de um terreno de excelente localização e uma empresa de construção civil, interessada em levantar um prédio sobre o local.

promissor para um relacionamento econômico mais profundo entre o Brasil e a China” (Vale, 02/02/04)

Essa declaração ajuda a entender os acontecimentos que se seguiram em outra parceria da Baosteel com a Vale para o Espírito Santo e a justificativa locacional na busca por baixo custo.

Semelhante a Anchieta, o empreendimento fruto de parceria da Vale com a Baosteel era o investimento “âncora” de um proposta de criação de Pólo Industrial na Ilha de São Luís, que compreendia a instalação de mais três siderúrgicas e duas unidades para a fabricação de ferro-gusa. A área do Pólo – distante seis km do centro de São Luís – se encontra em uma área densamente habitada e utilizada por populações tradicionais que desenvolvem as atividades de pesca, mariscagem, agricultura, pecuária e artesanato (AUGUSTO & SILVESTRE, 2006).

No Relatório realizado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, foi feito um descritivo dessa iniciativa³⁷. Foi destacado o *engajamento* do poder público na implementação desse Pólo, se referindo ao protocolo de intenções assinado pelo governo do Estado do Maranhão com a Vale, além do envolvimento do poder público (tanto municipal, quanto federal) em agilizar o processo de instalação do Pólo, que exigiria a “adequação” do Plano Diretor Municipal de São Luís que necessitava alterar uma zona residencial/rural para zona industrial. Ainda, a concessão de terras públicas para a área do Pólo (2.471 hectares), apesar de a autorização prevista ser de até 1.000 hectares, sujeita, então, a aprovação da Assembléia Legislativa:

“as posturas governamentais incluem promover reformas legais e apressar procedimentos administrativos para, dessa forma, criar as condições necessárias à realização do empreendimento mesmo que

³⁷ A pedido do Fórum Reage São Luis, que congrega várias entidades da sociedade civil, foi realizada uma missão conjunta de investigação para apurar a possibilidade de violações de direitos humanos ocorrerem com a construção de um pólo siderúrgico na Ilha de São Luís do Maranhão. A Relatoria Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural, a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada e a Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente visitaram a capital maranhense nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2005. (...) Inicialmente, a missão teria um caráter preventivo, mas as visitas in loco permitiram constatar que já estão ocorrendo graves violações dos direitos humanos dos moradores das onze comunidades que seriam diretamente afetadas pela implantação do Pólo Siderúrgico de São Luís. (AUGUSTO & SILVESTRE, 2006, p. 19)

isso signifique violar ou aceitar violações de direitos humanos e ferir princípios constitucionais da Administração Pública como os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade” (ibid., p. 20)

Para transformar a área pretendida para o Pólo em “Zona Industrial” foram realizadas treze audiências públicas e que, segundo a Relatoria, foram identificadas irregularidades e manipulação. Como exemplo, chegou a ocorrer processo de Ação Civil Pública no Ministério Público solicitando a nulidade do edital que convoca a audiência pública (23/08/05) na Câmara de Vereadores, para tratar sobre a mudança da Lei de Zoneamento, que transforma a Zona Rural Rio dos Cachorros em Zona Industrial, possibilitando, com isso, a instalação, naquele local, do pólo siderúrgico comandando pelo Consórcio Vale e a chinesa Baosteel. O promotor também considerou inconstitucional o fato de o edital limitar a participação popular a apenas quarenta pessoas em evento que envolve assunto de amplo interesse da população.

Ainda, a propaganda do governo tendenciosa ao Pólo, bem como dos meios de comunicação local, sendo, na página oficial deste primeiro, divulgado um conjunto de notícias que relata os esforços do governo na realização do Pólo, exaltando os aspectos positivos e os quase inexistentes impactos negativos, além de garantir a instalação da Baosteel que deveria seguir *apenas* a burocracia dos trâmites do licenciamento ambiental (AUGUSTO & SILVESTRE, 2006). Ora, isso ressalta os aspectos do capital enquanto que é ela, a população residente, com relações intrínsecas com o território - sejam sociais, econômicas, culturais - que tem de se adequar ao empreendimento externo para a promoção do “crescimento” econômico – que não a inclui – e não o processo inverso. Em uma declaração, o presidente da Vale afirmou “que os custos de investimento têm sido o maior entrave nas negociações para trazer a chinesa Baosteel para abrir uma usina siderúrgica no Maranhão”³⁸. Entende-se que o remanejamento de quatorze mil pessoas esteja incluído nesse custo, bem como as despesas para os estudos ambientais exigidos pela legislação brasileira.

É clara a manifestação do desejo de criação do Pólo, quando surgiu, por meio de Decreto Estadual, um Grupo Executivo para Implantação do Pólo Siderúrgico – GEIP,

³⁸ Notícia publicada em 23/3/2005, com título “Vale: reajuste não impactará o IPCA” pelo veículo Jornal do Commercio (RJ). Disponível em: www.jornaldocommercio.com.br/, acessado em: 25 de julho de 2009.

possuindo, inclusive, plano para remanejamento de parte das comunidades. Outro fato em que fica explicitada a ação do Estado em prol do Pólo, aconteceu em agosto de 2005, quando em uma carta publicada pelo presidente da Vale ao Governador do Estado do Maranhão, constava que a instalação do projeto e sua viabilidade estavam condicionados à cessão livre e desimpedida do terreno, aprovação do zoneamento e concessões das licenças ambientais (AUGUSTO & SILVESTRE, 2006). Assim, o Estado compactuaria com os danos ambientais que poderiam causar a instalação do Pólo e seu empreendimento “âncora”. O maior entrave para o projeto – a alteração da zona rural para zona industrial – foi aprovada “poupando” as áreas de proteção permanente³⁹, diminuindo a área total a ser implementado o Pólo. No entanto, no final de 2005, o grupo chinês Baosteel confirmou o adiamento da implantação do projeto no Maranhão para o próximo ano (GAZETA MERCANTIL, 09/11/05). Durante o ano seguinte, o assunto tornou-se palco de disputa política, associado à ação do Fórum Reage São Luís e outros movimentos de resistência que estimularam esse processo de discussão e contribuíram para mudança da opinião pública.

Como conseqüência, em 2006, a Vale divulga seus planos de investimentos para o Espírito Santo com megaprojeto minero-siderúrgico e portuário para instalação no município de Anchieta, podendo atingir em médio e longo prazo o valor de US\$ 10 bilhões de investimento (Valor Econômico, 08/03/06). A princípio, essa ação não é anunciada como opção à resistência ao Pólo industrial de São Luís, apontando a busca por outros parceiros que não a Baosteel para essa iniciativa, como a Nippon Steel e a Usiminas, cotadas como potenciais candidatas à usina de aço capixaba. A escolha pelo município de Anchieta se deu também, a princípio, por questões de logísticas e de redução de custos:

“O projeto teria suprimento garantido com minério de ferro extraído em jazidas de Minas, onde a Vale tem feito expansões e aberto novas minas. O escoamento seria garantido por duas ferrovias, controladas pela mineradora, que chegam ao Espírito Santo, a Vitória a Minas e a Centro Atlântica, que está ganhando uma extensão que passa por Anchieta” (*ibid.*)

³⁹ APP: nascentes, topos de morro e beiras de cursos d’água protegidos pelo Código Florestal Brasileiro, de 1965.

Ainda em 2006, a Vale foi multada pelo governo do Maranhão por permanecer na lista dos “indesejáveis”. Apesar do acirramento na disputa política, esta empresa ainda divulga interesse por siderúrgica no Maranhão⁴⁰, e depois de quase um ano retoma as negociações com o governo do Estado, não ocasionalmente, após a troca de governo.

Em 2007 foi negociada a transferência da siderúrgica no próprio estado do Maranhão, sendo proposta como alternativa à instalação do empreendimento (Vale e Baosteel), não na ilha de São Luis – com todos os aspectos logísticos positivos – e sim na foz do rio Mearim, município de Bacabeira, a 50 quilômetros de distância. A Vale já havia refutada a hipótese de mudança de local há dois anos e insistiu no projeto na Ilha de São Luis no Maranhão, sendo afirmado, por veículo de comunicação, que não havia tentativas em outro estado como alternativa a São Luís, sendo dado como “certa” as negociações, segundo executivo da siderúrgica chinesa:

“Xi não vê hipótese de a negociação não dar certo. "Estamos otimistas." Apesar das expectativas favoráveis, constatou em sua estadia em São Luís que nada mudou em relação à situação de dois anos atrás, quando se acentuou o impasse entre os investidores e movimentos sociais e ambientalistas contra a instalação da usina na ilha. "Não vimos muitas mudanças; por isso fomos conversar com o governo para dizer se eles são favoráveis ao nosso projeto", afirmou o executivo” (Valor Econômico, 25/04/07)

Cabe pontuar aqui a estratégia do empreendimento em um primeiro momento dar voz aos movimentos, com “falsa” idéia de desistência por parte da instalação da siderúrgica – uma vez que havia anunciado adiamento do projeto e durante cerca de um ano não tiveram ações das empresas em prol disso. Assim, o movimento, quando a “ameaça” externa recuou, aconteceu o mesmo com este. Situação semelhante pode ser constatada no empreendimento em Anchieta, ES, como descrito a seguir.

Ressaltam-se, mais uma vez, como as questões ambientais e sociais, em especial daqueles com menor poder aquisitivo, capacidade de articulação, organização e mobilização social, são vistos meramente como entraves técnicos e não questão de direito e de justiça social e ambiental.

⁴⁰ O Estado do Maranhão, 15/12/06

O diretor executivo de ferrosos da Vale, José Carlos Martins, confirmou o reinício dos entendimentos e reafirmou que a Vale será minoritária no projeto. Martins, que está na China, considerou importante abrir a nova frente de negociação com o governo estadual. Ele destacou que o local preferido da Baosteel para a siderúrgica é mesmo São Luís. E lamentou que há algum tempo atrás o projeto tenha sido "enterrado" por questões relativas ao terreno e meio ambiente (Valor Econômico, 25/04/07).

No relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais foram apontados uma série de violações aos direitos previstos em tratados internacionais de direitos humanos, referendados pelo Brasil, além de princípios da Constituição Federal, citando como exemplo:

- i. Violação ao direito humano **à moradia adequada** *pelo deslocamento forçado de pessoas que têm o direito à regularização fundiária no lugar onde vivem e moram* (art. 6º e 186 da CF/88 e Lei 10.257/2001).
- ii. Violação do direito humano **ao meio ambiente**, *pela falta de informações e conhecimento público sobre os riscos e impactos da poluição ambiental que será causada pela implantação do Pólo Siderúrgico*, notadamente sobre o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida da população de São Luís; *pela falta de planejamento democrático de uso e ocupação do território para o desenvolvimento*;
- iii. Violação do direito humano **à alimentação** adequada uma vez que *a remoção das comunidades afetará os quatro pilares da segurança alimentar e nutricional das famílias: a disponibilidade e acesso aos alimentos, sua utilização biológica, a estabilidade do abastecimento, as condições de saúde e de cuidado*;
- iv. Violação do **patrimônio cultural mundial**, na medida em que *São Luís é reconhecida como parte desse patrimônio*; do patrimônio cultural nacional representado pelos direitos culturais expresso pelos modos de criar, fazer e viver das populações tradicionais (art. 216, CF/88); do patrimônio cultural estadual representado pelos sítios ecológicos e paisagísticos (art. 228 da Constituição do Estado do Maranhão); do patrimônio cultural municipal, representado pelos modos de criar, fazer e viver das populações tradicionais (art. 149 e 150, IV da Lei Orgânica do Município). (AUGUSTO & SILVESTRE, 2006, p. 26-27)

Os itens ii e iii nos relembram o referencial de conflitos ambientais na condição de garantir o acesso aos recursos naturais não só como garantia de reprodução social, mas sim de sobrevivência, com a perpetuação das comunidades em um determinado território para a sobrevivência das pessoas que ali não só moram, mas têm a base de sua

alimentação e normalmente possuem conhecimento em um determinado uso específico do território como agricultura, pesca ou mariscagem. A remoção dessas comunidades implicaria não só na alteração dos padrões de relações sociais entre elas e internamente, como afetaria a capacidade de continuidade nas atividades de subsistência, bem como, de produção e reprodução social, uma vez que o território a ser removido pode não ter as mesmas características contidas na Ilha de São Luís. Exemplo disso são os relatos de desterritorialização provocado por hidrelétricas em todo o Brasil (vide Zhouri *et al*, 2005).

4.2.2 – Não mudança de planos, apenas de local

Estranhamente, ou não, para quem acompanha as estratégias de mercado, logística e funcionamento do capital, no mês seguinte à ratificação do investimento pela Baosteel e Vale no Maranhão, em maio de 2007, uma comitiva da Baosteel visita o Espírito Santo, “num processo de avaliação de diferentes opções de localização da nova planta”, conforme divulgado na página oficial do governo do capixaba na internet (20/05/2008)

Dois meses após, o Secretario do Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo, Guilherme Dias viaja à China para firmar acordo para implantar usina siderúrgica no Estado, sendo uma das primeiras ações oficiais do Estado em prol do Pólo Industrial de Anchieta e, conseqüentemente, à vinda da Baosteel em parceria com a Vale. Essa estratégia, firma-se então, como alternativa à negação do empreendimento no Norte do Brasil por resistência política, conseqüente também da articulação dos movimentos de resistência, justificadas pelas questões ambientais e sociais – tratadas pelo empreendimento como parte do custo do investimento.

(...) o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residência de “classes ambientais” dotadas de menor capacidade de se deslocalizar. Os grupos sociais que resistem a esta divisão espacial da degradação ambiental dificultam, conseqüentemente, a rentabilização esperada dos capitais, ao reduzir para estes a liberdade de escolha

locacional e o índice de mobilidade de seus componentes técnicos. ACSELRAD (2002, p. 16-17)

Assim como a ação de industrialização no Maranhão através da instalação de um Pólo Industrial, o Governo do Estado do Espírito Santo, seguindo as metas e as propostas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025, adota a mesma estratégia de “desenvolvimento regional” e na concentração dos empreendimentos industriais, que implica também na sobreposição dos danos ambientais e sociais, quase como redutos exclusivos para indústrias excluindo outro tipo de ocupação humana. Chamado de arranjos produtivos locais, em que o Governo do Espírito Santo, via Decreto Estadual Nº 1247-S, de 10 de julho de 2007, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra situadas no Município de Anchieta, destinadas a implantação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, com extensão de 2.536,37 hectares na região, quatro dias antes da viagem do Secretário de Desenvolvimento Econômico à China (DOES, 2007, p. 6-7).

Como em uma cartilha, onde se seguem as “lições aprendidas” de outras iniciativas, o Governo do Estado do Espírito considerou o Plano Diretor Municipal (PDM) de Anchieta para área proposta do pólo industrial, reforçando a justificativa locacional, diferentemente do ocorrido em São Luis que foi necessário alterar o zoneamento do seu PDM. No entanto, o próprio instrumento de planejamento municipal (PDM) foi questionado pelas instituições locais como não construído coletivamente e que não representaria os interesses dos moradores com definição do zoneamento através de manobras políticas. Contudo, se considerarmos que a já existência de uma siderúrgica, a Samarco – da qual a Vale é acionista – é detentora de 18,69% do território de Anchieta (Prefeitura de Anchieta, 2006), visando sua futura ampliação, a definição do zoneamento seguiu, mais uma vez, a vontade do capital.

Como divulgado na página oficial do Governo do Estado na internet a intenção era de “desconcentrar o desenvolvimento para outras regiões, fora da Grande Vitória.” concentrando-as em outra localidade, como é Anchieta e Aracruz (litoral norte capixaba).

Assim como a literatura econômica fala de “sistemas produtivos locais” designando “arranjos produtivos cuja interdependência,

articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, gerando maior competitividade empresarial e capacitação social”, poderíamos sugerir aqui a vigência de espécies de “sistemas locais de poluição” – arranjos produtivos cuja interdependência e vínculos resultam em uma articulação espacial dos impactos negativos da produção, otimizando os investimentos pela distribuição dos riscos ambientais para os agentes menos dotados (ACSELRAD (2005, p. 47)

O deslocamento das iniciativas industriais, a concentração em determinados locais considera os aspectos logísticos e de maior acúmulo de capital. Nessa lógica, as desigualdades sociais e ambientais decorrentes desses mesmos empreendimentos são nas mesmas proporções desconsideradas. Quando se inicia maior visibilidade a esses aspectos e sua relação de causalidade com a ação do empreendimento, podem influenciar em mudanças no mesmo.

as desigualdades ambientais constituem-se e se alteram continuamente ao longo do tempo, à medida que tanto as fontes de perigo como as populações mudam sua alocação espacial e sua visibilidade. (ACSELRAD, 2002, p. 16)

Analisando do ponto de vista legal, ao comprovar as relações de causalidade de um problema ambiental ou social, o mesmo deve ser sanado pelo seu causador, seja o empreendimento ou o Estado em suas obras ou como co-responsável no licenciamento. No caso do Maranhão, a visibilidade às questões de injustiça ambiental, violação de direitos – conforme identificado no Relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos – provocou discussões e repercussões locais que alteraram o escopo original do projeto, implicando em sua realocação, apesar da iniciativa de Pólo Industrial ter surgido do poder público, sem devida análise de sua viabilidade.

Fruto disso, outra “lição aprendida” do Governo do Estado do Espírito Santo foi exatamente comprovar essa viabilidade. Através de um estudo técnico-científico encomendou uma AAE para o Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta que referendaria a instalação do Pólo. Considerou-se então a já confirmação da expansão da Samarco de duas para oito usinas de pelotização de minério de ferro. Assim, o investimento da empresa (Vale) concentrando algumas ações em Anchieta, potencializa o uso das estruturas portuárias, minerodutos e ferrovias para mais de um

empreendimento, diminuindo seus custos. Porém, a proporção das mudanças que afetam (e afetarão) o município é alarmante.

Em julho de 2007 foi assinado protocolo de intenções entre governo do Estado, Vale e Baosteel. E em agosto, o Memorando de Entendimentos para construção de uma usina integrada de produção de placas de aço, com capacidade inicial de 5 milhões de toneladas anuais. Em outubro, foi então constituída a joint venture Companhia Siderúrgica Vitória (CSV), com a presença dos presidentes da Vale e da Baosteel com abertura de escritório, montagem de equipe e desenvolvimento de projetos. Localizado em área nobre de Vitória, o escritório abrigou aproximadamente 30 profissionais, entre chineses e brasileiros, responsáveis pelos estudos de viabilidade sócio-econômico e ambiental do projeto, a ser instalado em Anchieta, no Sul do Estado. Foi anunciado pelo presidente da Vale que a CSV tinha a previsão de entrar em operação em 2011 e que no início da construção da usina a Vale teria participação de 20% e a Baosteel de até 80%. O intuito das empresas era a realização de estudo de viabilidade para a construção de uma usina integrada no pólo industrial e de serviços de Anchieta. Segundo a Vale a iniciativa é estratégica:

Esta iniciativa está em linha com a estratégia da CVRD de atrair novos investimentos na indústria siderúrgica no Brasil, aumentando assim o consumo de minério de ferro e gerando empregos, renda e exportações. Este apoio pode se materializar através de contratos de longo prazo garantindo o fornecimento de minério de ferro de alta qualidade e/ou de participações acionárias minoritárias (Vale, 17/07/07)

A justificativa para a formação da CSV reforça as ações da Vale em conjunto com outras empresas de capital estrangeiro para investimento no Brasil, a exemplo da participação minoritária em siderúrgicas integradas para produção de placas de aço no Rio de Janeiro, Ceará, Pará (**Apêndice D**). Como resultado do acordo firmado entre o governo capixaba e a Baosteel para sua instalação em Anchieta, fora divulgada a demanda de 18 mil empregos na construção e 3 mil na operação do empreendimento em uma cidade cuja população total chega à 20 mil habitantes e não teve crescimento populacional significativo na última década (IBGE, 2009). Foi exposta ainda a realização de estudos que apontam para a expansão da futura usina, que poderá atingir

uma capacidade produtiva de 10 milhões de toneladas/ano de placas de aço. Cabe enfatizar que se trata de um dos empreendimentos “âncora” da proposta do Pólo. O secretário de Desenvolvimento Econômico afirmou que Anchieta “possui condições favoráveis para o desenvolvimento do Pólo” que conta com:

“a expansão da Samarco Mineração (usinas de pellets); construção da Ferrovia Litorânea Sul, pela Vale; a implantação da Unidade de Tratamento de Gás (UTG Sul) pela Petrobras, rede de gasoduto e terminal marítimo de apoio à exploração e produção off-shore da Petrobras; viabilidade para sediar um porto de águas profundas junto ao Porto de Ubu; e um ordenamento do uso e ocupação do solo pré-definido pelo PDM, visando minimizar os impactos urbanos e ambientais.” (Governo do ES, 17/07/07)

Durante o ano de 2008 foi iniciada a construção da 3ª Usina da Samarco e que segundo os números oficiais da empresa foram cerca de três mil trabalhadores – número esse contestado pelo Conselho Municipal de Saúde de Anchieta que estima que sua população nesse período tenha aumentado mais de sete mil pessoas⁴¹ comprovado pelo crescimento da demanda nos serviços públicos – não estruturados para esse aporte maior da população repentinamente. Esse fluxo de pessoas, em especial da mão de obra externa localizada em Anchieta teve impactos sociais graves, para citar a favelização e aumento da prostituição. A idéia defendida pelo Governo de descentralização da industrialização é acompanhada da centralização espacial em outros locais que não a Grande Vitória, mas com relativa proximidade do mesmo (cerca de 100 km de distância).

A justificativa do empreendimento, no entanto, recai sobre a lógica do capitalismo: onde os custos serão menores e o lucro maior. Questões como acesso à matéria-prima, escoamento de produção são relevantes para decisão da localização mais “estratégica” caracterizando o estado ou país como mais “competitivos”, conceito este hegemônico, utilizado na vantagem comparativa com outros países e que justifica ações como a de Pólos Industriais, mega-empreendimentos, monoculturas, e outros, mesmo que à custa de desigualdade social e ambiental. Alerta-se que, atualmente, estão inseridos nesses custos de instalação dos empreendimentos os custos ambientais, portanto, quanto menor acesso aos recursos financeiros a região tiver, melhor para o

empreendimento. O doce argumento de oferta de emprego parece sobressair em uma comunidade que tem em sua sobrevivência atividades de subsistência ameaçadas por grandes corporações, organizadas e atuantes com lobistas no governo, acesso às informações e grande capacidade de articulação, ainda, que a antiga manchete “temos vagas de emprego” não sejam ocupadas de fato pelos moradores locais.

Ainda, no recente histórico do Pólo Industrial de Anchieta, as cinco viagens oficiais do governo do Estado à China marcaram o empenho e afirmação da siderurgia no Espírito Santo.

4.2.3 – Empenho do Estado: viagens à China

A articulação do Estado em prol da instalação do Pólo é visível nas viagens realizadas à China com intuito de conhecer as plantas industriais da Baosteel e o trabalho da empresa na área de meio ambiente, como descrito a seguir.⁴²

A primeira iniciativa do Governo Estadual do Espírito Santo foi quando a intenção de investimento da Baosteel ainda estava “nebulosa” com o Governo do Maranhão, quando foi anunciado o Decreto de Instalação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta em Julho de 2007, em que Guilherme Dias, Secretário do Estado de Desenvolvimento, representou o governo capixaba para firmar acordo com o Governo de Shangai para implantar a usina siderúrgica chinesa no Estado, estabelecendo uma disputa entre as unidades federativas para quem iria “sediá” o empreendimento. A viagem à China com um decreto estadual já publicado, um instrumento legal que garantia a área para instalação da siderúrgica, foi estratégica, pois se diferenciava do processo desgastante que a Baosteel vivenciou juntamente com a

⁴¹ Entrevistado 1

⁴² A relação Governo capixaba e governo chinês intermediado pela Vale não é tão recente. Há eventos que ratificaram essa relação, como na ocasião da autorização para o primeiro o desembarque de carvão mineral da China em janeiro de 2006 para abastecimento de clientes da Vale, além das pelotizadoras da própria companhia. Nesse episódio a Vale foi exaltada enquanto grande companhia nacional (Governo do ES, 27/01/2006). A aproximação entre o governo capixaba e chinês é ainda anterior a esse evento, quando a Vale apresentou a aquisição de novos vagões comprados da empresa chinesa Zhou Zhou Rolling Stock (900 no total) para transporte de minério de ferro pela Estrada de Ferro Vitória-Minas e Estrada de Ferro Carajás. Nessa ocasião o governador, ainda em seu primeiro mandato, anunciou para diretores da Vale e empresários chineses e japoneses uma visita que realizaria

Vale no Maranhão, onde as negociações para instalação de uma planta siderúrgica não avançaram exatamente por questões que envolviam a localização do empreendimento e implicava na remoção de 14 mil pessoas. O acordo foi exposto como o primeiro passo para instalação da Baosteel no Espírito Santo, ratificando a intenção do investimento no Estado.

Parte também do roteiro do secretário a visitação das instalações de uma das usinas pertencentes ao grupo chinês. “Durante visita à usina da Baosteel, o que chamou atenção do secretário foi que uma das siderúrgicas é responsável pela produção de 14 milhões de toneladas/ano, enquanto que, no Brasil, a maior unidade irá produzir [apenas] 7,5 milhões de toneladas/ano.” (Governo do ES, 27/07/2007)

Interessante, ou assustador, que todo esse processo, tanto no Maranhão quanto no Espírito Santo, ocorreu sem antes mesmo ser incluído nos trâmites legais do licenciamento ambiental. Afirmado na página oficial do Governo do Estado como etapa a ser cumprida e “garantida”, os estudos *complementares*, uma vez que a planta da siderurgia é o mais importante. Ainda, o teor da declaração parece que a responsabilidade de garantir vagas de trabalho, cumprimento das metas de governo e com a promessa de “desenvolvimento econômico” é dos órgãos ambientais, como argumentos de pressão para agilidade nos trâmites e outros: “O próximo passo para a instalação da usina no Espírito Santo cabe aos técnicos do Governo Estadual – por meio das Secretarias de Desenvolvimento e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – e da Prefeitura de Anchieta, que irão desenvolver estudos e projetos complementares” (Ibid.)

Em agosto de 2007, os vices-presidentes da Baosteel e o diretor industrial, vieram ao Espírito Santo concretizando o protocolo assinado em Shangai e com intuito de se aproximar com o governo municipal. Foi realizada, ainda, visita dos executivos da siderúrgica chinesa à Anchieta, onde foram recebidos pelo prefeito Edival Petri. Assim, é explicitado o conjunto de esforço das esferas estaduais e municipais na efetivação do projeto âncora para o Pólo Industrial de Anchieta.

A segunda visita, em maio de 2008, foi feita com objetivo de retribuir a vinda do presidente do grupo, LeJiang Xu, ao Estado, em outubro de 2007, para a constituição da CSV e contou com a presença do Governador do Espírito Santo, enquanto missão

à China, afirmando que “o Estado tem interesse em estreitar os laços econômicos com a China, de onde vieram os equipamentos da empresa.” (Governo do ES, 12/12/03).

oficial às cidades de Shanghai e Cingapura (capital da cidade-estado). A pauta dos encontros foi relacionada a investimentos em siderurgia e indústria naval, além de energia, petróleo e gás. Vê-se clara a aproximação do governo do Estado com o empreendimento Chinês, quando o governador participou de reunião na sede da Baosteel e visitou estaleiros que estão produzindo duas plataformas a serem utilizadas na exploração de petróleo e gás no Espírito Santo. Nessa ocasião foi assinado mais um Memorando de Entendimento entre o governo do Estado, Vale e Baosteel de constituição da *joint venture* para a construção do porto de águas profundas de Ubu, em Anchieta, ES, com custo estimado em US\$ 500 milhões e retroárea de 300 hectares. Para alcançar um calado de até 23 metros, o porto terá uma ligação com o cais de cerca de dois quilômetros, em sistema de ponte, área onde os pescadores de Parati e Ubu realizam a pesca artesanal, com barcos sem motor ou de pouca potência, mas com abrangência reduzida, sendo a pesca de ida e volta no mesmo dia, em área próxima à costa. Esse é um exemplo que extrapola a disputa por uso, e segundo líder da associação local de pescadores o que ocorre é a exclusão da atividade, inviabilizando a mesma. Ainda, esses pescadores têm na pesca a base da sua sobrevivência, conhecimento onde se estabelecem suas relações sociais. O impedimento de sua execução tem graves impactos não só econômicos e ambientais como sociais (NEVES, 2009) o que implicará na dificuldade de reprodução social desse grupo.

Ainda nessa visita, o Governador do Espírito Santo, em reunião com o Prefeito de Shanghai, que raramente recebe visitantes estrangeiros, foi enfatizado o interesse do governo chinês no investimento e parceria de suas empresas com outros países, sendo o projeto da Baosteel no Espírito Santo estratégico e com escala de prioridade nacional. Assim, o encontro teve uma projeção para fortalecimento dos laços diplomáticos do Estado com a China. Nesta ocasião, o Governador capixaba convidou o Prefeito de Shanghai a visitar o Espírito Santo “por ocasião da ordem de serviço para o início das obras da CSV” (Governo do ES, 22/05/08 e 27/05/08). Estranhamente é que não havia sido divulgada pelo órgão estadual ambiental nenhuma entrada de processo de licenciamento referente à Baosteel. Questiona-se, como, então, já havia ordem de serviço para tal? E mais, esse não foi um pronunciamento da empresa e sim do representante maior do governo do Estado capixaba.

Quatro meses após a visita do Governador, em setembro de 2008 foi realizada outra viagem à China por seis técnicos e um diretor técnico do Iema que visitaram as instalações da Baosteel para conhecer métodos de controle ambiental da companhia. Diferentemente das demais viagens à China, essa não foi tão divulgada quanto às demais. “O objetivo é obter melhores subsídios para análise do projeto de instalação da Baosteel CSV e das propostas de controle, quando da entrada do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no Iema.” (Governo do ES, 18/09/08). Interessante é o empenho do governo, em antes mesmo de um empreendimento se instalar, realizar visita técnica para “conhecer” e aproximar os responsáveis pelo licenciamento ambiental no Estado. Há de se ressaltar que não se trata de qualquer empreendimento, e sim de uma âncora para a proposta do Pólo do Estado, com caráter de prioridade. Com essa aproximação dos técnicos do Iema, acredita-se, também, que haja intuito de acelerar o trâmite da análise do processo de licenciamento ambiental, quando o mesmo for iniciado, e que, até o momento não ocorreu.

Da mesma forma, em outubro de 2008, foi organizado pelo vice-governador, Ricardo Ferraço, uma “missão capixaba” formada por vinte representantes do Ministério Público, do Poder legislativo, secretária Estadual de Meio Ambiente (Seama), Maria da Glória Brito Abaurre, a presidente do Iema, Sueli Passoni Tonini, o secretário de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), e ainda representantes da secretaria municipal de Meio Ambiente de Anchieta, Comitê da Bacia Hidrográfica do Benevente e representantes de ONGs de Anchieta e Guarapari, sendo que, para alguns, seria a primeira vez que iriam realizar uma viagem internacional. O objetivo dessa comitiva, assim como a dos técnicos do Iema, foi “checar” se o funcionamento do sistema de controle ambiental da empresa era compatível com as necessidades da sociedade capixaba. Esta foi a viagem mais extensa, com duração de 12 dias na China para conhecer as unidades da Bosteel em Shangai e Pequim. Havia, também, o propósito de conhecer as relações da empresa com funcionários, fornecedores e comunidade e foi custeada pela Baosteel, conforme divulgado na página oficial do Governo do Estado (Governo do ES, 04/11/2008).

Com os custos da viagem bancados pela empresa, a estratégia era de envolver e convencer exatamente aqueles que poderiam impedir ou dificultar o processo de instalação. No entanto, foi entendido que as outras viagens à China foram arcadas com

dinheiro público em prol da Baosteel, o que chegou a ser denunciado no Ministério Público Estadual (MPES) por uma das ONGs ambientalistas de Anchieta, uma vez que não havia a instalação da empresa, somente especulação (Século Diário, 14/10/08).

Um balanço da visita à siderúrgica chinesa chegou a ser exposto pelo vice-governador no plenário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) que “voltou convicto da oportunidade de ter uma planta industrial que vai agregar valor à indústria capixaba e à brasileira” (ALES, 04/11/08). Houve algumas colocações questionando o empreendimento, porém, com caráter político de oposição ao governo atual.

É importante recordar que ainda não havia sido realizada a apresentação formal do projeto da siderúrgica, que estava previsto para dezembro de 2008, “a partir daí, os órgãos competentes iriam avaliar o projeto para a liberação das licenças.” Ressalta-se que esse processo de licenciamento não é obrigatoriamente o aceite de todos os empreendimentos. A devida análise do mesmo é para avaliar a sua viabilidade do ponto de vista ambiental e social e então, autorizar ou não a licença. No entanto, cabe recordar uma fala do Secretário de Estado de Desenvolvimento quando de sua primeira viagem à China:

A implantação da usina siderúrgica, como empreendimento âncora do pólo, vai requerer uma substancial expansão das instalações do Porto de Ubu, bem como a efetivação do projeto da Variante Ferrovia Litorânea Sul. Estes projetos tornam irreversível o desenvolvimento de um novo pólo no Espírito Santo (Governo do ES, 27/07/2007).

Assim, com todo esse empenho do Estado, a instalação da CSV parecia “garantida” e respaldada.

4.2.4 – Havia uma pedra no meio do caminho...

Enquanto 2007 foi marcado pelas ações para garantir a vinda do empreendimento base do Pólo, em 2008, surgiram questionamentos quanto ao Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta e à instalação da Baosteel. O governo chegou a organizar Seminários com o título “Anchieta: Desafios do Progresso”, para discussão

com a sociedade dos impactos do crescimento e “as formas de aproveitar oportunidades” (Governo do ES, 11/06/08). Ressalta-se que a realização do evento teve apoio da Prefeitura Municipal de Anchieta, Baosteel – Companhia Siderúrgica Vitória (CSV) e Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES). A base dos questionamentos realizados pelos ambientalistas era a falta de recursos hídricos necessários que atendessem a demanda do Pólo e o aumento da população de Anchieta, conforme previsto. Além disso, outro ponto é o alto nível de poluição atmosférica no município que não comporta sequer a ampliação da Samarco, quiçá um empreendimento do porte anunciado pela Baosteel. Como detalhado em outro item específico sobre o movimento de resistência, houve tentativas de contornar essas questões com a menção de criação de barragens.

Foi solicitada, ainda, audiência pública com o objetivo de debater “Os grandes projetos industriais e seus impactos no desenvolvimento e na qualidade de vida”, que chegou a reunir 150 pessoas na ALES, através da Comissão de Defesa do Consumidor e Proteção ao Meio Ambiente. Nesse momento foi afirmado que o empreendimento se encontrava na terceira fase, de licenciamento ambiental, contraditoriamente, porém, foi reafirmado pela a Secretária de Estado do Meio Ambiente que não havia nenhum processo da Baosteel no Iema. Outra declaração interessante é do representante da CSV na reunião, a respeito das tecnologias da Baosteel: “O aço produzido pela Baosteel é 100% reciclável, seus gases são convertidos em energia, suas escórias de alto-forno são tratadas e a água é 97% reutilizada” (ALES, 19/11/08). O mesmo processo divulgado pela Vale posteriormente em 2009, com a “ex-futura” CSU.

Ao analisar o esforço do Estado e da empresa para articular e confirmar o empreendimento em Anchieta, uma negativa a isso parecia difícil de concretizar, em especial se avaliado a infraestrutura industrial disponível e potencial, que garantiria acesso de mataria prima: minério de ferro através do mineroduto, e futuramente com a ferrovia, e calcário, oriundo da extração granítica na região centro-sul. Ainda, a localização estratégica do Espírito Santo e, segundo as palavras do diretor-presidente da Vale:

Foram cinco anos de conversas para que pudéssemos concretizar esse projeto, que vai gerar inúmeros impactos positivos para a região. Esse

será o maior investimento em andamento no Brasil. Sob o ponto de vista estratégico e de eficiência, a implantação da CSV é extremamente importante para o País. (Governo do ES, 03/10/07)

Em um ano, também marcado pela crise financeira mundial, a intensificação dos debates, algumas manifestações políticas de questionamento ao empreendimento CSV e o anúncio do relatório final da AAE, em que ratificava o argumento do movimento de resistência ao Pólo e à Baosteel em especial, destacaram-se o comprometimento do abastecimento e a poluição dos recursos hídricos, e ainda o alto índice de poluição atmosférica. Além de ser um grande consumidor de água e de energia, a siderurgia é considerado um setor com alto poder de poluição.

A Avaliação Ambiental Estratégica realizada pelo Estado apontou que o empreendimento chinês acarretaria um impacto crítico para o meio ambiente e a infraestrutura das cidades de Anchieta e Guarapari. Os estudos apontam que as condições hídricas e atmosféricas atuais da região já estão no limite das condições permitidas pelos órgãos ambientais.” (Gazeta on-line, 27/11/09)

O aumento da demanda por conta da instalação dos empreendimentos do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, e o aumento da demanda do abastecimento público e para a agricultura ultrapassariam o limite máximo outorgável, e até mesmo se aproximaria do limite físico do rio. (Governo do ES, 27/11/09)

Apesar da afirmativa dos meios de comunicação sobre a negativa da instalação da siderúrgica em Anchieta: “A siderúrgica Baosteel não será mais implantada no município de Anchieta”, a Vale, nesse momento, não confirmou o cancelamento do Projeto, o que ocorreu no início de 2009. Ressaltem-se aqui as justificativas vinculadas na imprensa sobre essa decisão alegando unicamente a fraca demanda por aço, advindo da crise econômica mundial, e não a negativa do Estado para o empreendimento, uma vez que não havia sido concretizada nenhuma entrada oficial no processo de licenciamento ambiental da CSV. O anúncio do encerramento do projeto da siderúrgica em Anchieta, feito pela Vale em sua página oficial na internet, é que o encerramento foi proposto pela Baosteel:

Encerrado projeto CSV – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2009 – A Companhia Vale do Rio Doce (Vale) informa que, após negociações e análise de alternativas para a implementação em parceria com a

Baosteel Group Corporation (Baosteel), do projeto para a construção de uma usina siderúrgica integrada de produção de placas de aço em Anchieta, Espírito Santo, Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), a Baosteel propôs seu encerramento.

Similar ao ocorrido no Maranhão, o Estado sugeriu a realocação do Projeto da siderúrgica, no litoral sul nas cidades de Presidente Kennedy e Itapemirim, porém sem a estrutura portuária que Ubu forneceria.

4.2.5 – *Desistir? Ledo engano*

Cabe analisar um pouco mais a fundo esse momento em que é anunciado o cancelamento do Projeto. As duas tentativas de investimento da siderúrgica chinesa Baosteel em parceria com a Vale no Brasil se vêm frustradas. As duas com propostas de realocação do empreendimento ao projeto inicial, propostas pelo governo estadual uma do Maranhão e outra do Espírito Santo.

A negativa da Baosteel foi tida como uma surpresa para a população, sendo o real motivo pelo qual isso ocorreu também não claro. Tanto o processo de ameaça de instalação quanto sua negação foi obscura não sendo explicitadas suas razões, o que, do ponto de vista corporativo, com graves problemas de comunicação, processo esse brilhantemente revertido com o anúncio da CSU no segundo semestre de 2009.

Lá perto de Pinheiros já havia placas com nome de onde será Baosteel, setas indicando, eram favas contadas. Que a Baosteel vinha para cá era certo, não sabemos porque não ficou claro, esclarecido porque ela não veio. Creio que não foi uma decisão do governo, creio que foi uma decisão que passou pela Vale o abandono da proposta de parceria com a Baosteel. (Entrevistado 2).

O que a princípio parece soar como uma *vitória* dos movimentos de resistência, por outro tem suas justificativas pautadas em uma “velha” questão: a lógica do capital. Considerando que o funcionamento básico do sistema econômico vigente implica na maior acumulação possível do lucro, a análise de viabilidade dos investimentos é o instrumento vigente para determinar sua efetiva realização. Para isso inclui análise econômica mundial – demanda pelo produto e redução dos custos de implantação e

operação. Já são considerados, nesse processo, os gastos para análise e elaboração dos projetos, portanto, processos iniciados há cerca de cinco anos dificilmente são simplesmente esquecidos ou engavetados, pois implica em questões políticas também. Há um forte empenho do Estado em fazer valer o “desenvolvimento econômico”. Os anúncios realizados de cancelamento dos empreendimentos se aproximam mais de estratégias de atuação para “acalmar” os ânimos contrários à proposta – com intenção de consenso dos conflitos posteriormente – tempo de readequação do projeto para uma futura retomada e publicização das reais intenções de efetivação desses empreendimentos. Assim, o que parecia ser um cancelamento não passa de ledão engano. Trata-se sim de um adiamento do processo.

A questão ambiental é, então, tratada como a ponta do iceberg e fragiliza os movimentos de resistência com ações de “adiamento”. Por outro, com o “cancelamento” da CSV, a Vale não se fragilizou, uma vez que, a demanda por aço diminuiu, a produção também, sendo necessário o corte de custo.

Para o analista da SLW, Pedro Galdi, o cancelamento do projeto no Espírito Santo ou o adiamento de projetos não geram impacto negativo para a Vale. "Em um ambiente de corte de produção e alto custo de crédito, não teria mesmo como realizar um projeto como o de Anchieta agora, poderia, ao em vez de cancelar, postergar". (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4, 19/01/09)

A análise exposta nesse jornal de amplitude nacional indica o que ocorreria posteriormente no que tange os investimentos da empresa no não cancelamento desses e sim no adiamento. Ainda referente à crise financeira mundial neste mesmo veículo de comunicação é especulado a “recuperação” e uma previsão de quando isso poderia ocorrer, viabilizando assim, a retomada de investimentos uma vez que a demanda aumentaria:

Na sexta-feira, a associação de produtores de aço da Europa, Eurofer expressou preocupação sobre a falta de demanda, segundo informou a Dow Jones Newswires. "O cenário para 2009 é muito desanimador para praticamente todos os setores usuários de aço, particularmente na primeira metade do ano", avaliou em comunicado. "É esperado que vejamos um adicional enfraquecimento do consumo aparente na primeira metade de 2009, uma ligeira recuperação pode vir no quarto

trimestre do ano, em linha com a retomada da economia global" acrescentou.

Um contra-senso a chamada “recuperação” da crise financeira mundial, onde ela é associada ao aumento por recursos naturais, e conseqüentemente, aumento do consumo em uma lógica de mercado em que a população precisa comprar continuamente. Contra-senso é que esses mesmos recursos, não infinitos, implicam em sua maior exploração muitas vezes associado a danos ambientais e desigualdades sociais. Enquanto em uma crise, o seu “remédio” poderia implicar em algumas mudanças, essa serviu para ratificar conceitos hegemônicos como “competitividade”, “desenvolvimento econômico”, “consumismo”, dentre outros, como caminhos para saída da crise.

Assim com o recorde de venda de automóveis no primeiro semestre desse ano, a reativação de usinas da Vale, que estavam paradas devido a crise desde o final de 2008, incentivou a retomada dos projetos, tendo realizado captação de recursos para tal:

Agnelli negou que a colocação de notas da Vale feita ontem para captar US\$ 1 bilhão teria o objetivo de fazer caixa para aumentar a participação na ThyssenKrupp CSA, siderúrgica de U\$ 5 bilhões em fase final de construção no Rio. A captação, disse, servirá para realizar investimentos gerais, em especial em projetos novos de produção. (Valor Econômico, 08/07/2009)

A desistência da chinesa Baosteel de não implantar uma siderúrgica no Estado, segundo o diretor-presidente da Vale, não abalou os planos da empresa em investir na implantação de uma planta siderúrgica no Espírito Santo, como sugerido pelo governo Estadual no município de Itapemirim: “A Baosteel, nesse momento de crise, resolveu se retirar do projeto, nós combinamos com o governo do Estado que continuamos a fazer o estudo de engenharia básica do projeto.” (Gazeta, 4/02/09). Portanto, afirma-se a intenção de retomada do projeto pela Vale para apoio à proposta do governo que é o Pólo Industrial.

Contraditoriamente, ao anúncio realizado em janeiro do cancelamento do projeto no Espírito Santo, com justificativa referindo-se à crise econômica mundial, no mês seguinte estavam sendo divulgadas conversas entre a empresa e o governo do estado do Rio de Janeiro, que chegou a enviar convite oficial à siderúrgica chinesa para instalar

uma unidade no Estado (Valor Online, 17/04/09⁴³). O Governo do Estado do Rio de Janeiro, prontamente, organizou também sua comitiva, uma missão oficial, liderada pelo governador do Estado, Sérgio Cabral, para aproximação com os chineses na intenção de captar a siderurgia para o Estado. Assim como o governo capixaba, a comitiva continha integrantes do alto escalão com atores-chaves no processo de instalação de uma siderúrgica, como a secretária de Ambiente do Rio, Marilene Ramos, os secretários de Fazenda, Joaquim Levy; de Transportes, Julio Lopes; e o presidente da agência Investe Rio, Maurício Chacur, além de Bueno⁴⁴, do Desenvolvimento e, do empresário Eike Batista, controlador do grupo EBX. Durante essa viagem à China do governo fluminense, na Assembléia Popular Nacional, o parlamento chinês, assinou contrato de fornecimento de 30 trens para a Supervia⁴⁵ (Valor online, 24/06/09). Um bom argumento para aproximar os governos e também estreitar relações com a Baosteel para atraí-la para o Rio de Janeiro.

Ora, se a negativa do investimento em Anchieta foi a crise, como entender a permanência do investimento no Brasil, porém em uma unidade federativa diferente? Por que, então, negociações com governos de outros estados para novos projetos? Não somente o Rio de Janeiro, mas também com o governo do Maranhão (em março/2009). Este se reuniu com a direção da Vale para discutir o futuro da implantação da usina siderúrgica chinesa Baosteel no Estado. Segundo divulgado na página oficial do Depto Nacional de Produção Mineral sobre a 1ª tentativa de implantação da siderúrgica na Ilha de São Luis: “O que parecia um sonho realizado, que chegou a ser comemorado pelos maranhenses em 2003, tornou-se um pesadelo. Brigas políticas podem levar o empreendimento para outro país.” (01/03/09). Outra ação de investimento que chegou a ser desmentido pela diretoria da ArcelorMittal é a intenção de compra pela Vale e pela Baosteel, divulgado como ação dos chineses querendo a qualquer custo chegar aos mercados europeu e norte-americano investindo no Brasil, onde o seu “custo”, a princípio foi considerado baixo (Valor Online, 06/03/09). Parece que o fato das resistências ambientais e sociais se sobrepondo, vez ou outra, à política econômica *stritus sensu*, aumentou a previsão desses custos para investimento no país ou mesmo

⁴³ Declaração do secretário-executivo do Conselho Empresarial Brasil China, Rodrigo Maciel.

⁴⁴ Este já foi também secretário no Espírito Santo nessa mesma pasta quando o primeiro mandato do Governador Paulo Hartung.

atrasaram os planos. Enquanto para uns isso é visto como impedimento, empecilho para entrada de capital externo e promoção do desenvolvimento econômico, a forma e o preço a se pagar por essas iniciativas pelos moradores locais, parecem, com intenso trabalho de articulação dos movimentos, entrarem na pauta, serem consideradas ao menos para novas estratégias de ação, mas não suficientes para impeditivo e discussão da agenda de governo de novas propostas de desenvolvimento local e aquém de ruptura social.

Os custos parecem a princípio ser uma expressão comum: de um lado os custos de implantação do investimento e de outro a que custo isso ocorreria. Sem intenção de dicotomizar a situação e entendendo a existência de inúmeras implicações e vários sujeitos com visões distintas sobre o mesmo fenômeno. Ainda assim, o início de um processo de mudança parece apontar para a publicização dos conflitos ambientais para sua ampla discussão na sociedade.

Há ainda outra hipótese sobre o “cancelamento” do Projeto da CSV em Anchieta. Com o advento do Pré-sal e a necessidade de investimento da Petrobras como pauta da agenda do governo federal no discurso de auto-suficiência energética, a cessão do espaço que seria para a CSV ocupado para as estruturas de *offshore*, porto e retroárea – dessa vez para atender à cadeia produtiva do petróleo e não da siderurgia – gasoduto e Unidade de Tratamento de Gás, todos redimensionados para atender à demanda do Pré-Sal. Então, a área para a planta da siderúrgica deveria ser também redimensionada para capacidade menor de produção.

Novamente a estratégia de negociação com o Estado e de retomada dos projetos, após resistência e articulação dos movimentos de base, parece ser a forma de ação para novos empreendimentos e, ser a negativa da questão ambiental e a resistência, por parte da população, o real motivo do “cancelamento” da siderúrgica em Anchieta/ES.

Ainda assim, ao final de julho foi anunciada a retomada do projeto para siderúrgica no Espírito Santo. Surpresa é que o local divulgado não foi o município de Itapemirim como havia sido sugerido pelo governo estadual com a divulgação do resultado final da AAE, uma vez que os índices de poluição atmosférica em Anchieta estavam próximo do limite aceitável pelo CONAMA, além da problemática do

⁴⁵ Concessionária de trens urbanos da região metropolitana do Rio

abastecimento hídrico do empreendimento, da cidade e da agricultura. Surpreendentemente o local anunciado para a planta siderúrgica foi Anchieta/ES, ratificando e fortalecendo a iniciativa do Estado em constituir o Pólo Industrial, retomando o primeiro nome fantasia da CSV, passando a se chamar Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU). Chama-se a atenção é que a produção divulgada é a mesma capacidade inicial de produção da proposta com a Baosteel (5 milhões de toneladas de placas anuais) e com expectativa de início das operações em 2014. Mas, por que Anchieta? É uma das questões expostas pela CSU na apresentação do empreendimento para as comunidades da área de influência direta do empreendimento com a justificativa da estratégia, logística, fácil escoamento da produção e com características geológicas compatíveis para instalação de um porto de águas profundas, características essas semelhantes somente em outro local: a ilha de São Luis⁴⁶ (**Anexo X**).

Para o “novo” projeto foi afirmado que a capacidade de produção será a *metade* da que se pretendia alcançar com a CSV (com ampliação e não com a capacidade inicial de produção), portanto, demandando menos por recursos hídricos, além da reutilização da água consumida pelo empreendimento. Da mesma forma, a solução para a questão da poluição atmosférica foi o uso de tecnologia. Interessante que no processo de divulgação do empreendimento as medidas para “controle” ambiental tiveram mais ênfase no discurso e no tempo de fala: “A adoção de barreiras de vento (*wind fences*) para conter o pó de minério e a reutilização de até 97% da água consumida foram mais reiteradas que a criação de três mil empregos diretos e 15 mil indiretos” (Gazeta Online, 28/08/09).

Cabe ressaltar que, ainda assim, a justificativa para o empreendimento utiliza o argumento de “modernização tecnológica” como se essa fosse a resposta para os conflitos ambientais que surgiram com a primeira tentativa de implantação da siderúrgica junto com a Baosteel, sendo as ações da empresa divulgadas com a proposta atual como “ecologicamente corretas”, em uma abordagem “tecno-ecológica: “O padrão tecnológico das atividades resultará, portanto, de escolhas técnicas que são condicionadas por estruturas de poder (econômico e também de controle sobre os recursos do meio material) vigente.” (ACSELRAD, 2004a, p. 16). Assim, as ações

⁴⁶ Palestra proferida dia 02/10/09 na Secretaria de Agricultura de Anchieta para os conselheiros de turismo, saúde e desenvolvimento econômico.

tecnológicas são usadas para legitimar certo tipo de atividade, associada a conceitos de “moderno” e “eficiente”, e por outro lado as atividades tradicionais associadas à idéia de “velho”, “ultrapassado”. Consolida-se, então, com base nas desigualdades sociais e na explicitação dos conflitos ambientais; há também disputa do que será legitimado como “sustentável”, com diferentes entendimentos e argumentos, nesse caso, contrários na busca por afirmação de certas atividades e apropriação do território, permitindo ou não a reprodução social de certos grupos. Ressalte-se ainda que o anúncio da retomada do projeto pela Vale foi feito dois meses após a Samarco anunciar a assinatura do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) com o Ministério Público Estadual (MP-ES), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) e o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), para “controle ambiental” da poluição atmosférica, reforçando o argumento de “modernização ecológica”, comumente entendida como:

processo pelo qual as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso (BLOWERS, 1997, p. 845 *apud* ACSELRAD, 2002)

Há ação de desqualificação das lutas no conflito ambiental, uma vez que essas são associadas também ao atraso, impedindo o “desenvolvimento” e “crescimento econômico” da região, explicitada na fala do representante da empresa – diretor-executivo de Ferrosos da Vale, José Carlos Martins – “Não queremos impor o projeto às comunidades (...) caso não nos queiram, vamos para outro lugar”. A busca pela resolução de conflitos, em uma nova estratégia de ação com as comunidades foi a realização de reuniões com as comunidades do entorno com técnicos da companhia “para ouvir as dúvidas dos moradores e explicar o que será a siderúrgica” (Gazeta Online, 28/08/09). Na busca pela harmonia, associando a idéia de conflito como algo “errado” e que deve ser evitado a qualquer custo, não considerando que, no âmago de uma sociedade democrática, as visões distintas necessitam ser explicitadas e levadas ao debate e discussão coletivas e não tratadas isoladamente, enfraquecendo os conflitos no seu tratamento enquanto movimento popular. Não necessariamente que o consenso seja o resultado inevitável desse processo, mas há de se considerar nesses debates a

desigualdade de poder, os argumentos utilizados e até mesmo a forma de se expressar. Os usos de termos técnicos e científicos distanciam ainda mais o empreendedor da comunidade e desqualifica o argumento e linguagem simples utilizada por esses.

Assim, como a primeira tentativa de implementação da siderúrgica foi marcada pela falta de comunicação, não divulgação das informações ou divulgação direcionada e parcial, manipulada, estabeleceu-se uma relação de desconfiança entre o empreendimento e a comunidade e mesmo com o poder público local, corroborando para uma estratégia de aproximação desses para esse “novo” momento, a exemplo que esse dois últimos atores souberam, tanto da chegada quanto da saída da Baosteel, pela imprensa. No entanto, a intenção de investimento da Vale juntamente com a chinesa Baosteel, parece até o momento estar “guardada”. O anúncio para Anchieta é que a Vale estaria “sozinha” para tal empreitada. Segundo o principal executivo da CSU, Marcos Chiorboli comandou a apresentação: "Não vamos esconder informações", afirmando que a busca por um futuro sócio para operar a usina depois de pronta não está descartada. Então, a Vale é a responsável pelo projeto, porém, após a conclusão da siderúrgica é também estratégico que seja repassado para outro acionista, do contrário ela estaria concorrendo com seus clientes primários e principais para quem fornece minério de ferro pelletizado, dentre outros minerais.

Cabe pontuar a visão que se tem de um empreendimento estrangeiro, que parece “invadir” um determinado território impondo “suas” regras. Além disso, esse empreendimento trata-se de uma atividade essencialmente poluidora que é a siderurgia e notadamente reconhecida mundialmente a indústria chinesa como uma das mais poluentes do mundo. Não obstante, o tratamento da mão de obra chinesa é extremamente diferenciado, tanto na questão legal quanto cultural. Assim, foram reforçados os argumentos na resistência a esse empreendimento.

Já a Vale, é associada à uma empresa brasileira, apesar de ser de capital aberto, com histórico de investimento no Espírito Santo quando Estatal. A divulgação da siderurgia como somente a Vale como investidora pode também ser estratégico para não reforçar conflitos ambientais.

A Vale é uma multinacional, travestida de nacional, com propagando enganosa na televisão, usando as cores do Brasil, para mostrar para o

povo a ilusão de que ainda é uma empresa nacional. Os recursos nacionais são retirados para o capital internacional, é produção de riqueza para o bolso alheio. (Entrevistado 2)

Ressalta-se que o primeiro investimento de grande porte da empresa no Estado, ainda quando estatal, os impactos sociais decorrentes da implantação do Porto de Tubarão na Serra na década de 70.

O que pode parecer coincidência, é que, na mesma semana foram realizadas reuniões – uma em Guarapari e outra em Anchieta – para discussão do Termo de Referência do que norteará os trabalhos de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) da 4ª usina de pelotização da Samarco, na Ponta de Ubu, em Anchieta.

Após pouco mais de seis meses de divulgação de um documento técnico, elaborado a pedido do Governo Estadual, em que foram afirmados os níveis de poluição próximos aos limites autorizados pelo CONAMA e a insuficiência de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte, paradoxalmente são afirmados duas novas iniciativas industriais que impactarão exatamente nessas duas questões: siderúrgica e usina de pelotização e em termos práticos pela mesma empresa.

Cabe analisar mais profundamente a atuação do Estado nesse processo como legitimizador dessas ações e, indiretamente, corresponsável pelas futuras desigualdades sociais e ambientais que ocorrerão.

4.3 – A (não) atuação do Estado

“Aquele que determina os assuntos da política”, afirma Schattschneider, “dirige o país, porque a definição das alternativas significa a escolha dos conflitos e a escolha dos conflitos aloca poder” (Schattschneider, 1960 apud ACSELRAD, 2002)

Entendendo que há uma unidade dialética entre política e sociedade, entre economia e Estado, conforme Gramsci, as relações de poder de decisão são determinadas por aqueles que compõem a sociedade, ou seja, compete a quem tem maior capacidade de pressão determinar as agendas e justificar o que seria o “bem

comum” da sociedade. Em afirmação ao sistema capitalista, lógica da acumulação, é defendido que o bem de todos é o acesso ao emprego, que todos tenham trabalho, remuneração e, então, possam consumir. Com essa justificativa são, então, criadas estruturas pelo Estado que favorece as grandes corporações, concentração de terra e renda em detrimento dos sujeitos que possuem autonomia e uso sobre os recursos naturais, comum às atividades tradicionais. Há relação de poder entre esses em influenciar as agendas e as políticas, o que em alguns casos não chega a estabelecer uma disputa e sim uma subordinação de um grupo em detrimento do outro, sendo que, aqueles com capacidade de influenciar são hegemônicos, criando, desta forma, uma relação de poder desigual. A expansão industrial estimulada pelo Estado implicou na desterritorialização de grupos sociais e contribuiu com o aumento das desigualdades sociais e injustiça ambiental.

Apesar de já exposto algumas ações do Estado, julgou-se pertinente aprofundar certas situações e analisar a sua atuação neste estudo de caso.

O Governo do Estado do Espírito Santo em sua campanha - quase eleitoral - para garantir a implantação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, já apresentava em seu “currículo” a atuação com as indústrias presentes na grande Vitória, destacando as empresas, Arcelor Mittal e a Vale:

Segundo o governador, o desenvolvimento da Ponta de Tubarão possibilitou a aquisição de uma experiência acumulada ao longo dos últimos 30 anos, que será utilizada no processo de implantação da CSV, a fim de minimizar os impactos ambientais e sociais na região de Anchieta (Governo do ES, 03/10/2007).

No entanto, como já exposto, ocorreram problemas sociais irreversíveis como a favelização devido à contratação de mão-de-obra para a fase de construção. Assim, o Estado se prontificou em realizar ações de qualificação de mão de obra como a criação e assinatura de Termo Técnico de Cooperação de um Grupo de Trabalho de Intermediação Massiva de Mão-de-obra (IMMO) composta por empresas, entidades de classe e de ensino⁴⁷, instituído pela Setades – Secretaria de Estado do Trabalho

⁴⁷ Entre as empresas do IMMO estão: ArcelorMittal Tubarão, Samarco Mineração, Aracruz Celulose, Baosteel, Vale e Petrobras; Nas entidades de classe estão a Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo (Fecomércio) e Federação de Empresas de Transportes do Estado do Espírito Santo

Assistência e Desenvolvimento Social, em função dos investimentos privados em grandes projetos industriais que estão sendo registrados no Espírito Santo. De acordo com o levantamento realizado por esta Secretaria, o estado receberá até 2012 investimentos superiores a US\$ 28 bilhões. Durante as obras, a estimativa é a geração de mais de 53 mil vagas de empregos diretos. Já de forma indireta, serão mais de 100 mil vagas distribuídas em toda a cadeia de abastecimento (Governo do ES, 09/10/2008). Trata-se de um instrumento mais político que prático, ainda que destacado a criação de 12 mil vagas em escolas técnicas estaduais e previsão de federais no norte e sul do Estado.

No entanto, a realidade de Anchieta é distinta da capital do Estado: no interior há pequenas e médias propriedades de agricultores que dependem da agricultura e pecuária para sua sobrevivência e ocupam a região desde a imigração italiana no final do século XIX. Em mar, na área portuária, é forte a presença de pescadores artesanais, em especial na área mais impactada, Parati e Ubu. Sua capacidade de mobilidade para outra área no mar é limitada: primeiro, pelo tipo de instrumento de pesca, já habituado e que tem pleno conhecimento de sua utilização atrelada ao local. Segundo – vinculado também ao primeiro – os pesqueiros estão em locais específicos e determinados pela combinação de certas características. Considerando essas atividades, a mão de obra disponível para trabalho em Anchieta não suprirá a demanda do Pólo Industrial de Serviços do município, a citar somente os empreendimentos de siderurgia: CSV e Samarco, quinze mil e cinco mil pessoas para serem contratadas, respectivamente, que se somados se aproximam do total da população de Anchieta. Ou seja, os impactos sociais da execução dessas obras serão inevitáveis e irreversíveis, o que segundo a entrevistado 2 “é colocar um pé grande em um sapato pequeno o que eles querem fazer com Anchieta, vai estourar, os dedos do pé irão furar os sapatos e olha lá que pode se aproximar à Cubatão.”.

(Fetransportes), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Espírito Santo (Sindimetal-ES). O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem, Estradas, Pontes, Pavimentação e Terraplanagem (Sintraconst-ES), Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Secretaria de Estado do Desenvolvimento (Sedes), além de entidades de ensino e Governo Federal – a exemplo da UFES, além do SENAI e SENAT.

Apesar de em diversas reuniões públicas ou reuniões com a comunidade, a contratação da mão de obra local, mesmo quando não está na pauta, é levantado o assunto para discussão, normalmente solicitado pela própria comunidade, como se a “garantia” – que não existe – de emprego fosse a *redenção* do município.

Em outra ação do Governo do Estado – ainda quando o empreendimento da CSV (Baosteel e Vale) estava em “jogo” – “em busca de experiência para desenvolver o Pólo” de Anchieta, o Governador do Espírito Santo visitou as obras de construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA, no distrito industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro: “Também vale olhar a experiência do que está sendo feito no Rio de Janeiro, para que possamos ter um desenvolvimento sustentável e equilibrado na região”, afirmou Hartung, após a visita.” (Governo do ES, 11/10/07). O empreendimento conta com investimento da Vale (em parcela minoritária) e tem um histórico de conflitos ambientais marcado, inclusive, por acidentes fatais, incluindo um pescador local e mais de 60 trabalhadores da própria CSA, além da exposição de riscos à comunidade pesqueira, realocação de famílias de sem-terra, denunciada por uma série de irregularidades na construção, destacando a contratação irregular de operários e conflitos trabalhistas com a vinda de 600 chineses para trabalhar na obra (ZBOROWSKI, 2008). Ora, se é essa a “referência” que o governo do Estado buscou para Anchieta, espera-se que seja incorporado uma atuação mais efetiva no que tange à fiscalização eficaz, atuação com rigor no cumprimento dos instrumentos legais, e não simplesmente “fechar os olhos” para situações irregulares.

4.3.1 – A visão do Estado: análise do Decreto de Instalação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta

Procura-se compreender qual o interesse do Estado sobre a Baosteel que justificou sua postura, considerando a dimensão e importância do empreendimento. Esse processo de instalação de uma siderúrgica do porte do projeto anunciado, como o grande fator de geração de empregos, um novo motor à economia capixaba, que já possui relação densa com esse setor siderúrgico, atribuído à ArcelorMittal e à Vale.

Na década de 60, além dessas duas, a Samarco se instalou em Anchieta, o que mudou a configuração desse município em termos da porcentagem de terras de propriedade dessa empresa, e em termo dos índices de avaliação econômica, como o *PIB per capita*. Índices que os analistas econômicos, ao comparar os municípios e estados, analisam conforme conceitos hegemônicos: qual o mais competitivo, produtivo e eficiente na lógica de mercado. Assim, um novo momento de investimentos no Espírito Santo é entendido como um “despertar” da economia capixaba, um novo ciclo de crescimento econômico e projeção do Estado no cenário competitivo. Considerando isso, surgem algumas questões sobre o início desse processo quando a instalação do Pólo Industrial em Anchieta: seria apenas coincidência a divulgação deste já com o Decreto de criação, ao mesmo tempo em que um representante do primeiro escalão do governo viaja para a China? O Estado já tinha de fato essa proposta antes da aproximação da Baosteel e da Vale? Seria o Plano 2025 uma boa justificativa para respaldar a iniciativa? Cabe lembrar que antes mesmo da divulgação do empreendimento, técnicos chineses já haviam visitado Anchieta para análise do local. Não teriam sido “as lições aprendidas” no Maranhão e como orientação para obter respaldo legal da localização e instalação da siderúrgica “sugerir” a criação de um Pólo Industrial na área pretendida para instalação da planta siderúrgica?

Para compreender melhor essa iniciativa, foi analisado o Decreto Estadual N° 1247-S, de 10 de julho de 2007, de implantação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta. Constatam nesse Decreto as considerações para a desapropriação das áreas para viabilizar a instalação do Pólo:

Considerando que é atribuição do Estado regular e fomentar as atividades econômicas objetivando a redução das desigualdades sociais e regionais e o incremento de empregos diretos e indiretos;

A já ultrapassada idéia de que os benefícios econômicos transbordam para os benefícios sociais parece insistir no Governo do Espírito Santo, sendo essa a base de sua Política de Desenvolvimento. Na prática, a acumulação do capital gera mais desigualdades sociais, ao passo que o enriquecimento de poucos é associado à falta para muitos. Em continuidade do Decreto e suas considerações:

Considerando que o Estado do Espírito Santo, em conformidade com o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025”, tem pautado seu desenvolvimento na atração de investimentos produtivos, salientando a importância da interiorização do investimento, a inserção regional e a conservação dos recursos naturais;

Considerando que cabe ao Estado estimular a manutenção e o desenvolvimento de empreendimentos industriais, bem como a orientação e apoio à localização racional de novos estabelecimentos e à realocação dos existentes;

Considerando que, ainda em referência ao seu Plano de Desenvolvimento, a economia capixaba deverá apresentar uma trajetória de diversificação da estrutura produtiva local, resultante de longo processo de adensamento e agregação de valor das principais cadeias produtivas instaladas;

Considerando que a criação de um pólo industrial e de serviços terá atuação relevante no desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo;

Considerando a posição estratégica do local escolhido para a implantação do pólo industrial e de serviços, uma vez que possibilitará acesso viário, ferroviário e portuário;

Novamente as questões logísticas são ressaltadas e entendidas como estratégica do ponto de vista mercadológico, como a localização do Pólo em Anchieta. Os conceitos hegemônicos de produtividade, arranjos produtivos locais e desenvolvimento econômico são premissas na elaboração da redação para o Decreto de implantação do Pólo Industrial. Ainda:

Considerando que o pólo será implantado pela Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial - SUPPIN, autarquia responsável pela viabilização no Estado de Pólos Industriais, que se encontra hoje com seus mais importantes pólos sem capacidade para abrigar projetos industriais de grande porte;

O Estado possui uma autarquia responsável pela criação de Pólos industriais reafirmando, o que para ele constitui arranjos produtivos locais, mas que para o Movimento de Justiça Ambiental são “zonas de sacrifício”, utilizadas para designar localidades em que ocorre sobreposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Essas áreas, também chamadas de “paraísos da poluição”:

“(…) objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Nesses locais, além

da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor, pois a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos e predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados ‘paraísos fiscais’ (ACSELRAD, 2004b)

Por último, foi dado o embasamento legal para o Pólo em comunhão com o PDM e o argumento da utilidade pública.

Considerando que a área em questão encontra-se destinada pelo Plano de Diretor Municipal do Município de Anchieta para fins industriais;
Considerando, finalmente, ser sempre possível a desapropriação de bens particulares, quando se verificar pressupostos constitucionais da utilidade pública;

O Secretário do Estado de Desenvolvimento afirmou que o Pólo Industrial de Anchieta é “a materialização do projeto previsto no Plano de Desenvolvimento 2025, onde está claramente identificado que a região de Anchieta é a área para expansão industrial capixaba, abrigando grandes projetos”, (Governo do ES, 24/08/07) sendo este plano uma iniciativa do Estado potencializada, ou porque não dizer concretizada, com a aproximação da Baosteel e da Vale na proposta de investimento em Anchieta.

No entanto, devido à resistência da população a mudança da opinião pública a respeito da instalação da siderúrgica chinesa e a divulgação da AAE, foi revogado o processo licitatório referente à contratação da prestação de serviço de levantamento e caracterização de benfeitorias existentes em propriedades rurais e em áreas da Samarco na área ao futuro Pólo Industrial e de Serviço de Anchieta para fins de desapropriação de terras (DOES, 09/12/2008, p. 15). Assim, o governo se afastaria da questão, evitando desgastes políticos e, principalmente, da opinião pública, uma vez que a implantação do Pólo demandaria a realocação de comunidades em Anchieta, considerando, então, estratégia para o próximo ano de eleições.

Ao longo da história do Pólo de Anchieta, o empreendimento âncora parece mudar o foco para o petróleo (Unidade de Tratamento de Gás Sul – UTG Sul Capixaba e Pré-sal), com a questão das siderúrgicas, tratadas no segundo semestre de 2009. Dessa forma, o novo ciclo de desenvolvimento econômico da região estaria garantido.

Se para o Estado manter o Pólo implicaria em questões negativas para as eleições, para as empresas seria vantajoso, uma vez que, com o argumento da “utilidade pública” os valores das propriedades são menores e facilitaria também o licenciamento dos empreendimentos, ainda que, sendo um empreendimento potencialmente poluidor, os Pólos Industriais devem, obrigatoriamente, ser avaliados em um processo de licenciamento ambiental, como sinalizado na AAE. Se analisado, cada empreendimento industrial isoladamente, os efeitos cumulativos e que se relacionam não teriam oportunidade de serem discutidos ou devidamente avaliados.

4.3.2 – Avaliação Ambiental Estratégica: ação pró-Pólo Industrial

Considerando que o próprio Pólo Industrial necessita cumprir os procedimentos de licenciamento ambiental para então ser criado, foi afirmado na página oficial do Governo do Espírito Santo, referindo-se à AAE, como um processo que “analisa a implantação do pólo antes da tomada de decisão e é uma inovação no tratamento das questões ambientais nas decisões públicas.” Se este estudo técnico é para ser utilizado anteriormente à implantação do Pólo e este estudo não se caracteriza em um licenciamento ambiental, um Decreto Estadual para sua implantação parece contradizer esse processo. Nesse contexto a AAE teve o objetivo de “fornecer dados, instrumentos, insumos e indicações de planos, programas e projetos especialmente elaborados para a região de estudo do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta.” (ES em Ação, 2008, p.6), seguindo as premissas do Plano de Desenvolvimento ES 2025. Elaborada pela organização não governamental (ONG) Espírito Santo em Ação (ES em Ação) com a contratação de duas empresas de consultoria, cabe pontuar algumas questões antes de analisar a AAE em si.

Primeiramente, detalhar um pouco mais sobre a ONG ES em Ação, também conhecida como ONG dos empresários, ou da sua denominação oficial como consta no Estatuto de sua criação, “Movimento Empresarial do Espírito Santo”. Instalada em cinco salas em localização nobre em Vitória, é reconhecida como “braço direito” do governo na expansão industrial, haja vista a sua composição, que tem na diretoria alto escalão das grandes empresas do Estado, cargos como presidente, diretor, gerente de

relações institucionais em empresas da cadeia produtiva do minério, celulose, instituição de ensino particular, de pesquisa e outras com atuação no Estado, ou seja, com capacidade suficiente de articular (pressionar o) com o governo Capixaba. Destaca-se a atuação da ONG empresarial em avaliar a atuação de prefeitos do Espírito Santo, discutindo, inclusive, propostas de leis ambientais. Outra instituição que contribuiu para a elaboração da AAE foi a Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (ADERES), com objetivo de atrair investimentos e ressaltar as condições estratégicas do ES na disputa e concorrência por empreendimentos. Esta agência se encaixa na idéia proposta por O'Connor, em que o Estado deve regular o acesso do capital às condições de produção como força de trabalho, natureza, logística, dentre outras:

Es importante resaltar que las condiciones de producción no son producidas de acuerdo con las leyes del mercado. Y la regulación del mercado sobre el acceso del capital a estas condiciones, cuando son producidas y si son producidas, es selectiva, parcial y a menudo deficiente. Por tanto, debe existir alguna agencia cuyo trabajo consista tanto en producir las condiciones de producción como en regular el acceso del capital a las mismas. En las sociedades capitalistas, esa agencia es el estado. Toda la actividad del estado, incluyendo virtualmente la actividad de todas sus agencias y todos sus rubros presupuestarios, está vinculada de uno u otro modo con La tarea de proveer al capital acceso a la fuerza de trabajo, a la naturaleza, o a la infraestructura y al espacio urbanos. Resulta difícil encontrar una actividad estatal o presupuestaria que no este vinculada de una u otra manera a una o más condiciones de producción (O'CONNOR, 1999, p. 41-42)

Seguindo preceitos de competitividade e produtividade, outra questão para contextualizar a AAE é o documento utilizado como premissa, o Plano de Desenvolvimento ES 2025: “pensado a partir de metas e ações estratégicas para serem implementadas até o ano de 2025, tendo como objetivo agregar esforços na elaboração e execução de ações que impulsionem o desenvolvimento do Estado em todas as suas dimensões.” (ES em Ação, 2008, p.7). Trata-se de uma projeção de cenários com metas estabelecidas para que a avaliação do Espírito Santo no “Ranking de Competitividade Estadual” e de “de Intensidade de Valor das Exportações”, Índice de Primazia de Cidades, Índice de Desenvolvimento Urbano, Índice de desenvolvimento humano

(IDH), PIB, dentre outros. No escopo desse Plano constam 93 projetos estruturantes e, dentre eles, Projeto de Implantação do Pólo Siderúrgico em Anchieta.

Ainda que as considerações sobre a instituição que elaborou a AAE e o documento utilizado como premissa, a AAE assume caráter estratégico para planejamento dos investimentos industriais, como forma de antever os possíveis “entraves” no processo de instalação do Pólo, avaliando as necessidades de infraestrutura social e urbana, como habitação, qualificação de mão-de-obra, tratamento de esgoto, transporte coletivo, dentre outros. Então, a AAE parece não avaliar a real viabilidade do Pólo nas condições atuais que se encontra Anchieta, mas sim, apontar as adaptações necessárias para “viabilizar” a instalação do empreendimento, para “prevenção dos danos ao meio ambiente decorrentes da implantação de grandes investimentos na Região Anchieta”, recordando o paradigma da adequação proposto por Zhouri *et al* (2005). Então, afirmando a proposta do Pólo, vislumbra-se o porquê da AAE não ter levado em conta no licenciamento ambiental, mesmo porque, foram analisadas projeções de indústrias, porém sem o escopo das plantas siderúrgicas e outras industriais para análise em conjunto e detalhada.

Embora para a elaboração da AAE sejam levados em conta os impactos ambientais do empreendimento a ser analisado, a AAE não é um documento oficial que antecede a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) de um empreendimento, mas é um documento técnico que pode ser solicitado pelo poder público com o intuito de pautar o planejamento estratégico de suas políticas públicas, sem possuir relação com os trâmites burocráticos necessários à instalação de um empreendimento como expresso na Resolução CONAMA 001 de 1986 (ES em Ação, 2008, p. 16).

A AAE é, então, um estudo técnico onde foram avaliados 20 temas⁴⁸ nos municípios de Anchieta, Piúma e Guarapari. Chama-se a atenção para três questões: poluição atmosférica, recursos hídricos, e instrumentos legais e regulatórios. O primeiro nos remete a uma problemática já vivenciada pelos moradores de Anchieta devido à

⁴⁸ 1. Rede Cidades; 2. Dinâmica Populacional; 3. Dinâmica Econômica; 4. Turismo; 5. Estrutura Ocupacional; 6. Governança Pública; 7. Finanças; 8. Educação; 9. Saúde; 10. Segurança; 11. Caracterização Urbana; 12. Patrimônio Cultural, Arquitetônico, Arqueológico e Comunidades Tradicionais; 13. Infra-Estrutura Viária; 14. Saneamento Ambiental; 15. Ecossistema Terrestre; 16. Recursos Hídricos; 17. Recursos Atmosféricos; 18. Ruídos; 19. Geologia; 20. Instrumentos Legais e Regulatórios.

presença da Samarco e, segundo a AAE, as concentrações de partículas totais em suspensão (PTS) nas localidades de Ubu e Mãe-Bá encontram-se em patamares elevados, chegando a alcançar 91% do limite estabelecido pelo padrão primário da Resolução Conama 03/1990 (ES em Ação, p. 184). Assim, mais uma siderúrgica, ou mesmo um Pólo com a presença de indústrias potencialmente poluidoras, parece a princípio inviável. Porém, o documento aponta para outro lado:

O diagnóstico indica que a qualidade do ar atual desta região atende aos padrões primários estabelecidos pela Resolução Conama 03/1990. Os poluentes da classe das partículas (PTS e PI⁴⁹) são os que apresentam concentrações mais próximas dos limites máximos estabelecidos, notadamente nas localidades de Ubu e Mãe-Bá, sendo sensivelmente menores nas estações localizadas em Anchieta e Meaípe (...) [O Prognóstico de qualidade do ar] “conclui-se que a implantação do Pólo Anchieta é compatível com a capacidade de suporte da atmosfera de sua AID⁵⁰, devendo a região manter-se enquadrada nos padrões de qualidade do ar vigentes.” (Ibid. p. 306)

A solução para o problema da poluição atmosférica passa obrigatoriamente por uma questão técnica, em que, a melhoria de procedimentos internos às indústrias garantiria o controle da emissão de poluentes. Há ainda, nos recursos hídricos, um entrave, o abastecimento em um volume de água que uma siderúrgica demanda, ou mesmo que vários empreendimentos em conjunto demandariam.

Cabe observar que as demandas para abastecimento de Anchieta, Piúma e Guarapari não são supridas a partir de pontos situados sob a influência de futura captação de água para o Pólo (...). Caso aumentem, conforme previsão, as demandas na bacia para outros usos, haverá risco de periódica indisponibilidade de água no rio Benevente para abastecimento do Pólo Industrial, em períodos de baixas vazões, inclusive devido à prioridade legal do abastecimento público sobre o abastecimento industrial (ES em Ação, 2008, p. 307-8).

Assim, como na poluição atmosférica, a “solução” indicada para o abastecimento de água para o Pólo é a *modernização tecnológica*, e acredita o Estado ser ambientalmente viável a instalação do Pólo Industrial em Anchieta. É nítido nesse

⁴⁹ PTS – partículas totais em suspensão PI – partículas inaláveis

⁵⁰ AID – área de influência direta

quadro o uso de argumentos científicos, como se a resolução recaísse somente sobre as questões técnicas e não sociais.

Conclui-se que a implantação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, no que concerne aos Recursos Hídricos, é ambientalmente viável, desde que sejam adotadas as medidas preventivas e medidas mitigadoras de seus possíveis impactos potenciais, propostas neste documento. Essas medidas, tendo em vista o benefício socioeconômico da implantação, deverão ser de responsabilidade não só dos empreendedores, mas também dos governos estadual e municipal e dos usuários de água. (ES em Ação, 2008, p. 309)

Nesse último quesito o comprometimento do Estado para efetivar o Pólo é enfatizado. Os ônus serão gerados por empreendimentos particulares que deverão passar pelo processo de licenciamento ambiental, ou seja, receberão ou não o aval do Estado que, de certa forma, se responsabilizará indiretamente pelo ônus. Ressalte-se, ainda, que as estruturas para arcar com esse mesmo ônus devem ser fornecidas pelo Estado.

Na AAE, o tema “instrumentos legais e regulatórios” indica quais argumentos deverão ser usados na solicitação das licenças ambientais e quais instrumentos legais que podem “impedir” ou dificultar a instalação do Pólo referindo à Resolução do Conama n°. 237/97, que prevê o licenciamento do Pólo, além da Lei Federal no. 11.428 de 22/12/06 de Proteção da Mata Atlântica, conforme descrito a seguir:

Outro ponto de extrema importância está relacionado à Lei Federal n°. 11.428 de 22/12/06 – lei de proteção do bioma “Mata Atlântica”, que autoriza, em seu artigo 14, a possibilidade de intervenções relacionadas à supressão de vegetação em estágios médios e avançado de regeneração, desde que o empreendimento tenha repercussão de “Utilidade Pública”. O Pólo, enquanto projeto estruturante do plano de desenvolvimento do governo do estado (ES2025), cria condições e oportunidades para esse enquadramento.

Também as áreas de especial interesse ambiental (AEIA) delimitadas no PDM de Anchieta (Lei Municipal 13/06) apesar de não serem enquadradas como áreas de preservação permanente, deverão ser submetidas, quando da necessidade de intervenção, a tratamento similar as APP's, ou seja, com observância aos instrumentos normativos acima mencionados (Ibid, p. 304-5)

A demanda do governo do Espírito Santo para a realização de um estudo técnico com a AAE explicita o uso do discurso científico e sua incorporação nas estratégias

políticas e redimensionamento das propostas, com intuito, também, de deslegitimar qualquer outro argumento, como uma verdade quase incontestável.

A emergência do meio ambiente como objeto da política, e, portanto, como campo de forças, dará origem a novas institucionalidades e “formas de apropriação” constituídas para articular movimentos ambientalistas e Estado, em certos casos burocratizando associações e obscurecendo conflitos através da pretensão ao consenso pré-construído (vide, por exemplo, discursos correntemente disseminados sobre Agenda 21 locais) (ACSELRAD, 2004a, p.21).

Essa articulação a que Acselrad se refere, pontua o caso da elaboração desse estudo técnico e ainda recorda a contratação, pela Baosteel e Vale, de uma empresa exatamente com o nome da Agenda citada pelo autor para iniciar relacionamento com a comunidade.

Com a divulgação dos resultados da AAE, as notícias eram anunciadas como o cancelamento da Baosteel no Espírito Santo, diferentemente do que pontua as conclusões finais do documento. Segundo a secretária de Estado de Meio Ambiente, a AAE impossibilita *apenas* a instalação da Baosteel devido ao seu porte, não influenciando ou implicando em alterações nos demais empreendimentos previstos para o pólo industrial de Anchieta, como a Unidade de Tratamento de Gás da Petrobrás e a 4ª usina de pelotização da Samarco (Gazeta on-line, 27/11/09), empreendimentos esses praticamente concretizados, sendo o primeiro na fase de LI e o segundo na LP.

“O Governo do Estado acha viável a implantação de cada um dos empreendimentos previstos no Pólo Industrial de Anchieta. A combinação deles, em um lugar só, apesar de trazer vantagens econômicas, interfere no desenvolvimento sustentável”, disse o secretário Guilherme Dias. (Governo do ES, 27/11/09)”

A questão não é apenas locacional, mas do tipo de empreendimento poluidor. Vale questionar, que tipo de modelo econômico se almeja, em uma busca para maior justiça social e ambiental? Mudar a localização do empreendimento apenas muda o problema de lugar, mas não o problema em si. Contraditoriamente, justificando a descentralização em Vitória e a concentração dos empreendimentos, a execução dessa *estratégia* concretiza as zonas de sacrifício. Qual a próxima então? As sugestões

alternativas à Anchieta recaíram sobre os municípios de Presidente Kennedy – divisa com o Rio de Janeiro – e Itapemirim, onde se encontra instalada uma usina de cana de açúcar e a prefeita é parente de primeiro grau do Vice-governador. Já Presidente Kennedy é o município com maior *royalty per capita* do Brasil, e há previsão de instalação de um porto de águas profundas para escoamento de produção da Ferrous, e outra siderúrgica (processo em LP no IBAMA). Da mesma forma, o argumento locacional de Gohn se reafirma. Presidente Kennedy possui comunidades pesqueiras, uma população pouco organizada com baixa mobilização social, poucas instituições ou movimentos populares. Ainda sobre essa declaração do Secretário de Desenvolvimento Econômico, qual o entendimento sobre o termo Desenvolvimento Sustentável?

A permanente articulação para efetivação do Pólo para o Estado se destaca, uma vez que as empresas também investiriam em grandes obras de estrutura como Porto e Ferrovia, estes atrelados à Vale. Outra questão é o aporte da UTG Sul Capixaba pela Petrobras, que teve sua implantação “quase imposta” com o advento do pré-sal e a futura necessidade de expansão da planta industrial⁵¹. Nesse contexto, o Pólo se reafirma, em especial, com os anúncios da expansão da Samarco com a 4ª Usina e instalação de uma planta siderúrgica com a Vale.

Ainda, recordando o discurso do Secretário de Desenvolvimento Econômico, a *combinação* dos empreendimentos é que torna o Pólo inviável, o que dificultaria o processo de licenciamento enquanto Pólo. Então, com a revogação do Decreto, cada empreendimento isoladamente poderia recorrer ao seu licenciamento próprio, não associando os impactos conjuntos, somados, sobrepostos em uma mesma localidade.

Assim, a tomada de decisão sobre o empreendimento foi transferida a princípio para o município, sendo explicitado pelo Prefeito de Anchieta, Edival Petri, "Eles deixaram claro que só vão adiante se a cidade quiser" (Gazeta Online, 28/08/09), comparando a iniciativa da Vale – supostamente sozinha – com significativa melhora do que quando realizada juntamente com a Baosteel. Cabe ressaltar que o processo de licenciamento continua a cargo do IEMA, e com a proximidade das eleições, o governo do Estado se afastaria do foco das discussões e debates com a comunidade, repassando a responsabilidade para a Prefeitura articular e mobilizar a população para *aceitar* o

⁵¹ Entrevistado 2

empreendimento, provavelmente, pensando nas eleições do próximo ano, no intuito de se promover com essa estratégia, mas também de evitar desgaste político com população local. Essa postura do governo estadual foi discutida nas entrevistas realizadas, como sendo “vergonha na cara” do governo estadual em repassar para o poder público municipal:

Se ele falou isso é porque ele tem vergonha na cara. Já disse que não pode, a Baosteel, por causa do meio ambiente, como é que agora ele vai intermediar, com que cara que ele vem a público? Se ele falou isso parabéns para ele. Mostra que tem memória. (...) Ele só pode vir a público para dizer que não pode ser implantada a siderúrgica aqui; ou agora o ar já descontaminou e por milagre os recursos hídricos aumentaram? (Entrevistado 2)

Percebe-se na população um tratamento, por parte tanto das empresas quanto do governo do Estado, como um “descaso”, não transparência dos processos, em um claro jogo em que as decisões são tomadas em outra esfera que não a popular, mas com a explícita manipulação da população. Com a divulgação intensa de milhares de vagas de trabalho, a população criou expectativas, o que gerou movimento migratório para Anchieta. O que impressiona é que em um dado momento é enfatizado a inviabilidade do empreendimento, com o comprometimento dos recursos naturais do município, e em outro momento, exatamente o contrário, quando do anúncio na mesma semana da 4ª Usina da Samarco e da instalação da CSU, no segundo semestre de 2009. Cabe recordar a fala da responsável no governo do estado pela pasta de Meio Ambiente na época do anúncio da AAE em final de 2008:

A secretária Maria da Glória destacou que o estudo aponta um cenário já crítico em recursos hídricos e atmosféricos na região e, dentro da atual configuração, não haveria disponibilidade suficiente de água a partir de 2018. (Governo do ES, 27/11/08)

São tomados todos os argumentos e considerações postas na AAE para apresentação de um “*novo*” empreendimento, que contemple e ofereça soluções previamente elaboradas, via modernização tecnológica e no discurso científico direcionado para aprovação dos empreendimentos. Então, os conflitos seriam “acordados” entre Estado e a comunidade. A análise jurídica atrela a atuação do Estado

em *apenas* acordar com as empresas a sua “adaptação” ao local e situação, e não sua negativa ou consideração de outros grupos sociais

(...) a integração ente políticas ambientais e econômicas só avança quando o diálogo entre os principais grupos de pressão envolvidos é capaz de produzir garantia de adaptabilidade às empresas já existentes. E só se consolida quando também consegue criar novas incitações ao empreendimento (VEIGA, 2002, p.158, 167-168)

No entanto, é exatamente na medida em que esses fenômenos de conflitos ambientais com os grupos sociais ganham espaço para debate na sociedade, e não reduzido a uma apenas parcela dela, que se cria a possibilidade de mudança desse quadro de subordinação do Estado a uma determinada classe burguesa, como referenciava Marx. Tendo como arcabouço, então, a idéia de Estado defendida por Gramsci – amadurecimento daquela defendida por Marx – este se configura como lugar de hegemonia de uma classe, mas como:

[...] um contínuo formar-se e superar-se de equilíbrios instáveis (no âmbito das leis) entre os interesses do grupo fundamental e àquele dos grupos subordinados, equilíbrios cujos interesses do grupo dominante prevalecem até um certo ponto.

Não há garantia de acesso, mas uma busca constante – quase como utopia – ao equilíbrio político, ambiental, econômico por determinados grupos desfavorecidos do ponto de vista organizacional e de mobilização social, usualmente, aqueles que ainda têm vínculo mais forte com os recursos naturais, como é o caso dos catadores de caranguejo e pescadores artesanais.

4.3.3 – *Garantir a conservação... do que e de quem?*

Na análise do caso de Anchieta, é ressaltado em diversos momentos que os grupos de pescadores artesanais, marisqueiros, catadores de caranguejos e agricultores familiares são os mais pressionados e fragilizados no processo de expansão industrial. As áreas destinadas à instalação dos empreendimentos são áreas também ocupadas por essa população rodeada por áreas protegidas.

Recorrentemente, essas atividades são subjugadas, tendo a oportunidade de “melhoria de vida”, e não o fortalecimento da sua atividade primária na qual estão baseadas sua sobrevivência e relação social, em alguns casos, como o de catadores de caranguejo, relacionados de alguma forma com áreas protegidas. A função dessas, nesse contexto, desperta algumas questões: seriam essas áreas tratadas então como ilhas de proteção ambiental, firmando o uso e as relações sociais de determinados grupos que possuem relações intrínsecas com o território, podendo impedir assim, o uso dos recursos naturais por grandes corporações que não cumprem com a promessa de melhoria e desenvolvimento local, mas oneram do ponto de vista ambiental e social? Ou ainda, será que as áreas protegidas estão fortalecidas ou fragilizadas, podendo ser entendidas como áreas “tampões” para minimizar os efeitos dos empreendimentos industriais ou servir como área de expansão futura desses empreendimentos? Acredita-se que o argumento das áreas protegidas precisa ser ratificado pela população e que se apropriem desse espaço. Do contrário, a justificativa para a sua proteção não é validada, estando suscetível a argumentos de “utilidade pública”, quando esses são a perspectiva de geração de empregos, como sugerido na AAE para instalação do Pólo.

Em face ao argumento da “melhoria”, a própria população local não se beneficia disso integralmente, mas arca com os custos ambientais e desigualdades sociais decorrentes do Pólo Industrial. Assim, já ocorre atualmente a percepção por parte da população dos impactos ambientais e sociais, tal como pressão e supressão de áreas protegidas, realocação de comunidades, exclusão de determinado uso no espaço onde estarão localizados esses empreendimentos, de acordo com o entendimento de conflitos ambientais enquanto disputa de diferentes modos de apropriação do território e na busca pela sobrevivência dessas comunidades (ACSELRAD, 2004b).

Outro ponto em que o Estado parece advogar a favor das grandes corporações é a respeito da instalação do segundo mineroduto da Samarco que corta a EEMP, bem como do gasoduto. Segundo a legislação ambiental brasileira, obras em áreas de proteção ambiental, o que é também a EEMP, podem ser feitas, desde que seja declarado como obra de utilidade pública autorizada pelo Estado. Questiona-se como uma obra para uma empresa privada pode ser declarada como de interesse público e ainda seja autorizada pelos órgãos ambientais. O que pode parecer contraditório é declarado desde o século passado como algo a ser incentivado pelo Estado, “Forrestal

em sua proclamação nos anos 50 “o que é bom para a *General Motors* é bom para os Estados Unidos” (LEBURN, 1999, p. 109).

A “tagarelice ideológica” burguesa parece ecoar, ainda, em um governo que privilegia o grande capital e também se baseia na antiga perspectiva de que o “desenvolvimento econômico transbordará para as outras esferas diminuindo a desigualdade social” em face à ação do Governo Estadual do Espírito Santo em formar o Pólo Industrial em Anchieta. Quatro décadas de Samarco não foram suficientes para a reflexão da sociedade em Anchieta sobre o fato de que, a presença de grandes indústrias, não se reverte necessariamente em benefícios de ordem socioeconômica para toda a sociedade. De fato, para os liberais, o que interessa é que a sociedade civil possa cuidar tranquilamente dos seus negócios – não que ela exerça uma função propriamente política (LEBURN, 1999, p. 97).

A explicitação dos conflitos, seu debate e discussão nas arenas públicas reforçam as bases da democracia e podem fomentar reflexões sobre relações desiguais de poder, condições materiais (sociais e econômicas) distintas, bem como quem são os maiores beneficiados com o modelo de desenvolvimento hegemônico com ênfase nos aspectos econômicos. Assim, reforçaria as bases de uma democracia que possui como premissa das discussões as relações sociais e com cidadãos politizados, diferente do modelo institucional e meramente político como Wood chama a atenção:

O ponto central desta definição de democracia é limitar o poder arbitrário do Estado a fim de proteger o indivíduo e a “sociedade civil” das intervenções indevidas de este. Mas nada se diz sobre a distribuição do poder social, quer dizer, a distribuição de poder entre as classes. Em realidade, a ênfase desta concepção de democracia não se encontra no poder do povo, mas sim em seus direitos passivos, não assinala o poder próprio do povo como soberano, mas sim no melhor dos casos aponta para a proteção de direitos individuais contra a ingerência do poder de outros. De tal modo, esta concepção de democracia focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado (WOOD, 2007, p. 4)

O esvaziamento político vivido atualmente é para Semeraro (1999), conseqüência da concepção do Estado puramente jurídico-coercitivo, “desenvolvido em sintonia com a maturação das forças sociopolíticas emergentes na história” e na sua

incapacidade de renovação e entendimento da realidade histórica concreta, camuflada na suposta liberdade e neutralidade, abriu caminho para a fragmentação social e para o vazio político (Ibid, p. 69)

A contradição do sistema capitalista em defesa do Estado neoliberal e do conseqüente esvaziamento político é apontado por Wood (2007), como uma das falhas no contexto contemporâneo de globalização e expansão do capital sem fronteiras:

o capital depende mais do que nunca de um sistema de Estados locais que administrem o capitalismo global. O problema do Estado no capitalismo internacional é mais complicado dado que o capitalismo global não possui um Estado internacional que o sustente (...). A forma política da globalização não é um Estado internacional, mas sim um sistema de vários Estados nacionais; de fato, considero que a essência da globalização é uma crescente contradição entre o alcance global do poder econômico capitalista e muito mais limitado alcance dos Estados territoriais que o capitalismo necessita para sustentar as condições de acumulação. Precisamente esta contradição também é possível e necessária por aquela divisão própria do capitalismo entre economia e política (WOOD, Ibid, p.13).

Se essa cisão entre política e economia foi uma das bases para o crescimento do capitalismo, reforçando uma lógica não intervencionista do papel do Estado, mas que endossa o desenvolvimento apenas econômico de uma sociedade civil desmobilizada politicamente, que aceita e anseia por grandes empreendimentos econômicos, mesmo que a maior parte dos benefícios (exatamente os econômicos) seja destinada para uma pequena parcela da população e para outros países investidores. Essa cisão pode também ser constatada na pacificação dos conflitos ambientais decorrentes da instalação de grandes empreendimentos industriais, esvaziando os aspectos políticos da questão ambiental e desconsiderando as relações sociais.

Os movimentos sociais que se definem como a sociedade civil têm que precisar que se trata da sociedade civil de abaixo, recuperando assim o conceito do Antonio Gramsci que a considera como o lugar das lutas sociais. Isso permite evitar cair na armadilha da ofensiva semântica dos grupos dominantes, como o Banco Mundial, para os quais ampliar o espaço da sociedade civil significa restringir o lugar do Estado, ou também na ingenuidade de muitas ONGs para as quais a sociedade civil é o conjunto de todos os que querem o bem da humanidade. No plano global, a sociedade civil de cima se reúne em

Davos e a sociedade civil de baixo em Porto Alegre (HOUTART, 2007, p. 6).

Com os embates, debates e enfrentamentos que podem ocorrer desses processos, à própria sociedade cabe escolher os caminhos a seguir e, questionando e refletindo sobre sua história, atitudes atuais e necessidades, espera-se a escolha de um futuro com menos abismos sociais e degradação ambiental.

Os espaços para a explicitação dos conflitos têm em Anchieta caráter pioneiro como consequência das mobilizações das instituições locais com caráter de resistência, articulação – descrito no item 4.4. Foi proposta de o MPES criar espaço para “conciliação” dos conflitos e de ampliação dos debates denominado Fórum de Ubu – em alusão à região mais impactada pela Samarco, próximo da área do Pólo Industrial, além dos conflitos com a comunidade pesqueira de Parati e Ubu com a área portuária.

4.3.4 – Iniciativas do Ministério Público Estadual: harmonia coercitiva

O Ministério Público (MP) realiza ações de mediação e busca promover o diálogo entre as partes implicadas no conflito com intuito de solucioná-lo. Desta forma, podem ser realizadas audiências públicas, realização de reuniões entre os interessados para discussão, além de discussão para formalização de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

Procurou-se descrever um pouco sobre a realização dessas reuniões promovidas pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) na organização do Fórum de Ubu e posteriormente na negociação do TAC com a Samarco.

O Fórum de Ubu trata-se de um espaço de discussão regional de temas socioambientais promovido desde 2008 pela Coordenadoria da 1ª Microrregião Ambiental do MPES, que compreende as Promotorias de Justiça das Comarcas de Guarapari, Anchieta, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves:

O Fórum de Ubú tem um caráter informal, permanente e suas reuniões ocorrem mensalmente. Nestes encontros há a participação efetiva da sociedade, que questiona e discute temas relevantes para a região, além de prestação de esclarecimentos pelo Governo do Estado,

Prefeituras e empresas locais. O MPES cumpre o papel de fiscalizar e ser interlocutor entre Governo do Estado e sociedade civil. O primeiro encontro foi realizado em 8 de outubro de 2008, em Anchieta, com a participação de mais de 100 interessados. Estavam presentes 28 entidades dos municípios envolvidos no projeto. (MPES, 14/04/09)

O “palestrante” é convidado pelo MPES a expor determinado tema no Fórum, a exemplo do Pólo Industrial, UTG Sul Capixaba da Petrobras, Samarco sobre o TAC 3ª Usina e Vale sobre CSU (tal “palestra” não ocorreu especificamente sobre a Baosteel). A participação é aberta à população, sendo que a coordenação do Fórum divulga para os interessados a realização das reuniões. O Fórum de Ubu é tido como consequência das pressões do Fórum de Entidades formado por instituições em sua maioria de Anchieta, além de Guarapari e Piúma, como consequência da primeira Comissão de Acompanhamento de Condicionantes da 3ª Usina da Samarco, promovido pelo Iema.

Apesar de não ter no Fórum de Ubu um caráter de negociação formal, este se apresenta mais como um espaço de harmonização, ainda que sejam explicitados conflitos, uma vez que é destinado, na maior tempo, à apresentação ou do governo ou de empreendimentos, e não às perguntas e/ou debates.

Enquanto isso há a desmobilização. As perguntas mais fortes são jogadas para o final e aí começa a se contar o tempo, não pode falar mais de 10 minutos. Fora a técnica de desmobilização, usada pelas entidades que controlam a mesa, nestas reuniões públicas. (entrevistado 2)

Assim, pode ser entendido como um espaço para utilizar técnicas de pacificação na busca de modelo legal de harmonia, considerando o papel de ideologia jurídica exercido pela instituição que coordena o Fórum do Ubu, por meios “não” judiciais para tratamento de impasses, disputas e conflitos. Conforme Nader (1994), que explicita a *Alternative Dispute Resolution*⁵² (ADR), essa ação do MPES associando o conceito de eficiência com harmonia no âmbito jurídico:

O enfoque, geralmente, volta-se para a mediação e a arbitragem. Esta veio a ser conhecida como justiça informal. Uma justiça que promoveu o acordo, mais que vencer ou perder, que substitui o confronto pela harmonia e pelo consenso, a guerra pela paz, as

⁵² Resolução Alternativa de Disputa (NADER, 1994)

soluções vencer ou vencer. (...) Uma intolerância pelo conflito impregnou a cultura para evitar, não as causas da discórdia, mas sua manifestação, e, a qualquer preço, criar consenso, homogeneidade, concórdia (Ibid., p. 21)

Em alguns momentos, o Fórum de Ubu acaba por afirmar os empreendimentos, mais que questioná-los. A ratificação desse tipo de ação pode ser identificada, por exemplo, na fala do promotor durante o Fórum de Ubu (06/08/09) quando foi apresentado o TAC da Samarco, referindo se ao Pólo como “certo e garantido, uma realidade para Anchieta”. Assim, permanecem os conflitos, ainda que abafados, uma vez que já foram explicitados no Fórum de Ubu. Outro caminho é, então, a busca por outra instância de discussão dos mesmos conflitos através de denúncias, por exemplo, porém não direcionadas ao MPES.

Os preceitos da ADR podem ser identificados em outras ações, como as próprias comissões de acompanhamento de condicionantes promovidas pelo Iema, bem como o TAC coordenado também pelo MP.

O TAC é uma negociação de caráter extrajudicial, mediada pelo MP, para promover ações para remediar impactos, mitigá-los ou enquanto medidas compensatórias e reconhece o dano ambiental causado pelos grandes empreendimentos. Apesar de contar com estrutura deficiente para fiscalização e acompanhamento da execução do TAC (SOARES, 2005 p. 77), como se trata de um acordo entre as partes, não há uma imposição efetiva ao causador do dano e dificilmente, portanto, resolve o conflito.

No caso do TAC negociado com a Samarco Mineradora, com característica deste instrumento como extrajudicial e não punitiva, transforma a causadora do dano “vilã” – poluição atmosférica – quase em uma “mocinha”, na fala de alguns atores em Anchieta, em especial do promotor do MP⁵³, que reconhece que a empresa executará o TAC como que por vontade própria, uma vez que se trata de um acordo, e não como obrigação da mesma em recuperar um dano causado e que implica na saúde de milhares de pessoas.

⁵³ Fala proferida durante reunião pública do Fórum de Ubu que teve como um dos pontos de pauta a apresentação do TAC da Samarco - realizada em 06 de agosto de 2009 na Secretaria de Agricultura de Anchieta, neste município.

No entanto, há de se atentar que talvez o promotor do MP tenha razão – que o empreendimento esteja agindo por livre e espontânea vontade – e não para cumprimento específico do TAC, uma vez que existem projetos de ampliação da Samarco para oito usinas no total, além é claro da sua maior acionista – Vale - que investirá em outra siderúrgica em Anchieta/ES. Invertem-se os papéis. Usa-se a máquina do Estado para benefício próprio em detrimento de saúde e bem estar da população local.

A incorporação de preocupações ecológicas pela valorização das capacidades adaptativas da técnica e da eficiência industrial, constitutiva das estratégias da chamada “modernização tecnológica”, pode ser vista também como um modo de reação discursiva que preserva a distribuição de poder sobre os recursos ambientais em disputa. (ACELRAD, 2004a, p. 21)

O TAC negociado com a Samarco ressoa na “modernização ecológica” como solução para os problemas ambientais, no entanto, a resolução para os conflitos ambientais perpassa necessariamente pelo debate democrático no âmbito político e cidadão e na busca por justiça social. Também é observado por Lemos (2005, p. 28), o privilégio das questões técnicas e o desprezo pelas questões de justiça social – ou seja, prioridades enfatizadas pelo Estado que não resolvem o conflito e são usados como um paliativo que além de desarticular, desmotivam também os movimentos de resistência.

A conclusão deste processo, contudo, não significa que ao final o conflito deixará de existir, pois a solução total ou parcial do problema ou dano ambiental pode não fazer cessar as principais causadoras da disputa: a distribuição desigual dos riscos e a apropriação desigual dos recursos naturais e territórios. (Ibid, p. 29)

No entanto, pode ser que o inverso ocorra, uma vez que os conflitos permanecem e a luta pelos mesmos pode ser intensificada.

Outro espaço para a explicitação dos conflitos em Anchieta, também com caráter pioneiro, proposto pelo órgão ambiental estadual, foi a criação de Comissões de Acompanhamento de Condicionantes da Samarco e, atualmente da UTG Sul Capixaba. Apesar de não ter sido foco específico de análise dessa pesquisa (como participação das reuniões e análise de atas e outros documentos), foi considerada a importância desse espaço para amadurecimento da atuação das instituições que representam as

comunidades impactadas de Anchieta pelos empreendimentos industriais, palco de aproximação do governo do Estado com estes grupos sociais e de “conquistas”, fruto do debate e explicitação de conflitos ambientais, como relatado nas entrevistas e nas reuniões em que a pesquisadora esteve presente como observadora participante. Buscou-se no próximo item uma breve dissertação sobre a atuação do IEMA através dessas Comissões como espaço de lutas simbólicas.

4.3.5 – Iniciativa do IEMA: Comissões de Acompanhamento de Condicionantes – paradigma da adequação

Apesar de não ser o foco de análise deste trabalho, devido à relevância da Comissão no que diz respeito às falas dos representantes das instituições do Fórum de Entidades – como origem deste – além do ineditismo de uma Comissão como esta no processo de licenciamento, julgou-se ser pertinente investigar seu funcionamento para melhor compreensão da realidade de Anchieta no que tange aos conflitos ambientais. No momento de desenvolvimento da presente pesquisa, a Comissão de Acompanhamento em funcionamento é referente à LI UTG Sul Capixaba da Petrobras e a pesquisadora participou de duas reuniões para melhor entendimento do funcionamento da mesma.

A criação das Comissões de Acompanhamento possui, a princípio, características consultivas e não deliberativas, portanto, restringindo o caráter de gestão compartilhada das condicionantes e do controle social sobre o empreendimento. Ela é composta por representantes da sociedade civil, poder público de Anchieta, Guarapari e Piúma, sendo os dois últimos, área de influência indireta dos empreendimentos localizados no primeiro município.

As iniciativas do IEMA em Anchieta, pioneiro no Estado, formou as comissões de acompanhamento das condicionantes da LI da Terceira Usina de Pelotização da Samarco (Comissão de Acompanhamento pelas Entidades Gestoras – CEG – e Comissão de Acompanhamento pelas Entidades Não-Governamentais – CENG, além do Fórum de Acompanhamento das Licenças Ambientais da Samarco – FALAS).

Espaços com caráter educativo e de promoção do conhecimento dos instrumentos legais, em especial, no que se refere ao licenciamento ambiental.

Fato é que a atuação nas Comissões de Acompanhamento de Condicionantes da Samarco, da UTG Sul e outros espaços de discussão, como o Fórum de Ubu, proporcionou um aprofundamento das questões no que tange ao licenciamento ambiental e amadurecimento sobre as demandas da comunidade, ainda que não de resistência e “combativo”.

há um nível de consciência ambiental, você vê a qualidade da fala dos interventores, sendo elevada, de reunião para reunião. Agora há uma massa de pessoas, quem está no nível de subsistência, está preocupado com o emprego que venha a ter, é natural e se ilude. (Entrevistado 2)

Trata-se de espaço de discussão de interlocução com resultados que extrapolaram a simples comunicação do andamento e cumprimento (ou não) das condicionantes, como a continuidade dos encontros das entidades em paralelo à Comissão e como forma de se preparar para tais encontros, além da discussão conjunta e análise de documentos para fortalecimento da ação coletiva, sendo um dos resultados disto a formação do Fórum de Entidades.

Com as iniciativas do IEMA das comissões de acompanhamento das condicionantes, percebe-se um amadurecimento das percepções do processo de licenciamento, suas etapas, áreas mais impactadas, controle das condicionantes e entendimento das mesmas, bem como a necessidade de participar, inclusive, na elaboração das condicionantes, fato explicitado em diversos momentos, e não exclusivo de um grupo ou instituição, com posicionamento específico com as questões ambientais.

A CEG, ao contrário, foi um fracasso. As autoridades dos municípios de Anchieta e Guarapari não compartilharam as preocupações dos líderes comunitários que durante dois anos e dois meses realizaram reuniões mensais intensas e proveitosas e se colocaram à frente para tentar resolver os problemas que se apresentavam, muitos deles dependendo em grande parte do poder público. Essa é uma questão importante para as lideranças. O poder público saúda os grandes empreendimentos mas não se mostra à altura na resolução das questões que eles acarretam (Blog Pousada das Bromélias, 17/02/09)

Estabelecer um problema ambiental enquanto caráter coletivo e público pode ser também objeto de conflito, enquanto disputa, para afirmar o que de fato é entendido enquanto problema ambiental, uma vez que é vivido e percebido de forma distinta dependendo do grupo ou indivíduos (FUCKS, 2001). No caso acima, dentro de um mesmo município há representações que defendem interesses divergentes. Enquanto para o poder público local é interessante a vinda de grandes empreendimentos – uma vez que geram receita, projetam o município no cenário estadual e influenciam nos indicadores hegemônicos, ainda que arque com os custos sociais consequentes da ampliação do empreendimento industrial; para as comunidades a visão é distinta, uma vez que é ela que arca diretamente com esses custos.

Porém, as instituições - mesmo aquelas de base local e dissociadas do poder público municipal - que participam dessas Comissões, são coniventes com os empreendimentos quando validam suas condicionantes, reafirmam a implantação ou operação destes, bem como dos consequentes impactos negativos e desigualdade ambiental e social. Assim, é negociada a adequação do empreendimento e não questionado sua permanência, por exemplo. Seguindo a mesma premissa da AAE e do TAC, como um paradigma de adequação garantia de instalação dos empreendimentos:

Em uma inversão de ordem, as medidas de compensação e de mitigação, na verdade, destinam-se tão somente a descobrir maneiras pelas quais o meio ambiente e suas complexidades socioculturais e naturais serão adequadas ao projeto técnico a fim de que este seja aprovado. A crença nos ajustes tecnológicos, representados pelas medidas mitigadoras e compensatórias, realiza a função de viabilizar ou adequar meio ambiente e sociedade aos empreendimentos (...). (ZHOURI *et al*, 2005, p. 100)

Então, quando são exaltadas pelo Fórum de Entidades as mudanças de condicionantes através da comissão tratadas como conquistas, na verdade é a adequação do empreendimento e não seu questionamento mais profundo, que se tem a oportunidade de se realizar no início do processo de licenciamento. Fato este percebido por alguns atores que compõe essas comissões. “Uma tal comissão é de grande eficácia simbólica” para o fortalecimento da nova imagem na qual a Samarco está investindo: a de “empresa cidadã”, “transparente”, “participativa”, etc.”. Outras críticas, como a linguagem técnica, o amparo de especialistas de um lado (empresa e órgão ambiental) e

leigos do outro (comunidade) desconsideram os discursos da população como desprovida de conhecimento, desqualificando os argumentos não acompanhados da linguagem técnica.

Essa comissão é um desses “espaços de cidadania”. Quem está de fora pode imaginar que nós estamos realmente por dentro. E até com algum poder. Exemplo disso é que tenho sido cobrada por coisas que não são nem abordadas nessas reuniões pois o seu âmbito é bastante restritivo. Além do mais, essas reuniões têm o “suporte técnico” e o acompanhamento de representantes do IEMA (Instituto Estadual do M.A) e funcionários especializados da Samarco. O vocabulário é altamente técnico e são abordadas questões que dizem respeito, por ex., ao meio biótico, terrestre e aquático. Para a maioria dos participantes isso é grego (...) Como você pode questionar uma coisa que não entende? E ninguém quer fazer papel de bobo, não é? (Blog Pousada das Bromélias, 11/04/06)

Ainda assim, acredita-se que essas comissões de acompanhamento tenham grande relevância e avanço no que tange ao entendimento dos processos de licenciamento ambiental por parte da população e discussão de grandes empreendimentos industriais. São também espaços que promovem “participação” da comunidade no acompanhamento do empreendimento industrial de grande impacto, porém compactuando – mesmo que não conscientemente – da sua efetivação, sendo sua “maior” conquista adequações e investimento de recursos financeiros da empresa na comunidade, como forma de compensar os impactos sofridos, como “moeda de troca”

É a moeda de troca para deteriorar o meio ambiente, recentemente eles repassaram não sei quantos carros para prefeitura. Agora você imagina uma condicionante para deteriorar o meio ambiente, doar carro que vai deteriorar ainda mais o meio ambiente. (Entrevistado 2)

Não há quebra das relações de poder, mas uma concessão para acalmar os ânimos. Assim, manter um movimento de resistência – onde os investimentos dos empreendimentos possuem, em alguns casos, mais destaques do que os do poder público, quando não são transferidas responsabilidades deste último para o primeiro – se torna um desafio na busca por uma justiça ambiental que contemple, então, a todos, e não um falso sentimento de conquista, exatamente por aquelas comunidades que são vizinhas aos empreendimentos industriais e, conseqüentemente, mais impactadas.

4.4 – Estratégias de enfrentamento

A mobilização social em Anchieta, não é homogênea, diferenciando a atuação das instituições, sua formação, ou mesmo se são ativas, enquanto coletivo, e não como uma ou duas representações isoladas. Isso se reflete, também, na capacidade de articulação com outras instituições para reivindicações conjuntas, ou mesmo conhecimento referente às legislações, incluindo a municipal, e processos de licenciamento ambiental. Como consequência, divergem, também, na atuação nos movimentos de resistência, estando algumas mais envolvidas com essa questão em detrimento de outras.

No entanto, os que questionam a situação, podem ser confundidos com “contra o desenvolvimento”, ou seja na visão hegemônica, contra a melhoria de vida da população anchietense. Assim como lembrado por Nader (1994, p. 21), “pessoas que se opunham a acordos e reconciliações poderiam ser chamadas de *status-quoísmo*”.

Considerando a necessidade do debate e discussão democrática dos conflitos com a premissa de justiça ambiental e proposta de mudanças nas relações de poder, buscou-se nesse item retratar os principais acontecimentos que marcaram o movimento de resistência ao processo de instalação da Baosteel e da CSU, iniciando o relato através da aprovação do PDM.

4.4.1 – Para início de conversa: PDM de Anchieta

Na Lei Complementar Municipal Nº 13, de 28 de novembro de 2006 - Plano Diretor Municipal de Anchieta é referenciado uma conceituação de PDM:

Parágrafo Único - O Plano Diretor é o instrumento básico da política urbana e territorial do município e integra o sistema de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei do orçamento municipal orientar-se pelos princípios fundamentais, objetivos gerais e as diretrizes nele contidas (p. 5).

Na elaboração do PDM de Anchieta foram levadas em consideração as estruturas urbana, rural e industrial, os cenários futuros sociais e econômicos.

Adotaram-se, também, diretrizes específicas para o sistema viário, para o uso e ocupação do solo, para o parcelamento urbano, para os programas habitacionais, para os meios: ambiental e paisagístico; para as atividades turísticas e para os empreendimentos de grande porte. Dentre os princípios para aplicação do PDM (art. 2º) são utilizados conceitos como promoção da justiça social e de cidade sustentável para todos que devem orientar a execução do Plano.

Porém, vale-se do seu poder econômico, dos interesses e posições ocupadas dentro do próprio Estado na disputa por “assegurar a efetivação de determinadas apropriações territoriais imediatas e particulares”, além disso, “os capitais inscrevem-se nas lutas simbólicas pela imposição de determinados significados às formas de apropriação territorial que lhes interessam” (CARNEIRO, 2005, p. 36)

Os municípios de Anchieta e Guarapari, situados na área de influência direta do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta incorporaram aos seus Planos Diretores Municipais, recentemente elaborados, a previsão desse desenvolvimento regional no sul do Espírito Santo, como um eixo peri-urbano e de expansão industrial.

Todavia, há grupos sociais que defendem outros significados e usos para determinado território, como é o caso em Anchieta/ES, em oposição à operação de capital na lógica de maior rentabilidade na apropriação dos territórios para localização de seus empreendimentos.

Ao mesmo tempo em que no PDM reconhece-se a importância de preservação das ruínas⁵⁴, como Poligonal de interesse de preservação Cultural do Salinas, aponta que a sua localização é na Zona de Expansão Industrial, sendo duas áreas com objetivos conflitantes e sobrepostos. Isso pode ser comprovado quando da instalação de trecho do gasoduto que ligará ao UTG Sul Capixaba próximo às ruínas jesuítas, sendo sua liberação passível apenas do estudo de resgate arqueológico. O PDM, foi considerado por entidades de resistência como uma “pseudo democracia” e “manipulação”.

Sabemos agora que, se alguma esperança existe, a fim de remediar a absurda realidade de uma expansão industrial feita a toque de caixa, em total desrespeito ao patrimônio cultural e paisagístico, à vocação turística da região e à opinião da sociedade, ela tem o Ministério

⁵⁴ Estrutura habitacional indígenas e neobrasileira, estrutura colonial e estrutura de campo de salina com canais de desvio de águas pluviais (PMA, 2006, p. 27)

Público como seu único caminho (Blog Pousada das Bromélias, Maio/2006).

Um dos questionamentos realizados à esse instrumento é o tamanho da zona industrial, a previsão de aumento da população, o que implicaria na alteração da vida social de Anchieta, além de outros impactos ambientais, sobrecarga de serviços públicos, dentre outros.

Agora, em plena era da Agenda 21 e do PDM os vereadores se reúnem na “calada da noite” (sim, foi de surpresa) e fazem isso. Ignoraram não só os desejos da população mas todos os estudos técnicos que apontavam para a inviabilidade do aumento do gabarito que significaria também aumento da densidade populacional da área. (Blog Pousada das Bromélias, Maio/2006)

Outro ponto de questionamento foi a composição do conselho, que envolvia tanto o PDM quanto Agenda 21 e Desenvolvimento e Meio Ambiente, que, segundo duas ONGs ambientalistas, havia sido “decidido” pelo Prefeito inclusive os representantes da sociedade civil, com intuito de garantir aprovação e ordenamento das questões a serem debatidas no conselho, de acordo com os interesses de poucos e não da maioria da população. Foi divulgado, então, um “Manifesto da Sociedade Civil de Anchieta”, assinado pelas duas entidades mencionadas que obteve grande repercussão na mídia e nos órgãos citados no Manifesto como o Ministério Público, quando foi procurado a respeito da formação do conselho.

Que o Manifesto fora como um grito de desespero diante da série de arbitrariedades que estavam ocorrendo em Anchieta e que culminara com a criação do Conselho de PDM, Agenda 21, Desenvolvimento e MA, onde "todos" os conselheiros haviam sido escolhidos pelo prefeito, mesmo os representantes da sociedade civil. Quase todos eram (são) pessoas chegadas a ele: prestadores de serviço, amigos, contratados pela prefeitura. Incluindo três pessoas da mesma família (Blog Pousada das Bromélias, 18/11/2007).

Com efeito, do Manifesto e da sua repercussão, a promotora da Coordenação de Meio Ambiente da micro-região sul do MPES foi afastada e colocaram outro que já havia ocupado o cargo e mantinha bom relacionamento com Anchieta. A única conquista considerada sobre o PDM foi o afastamento de algumas pessoas ligadas à

Prefeitura, porém consagrou outras, que apesar de não haver relação de parentesco, por exemplo, legitimou aquelas de apoio ao poder público local. Não houve uma reestruturação do conselho, sendo o Conselho Municipal de Meio Ambiente, uma das reivindicações das ONGs ambientalistas de Anchieta, engavetado por três anos e que chegou a ser discutido por diversas vezes no Fórum de Ubu, porém sem ação efetiva. Somente neste ano (2009) voltou como pauta dos assuntos com proposta de sua composição acompanhada pelo MPES e entidades de Anchieta, incluindo algumas ONGs ambientalistas.

Ainda sobre o PDM, outro ponto já mencionado nesta pesquisa é a sua relação com o Pólo Industrial. “O tipo de PDM [aprovado] era tudo que a ADERES precisava para a AAE⁵⁵” De acordo com o PDM de Anchieta, a área do Pólo situa-se na Macrozona instituída como de expansão urbana e uso industrial (ZEI - Zona de Expansão Industrial), “destinada ao uso predominantemente industrial de médio e grande porte, de apoio logístico e de suporte aos grandes empreendimentos e de atividades retro-portuárias.” (PMA, 2006, p. 23).

Assim, todas as equações feitas, a única prioridade em Anchieta parece ser mesmo o Pólo Industrial. A partir desse ângulo, tudo se encaixa, é coerente, lógico, dentro dos trilhos. A máquina está bem montada, reconhecamos. Nesse contexto, também é lógico que os artífices locais da implantação do Pólo Industrial de Anchieta, sejam poupados e protegidos (Blog Pousada das Bromélias, 22/09/2008)

Fora denunciado pelas ONGs ambientalistas de Anchieta, através do Blog “Anchieta Transparente” e do Século Diário, a alteração do mesmo com a Lei Complementar 01/2009, sem, ao menos, consulta, de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10257), aumentando a área industrial em 35% do município, atendendo assim a pressão das indústrias para instalação. Assim, aproxima as áreas industriais de residenciais, o que agravará o quadro de impactos e conflitos ambientais futuros, se de fato se concretizar a instalação de indústrias nas áreas alteradas.

Os grupos, “fragilizados do ponto de vista de sua posição na estrutura das relações de produção”, precisam se organizar para, em estratégias de enfrentamento, estabelecer debate democrático e promover visibilidade e reconhecimento de suas

questões, “desenvolvendo ações de organização, mobilização, argumentação, construção de discursos de legitimação, elaboração de estratégias, sensibilização e pressão sobre o aparelho do Estado, etc.” (CARNEIRO, 2005, p. 37). A idéia do Fórum de Entidades é para amparar essas discussões, organizar a atuação das entidades em conjunto e discutir os conflitos coletivamente.

4.4.2 – Mobilização de resistência

A intensificação da “industrialização” de Anchieta provocou drásticas mudanças no cotidiano da população quando da instalação da Terceira Usina da Samarco, em paralelo à discussão da vinda (ou não) da Baosteel. Produziu uma inquietação, iniciando questionamentos sobre esse processo dito desenvolvimento econômico, no entendimento dos licenciamentos ambientais e na argumentação de caracteres ambiental e social.

O Fórum de Entidades Civis Organizadas do Sul do Espírito Santo teve sua formação em agosto de 2008 como uma extensão da CENG - Comissão de Acompanhamento do cumprimento das condicionantes da Terceira Usina. O grupo composto por 20 instituições – essencialmente de Anchieta, Guarapari e Piúma – em seus primeiros encontros tinha como propósito discussão sobre o processo pouco claro da suposta instalação da Baosteel em 2008, destacando:

1. os obstáculos e dificuldades criados pelos órgãos públicos e empresas para dificultar a participação das entidades civis nas políticas públicas e no processo de instalação do Pólo Industrial;
2. as estratégias que estão sendo usadas para que a população se convença que será ela a grande beneficiada da hecatombe sócio-ambiental, cuidadosamente preparada durante anos e que é agora, revestida de verde e dourado, apresentada à população. (Blog Pousada das Bromélias, 04/08/08)

A preocupação é que na época havia uma empresa entrevistando os principais líderes das instituições desses municípios com intuito de “abrir diálogo com a Baosteel e Vale”. Cabe ressaltar, mais uma vez, que não havia sido apresentado oficialmente

⁵⁵ Entrevistado 1

nenhum projeto para a comunidade ou para o órgão ambiental competente, no caso o Iema. Porém, era dado como verdade e realidade a vinda da Siderúrgica Chinesa.

O Fórum criou a união dos esforços de luta e resistência enquanto coletivo e não isoladamente ou individualmente, com intuito de fortalecer o movimento e não permanecer com a sensação de insegurança e de incerteza sobre os processos dos empreendimentos industriais, apoiando-se mutuamente.

A própria criação do Fórum reflete o movimento contrário ao Pólo Industrial de Anchieta, e em resposta à AAE elaborada pela ONG “das multinacionais”, ES em Ação, o lema do Fórum de Entidades passou a ser Espírito Santo em Re-Ação.

Cabe recordar que por pressão do Fórum de Entidades, o Fórum de Ubu foi criado e é coordenado pelo MP da micro-região sul com o objetivo de se tornar o espaço de discussão das questões relativas ao pólo industrial de Anchieta.

As discussões no Fórum de Entidades refletem as percepções e a vivência dos riscos e impactos no processo de “industrialização” de Anchieta, os já vividos, os presentes e o receio do que poderá vir. A sensação de lograr a população não esclarecida e diálogo com as comunidades, no que tange o processo obscuro da vinda da Baosteel, se caracterizou como uma insegurança do futuro da cidade e no que ela se tornaria com o aumento significativo da população, o que ocorreria em curto espaço de tempo. Ao mesmo tempo, ocorreu uma forte especulação e criou-se expectativa com a abertura de novos comércios e empresas “de fora” do município.

Aos poucos, os debates e discussões públicas parecem refletir o fortalecimento das entidades através do Fórum, com a preparação prévia para as reuniões públicas. No entanto, quando o argumento invoca a questão ambiental, essas discussões tendem a ser deslegitimadas: “(...) as lutas sociais envolvendo o meio ambiente tendem, em consequência, a ser despolitizadas pela cientificização das políticas ambientais, sendo a própria despolitização, por certo, uma estratégia de afirmação da distribuição de poder no campo de forças” (ACSELRAD, 2004a, p. 21).

Assim, reafirma que as condições de reprodução social, são também influenciadas, ou porque não determinadas pelo Estado, uma vez que as argumentações precisam vir acompanhadas da linguagem técnica, ponto este já debatido na pesquisa referente aos debates que ocorreram no licenciamento ambiental.

4.4.3 – *Questões ambientais ou sociais?*

As questões relativas ao Pólo Industrial foram o foco primeiro e principal do Fórum de Entidades desde a sua criação em meados de 2008. As principais questões tratadas no Fórum de Entidades eram , então, levadas para discussão no Fórum de Ubu, do MPES.

Alguns argumentos expostos recorrentemente, em especial por uma das ONGs ambientalistas que compõe o Fórum, e até mesmo anterior à formação dele se destacam em três questões: poluição atmosférica, recursos hídricos e fragilidade das áreas protegidas.

A atenção sobre este último é voltada em especial para a EEMP, APA da Tartaruga e o Morro do Urubu, sendo que, parte deste último, foi degradada quando da construção da Samarco.

Referente à poluição atmosférica, é a insustentabilidade da instalação de novos empreendimentos que tornarão essa questão ainda mais crítica. As reivindicações para controle da poluição foram uma das lutas que resultou, mesmo que tardiamente, no TAC da Samarco, exatamente para viabilizar outros empreendimentos da mesma empresa. Este fato foi ratificado pelos estudos da AAE. A poluição atmosférica se caracteriza também como questão de saúde pública, sendo tema debatido no Conselho Municipal de Saúde. Este é outro espaço de explicitação dos impactos negativos dos empreendimentos siderúrgicos, inclusive com elaboração de relatório apresentando o aumento da população no período da instalação da Terceira Usina de Pelotização da Samarco, de acordo com a demanda do serviço público de saúde.

Ainda relacionado com a saúde coletiva, a questão da água, desde as discussões anteriores a formação do Fórum de Entidades, relatando a (in)disponibilidade de recursos hídricos, uma vez que há demanda intensa já pela agricultura na área rural e na área urbana quando é “temporada” do turismo. Interessante que esta questão também foi reafirmada pela AAE.

“Isso sim é que pode ser chamado de “avaliação ambiental estratégica”, tão estratégica que é flexível, moldável, adaptável”, sendo as decisões tomadas baseadas *apenas* nos estudos ambientais (Blog Pousada das Bromélias, 12/12/08), como se

somente esses instrumentos de pesquisa decidissem o futuro de uma região e não as querências, vontades e interesses da população local.

Com a vivência dos impactos na época da Terceira usina da Samarco, foram incorporados outros pontos de controvérsia expostos nos espaços públicos de discussão, como: contratação de mão de obra externa e aumento da população.

O primeiro item repercute em uma série de outras questões. O grande argumento das corporações de levar melhorias sociais por meio da “garantia” – que não existe – somente uma recomendação através de condicionante ambiental – de contratação de mão de obra local. Primeiro há de se atentar para a vocação do município, os saberes e conhecimentos que são tradicionais do local, usualmente desvalorizados pelos “de fora”. Não atendem às especificidades das demandas para trabalhadores industriais, sendo esses associados à idéia de futuro promissor, e outras atividades locais como atrasadas.

Ainda sobre esse mesmo ponto, o aumento da prostituição é latente e, enquanto a mobilização dos trabalhadores é rapidamente implementada com alocação desse contingente no município, a desmobilização não ocorreu da mesma forma. Na metade do processo de instalação da Terceira Usina da Samarco, parte do contingente de trabalhadores foi transferida para Piúma. De fato, apenas transferiram o problema, que continua a existir.

A segunda questão é referente ao fluxo de pessoas que migraram para Anchieta gerando invasões e aumento da demanda por serviços públicos.

Outras questões de caráter social incorporaram o discurso das causas ambientais como aumento da violência, do tráfico de drogas, acidentes de trânsito devido ao aumento do fluxo de veículos e descaracterização do turismo.

Todas as questões acima foram expostas em espaços públicos de debates, sites, meios de comunicação, fóruns e Seminários. A permanência e resistência dessas pessoas e instituições com a expansão e chegada de novos empreendimentos industriais inviabilizam a reprodução social das comunidades da forma como estão habituadas até o momento, além de outros significados que atribuem ao mesmo território.

A soma dos vários pontos de questionamentos, tanto ambientais como sociais caracteriza os debates em Anchieta. Percebe-se, ao mesmo tempo, uma ambientalização dos conflitos sociais já existentes, mas que são potencializados na sua capacidade de

mobilização de instituições e de pressão, ao associarem suas causas à causas ambientais (ALONSO E COSTA, 2000).

Chama-se a atenção para as instituições que compõe o Fórum de Entidades, sendo a minoria ambientalista e as outras instituições são, em grande parte, associações ou organizações de moradores das imediações e/ou inseridas na área proposta do Pólo, além daquelas dos municípios de Piúma e Guarapari que arcam, também, com os impactos negativos, atualmente da Samarco e que seriam agravados com o advento de outras indústrias.

No processo de formação do Fórum de Entidades, uma das instituições que o compõe expôs a realidade e os conflitos vividos dos pescadores aos demais segmentos que também endossaram esta causa.

4.4.3.1 – Questão da pesca

Com reivindicações e lutas anteriores a proposta do Pólo Industrial e, conseqüentemente, a do Fórum de Entidades, os pescadores de Parati, Ubu e organização na busca por melhorias de estrutura e na luta por manter o uso do espaço marítimo para a pesca. Inevitável é a luta pela sobrevivência desses pescadores quando não disputa pelo uso do espaço marítimo e sim exclusão e impedimento do acesso para pesca.

Especificamente no caso dos pescadores de Parati e Ubu, um dos principais – e primeiro “combate” de - conflitos ambientais foi referente aos impactos causados pela Plataforma Itapoã, da Petrobras, quando, em outubro de 2006, ficou ancorada próxima à praia do Além, área de pesca localizada defronte ao porto da Samarco. O primeiro contato da associação, recém formada, foi com o poder público local e com as empresas responsáveis. Sem retorno positivo, foi divulgado através de meios de comunicação o fato que impedia a prática da pesca artesanal na localidade. Em seguida, foi encaminhado ofício ao Presidente da República com denúncia dos prejuízos dos pescadores como conseqüência das perfurações da Odebrecht, quando então, obtiveram retorno e conseguiram ser atendidos pela empresa. Iniciou-se processo de negociação para ressarcimento dos prejuízos causados pela empresa, e que, após um ano de espera,

foi efetivado, não constando, porém, a especificação de “indenização” nos termos do acordo assinado entre as partes (NEVES, 2009)

É sabido que indenizações podem ter efeitos que não o de ressarcimento e sim com conseqüências mais severas na rotina social de um determinado grupo, haja vista o processo de indenização dos pescadores da Baía de Guanabara.

Além deste episódio, ocorreram outras questões que necessitaram a mobilização dos pescadores nas reivindicações de estrutura de pesca, como atracadouro e mercado de peixe, sendo este último projeto, aprovado em Programa da Petrobras Ciranda Capixaba, divulgado como responsabilidade social (NEVES, 2009).

Ressalte-se na busca pela manutenção e garantia de uso dos pontos de pesca para os pescadores, o que foi chamado de “preservação dos pontos pesqueiros” (Ibid 2009), já em associação com a causa ambiental, a associação encaminhou ofício às empresas atuantes no local, bem como para os órgãos competentes, com as reivindicações dos pescadores das comunidades de Parati-Ubu (**Anexo 14**).

À época das primeiras reuniões do Fórum de Entidades também ocorria o estudo de sondagem para construção de Porto que atendessem ao Pólo Industrial e à CSV. Foram realizadas reuniões referentes ao porto que atenderia à CSV, mas com pequenas sessões de forma a facilitar a condução dos trabalhos e a minimizar o debate que contava não só com pescadores, mas com comerciantes e funcionários da perfuração, quando predominava o discurso de agilidade no processo para liberação das reivindicações dos pescadores, uma vez que sofreram prejuízo com as perfurações necessárias para os estudos para a construção dos portos da Petrobrás e Vale/Baosteel. Relatos de contaminação dos mariscos com óleo não identificado pelos pescadores e o “sumiço” do pescado impossibilitaram os pescadores de exercer sua atividade básica de sobrevivência, pescar. Os depoimentos são de não pagamento de contas de luz, corte de energia e mesmo dificuldade em conseguir alimento para as famílias de pescadores, ou seja, questão de sobrevivência, o que torna as falas dos pescadores em reuniões públicas com as empresas normalmente exaltadas devido à insatisfação com sua atual condição, impactada pelos empreendimentos, sem medidas que compensem tal ação, ou que demoram a se concretizar. Esse aspecto “combativo” foi citado em entrevista, como sendo uma luta “ambiental” com base na reprodução social desse grupo:

(...) a luta ambiental é na esfera reprodução da vida, as condições de vida e a luta do pescador é nas condições de trabalho, é uma briga para manter o pão na mesa, é para essencial sobrevivência e então por isso eles são combatividade. (Entrevistado 2)

Segundo Nader (1994) aqueles que reivindicam acabam por se tornar “pacientes” e que devem ser tratados através de projeto de pacificação:

Quando as massas são vistas como “pacientes” que precisam de ajuda, a política pública é inventada para o bem do “paciente”. (...) a mediação obrigatória é descrita como controle – na definição “do problema”, no controle do discurso e da expressão (Ibid, p. 22)

Há uma sensação por parte dos pescadores que foram ludibriados, apesar dos esclarecimentos técnico-científicos de que cada estudo de perfuração, para construção dos portos, seria distinto e com impactos reduzidos, muito diferentes da realidade vivida por eles. Apesar de um papel ativo e algumas conquistas, percebe-se um descrédito grande por parte dos pescadores, uma insatisfação e trâmite burocrático utilizado como entrave para protelar as decisões e aceite das reivindicações.

Ainda citando Nader (1994), o processo de mediação/controlado pode “destruir” direitos ao limitar a discussão e forçar o compromisso. O não conhecimento de instrumentos jurídicos, como acessar e pressionar processos tidos como burocráticos em uma organização com pescadores, nem sempre mobilizados e articulados, dificulta ainda mais a luta por justiça ambiental.

Um dos pontos de discussão atuais é a inserção de estudos pesqueiros nos termos de referências para o Licenciamento Ambiental de portos e afins, entendendo que a atividades de pesca é diretamente afetada por esse tipo de empreendimento e carece de uma discussão clara, transparente e específica, com estudo que considere aqueles que mais conhecem e entendem a região, exatamente porque necessitam dela para sobreviver: os pescadores.

A exclusão de comunidades do seu espaço tradicional de uso, base de sua sobrevivência, com características específicas para reprodução social não é latente apenas na questão da pesca, mas também quanto à realocação de comunidades para “viabilizar” a instalação de empreendimentos industriais de grande porte.

4.4.3.2 – Realocação de comunidades

É claro que com a desapropriação de áreas para instalação do Pólo seria necessária a realocação de comunidades. Porém, tal assunto era esquivado das discussões e não afirmado como “necessário”. Assim como já relatado em item anterior desta pesquisa, foi revogada a análise de propriedades para esse fim, com intuito de não “arranhar” o processo eleitoral que se aproxima no ano seguinte, o que tornou a situação de não pronunciamento oficial e comunicação com a comunidade, mais tenso e agonizante neste processo.

(...) centenas de famílias souberam, pela mídia, que deverão partir. Desde então vivem na angústia e tentam, em vão, obter informações. ninguém pensou em realizar uma reunião com essas pessoas e esclarecer suas dúvidas (Blog Pousada das Bromélias, 08/10/07)

A única reunião sobre esse assunto realizada não foi especificamente referente ao Pólo e sim na busca pela solução da questão da (in)suficiência de recursos hídricos para abastecer o complexo de indústrias, através da construção de barragens.

Foi, então, no segundo semestre de 2008, realizada reunião em uma escola local, no Vale do Corindiba, área rural de Anchieta e Alfredo Chaves, município vizinho, caracterizada por pequenos e médios agricultores, promovida pela SEAG. Foi apresentado na ocasião um projeto de desapropriação das terras para construção de barragens, em formato de simples comunicação, repasse de informações e como decisão já definida. Na ocasião, houve manifestação dos presentes, indignados com a forma que estavam sendo “comunicados” sobre uma decisão de represar água e atender, entre outras demandas, o empreendimento da siderúrgica chinesa Baosteel

Um grupo de agricultores procurou as instituições que integram o Fórum de Entidades para apoiá-los na causa e orientar como proceder para lutarem contra a criação dessas barragens, uma vez que atingiria cerca de mil pessoas. Foi então divulgado na internet e através dos meios de comunicação o ocorrido, além de orientado à recorrer ao MPES e órgãos ambientais competentes:

A notícia gerou aflição e revolta junto aos agricultores que assim, de supetão, foram notificados que suas terras seriam alagadas e eles

teriam que procurar outras paragens. O impacto teria sido indescritível pois há gerações essas terras são passadas de pai para filho juntamente com seus valores e tradições e nunca teria lhes passado pela cabeça que uma coisa dessas pudesse ocorrer. Nem o convite para a reunião mencionava qualquer coisa que os fizesse suspeitar do assunto. O interessante é que, aparentemente, nem a secretária de Agricultura estava a par do assunto e a indignação tomou conta dos presentes. Blog Pousada das Bromélias, 13/11/08).

“Chegaram lá com um estudo, preços, localização, imagens de satélite, tudo! Falaram que vão fazer duas barreiras em Anchieta e cinco em Alfredo Chaves, atingindo ao todo sete comunidades. Quando questionamos se não haveria o que fazer, responderam que não. Que como somos descendentes de italianos e no passado também tomamos terras dos índios, agora iram fazer o mesmo conosco” (Século Diário, 28/10/09)

Como consequência da divulgação desses fatos e repercussão política, o funcionário representante na reunião sobre barragens foi demitido e todo o fato desmentido em público. Com a negativa e não persistência na argumentação, o processo se deu como “estória”, praticamente inventada por uma das partes, fantasia, denominada pelo vice-governador como “sonho de uma noite de verão” (Gazeta On-line, 31/10/09).

“Ele tentou desmentir tudo. Mas me diga. Por que ele se despençou pessoalmente até aqui para desmentir a história das barragens? Por que exonerar quem deu a informação? Ficou claro que tudo estava sendo feito às escondidas. Foram apresentados o estudo, o orçamento, tudo. Mas só deveria ser revelado quando não pudéssemos mais nos defender”, ressaltou Mateus Vetorazi, líder comunitário do Alto Joéba, em Anchieta, que também seria inundado, conforme os planos do governo (Século Diário, 03/11/08)

A negativa do Estado de envolvimento na questão, a justificativa da construção das barragens para outros fins que não o industrial, todos os argumento contrários, caíram por terra com a exoneração do funcionário de “terceiro escalão”, o que, na verdade, ratificou a intenção da construção das barragens para abastecimento do Pólo Industrial.

A atuação do Estado na tentativa de acalmar os ânimos e não perder votos com a explicação dos conflitos, reforça que, em alguns pontos críticos e de tensão, pode-se

influenciar na relação desigual de poder em sensibilizar o Estado para atuação em prol do bem comum.

A participação do Estado na produção do dano dá-se tanto por meio da agressão direta ao meio ambiente, quanto pela omissão do poder público no exercício de suas atividades de provisão de serviços públicos, gestão e fiscalização da coisa pública (LEMOS, 2005, p. 16)

Porém, a omissão é também ação. Enquanto em uma situação em que o governo do Estado do Espírito Santo pareceu “meter os pés pelas mãos”, com a já experiência na instalação de projetos siderúrgicos, a Vale, em seu “novo” projeto e sua nova abordagem no segundo semestre de 2009 com a comunidade, explicitou que será necessário realocação da comunidade Chapada do A, comunidades esta caracterizada pelo grande número de catadores de caranguejos e moradores antigos na região.

A estratégia adotada é a de “não estressar a comunidade” com conversas e reuniões em separado das outras comunidades e o indicado pelo responsável pelo projeto da CSU, não interferir no processo que já é reconhecidamente traumatizante (**Anexo 15**). Em reunião de apresentação do projeto da CSU foi informado que já possuem levantamento prévio dos moradores e dos catadores de caranguejo da região, mas que no avançar do processo de licenciamento serão aprofundados os estudos socioeconômicos, bem como, levantados quais os sonhos dos moradores de Chapada do A. A estratégia é fazer da Vale a empresa que concretizou os sonhos dos moradores e não transformou em pesadelo a realocação de uma comunidade inteira. Cria-se expectativa e a empresa, para melhor condução do processo, necessita acordar com os moradores isoladamente.

Esse processo de “sedução” da empresa se parece com a chamada chantagem locacional, uma vez que a permanência dessa comunidade impediria a criação de milhares de vagas de trabalho – não necessariamente para ela. Da mesma forma, em outros locais e ocasiões, esse mesmo tipo de postura pode ser observado:

As reservas indígenas americanas foram convencidas por emissários de Washington a encarar o lixo nuclear como uma solução vencer ou vencer – saindo da miséria econômica e ao mesmo tempo contribuindo para o *seu* país. Grupos de ativistas do meio ambiente

estão sendo pressionados mediante reuniões de consenso, também supostamente de tipo vencer ou vencer. (NADER, 1994, p. 22)

A estratégia de visita em cada comunidade contrapõe o desrespeito ocorrido na época da Baosteel. Porém, trata-se da mesma empresa. A Baosteel não estava sozinha naquele momento e sim com uma *joint venture* com a Vale, compactuando com as ações da siderúrgica chinesa. Da mesma forma, a Vale não estará sozinha. Cabe lembrar que é responsável pelo projeto, ou seja, até a sua fase de construção (LI), sendo a operação a cargo de outro investidor que pode, ou não, cumprir com a sua fala atual de justa, transparente e “sustentável”.

Como chamado por uma das ONGs que compõe o Fórum de Entidades “a Vale já iniciou um processo de sedução no sul através de pequenas reuniões” (Século Diário, 17/09/2009). O fato de fragmentação das reuniões, promove o enfraquecimento do movimento de resistência, com discussões isoladas. As reivindicações do movimento obtiveram projeção quando realizadas em conjunto, coletivamente, quando as instituições se fortalecem mutuamente. Afinal, os impactos do empreendimento não afetarão uma ou outra comunidade e sim, diretamente grande extensão do município de Anchieta e indiretamente os municípios de Guarapari, Piúma, além de Alfredo Chaves e Iconha.

4.4.4 – Busca contínua por justiça ambiental

A (não) instalação da Baosteel no município paralela à implantação da 3ª Usina da Samarco – que causou impactos que mudaram o cotidiano de Anchieta como a descaracterização do turismo – algumas pousadas se transformaram em alojamento, aumento do tráfego de ônibus devido à mão de obra externa provocando engarrafamentos, aumento da prostituição, aumento da população – migração atraídas pela “promessa” de empregos, sobrecarga dos serviços públicos, dentre outros (falta de qualificação; falta de oportunidade para mão de obra local; leitos ocupados por funcionários das empresas e não por turistas; aluguel de casas; inchaço populacional/alocação em áreas turísticas; degradação ambiental; violência; tráfico de drogas).

Esse processo pareceu ser um divisor de águas para a população, que uma vez vivenciado esse impacto e afetado diretamente o seu dia a dia, começou a questionar os benefícios reais que as empresas de fato trariam para si. Porém, é necessário promover que essas discussões e debates saiam dos quintais das casas e tomem parte dos espaços formais de debate, desde instituições que representem os grupos sociais (fortalecimentos das mesmas), passando pelos Fóruns de Debates, Conselhos Municipais.

O Fórum de Entidades, em um movimento de divulgação das informações sobre o Pólo Industrial e contra a Baosteel, realizou reuniões em várias comunidades em Anchieta com apresentação do próprio material da ADERES e do governo estadual, promovendo discussão sobre os impactos que ocorreriam com a vinda da Baosteel e somados com os causados pela Samarco. Nesses momentos, então, é possível incitar os questionamentos sobre os riscos ambientais que estão sujeitos, possíveis ampliações da empresa e de quais benefícios diretamente são distribuídos à população residente de Anchieta.

Ainda assim, esses questionamentos precisam ser fortalecidos, estimulados e formalizados em reivindicações coletivas, uma vez que muitos problemas relatados são comuns e as percepções da realidade se complementam (apesar de em alguns momentos se contradizerem).

Esse movimento reforça o necessário envolvimento da população e também torna imperativo o esclarecimento de caminhos para ação coletiva e de controle social de demandas comuns que afligem as comunidades.

A explicitação, o debate e a busca por acordos (ou não) são necessários para que a população, por meio de controle social do Estado e da atuação da empresa exija que cumpram com o seu papel. Alguns membros de instituições mais ativas no movimento de resistência “acompanham” outras associações no intuito de orientarem e apoiarem as ações. No entanto, é preciso se atentar para que a voz de um não se sobreponha a de outro, mantendo sua autonomia de ação, estimulando para que todos sejam capazes de analisar sua realidade, questiona a mesma e apontar debates, soluções e caminhos para melhorá-la.

Existe no Fórum de Entidades a fragilidade de estar sua organização pousada em uma ou duas pessoas, o que pode enfraquecer o processo, bem como pode torná-lo

tendencioso. As opiniões se divergem entre totalmente contra e outros não, aos empreendimentos industriais.

Outra forma de organização dos movimentos de resistência que ocorreu recentemente foi a “Comuna Verde”, fruto do II Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Sul do Espírito Santo, organizado no final de setembro de 2009, por uma ONG ambientalista, com apoio de outras entidades, como pescadores e moradores. O Fórum também teve como produto uma carta de manifesto contrária à autorização de empreendimentos industriais da região (Siderúrgica da Vale) ou de ampliação de usina de pelotização (Quarta Usina da Samarco), antes que as exigências legais sejam cumpridas (**Anexo 16**). Há de se atentar para que a pluralidade e voz, mesmo dentro dos movimentos de resistência, sejam a garantia para uma democracia efetiva e participação qualificada, ainda que, nos debates “internos” a esses movimentos, em um reforço de todos os envolvidos para que fortaleçam a autonomia de debate, discussão, explicitação de conflitos.

O que se mostrou ao longo deste estudo é o entendimento da realidade como dinâmico e a necessidade de se fortalecer argumentos quando novos fatos surgem. A exemplo disso, quando a desistência da Baosteel, que levou a uma reorientação dos dois fóruns, tanto o de Entidades quanto o de Ubu nas discussões. O pólo industrial, então, passou a ser o foco das discussões, o que no primeiro semestre deste ano levou ao questionamento da UTG Sul Capixaba e, mais recentemente, a implantação da Quarta Usina de Pelotização da Samarco e da retomada do projeto siderúrgico pela Vale, CSU.

O uso da rede mundial de computadores nesse processo mostrou-se relevante na projeção dos conflitos e denúncias realizadas, bem como na divulgação dos ofícios encaminhados aos órgãos ambientais e jurídicos.

A unificação dos debates, que poderiam ocorrer somente polarizados, fortalece o movimento na troca de experiência e no conforto de uma luta coletiva e não isolada.

A ambientalização de questões sociais também foi outro ponto de fortalecimento do movimento como outras “lutas” e conflitos que possuem origem e causa semelhantes: empreendimentos industriais de grande porte e impacto.

E ainda, a extensão dos direitos civis à temática ambiental, como fundamento da justiça ambiental (ACSELRAD, 2004c) embasa não só as discussões, mas fornece amparo legal para as reivindicações de luta contra os conflitos ambientais.

Assim, a busca em acompanhar os acontecimentos e construir também estratégias de resistência no debate e exposição dos conflitos ambientais torna-se um desafio. As questões que envolvem esses conflitos ambientais permanecem em alguns casos, mas mudam-se os atores de interlocução e cada um com uma forma de tratamento e abordagem distinta. A marginalização dos processos de decisão e a busca por influenciar os mesmos, considerando exatamente a assimetria de poder, almejando uma sociedade mais justa ambiental e socialmente, parece ser uma utopia a ser perseguida.

A utopia é geralmente um protesto contra o poder. Sugere fortemente que uma angústia fundamental da sociedade é, de um lado, a inevitabilidade do poder, e, de outro, sua tendência opressora. De fato, toda utopia é ao mesmo tempo realizada e traída pelo poder. (...) É traída pelo poder, já que a institucionalização reduz a perfeição da utopia à relatividade de sua realização histórica, que pode ser percebida, sobretudo através da prevalência da outorga sobre a participação. O que começa na história sob o entusiasmo da utopia, vai cedendo à ferrugem do tempo. E é exatamente por isto que é preciso mudar, não porque seja possível exterminar o poder, mas porque é possível aumentar sempre mais a participação. (DEMO, 1989, p. 143)

O aumento da participação é imprescindível seja não só do número de instituições e pessoas envolvidas no processo de conflitos ambientais, mas também, na capacidade de debate argumentativa para fortalecimento do controle social e, sobretudo, na busca por justiça ambiental.

Cabe mais uma vez lembrar que a história é algo mutável e os acontecimentos construídos, não havendo nada definitivo. Analisando o caso de Anchieta e a possibilidade de mudança da sua realidade e (re)construção da história dessa cidade pelos seus cidadãos, me fez recordar do relato de Pellow *et al* (2002) sobre Justiça Ambiental e o caso da localidade de Robbins, no subúrbio de Chicago. Lá existiam incineradores e com o anúncio de ampliação e instalação de mais um, acabou por se agravar ainda mais os índices de poluição atmosférica, comprometendo a saúde e bem estar da cidade e região. A licença foi liberada e o movimento de justiça ambiental foi direcionado para dois pontos: caracterizado como racismo ambiental e combate à legislação local para inferir na diminuição dos lucros da empresa, forçando a mudança

para outro estado. O incinerador foi construído e o movimento conseguiu fechá-lo após três anos, fato este atribuído ao entendimento do processo que a injustiça ambiental envolve.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma característica de Anchieta é a proximidade com os processos de licenciamentos e discussão sobre expansão industrial, referente à 3ª Usina da Samarco em paralelo à (não) instalação da Baosteel no município. No primeiro, foram vivenciados os impactos negativos, em especial sociais e culturais, pela população, em detrimento de poucos benefícios. Já o segundo foi percebido como “ameaça” ao *status quo*, já alterado pela Samarco, e com uma “invasão” de chineses, pelos “de fora” e que modificariam profundamente as relações sociais até o momento estabelecidas (NORBERT & SCOTSON, 2000). O movimento de resistência contra à Baosteel fortaleceu a mobilização social, porém há de se atentar para que isto não ocorra somente no momento em que a população se sentiu ameaçada por um agente externo, e sim que seja dada continuidade. Conforme os relatos, houve uma mudança na percepção pela população dos grandes empreendimentos, muitas vezes divulgados erroneamente enquanto “salvação” para o município, para então, questionarem a que preço e como ocorrerá a instalação desses empreendimentos.

Deve ser efetivo o monitoramento da sociedade civil sobre os processos de licenciamento, alertando para empreendimentos industriais de grande impacto e ampliação dessas discussões com foco na melhoria da qualidade de vida para a população com justiça social.

Sobre as questões referentes ao processo de licenciamento ambiental no que tange ao público e privado, cabe destacar os seguintes desafios para os movimentos sociais para melhoria do mesmo, visando controle social e justiça ambiental e que dizem respeito à participação social:

- Conquistar a igualdade de participação dos diferentes interesses nos processos decisórios envolvidos, discussão e reformulação de legislação de políticas públicas, não só restringindo à sua implementação.
- Superar o desconhecimento da legislação e a linguagem técnica através da educação emancipatória, no sentido de fortalecer o controle social contribuindo para fortalecer o poder de “pressão” da população.
- Superação das barreiras político-administrativas como: acesso fácil (disponibilidade, formato, linguagem) aos materiais produzidos nas consultas e audiências públicas, bem como às análises do órgão ambiental, aos estudos, com

devida antecedência e estímulo ao debate público anterior à realização desses eventos, promovendo a participação qualificada dos sujeitos.

- Superação da “*apatia da população*” – possível somente através da moralização das instituições públicas e retomada a “crença” e efetividade do cumprimento da legislação, refletindo nas ações dos políticos e das instituições citadas.

Espaços como o Conselho Municipal de Meio Ambiente, por exemplo, a urgência da sua criação, o efetivo acompanhamento da sua “construção”, indicação de membros, é imprescindível que seja feita com envolvimento da sociedade de Anchieta, por se tratar de um espaço de levante dos problemas, discussão dos conflitos ambientais e busca por encaminhamentos. Trata-se também de espaço para promoção da participação social, e se com a devida “abertura” do Estado, estímulo ao controle social e saída da *apatia*.

Cabe destacar a atuação dos Fóruns (de Entidades e outros) com reunião de instituições de Anchieta, Piúma, Guarapari. O fato de se reunirem voluntariamente e não demandado por uma instituição “de fora” – como o IEMA, IBAMA, Samarco, Petrobras e outras – para discussão dos principais problemas em especial no que diz respeito à ampliação e instalação de empreendimentos industriais na região, amadurece os debates nos espaços coletivos de discussão como as Comissões de Acompanhamento das Condicionantes promovidas pelo IEMA ou o Fórum de Ubu, pelo Ministério Público Estadual.

Vários locais de explicitação dos conflitos, comissões de acompanhamentos, fóruns, seminários, carecem de que os resultados efetivos não se caracterizem como permuta ou troca de favores, beneficiando um ou outro, mas do debate ampliado desses mesmos conflitos para busca de justiça ambiental para todos envolvidos.

No entanto, o paradigma da adequação parece permear esses espaços de discussão bem como os instrumentos de pesquisa que incorporam o licenciamento ambiental. Ainda assim é imprescindível o questionamento e problematização ao longo do processo, podendo as comissões de acompanhamento ser o início desse caminho. No entanto, enquanto campo de investigação e pesquisa precisa ser mais bem aprofundado e analisado

Existem ainda outras questões e campos investigativos como o Fórum de Ubu e o processo que irá ainda ocorrer de instalação (ou não) da CSV em Anchieta.

Durante o processo de construção da pesquisa, buscou-se durante algum tempo por fatos da história que poderiam ser analisados enquanto marcos, porém a velocidade dos

acontecimentos e a constante necessidade de atualização sobre a realidade estudada tornaram-se um desafio. Compreender o processo, coordenar as partes e fatos em uma ordem cronológica foi ao mesmo tempo enriquecedor na compreensão das lógicas aplicadas nas ações tanto do Estado quanto das empresas. A análise comparativa entre Anchieta e São Luis (**Apêndice E**) demonstra ações semelhantes e que se aprimoraram, uma enriquecendo a outra, tanto das duas partes mencionadas, quanto do movimento de resistência que buscou incorporar experiências de outras localidades com empreendimentos siderúrgicos.

Foi explicitado na análise do caso de Anchieta que o ambiente se estabeleceu como objeto de disputa por diferentes sujeitos com apropriações também distintas do que deveria ser “bem comum” para todos. Esse sentido – bem comum – é igualmente permeado de conflitos que buscam materializar sentidos diferentes e projetos diferentes de sociedade.

Nesse quadro, o Estado representa uma correlação de forças que busca legitimar seus projetos e agendas, e que, o que ocorre em Anchieta, é a expressão disso. Este Estado não é um “agente do interesse geral da sociedade” (interesse público), mas um Estado que age visando “organizar e proteger o processo de acumulação capitalista”. Os problemas e conflitos ambientais em decorrência desse processo, bem como a publicização e mudança da opinião pública provocaram alteração das estratégias do Estado, mas não seu cancelamento, apenas foi adiado. Percebe-se engajamento do Estado em salientar a modernização ecológica – TAC, condicionantes e outras – porém, atenção para essa questão é feita de forma política, inclusive usando os meios de comunicação para reforçá-los, inclusive os meios oficiais de divulgação do governo do Estado como sua página na rede mundial de computadores. A atuação do Estado no que se refere às questões ambientais no caso estudado pode-se constatar o engajamento e empenho para efetivação dos planos em detrimento que não seja esse o modelo ansiado pela população.

Os meios de resistência à instalação da indústria Baosteel e de discussão de outros grandes empreendimentos industriais, em especial da siderurgia em Anchieta, ES explicitaram os conflitos e deram voz aos contrahegemônicos. Assim, Anchieta é palco de luta simbólica, não só da permanência de determinada atividade – seja pesca, agricultura ou industrial – mas também do que se espera que Anchieta se torne, seja pela população local ou grandes empreendimentos, com atuação de um Estado longe de ser neutro, mas que reflete essa correlação de forças.

Como já dito anteriormente por Gramsci, esse processo ocorre em uma constante instabilidade, tendendo para grupos com maior grau de influência e pressão, passíveis de ser

modificado, uma vez que não é estática a atuação do Estado. Portanto, é imperativa a mobilização da sociedade para discussão do que deve ser valorizado enquanto local, quais saberes e fazeres, que tipo de desenvolvimento, pessoas e histórias e, principalmente qual a base da transformação para uma sociedade mais justa social e ambientalmente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. & Mello, C. C. do A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: Alimonda, Hector. (org.) **Ecologia política**. Naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: Clacso, 2002.

ACSELRAD, H (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.

_____. **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.

_____. HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004c.

_____ & BEZERRA, G. **Tecnologias de Resolução de Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto**. Ed. Andréa Zhouri, UFMG. *No prelo*. (2007)

AGÊNCIA BRASIL. **Senado aprova medida provisória que divide IBAMA e cria Instituto Chico Mendes**. 7 de Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br>. Acessado em: 20 de junho de 2008.

ALDÉ, A. Individualismo em Marx e Tocqueville. In: Marcia Dias, Ricardo Ismael, Robert Wegner e Vladimyr Lombardo Jorge (org.) **Cadernos de Sociologia e Política**. IUPERJ, Rio de Janeiro, p 35-40, 1995.

ALIER, M. Identity and Power in Ecological Conflicts. In: **International Journal of Transdisciplinary Research** Vol. 2. No. 1, p. 17-41, 2007.

ALMEIDA, J. R. de; MELLO, C. dos S.; CALVALCANTI, Y. **Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

ALONSO, A. & COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. (org.) **Ecologia Política: natureza, sociedad y utopia**, CLACSO, Buenos Aires, p. 115-136, 2002.

_____. Dinâmica da Participação em Questões Ambientais: análise das Audiências Públicas para o Licenciamento Ambiental do Rodoanel. In: Coelho, Vera; Nobre, Marcos. (Org.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, 2004.

ALVARENGA L. **Do Sururu à panela de barro: a realidade de heranças milenares**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2002.

ANCHIETA (Prefeitura). **Agenda 21 local**. Plano Estratégico do Município 2006-2025. Anchieta: Prefeitura. 2006.

_____. Lei Complementar Municipal Nº 13, de 28 de novembro de 2006 - Plano Diretor Municipal de Anchieta.

ANTUNES, P. de B. **Direito Ambiental**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO (ALES). **Ricardo Ferraço fala da viagem à China durante sessão na Ales**. 04/11/08. Disponível em: www.ales.es.gov.br. Acessado em: 10 de junho de 2009.

_____. **Audiência debate instalação de siderúrgica no Sul e reúne 150**. 19/11/08. Disponível em: www.ales.es.gov.br. Acessado em: 10 de junho de 2009.

AUGUSTO, L. G. da S. & SILVESTRE, D. R. Implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís do Maranhão In: RODRIGUEZ, M. E. (org.) **Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais**. Relatores Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Maria Elena Rodriguez (org.). - Rio de Janeiro, 2006.

BARRETO FILHO, H. T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**, pp. 53-63, 2001.

BARROS, L. V. **A efetividade do direito à informação ambiental**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável da universidade Federal da Bahia (CDS/UnB) Brasília, 2004.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien – Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1992

BLOG POUSADA DAS BROMÉLIAS. Os "espaços de cidadania"... ou como tentar inverter as coisas. 11/04/06 Disponível em: <http://bromelias.1on.de/archives/2006/04.html>. Acessado em 14 de junho de 2009.

_____. Crônica de uma morte anunciada. Maio/06. Disponível em: <http://bromelias.1on.de>. Acessado em 14 de junho de 2009.

_____. Audiências Públicas. 08/10/07 . Disponível em: <http://bromelias.1on.de>. Acessado em 14 de junho de 2009.

_____. E-mail ao Dr. Rafael Cláudio. 18/11/07 Disponível em: <http://bromelias.1on.de>. Acessado em 14 de junho de 2009.

_____. Quando os lobos usam os cordeiros. 04/08/08 Disponível em: <http://bromelias.1on.de>. Acessado em 14 de junho de 2009.

_____. Tudo se Encaixa em Anchieta. 22/09/08 Disponível em: <http://bromelias.1on.de>. Acessado em 14 de junho de 2009.

_____. Reunião do Fórum de Entidades. 13/11/08. Disponível em: <http://bromelias.1on.de>. Acessado em 14 de junho de 2009.

_____. Quarta Usina da Samarco. 17/02/09. Disponível em: <http://bromelias.1on.de>. Acessado em 14 de junho de 2009.

BORON, A. A. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: Boron, A. A.; Amadeo, J; Gonzalez, S. (org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. [S.l.: s.s]. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.6.doc>> Acessado em 20 jun 2008.

BRASIL. (1965). Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília-DF

_____. Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. p. 13 . 14.

_____. Lei Federal no. 11.428 de 22/12/06 de Proteção da Mata Atlântica

_____. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de agosto de 2007, p. 1 Edição Extra.

BUCL-GLUCKSMANN, C. State, transition and passive revolution. In: Chantal Mouffe (ed.) **Gramsci & Marxist Theory**. London, Routledge & Kegan Paul, p 207-236, 1979

BURIAN, P. P. Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de licenciamento para hidrelétricas – o caso das bacias do rio Chopim no Paraná. In: **Anais II Encontro da ANPPAS**, 26 a 29 de maio de 2004. São Paulo, 2004.

BURSZTYN, M. A. A. **Gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: Edgard Blücher, 1994

CARNEIRO, E. J. Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos. In: **Revista Rio de Janeiro**, Niterói: EDUFF, vol. 1, n.1, p. 35-45, 2005.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2006

CHAUÍ, M. A história no pensamento de Marx. In: In: Boron, A. A.; Amadeo, J; Gonzalez, S. (org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. [S.l.: s.s], 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.5.doc>> Acessado em 20 de jun 2008.

COUTINHO, A. L. C. & FARIAS, T. Natureza Jurídica da Licença Ambiental. In: **Revista da Pós-graduação em Ciências Jurídicas**. Universidade Federal da Paraíba. N 6, p. 86-107. 2005. Disponível em: <<http://www.cj.ufpb.br/primafacie/>> Acesso em 15 de ago. de 2009

D'AVILA, M. I. La participación ambigua. In: **Courrier de la Planète**. Ciencias sociales y desarrollo: Conocimiento y política. no. 74. p.41-43, 1999.

DEMO, P. **Sociologia** – Uma Introdução Crítica, Ed. Atlas, 2ª Ed, 1989.

_____. **Santo Estado, Maldito Mercado**: de certas esquerdas que são direitas. In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 2, maio/ago, p. 451-476. 2005

DIETZ, T.; FITZGERALD, A. & SHWOM, R. **Annual Review of Environment and Resources**. Vol. 30, p. 335-372, 2005

ESPÍRITO SANTO Decreto Nº 1.777-R, de 08/01/2007 Dispõe sobre o SILCAP – Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente.

_____. Hartung visitará a China em 2004. **Notícias**. 12/12/03. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Hartung e Agnelli autorizam primeiro descarregamento de carvão mineral em Praia Mole. **Notícias**. 27/01/2006. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Protocolo assinado com grupo chinês prevê 21,5 mil empregos. **Notícias**. 17/07/07. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Diretoria da Baosteel se reúne com o governador e visita área em Anchieta. **Notícias**. 24/08/07. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Inauguração escritório CSV. **Notícias**. 03/10/07 Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Inauguração escritório CSV. **Notícias**. 11/10/07 Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Governador e secretário de Desenvolvimento visitam sede da Baosteel. **Notícias**. 20/05/2008. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Governador se reúne com prefeito de Shanghai. **Notícias**. 22/05/08 Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Governador faz balanço positivo da viagem à China e Cingapura. **Notícias**. 27/05/08. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Seminário discute o crescimento do Sul do Estado nesta quinta (12). **Notícias**. 12/06/08. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Técnicos do Iema visitam a Baosteel para conhecer métodos de controle ambiental da companhia. **Notícias**. 18/09/08. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Setades assina Termo de Cooperação com empresas e organizações sociais. **Notícias**. 09/10/08. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Vice-governador fala aos deputados sobre missão capixaba na China. **Notícias**. 04/11/08. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

_____. Governo do Estado sugere realocação de siderúrgica de Anchieta. **Notícias**. 27/11/09. Disponível em: www.es.gov.br Acessado em:

ESPÍRITO SANTO. Decreto Estadual N° 1247-S, de 10 de julho de 2007. In: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo** (DOES), p.6-7, 2007.

ESPÍRITO SANTO. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo** (DOES), p.15, 09/12/2008.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO (ES em Ação). **Avaliação Ambiental Estratégica**. Vitória: ES em Ação, 2008.

FERNANDES, J. N. A Sociedade Civil na Identificação dos Objetos do Licenciamento Ambiental Municipal. In: **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VIII, N° 10 - Junho de 2007. p. 309-334

FONTANA, B. State and Society: the concept of hegemony in Gramsci. In: Mark Haugaard & Howard H. Lentner (ed.). **Hegemony and Power: consensus and coercion in contemporary politics**. Lexington Books, p. 23-44, 2006

FOOTWHYTE, W. Treinando a observação participante. In Zaluar, Alba (org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. RJ: Francisco Alves, 3a edição, 1990.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx**. Civilização Brasileira, Rio, 2005.

FRASER, N. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in A Postsocialist. Age. In:_____. **Justice Interruptus**. Critical reflections on the postsocialist condition. London: Routledge, p.11-39, 1997.

FRASER, N; HONNETH, A. Redistribution or Recognition. **A political-Philosophical exchange**. Londres/Nova York: Verso, p. 07-109, 2003.

FUCKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FURRIELA, R. B. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Amablume; FAPESP, 2002.

GÁRCIA-PRADO, J.A. **Verificação da possível influência dos incrustantes (“biofouling”) no desenvolvimento do mexilhão Perna perna (Linné, 1758) no cultivo da Praia do Coqueiro, município de Anchieta-ES**. Dissertação de Especialização. Curso de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, 2000.

GEERTZ, C. From the native’s point of view: On the nature of anthropological understanding. In P. Rabinow e W.M. Sullivan (Eds.) **Interpretive Social Science: A Reader**. Berkeley: University of California Press, 1979.

GOODMAN, L.A. Snowball sampling. In: **Annals of Mathematical Statistics** 32: 148–170, 1961

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: Acselrad, H. et al. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

GRÜNER, E. Leituras culpadas. Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: Boron, A. A.; Amadeo, J; Gonzalez, S. (org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. [S.l.: s.s], 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.4.doc>> Acessado em 20 jun 2008.

GUTWIRTH, J. (2001) A Etnologia, Ciência ou Literatura? In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 7, n. 16, dez. 2001, p. 223-239.

HAESBAERT, R. **O Mito da Des-Territorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand. 2004

HAJER, M.A. **The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process**, Oxford University Press, New York, 1997, p. 9-41. 1997

HALL, S. Identidade Cultural e Diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, no. 24, p: 68-75, 1996

_____. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Sovik, Liv (org.). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

HENKES, S. L.; BORGES, D. dos S. Da (im)possibilidade de responsabilização civil pelo dano ambiental causado por empreendimento operante em conformidade com a licença ambiental obtida . Jus Navigandi (Teresina), v. 813, 2005. Disponível em: www.jus2.uol.com.br Acessado em: 14 de agosto de 2009.

HOLUB, R. **Antonio Gramsci:** beyond Marxism and postmodernism. London, Routledge, 1992

HONNETH, A. **The Struggle for Recognition:** The Moral Grammar of Social Conflicts. Cambridge/Massachusetts, The MIT Press. (1996)

HOUTART, F. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: Boron, A. A.; Amadeo, J; Gonzalez, S. (org.). **A teoria marxista hoje.** Problemas e perspectivas. [S.l.: s.s], 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc>> Acessado em 20 jun 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese Brasil – população.** 2004. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acessado em 27 de junho de 2006.

IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Projeto Corredores Ecológicos:** Conectando Pessoas e Florestas - Síntese dos Encontros Regionais Realizados com os Municípios do Estado do Espírito Santo. Cariacica, Governo do Estado do Espírito Santo, 2005.

IJSN – Instituto de Pesquisa Jones Santos Neves. **Perfil Estadual – PIB.** 200. Disponível em: <<http://www.ipes.es.gov.br>> acessado em 26 de junho de 2007.

_____. **Perfil dos Municípios.** 2008. Disponível em: <<http://www.ipes.es.gov.br>> acessado em 26 de junho de 2007.

IPEMA – Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica. **Conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo:** cobertura florestal e unidades de conservação(Programa Centro para a Conservação da Biodiversidade – Conservação Internacional do Brasil) Vitória-ES: IPEMA, 2005.

LEBRUN, G. O que é poder. Trad. Renato Jaime Ribeiro & Silvia Lara. Coleção Primeiros Passos, no. 24. Ed. Brasiliense, 1999.

LEMONS, C. F. Os litígios Ambientais e a trajetória institucional das denúncias. In: **Revista Rio de Janeiro,** Niterói: EDUFF, vol. 1, n.1, p. 11-33, 2005.

LEITE LOPES, J. S. (Org.) . **A Ambientalização dos Conflitos Sociais; Participação e Controle Público da Poluição Industrial** (coordenador). 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **O Movimento Ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quaret, 2ª ed., 2006

_____. (Org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2007

LOUREIRO, C. F. B. ; Layrargues, P. P. ; Castro, R. S. de (Org.) . **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**.. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, v. 1, 2009.

MADEIRA FILHO, W. Da denúncia à execução: a efetividade da jurisdição em matéria ambiental. In: **Anais... II Encontro da ANPPAS**, Indaiatuba/SP, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br>. Acessado em 27 de junho de 2007.

MARCONI, M. A. & LAKATOS E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisas; elaboração, análise e interpretação de dados**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, K; Engels, F. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MAYORGA, E. A. Teoría crítica y crítica política en la cuestión ambiental: problemas y perspectivas. In: **Los tormentos de la materia**. Aportes para una ecología política latinoamericana. Alimonda, Héctor. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006.

MELLO, M. P. de. **Problemas Ambientais e Políticas: Construção Social e Desconstrução Analítica**. 180p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1996.

MONTIBELLER F G . **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis/SC: EdUFSC, 2001.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2007.

MOTA, C. R. As principais teorias e práticas do desenvolvimento. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 27-40, 2001.

NADER, L. Harmonia Coercitiva: a economia política dos modelos jurídicos. In: **RBCS** no. 26, ano 9. Tradução Claudia Fleith, 1994.

NEVES, A. R. A luta da associação de pescadores de Ubu e Parati. In: RAMOS, MH. H. R.; SILVA, A. I. da; ATAÍDE, S. G. de (org.) **Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente** – O impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES na Região Metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ. Vitória (ES): EMESCAN, 2009.

NORBERT, E & SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

O'CONNOR, M. (ed) **Is Capitalism Sustainable?** New York: Guilford Press, 1999

OLIVEIRA, A. I. de A. **Introdução à Legislação Ambiental Brasileira e Licenciamento Ambiental.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

OLIVEIRA, E. M. de & MOREIRA, R. J. Globalização e localismo: considerações sobre as narrativas. In: Luiz Flávio de Carvalho Costa e Roberto José Moreira. **Globalismos, localismos e identidades.** Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2007.

OLIVEIRA, S. M. M C. de. Conflitos Ambientais e Lutas Simbólicas. In: **Anais... VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra/Portugal.** 2004

PELLOW, D. N. Social inequalities and environmental conflict. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v. 3, Selected Edition, 2007. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Jun 2008.

PENA-VEGA, A. **O Despertar ecológico:** Edgar Morin e a ecologia complexa. Trad. Renato Carvalho do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond. 2003

RAMOS, MH. H. R.; SILVA, A. I. da; ATAÍDE, S. G. de (org.) **Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente** – O impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES na Região Metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ. Vitória (ES): EMESCAN, 2009.

RICHARDSON, R.J. (1999) **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.

SABATINI, F. Conflictos Ambientales en America Latina: distribución de externalidades o definicion de derechos de propiedad? In: F. SABATINI & C. SEPULVEDA (Eds.) **Conflictos Ambientales.** Entre Globalización y la Sociedad Civil, Santiago de Chile, CIPMA, p.49-74, 1997.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: Boaventura de Souza Santos (org.) **A Globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SELLTIZ, C. WRIGHTSMAN, L.; COOK, S.; KIDDER, L **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SEMERARO, G. **Da sociedade de massa à sociedade civil**: a concepção da subjetividade em Gramsci. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, Abril/99, p. 65-83, 1999.

SHIVA, V. Desenvolvimento: Um Novo Projeto do Patriarcado Ocidental. In.: **Documenta Nº. 1**: Ecologia, Feminismo e Desenvolvimento. D'ÁVILA, M. I. & VASCONCELOS, N. (org.). Rio de Janeiro: UFRJ, p. 40-52, 1993.

SOARES, J. L. O. A Atuação do Ministério Público nos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: **Revista Rio de Janeiro**, Niterói: EDUFF, vol. 1, n.1, p. 65-82, 2005.

SODRÉ, F.N.G.A.S. (2004) Desenvolvimento da Maricultura no Estado do Espírito Santo: diagnóstico socioambiental e a construção de um índice de desenvolvimento da atividade. Estudo de caso, nos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, RJ.

SPRADLEY, J. **The Ethnographic Interview**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1979

_____. **Participant Observation**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1980

TOMÉ, G. F. Desenvolvimento Local e Os Seus Desafios no Interior do Sistema do Capital In: **ENFOQUES** . revista eletrônica do PPGSA/IFCS/UFRJ: 88-98, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Licenciamento Ambiental. Brasília, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2007

VARGAS, P. S. de P. O corredor infraestrutural e logístico do Espírito Santo e desafios para o desenvolvimento local. In: RAMOS, MH. H. R.; SILVA, A. I. da; ATAÍDE, S. G. de (org.) Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente – O impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES na Região Metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ. Vitória (ES): EMESCAN, 2009.

VIEIRA, L.C. Z. **Análise das atividades de maricultura e turismo**: Estudo de caso no município de Anchieta-ES. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Planejamento e Conservação Ambiental, Escola Superior São Francisco de Assis, Santa Teresa-ES, 2006.

WALDMAN, M. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 6ª ed. 2002

WOOD, E. M. Capitalismo e democracia. In: Boron, A. A.; Amadeo, J; Gonzalez, S. (org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. [S.l.: s.s], 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 18.doc>> Acessado em 20 jun 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e Métodos. 3a. ed. Bookman, 2005

YOUNG, C. E. F. **Causas socioeconômicas do desmatamento na Mata Atlântica brasileira**. In: Galindo-Leal, C. & Câmara, I. de G.; traduzido por Edma Reis Lamas. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica — Belo Horizonte: Conservação Internacional, p. 103-118. 2005.

ZBOROWSKI, M. B. **Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba**: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B., **A insustentável leveza da política ambiental** - desenvolvimento e conflito socioambientais. BH: Ed. Autêntica, 2005.

Data	Notícia	Veículo	Temas	Sub-temas	Principais trechos
12/12/2003	<i>Hartung visitará a China em 2004</i>	Governo do Estado do ES	China-Brasil	Vale, governos capixabas e chineses	O governador Paulo Hartung afirmou que visitará a China no primeiro semestre de 2004. A informação foi dada esta manhã (12) durante a apresentação dos 62 novos vagões comprados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para transporte de minério de ferro. O anúncio foi feito para diretores da CVRD e empresários chineses e japoneses. Hartung disse que o Estado tem interesse em estreitar os laços econômicos com a China, de onde vieram os equipamentos da empresa. A solenidade de entrega dos vagões ocorreu no Complexo Portuário de Tubarão, em Vitória. A Vale está adquirindo, no total, 900 vagões da empresa chinesa Zhou Zhou Rolling Stock para transporte de minério de ferro pela Estrada de Ferro Vitória-Minas e Estrada de Ferro Carajás. O investimento conta com a parceria de outros grupos empresariais, incluindo a empresa japonesa Mitsui. "Esse investimento consolida uma forte parceria econômica, política e cultural com a China, que tem se tornado um importante mercado para o Brasil", afirmou Hartung. O governador também destacou que trouxe da viagem aos países árabes uma "tarefa caseira".
1/3/2004	<i>Novos investimentos, mais empregos para o Maranhão</i>	Deputado Federal Sarney Filho	Baosteel Maranhão	Governador do Maranhão	
24/5/2004	<i>CVRD e Chalco investem US\$ 1,5 bi</i>	Nova Investe	Vale/ Maranhão	Baosteel Maranhão	Xie Qihua, a presidente da Baosteel, maior cliente da CVRD na China assina hoje acordo confirmando a intenção de montar uma usina siderúrgica no Maranhão, com capacidade de produção de 4,1 milhões de toneladas de placas ao ano. O investimento ficaria entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões. Neste projeto, a Baosteel é a empresa majoritária, a Vale, minoritária; e também pode entrar a Arcelor, na sociedade.
23/3/2005	<i>Vale: reajuste não impactará o IPCA</i>	Jornal do Commercio (RJ)	Baosteel Maranhão	Intenção da Vale formar parceria com Baosteel	O presidente da companhia, Roger Agnelli, disse ontem que os custos de investimento têm sido o maior entrave nas negociações para trazer a chinesa BaoSteel para abrir uma usina siderúrgica no Maranhão.
13/6/2005	<i>Helena elogia Barreto por Ação Civil Pública</i>	Assembléia Legislativa do Maranhão	Baosteel Maranhão	ação civil pública	O promotor de Meio Ambiente, Fernando Barreto (...) (entrou com) Ação Civil Pública pedindo ao Ministério Público a nulidade do edital que convoca a audiência pública do próximo dia 23 de junho, na Câmara de Vereadores, para tratar sobre a mudança da Lei de Zoneamento, que transforma a Zona Rural Rio dos Cachorros em Zona Industrial possibilitando, com isso, a instalação naquele local do pólo siderúrgico comandado pelo Consórcio Vale do Rio Doce e a chinesa Baosteel. O promotor também considerou inconstitucional o fato de o edital limitar a participação popular a apenas 40 pessoas em evento que envolve assunto de amplo interesse da população
9/11/2005	<i>Baosteel adia construção de usina para o ano que vem</i>	CNM CUT	Baosteel Maranhão	Cancelamento do investimento	O grupo chinês Baosteel, que planeja investir US\$ 2,5 bilhões na construção de uma usina siderúrgica no Brasil, mais precisamente em São Luís, no Maranhão, em parceria com a francesa Arcelor e a multinacional brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), confirmou o adiamento da implantação do projeto, que previa a produção de quatro milhões de toneladas de aço, destinada ao mercado externo
25/11/2005	<i>Usina no MA depende de vereadores de São Luís</i>	CNM CUT	Baosteel Maranhão	Mudança do PDM de São Luis	A esperança do governo do Maranhão e da Vale do Rio Doce em conseguir erguer uma megafábrica de aço em São Luís, liderada pela companhia chinesa Baosteel, ainda não se esauriu. A expectativa é que a câmara de vereadores da capital maranhense aprove a destinação do terreno para uso industrial antes do fim do ano. Com isso, argumentam fontes próximas das negociações, estaria removido um dos principais entraves ao projeto.
6/12/2005	<i>Empresários e governo se reúnem para discutir usina de São Luis</i>	CNM CUT	Baosteel Maranhão	Mudança do PDM de São Luis	A transferência do terreno era um dos entraves, que demorou oito meses para ser resolvido. Tempo de espera pela aprovação na Câmara Municipal de São Luís do projeto da Lei de Zoneamento, transformando a área destinada à siderúrgica de zona rural para industrial. O projeto de lei foi aprovado no último dia 31. 'A votação ocorreu no último dia do prazo, mas ocorreu', disse o secretário.
27/1/2006	<i>Hartung e Agnelli autorizam primeiro descarregamento de carvão mineral em Praia Mole</i>	Governo do Estado do ES	China-Brasil	Vale, governos capixabas e chineses	O governador Paulo Hartung e o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, participaram, na manhã desta sexta-feira (27), no Terminal de Praia Mole, da solenidade que marcou o primeiro descarregamento de carvão mineral proveniente da joint venture Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd, localizada na Província de Henan, China. Hartung e Agnelli embarcaram no navio Hedei Victory, de bandeira chinesa, de onde autorizaram o início da operação de descarregamento de 40 mil toneladas do produto. Também participaram do evento o embaixador da China, Jiang Yuande, o prefeito de Vitória, João Coser, o diretor-presidente da Cosesa, Henrique Zimmer, empresários e autoridades chinesas.

7/3/2006	<i>Implantação do pólo siderúrgico na ilha de São Luís do Maranhão</i>	UERJ	Baosteel Maranhão	Defesa de direitos indígenas	Em julho de 2001, foi assinado o primeiro protocolo de intenções entre o Governo do Estado do Maranhão e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a construção do Pólo. Em outubro de 2004, o Governo do Estado do Maranhão anunciava os grupos empresariais estrangeiros interessados em investir, em parceria com a CVRD, em unidades siderúrgicas no Pólo de São Luís: a chinesa Baosteel Shanghai Group Corporation, da sul-coreana Pohang Steel Company - Posco e o grupo industrial alemão ThyssenKrupp.
8/3/2006	<i>Vale avalia megaprojeto de aço de US\$ 10 bi no ES</i>	Valor Econômico	Vale em Anchieta	planta industrial para Anchieta. Termelétrica. Porto	A Vale do Rio Doce tem prontos estudos para um megaprojeto siderúrgico e portuário em Anchieta (sul do Espírito Santo), com investimentos que podem alcançar US\$ 10 bilhões no médio e longo prazos. O Valor teve acesso à planta do empreendimento, que inclui uma siderúrgica apta a produzir até 4,5 milhões de toneladas/ano, oito usinas de pelotização de minério de ferro, uma usina termelétrica e ampliação do porto de Ubu, que pertence à sua controlada Samarco. O desenho da obra reproduz no sul do Estado o complexo industrial-portuário de Tubarão, em Vitória. A Vale admitiu, por meio da sua assessoria de imprensa, que desenvolve esse projeto, mas ressaltou que "pode ser uma das alternativas para promover o desenvolvimento siderúrgico no Brasil" e acrescentou que "não há nada decidido". Segundo fontes, o plano já foi apresentado ao governador capixaba, Paulo Hartung (PMDB), e conta com seu apoio. A Vale deverá buscar parceiros - Nippon Steel e Usiminas são cotadas como potenciais candidatas à usina de aço. O projeto teria suprimento garantido com minério de ferro extraído em jazidas de Minas, onde a Vale tem feito expansões e aberto novas minas. O escoamento seria garantido por duas ferrovias, controladas pela mineradora, que chegam ao Espírito Santo, a Vitória a Minas e a Centro Atlântica, que está ganhando uma extensão que passa por Anchieta.
8/3/2006	<i>Vale planeja megapólo siderúrgico no ES</i>	Valor Econômico	Pólo industrial de Anchieta	Investimento Siderurgicas no ES	A Companhia Vale do Rio Doce tem pronto um megaprojeto minero-siderúrgico e portuário para instalação no município de Anchieta (sul do Espírito Santo), cerca de 100 km abaixo de Vitória. A médio e longo prazos, os investimentos podem atingir a cifra de US\$ 10 bilhões, segundo estimativas de fontes do setor.
5/4/2006	<i>CVRD multada no Maranhão por manter lista de indesejáveis</i>	CNM CUT	Baosteel Maranhão	Multa Vale	Só para lembrar, o grupo chinês Baosteel, que implantaria uma siderúrgica no Maranhão, desistiu do negócio no segundo semestre alegando que o momento no mercado não era apropriado. Aliado ao fato, todos sabem que a instalação da siderúrgica no Maranhão esbarrou na burocracia e brigas políticas.
15/12/2006	<i>Vale mantém interesse por siderúrgica no Maranhão</i>	CNM CUT	Baosteel Maranhão	Negociação com governo Maranhão	O diretor-presidente da Companhia da Vale do Rio Doce (CVRD), Roger Agnelli, afirmou na última terça-feira, durante almoço com a imprensa, na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que a empresa está determinada a retomar as negociações com o grupo chinês Baosteel, com vistas à implantação do pólo siderúrgico em São Luís.
21/12/2006	<i>ThyssenKrupp quer traz mão-de-obra chinesa para o Rio</i>	A Tarde on-line	mdo chinesa	CSA	
15/1/2007	<i>Promotoria de Anchieta notifica a Prefeitura local sobre as condições de banho de mar</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Vazamento de esgoto em Iriri	MPES	O Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Anchieta, notificou no último dia 10, a prefeitura municipal a adotar providências para informar aos banhistas de forma adequada sobre o vazamento de esgoto da Lagoa de Iriri e parte da Praia de Iriri. O vazamento é originado de uma elevatória da CESAN, situada às margens da lagoa de Iriri, que esta lançando um esgoto excedente e contaminando a região. O problema foi diagnosticado por um laudo técnico elaborado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do MPES, no dia 28 de dezembro do ano passado. A recomendação pede que a Prefeitura do Município sinalize com placas os pontos de vazamento do esgoto; interdite as áreas afetadas para banho de mar e noticie através dos meios de comunicação local sobre o vazamento, as possíveis doenças transmitidas, e também as medidas de interdição tomadas pela prefeitura.
31/1/2007	<i>Vale tenta retomar projeto de placas no Maranhão</i>	Steel Business Briefing	Baosteel Maranhão	Negociação com governo Maranhão	A Companhia Vale do Rio Doce irá se encontrar com o governo do Maranhão nos próximos dias para tentar retomar o problemático projeto de construir uma usina de placas em São Luis, capital daquele estado. A informação foi passada à Steel Business Briefing pelo presidente da mineradora, Roger Agnelli.

10/4/2007	<i>Ausência de regras afeta interesse na infra-estrutura</i>	Valor Econômico	China-Brasil	Investimento em Infra-estrutura	A mais comentada das operações conjuntas entre Brasil e China é a Baovale, joint venture entre a siderúrgica chinesa Baosteel e a mineradora brasileira Companhia Vale do Rio do Doce. O objetivo inicial era produzir 3,7 milhões de toneladas de aço em uma planta conjunta em São Luís, no Maranhão. Mas o projeto está parado. Procurada pelo Valor, a Vale informa apenas que a iniciativa continua em fase de estudo. A Baosteel não respondeu aos pedidos de entrevista feitos pela reportagem. "A China tem pressa em entrar na área de infra-estrutura, mas o Brasil ainda não fez o dever de casa", diz Paul Liu, presidente da Câmara de Comércio Brasil-China. Ele afirma que as companhias chinesas estão interessadas em investir em estradas e ferrovias para reduzir os custos do escoamento das commodities brasileiras que tanto necessitam. Mas, para isso, é necessário que o Brasil defina regras claras e as taxas de retorno. "Até agora o Brasil não implementou as Parcerias Público Privadas (PPPs)", critica o executivo.
18/4/2007	<i>Anchieta recebe a visita do MPES no "Encontro Regional"</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Diagnóstico sobre o município de Anchieta	MPES	O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e dos Centros de Apoio Operacional da Instituição, promovem nesta terça-feira, dia 17, o "Encontro Regional: Ação do Ministério Público nos municípios", em Anchieta. Durante o encontro, será apresentado pelo CEAF um diagnóstico sobre o município, que abordará as características geográficas, situação sócio-econômica, atividades em potencial e políticas públicas implementadas. Esse "estudo" subsidia a ação dos promotores de Justiça no município, constatando falhas e acertos do Poder Público. A ação tem o objetivo de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, principalmente aqueles provenientes dos royalties do petróleo, e implementar ações conjuntas e estratégias de orientação direcionadas às políticas públicas em nível municipal e regional.
25/4/2007	<i>Baosteel e Vale no Maranhão</i>	Gazeta Mercantil	Baosteel Maranhão	Negociação com governo Maranhão	A Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica chinesa Baosteel iniciam conversas com o novo governo do Maranhão para a construção da usina de 3,7 milhões de toneladas de aço. Fora de cena há cerca de um ano, a siderúrgica voltou à pauta depois da troca de governo
25/4/2007	<i>Siderúrgica na ilha de São Luís: Veto do Maranhão ameaça usina da Vale com chineses</i>	Valor Econômico	Baosteel Maranhão	Negociação com governo Maranhão	
27/4/2007	<i>Briga: Maranhão não quer usina de aço em São Luís</i>	Valor Econômico	Baosteel Maranhão	Mudança de local da Baosteel Maranhão	O governo do Maranhão está disposto a vetar a construção de um pólo siderúrgico da Vale do Rio Doce, em sociedade com a chinesa Baosteel, no Estado, se a empresa não abrir negociações sobre o local onde o empreendimento será instalado. A Vale quer construir a siderúrgica na ilha de São Luís, onde conta com terminais para o desembarque do carvão e a ferrovia para a chegada do minério de ferro. O governo estadual quer a instalação do pólo na foz do rio Mearim, município de Bacabeira, a 50 quilômetros de distância.
17/5/2007	<i>Vale negocia transferência de siderúrgica no Maranhão</i>	CNM CUT	Baosteel Maranhão/ Bacabeira	Negociação com governo Maranhão	A Vale do Rio Doce aceitou negociar com o governo do Maranhão a transferência do projeto siderúrgico no Maranhão, em sociedade com a chinesa Baosteel, da ilha de São Luís para o município de Bacabeira, no continente, a 50 km da capital. Ao ceder, a Vale encerra um impasse. Impedir a instalação da usina de aço na capital do Estado foi uma promessa de campanha do governador Jackson Lago (PDT), já que implicaria no deslocamento de cerca de 14 mil pessoas que vivem de atividades de subsistência, além de custos ambientais pesados, pelo uso do carvão como fonte energética.
10/7/2007	<i>Governo do Estado vai criar pólo industrial e de serviços em Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Pólo industrial de Anchieta	Decreto de criação do pólo de Anchieta	Seguindo as metas e as propostas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025 e no Plano Diretor Municipal de Anchieta (PDM), o Governo do Estado vai implantar um pólo industrial e de serviços no município de Anchieta, no Sul do Estado. (...) O passo inicial para a implantação do pólo é a publicação de decreto assinado pelo governador do Estado, Paulo Hartung, que será publicado nesta quarta-feira (11), que prevê a desapropriação de uma área de 2.536,37 hectares na região. (...) os projetos de expansão da Samarco Mineração (usinas de pellets); a construção pela Companhia Vale do Rio Doce da Variante Ferrovia Litorânea Sul – que se interligará com a Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) –; a implantação de uma Unidade de Tratamento de Gás (UTG Sul), da rede de gasoduto e a instalação do terminal marítimo de apoio à exploração e produção off-shore da Petrobras; a viabilidade para sediar um porto de águas profundas junto ao Porto de Ubu; e um ordenamento do uso e ocupação do solo pré-definido pelo PDM, visando minimizar os impactos urbanos e ambientais. Segundo Guilherme Dias, a criação do pólo possibilitará um melhor ordenamento do processo de crescimento da região, que tem sido procurada por diversos grupos empresariais para instalação de grandes projetos. Além dos citados, o Estado está negociando com a Baosteel a instalação de uma usina siderúrgica com capacidade de produção de

14/7/2007	<i>Guilherme Dias viaja à China para firmar acordo para implantar usina siderúrgica no Estado</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	Baosteel ES, governo do ES	
16/7/2007	<i>Acordo com China pode auxiliar projeto de usina siderúrgica no ES</i>	A GAZETA	Baosteel ES	Investimento Siderúrgicas no ES	A unidade será um empreendimento âncora do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, no Sul do Espírito Santo, que possibilitará a atração de inúmeros empreendimentos fornecedores e prestadores de serviços. O Governo do Estado publicou, na última quarta-feira, um decreto desapropriando uma área de mais de 2,5 mil hectares para a criação do Pólo, que busca desconcentrar o desenvolvimento para outras regiões, fora da Grande Vitória.
17/7/2007	<i>Protocolo assinado com grupo chinês prevê 21,5 mil empregos</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	Protocolo para vinda da Baosteel	(...) acordo com a Baosteel para a construção de uma usina siderúrgica no Pólo Industrial e de Serviços em Anchieta, no Sul do Espírito Santo. Nos próximos dois meses, a empresa abrirá um escritório em Vitória, já constituindo a empresa para detalhamento do projeto. Conforme o documento, o maior grupo siderúrgico chinês, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, será responsável pela implantação do empreendimento âncora do pólo, com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas/ano de placas de aço em sua primeira fase, voltada para exportação. A unidade será responsável pela geração de 21,5 mil empregos. (...) Durante visita à usina da Baosteel, o que chamou atenção do secretário foi que uma das siderúrgicas é responsável pela produção de 14 milhões de toneladas/ano, enquanto que, no Brasil, a maior unidade irá produzir 7,5 milhões de toneladas/ano. (...) "A implantação da usina siderúrgica, como empreendimento âncora do pólo, vai requerer uma substancial expansão das instalações do Porto de Ubu, bem como a efetivação do projeto da Variante Ferrovia Litorânea Sul. Estes projetos tornam irreversível o desenvolvimento de um novo pólo no Espírito Santo", ressalta Guilherme Dias.
18/7/2007	<i>Baosteel avalia montar usina no Espírito Santo</i>	Instituto Brasília Ambiental	Baosteel ES	Mudança de local da Baosteel Brasil	O governo do Maranhão ainda não recebeu nenhum comunicado oficial por parte da Baosteel sobre a desistência dos chineses de construir uma siderúrgica com investimento de US\$ 4 bilhões no Estado. Ontem, a siderúrgica firmou em Xangai protocolo de intenções com o governo do Espírito Santo para construção de uma usina de placas de 5 milhões de toneladas. O secretário capixaba de desenvolvimento, Guilherme Dias, foi à China com o diretor-executivo de planejamento e desenvolvimento de negócios da Companhia Vale do Rio Doce, Guilherme Stolar
18/7/2007	<i>Baosteel avalia montar usina no Espírito Santo</i>	Valor Econômico	Baosteel ES	Investimento Siderúrgicas no ES	
1/8/2007	<i>Coletiva de imprensa sobre os resultados da CVRD no segundo trimestre de 2007 (2T07)</i>	Vale	Baosteel ES	Investimento Siderúrgicas no ES	Agora que nós recentemente anunciamos que é finalmente o acordo definitivo com a Baosteel para construção de mais uma siderúrgica no Estado do Espírito Santo. Foi um trabalho conjunto, com o Governo do Estado, um trabalho da Vale do Rio Doce junto com o Baosteel já trabalho de anos que a gente tem desenvolvido e finalmente a gente conseguiu marcar esse gol para trazer mais um grande investimento para o Brasil.

24/8/2007	<i>Baosteel e Vale firmam acordo para usina no Espírito Santo</i>	CNM CUT	Formação CSV	Investimento Siderúrgicas no ES	Depois de tentar vários anos emplacar um projeto de aço no Maranhão, a chinesa Baosteel assinou ontem memorando de entendimento com a Vale do Rio Doce para erguer uma megafábrica de placas, de 5 milhões de toneladas, no Estado do Espírito Santo. Em cerimônia ocorrida na sede da Vale, no Rio, os sócios acertaram que a Baosteel ficará com 80% do capital e a mineradora entrará como minoritária com 20%. O valor do projeto ainda não foi definido, mas a siderúrgica no Maranhão, de porte similar, previa US\$ 4 bilhões.
24/8/2007	<i>Baosteel e CVRD anunciam até outubro joint venture para construir siderúrgica em Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Formação CSV	Baosteel Anchieta	Baosteel para construção de mais uma siderúrgica no Estado do Espírito Santo. Foi um trabalho conjunto, com o Governo do Estado, um trabalho da Vale do Rio Doce junto com o Baosteel já trabalho de anos que a gente tem desenvolvido e finalmente a gente conseguiu marcar esse gol para trazer mais um grande investimento para o Brasil.
24/8/2007	<i>Diretoria da Baosteel se reúne com o governador e visita área em Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Baosteel visita Anchieta	Governador do ES	A maior produtora de aço da China, a Baosteel, planeja quadruplicar sua capacidade para 80 milhões de toneladas até 2012 e se tornar a segunda maior produtora do metal no mundo. Atualmente, a empresa ocupa a quinta posição.
25/8/2007	<i>Projeto foi pensado para o Nordeste</i>	Scycrapercity	Formação CSV	Negociação com governo ES	A agilidade do governo do Estado em negociar com a CVRD e a Baosteel garantiu o projeto para a siderúrgica em Anchieta. O plano inicial das duas empresas era implantar uma unidade com capacidade para produzir até 7,5 milhões de toneladas por ano de placas de aço. A planta ficaria em São Luís, no Maranhão, numa área próxima ao porto de Ponta da Madeira. A pressão de grupos ambientalistas e do Ministério Público do Maranhão para que a usina ficasse em outro local acabaram por inviabilizar o projeto no Nordeste. "O Brasil é uma boa alternativa para a produção de aço – pela proximidade com a oferta de minério de ferro – e também pela localização no que se refere à colocação do aço no mercado mundial", enfatizou Kun
14/9/2007	<i>Investimentos em energia elétrica garantem crescimento e melhora receita de municípios</i>	Governo do Estado do ES	Infra-estrutura	Fornecimento de energia elétrica para o Pólo de Anchieta	
1/10/2007	<i>Espírito Santo em foco: Anchieta terá pólo para receber nova siderúrgica</i>	Valor Econômico	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	
2/10/2007	<i>Anchieta terá pólo para receber nova usina siderúrgica</i>	CNM CUT	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	O anúncio, previsto para quarta-feira, da constituição da 'joint-venture' entre a Companhia Vale do Rio Doce e a chinesa Baosteel para a construção de uma usina siderúrgica capaz de produzir 5 milhões de toneladas de placas por ano, vai desencadear investimentos iniciais no novo pólo industrial de Anchieta, sul do Espírito Santo, estimados pelo secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Guilherme Dias, em pelo menos US\$ 6 bilhões. O número, segundo Dias, é 'conservador' e inclui apenas a primeira etapa do complexo que inclui um porto de águas profundas e um ramal ferroviário de 140 quilômetros.
3/10/2007	<i>Baosteel e Vale do Rio Doce inauguram escritório em Vitória</i>	Governo do Estado do ES	Baosteel ES	Escritório Baosteel em Vitória	
4/10/2007	<i>Vale e siderúrgica chinesa construirão usina de US\$ 5,5 bi no Espírito Santo</i>	Folha de S. Paulo	Formação CSV	Baosteel em Anchieta	
4/10/2007	<i>Vale e Baosteel buscam novo sócio para CSV</i>	Valor Econômico	Formação CSV	Baosteel em Anchieta	
4/10/2007	<i>Vale e siderúrgica chinesa construirão usina de US\$ 5,5 bi no Espírito Santo</i>	Folha de S. Paulo	Formação CSV	Baosteel em Anchieta	
11/10/2007	<i>Governador visita CSA em busca de experiências para desenvolvimento do Pólo de Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Visita à CSA	Baosteel Anchieta	
24/10/2007	<i>Governo do Estado firma parceria para viabilizar o Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	AAE Anchieta	Ong ES em Ação	

13/11/2007	<i>MPES ajuíza ação de improbidade administrativa contra ex-prefeito de Anchieta</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Improbidade administrativa do prefeito	ação civil pública	O Ministério Público do Estado do Espírito Santo moveu ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Anchieta Moacyr Carone Assad, devido a uma série de irregularidades constatadas na época de sua gestão à frente da Prefeitura de Anchieta.
17/1/2008	<i>Cade aprova siderúrgica da Vale e Baosteel em Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Formação CSV	Baosteel Anchieta	Tivemos a confirmação da construção da Usina Siderúrgica Vitória, parceria da Vale com a chinesa BAOSTEEL
17/1/2008	<i>Aprovada parceria em usina com a Baosteel</i>	Instituto Brasília Ambiental	Formação CSV	Baosteel Anchieta	O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, sem restrições e por unanimidade, a criação da Companhia Siderúrgica Vitória (CSV), um investimento da chinesa Baosteel e da Companhia Vale do Rio Doce. O empreendimento terá capacidade para produzir 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano.
17/1/2008	<i>Aprovada parceria em usina com a Baosteel</i>	Valor Econômico	Formação CSV	Baosteel Anchieta	
25/2/2008	<i>TAC firmado entre MPES e Samarco beneficia Hospital e Maternidade de Anchieta com ambulância e equipamentos cirúrgicos</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Termo de Ajustamento de Conduta da Samarco	MPES	A Samarco, por intermédio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Estadual, entregou nesta quinta-feira, dia 21, ao Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) uma ambulância e diversos aparelhos cirúrgicos, que serão destinados ao Hospital e Maternidade de Anchieta. O evento aconteceu no próprio Hospital, localizado no Centro de Anchieta.
6/3/2008	<i>Discurso do Governador Paulo Hartung na prestação de contas 2008 na Ales</i>	Assembléia Legislativa do ES	Baosteel ES	Investimento Siderurgicas no ES	
31/3/2008	<i>Samarco: siderúrgica altera ritmo de vida em Anchieta</i>	CNM CUT	Samarco	Impactos sociais da siderurgia	Na construção da terceira usina da Samarco, que, junto com o mineroduto, chegou a empregar quase 6 mil pessoas, a estratégia deu certo. A prefeitura transformou um ginásio de esportes em centro tecnológico para treinamento de pessoal - que depois de tornou permanente -, onde já foram treinadas cerca de 3 mil pessoas. Segundo o presidente da Samarco, só foi preciso atrair de outras regiões do país mão-de-obra mais especializada, do tipo que quando termina a obra tem demanda em outras regiões.
15/5/2008	<i>Governador visita China e Cingapura em missão oficial</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	Baosteel ES, governo do ES	O governador Paulo Hartung inicia, nesta quinta-feira (15), viagem à China e à República de Cingapura. Acompanhado do secretário de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Dias, Hartung cumpre extensa agenda nas cidades de Shanghai e Cingapura (capital da cidade-estado). A pauta dos encontros está relacionada a investimentos em siderurgia e indústria naval, além de energia e petróleo e gás. (...) Entre outros compromissos, o governador Paulo Hartung participa de reunião na sede da Baosteel, companhia que mantém parceria com a Vale para a construção da Companhia Siderúrgica Vitória, em Anchieta. Também haverá visita aos estaleiros que estão produzindo duas plataformas a serem utilizadas na exploração de petróleo e gás no Espírito Santo (as FPSOs Cidade de São Mateus e Espírito Santo). O governador retorna ao Estado no dia 26 de maio.
20/5/2008	<i>Governador e secretário de Desenvolvimento visitam sede da Baosteel</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	histórico de ações da CSV no ES	De acordo com o secretário Guilherme Dias, a visita teve como objetivo fazer uma retribuição à vinda do presidente do grupo, LeJiang Xu, ao Estado, em 2007, para a constituição da CSV, joint-venture entre a Baosteel e a Vale, a ser implantada no Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta. Segundo Dias, o vice-presidente do grupo, durante almoço com a comitiva, ressaltou que "a parceria da Baosteel com a Vale é estratégica para o crescimento da empresa". O secretário relata ainda "que a Baosteel pretende ampliar a produção de 30 para 80 milhões de toneladas/ano até 2012, sendo que os projetos no sul da China e no Espírito Santo são fundamentais para se alcançar essa meta" Maio de 2007: após o cancelamento do projeto da Vale e da Baosteel de construir uma siderúrgica no Maranhão, uma comitiva da empresa visita o Estado, num processo de avaliação de diferentes opções de localização da nova planta. (...) Baosteel no ES: Julho de 2007: o governo do Estado, a Vale e a Baosteel assinam o memorando de entendimento para a instalação da Usina Siderúrgica Vitória (CSV), em Anchieta. Outubro de 2007: os presidentes da Vale, Roger Agnelli, e da Baosteel, LeJiang Xu, vêm ao Estado para a constituição da CSV, com abertura de escritório, montagem de equipe e desenvolvimento de projetos. (...) Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta: O pólo foi criado no dia 11 de julho, por meio de decreto estadual, quando foi desapropriada uma área de 2.536,37 hectares no município localizado no Litoral
21/5/2008	<i>Acordo viabiliza o porto de águas profundas de Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Porto de Ubu	Conflitos ambientais pescadores	Muitos analistas consideram que o Espírito Santo vive hoje o melhor período econômico de sua história. Há uma explosão de investimentos públicos e privados na região. A Companhia Vale do Rio Doce se associou à siderúrgica chinesa Baosteel para construir uma usina no sul do Estado.

22/5/2008	<i>O imperador do Espírito Santo</i>	Revista Época	Governador do Espírito Santo	Investimento Siderúrgicas no ES	O governador Paulo Hartung convidou o prefeito a visitar o Espírito Santo por ocasião da ordem de serviço para o início das obras da CSV. De acordo com Guilherme Dias, "a recepção pelas autoridades de Shanghai mostra que o projeto da Baosteel no Espírito Santo é estratégico para o governo da China. Tem escala de prioridade nacional, conforme foi assinalado pelo prefeito".
22/5/2008	<i>Governador se reúne com prefeito de Shanghai</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	Prefeito de Shanghai, convite para início das obras da CSV	O governador Paulo Hartung convidou o prefeito a visitar o Espírito Santo por ocasião da ordem de serviço para o início das obras da CSV. De acordo com Guilherme Dias, "a recepção pelas autoridades de Shanghai mostra que o projeto da Baosteel no Espírito Santo é estratégico para o governo da China. Tem escala de prioridade nacional, conforme foi assinalado pelo prefeito".
23/5/2008	<i>Plataforma convertida em Cingapura chega ao Espírito Santo em outubro</i>	Governo do Estado do ES	petrobras	Viagem à China, Embaixador do Brasil na Cingapura visita ES	Durante o jantar, o embaixador Paulo Alberto Silveira Soares confirmou que irá visitar o Espírito Santo na primeira quinzena de junho. Ele virá para conhecer as potencialidades do Estado e levantar oportunidades de investimentos para grupos empresariais chineses.
27/5/2008	<i>Governador faz balanço positivo da viagem à China e Cingapura</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	Baosteel Anchieta	Nos discursos dos deputados o alerta, mais uma vez feito pelo líder do D25, deputado Theodorico Ferraço, sobre os impactos, social e ambiental, que o processo de industrialização do Sul do Estado trará sobre a população. Em outros pronunciamentos tratou-se de transporte coletivo e combate à corrupção no País. Ferraço destacou, no tempo destinado às lideranças partidárias, a instalação da BAOSTEEL, em Anchieta, como uma das maiores siderúrgicas do mundo. Questionou, mais uma vez, se os municípios e o próprio Estado estão preparados para receber tão grande projeto, que inevitavelmente trará fortes impactos sociais e ambientais na região. "Quando a Grande Vitória recebeu o complexo de Tubarão, experimentou um desenvolvimento assustador. Ficaram as lições para aprendizado de todos, como o estrangulamento do trânsito, dentre outros", disse. Segundo o deputado, não há que se desejar o progresso a qualquer preço, de um dia para o outro. "A vinda de grandes projetos significa também oportunidades de emprego, mas é preciso preparar nossos jovens para que absorvam essas oportunidades. No caso de Anchieta, eu penso que esse complexo precisa de um estudo de viabilidade com urgência. Todos esperam um progresso bastante animado, mas sem surpresas desagradáveis", finalizou.
12/6/2008	<i>Seminário discute o crescimento do Sul do Estado nesta quinta (12)</i>	Governo do Estado do ES	Investimento Sul Capixaba	Baosteel Anchieta	O deputado Theodorico Ferraço (D25) foi o próximo orador e comentou sobre o pólo industrial de Anchieta no contexto do desenvolvimento estadual. Ele alertou para a necessidade de o Estado preparar a região com vistas ao grande desenvolvimento que a BAOSTEEL, por meio da Cia. Siderúrgica de Vitória trará para a região. "Precisamos estar atentos às demandas da Educação e da Saúde, o que efetivamente está sendo motivo de preocupação do governador Paulo Hartung", discursou.
22/7/2008	<i>Extremo Sul vai ganhar siderúrgica, porto e mineradora</i>	A GAZETA	Ferrous	Siderúrgica	O presidente da Findes destacou que um projeto como o da Baosteel em parceria com a Vale, em Ubu – construção de uma siderúrgica para produzir 5 milhões de toneladas de aço por ano –, atrairá cerca de 4 mil outras empresas de várias áreas. Pelo menos mil destas empresas serão da área industrial. "Não podemos permitir que estas empresas importem grande parte dos trabalhadores de outros Estados sob pena de enfrentarmos sérios problemas de infra-estrutura básica de moradia, educação, saúde e transporte", afirmou Izoton.
23/7/2008	<i>Sul do Espírito Santo vai ganhar siderúrgica, porto e mineradora</i>	CNM CUT	Ferrous	Siderúrgica	Os executivos do grupo Ferrous não adiantaram a localização do pólo pelletizador e do porto, mas o governador informou que a região do Litoral Sul é uma das alternativas. "Como já temos Barra do Riacho no Norte, levar esta possibilidade de desenvolvimento para o extremo Sul é muito importante para gerar empregos e mudar o cenário econômico dos municípios de lá".
1/8/2008	<i>Mão-de-obra local terá curso de qualificação</i>	A GAZETA	Qualificação mão de obra local	Pólo industrial de Anchieta	
18/9/2008	<i>Técnicos do lema visitam a Baosteel para conhecer métodos de controle ambiental da companhia</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	lema	Seis técnicos do Instituto Estadual de Meio Ambiente (lema) e o diretor técnico Aladim Cerqueira realizam visita técnica às instalações da Baosteel na China para conhecer as políticas e os instrumentos de controle ambiental da companhia. O objetivo é obter melhores subsídios para análise do projeto de instalação da Baosteel CSV e das propostas de controle, quando da entrada do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no lema. A visita teve início nesta quinta (18) e vai até o próximo dia 29.

6/10/2008	<i>Fórum discute criação de pólo no sul</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Fórum de Ubu	Pólo industrial de Anchieta	Na próxima quarta (08/10), será realizada a "Reunião do Fórum do Ubu", para discutir a viabilidade da possível criação do pólo industrial da região. O Fórum é promovido pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do coordenador da 1ª Microrregião do Espírito Santo. O objetivo é esclarecer para a sociedade civil e ONG's como será a implantação de empresas e o andamento de projetos já existentes em Ubu. Para participar, não é necessária inscrição
9/10/2008	<i>Chineses confirmam siderúrgica de R\$ 10 bilhões no Sul do Estado</i>	A GAZETA	Baosteel	Investimento Baosteel Brasil	O Termo de Cooperação servirá como ponto de partida para a elaboração de estratégias de mobilização de trabalhadores, a fim de evitar a migração de profissionais de outras regiões para o Espírito Santo. O Grupo de Trabalho da Intermediação Massiva de Mão-de-Obra (IMMO) é um grupo formado por empresas, sindicatos e entidades de ensino do Espírito Santo e que foi instituído pela Setades, em função dos investimentos privados em grandes projetos industriais que estão sendo registrados no Espírito Santo.
9/10/2008	<i>Governo assina Termo de Intermediação de Mão-de-Obra</i>	Governo do Estado do ES	IMMO		
9/10/2008	<i>Setades assina Termo de Cooperação com empresas e organizações sociais</i>	Governo do Estado do ES	Qualificação mão de obra local	Pólo industrial de Anchieta	O deputado estadual Theodorico Ferraço (D25) viaja nesta terça-feira (14) para a China, em missão especial com o Governo do Estado e com a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes). A comitiva vai conhecer a usina siderúrgica do grupo BAOSTEEL, em Xangai, que planeja investir R\$ 10 bilhões no Espírito Santo. A visita técnica faz parte do projeto de aproximação da empresa chinesa com o Espírito Santo, e tem o objetivo de facilitar a divulgação das informações sobre os investimentos da BAOSTEEL, que serão voltados para o município de Anchieta, região Sul do Estado. A empresa planeja investir R\$ 10 bilhões na região, em parceria com a Vale, em um complexo industrial que inclui uma usina siderúrgica, um porto de águas profundas e uma ferrovia. O investimento é referente somente à usina. Além do deputado Theodorico Ferraço, a missão será integrada por outras 19 pessoas, entre elas o vice-governador Ricardo Ferraço (PSDB), os diretores da Findes Manoel Pimenta e Ricardo Barbosa, além de executivos, empresários e representantes de órgãos públicos e entidades de classe. O retorno do grupo ao Brasil está previsto para o dia 26 de outubro.
10/10/2008	<i>Avançam as discussões sobre pólo de Ubu</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Fórum de Ubu	Pólo industrial de Anchieta	"Acho que avançamos muito nas discussões sobre o pólo industrial". Essa é a opinião do promotor de Justiça e coordenador da 1ª Microrregião do Espírito Santo, Marco Antônio Nogueira sobre o Fórum de Ubu, que foi realizado na última quarta-feira (08), no Centro de Conscientização e Educação Ambiental (Cceam) da Samarco, em Anchieta.
10/10/2008	<i>Chineses confirmam siderúrgica de R\$ 10 bilhões no ES</i>	CNM CUT	Viagem à china	Baosteel Anchieta	O presidente da Baosteel CSV (Companhia Siderúrgica de Vitória), Li Yasong, concedeu ontem a sua primeira entrevista coletiva à imprensa do Espírito Santo, para reafirmar o interesse de investir no Espírito Santo. "Temos verificado algumas notícias negativas e algumas dúvidas sobre o investimento, dando conta de que não haveria mais interesse de nossa parte. Então, eu gostaria de reafirmar nossos planos de investimento, e dizer que vamos seguir com o cronograma do projeto da forma mais rápida possível. Gostaríamos também de agradecer pelo apoio e pela receptividade que temos recebido", disse o presidente da CSV, que deu entrevista com o suporte de dois intérpretes.
13/10/2008	<i>Deputado Theodorico Ferraço participa de missão especial na China</i>	Assembleia Legislativa do ES	Viagem à china	ALES/ Baosteel	
17/10/2008	<i>A Gazeta na China: reunião sobre siderúrgica no ES</i>	A GAZETA	Viagem à china	Baosteel Anchieta	As empresas de siderurgia estão reticentes para falar sobre os impactos da crise no setor, mas segundo a Federação das Indústrias, a Arcelor Mittal, em princípio, deve manter os projetos de expansão de 7,5 para 11 milhões de toneladas. E, a BaoSteel, em conjunto com a Vale, confirma o investimento na Companhia Siderúrgica Vitória, em Anchieta, com investimentos de US\$ 5 bilhões.
17/10/2008	<i>Crise afeta setores capixabas de celulose, metalmecânico e de siderurgia</i>	A GAZETA	Crise econômica	Baosteel	
18/10/2008	<i>Diário da China</i>	A GAZETA	Viagem à china	Baosteel	

22/10/2008	<i>Trabalho Precário na Baosteel: banho quente vira benefício salarial na China</i>	CNM CUT	Viagem à china	Condições de trabalho Baosteel - China	Os empregados da siderúrgica Baosteel, na China, recebem cerca de 60% do salário em dinheiro. Os outros 40% são pagos em forma de benefícios indiretos, como plano de saúde, previdência, seguro de vida e até banho quente no final da jornada. A empresa tem 110 mil funcionários, atuando em suas oito unidades aqui. A unidade de Xangai, que estamos visitando, é a principal. Essas informações foram repassadas pelo presidente da Baosteel CSV (Companhia Siderúrgica Vitória), Li Yasong, por meio do intérprete Hou Lu, que acompanha esta missão oficial do Espírito Santo. A CSV, como se sabe, é a unidade que o grupo pretende instalar em Anchieta.
24/10/2008	<i>Vale aprova orçamento de investimentos para 2009</i>	Vale	Formação CSV	Investimento para 2009	A Vale participa do projeto de uma usina integrada de produção de placas de aço (CSV), com capacidade inicial de 5 milhões de toneladas anuais, em parceria com a Baosteel, a maior produtora de aço da China. A participação prevista da Vale no capital da CSV será de 20%, implicando em investimento orçado em US\$ 1,046 bilhão. Para 2009 estão previstos dispêndios de US\$ 65 milhões. A planta será localizada em Ubu, na cidade de Anchieta, no estado do Espírito Santo, e o projeto, ainda sujeito à aprovação pelos Conselhos de Administração da Vale e da Baosteel, tem previsão de início de sua operação no segundo semestre de 2012.
25/10/2008	<i>Desembargador eleva o tom e cobra relatório ambiental de grupo chinês</i>	A GAZETA	Baosteel Anchieta	Debate sobre Baosteel	
28/10/2008	<i>Comitiva apresenta relatório de viagem à China</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	Debate sobre Baosteel	E o Requerimento nº 221/2008, do deputado Marcelo Santos (PTB), de destinação do Grande Expediente da sessão ordinária de 4 de novembro de 2008 para que o vice-governador Ricardo Ferraço, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, faça explanação sobre os resultados da visita técnica feita por uma comitiva de autoridades capixabas à BAOSTEEL CSV, na China.
29/10/2008	<i>Deputados limpam a pauta com a aprovação de nove propostas</i>	Assembléia Legislativa do ES	Baosteel Anchieta	Debate sobre Baosteel	
30/10/2008	<i>Comitiva do Governo viaja à China para conhecer ações sócio-ambientais da Baostee</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	Debate sobre Baosteel	
31/10/2008	<i>Governo planeja 7 barragens para atender a siderúrgica em Anchieta</i>	A GAZETA	Barragem para abastecimento de água do Pólo	Recursos hídricos em Anchieta	O servidor disse que as barragens seriam construídas para represar água e atender, entre as demandas, o empreendimento da siderúrgica chinesa Baosteel. "Essa entrevista dada por um profissional da secretaria de Estado da Agricultura será motivo de uma entrevista coletiva. O secretário de Agricultura me disse que isso é uma fantasia. Eu quero assegurar aos moradores da região que nada será feito antes de muita discussão e da participação da comunidade. Essa entrevista é de alguém que talvez quisesse um dia de notoriedade", disse Ferraço
31/10/2008	<i>Colnago diz que construção de barragens no Sul do ES é 'fantasia'</i>	A GAZETA	Barragem para abastecimento de água do Pólo	Recursos hídricos em Anchieta	O vice-governador Ricardo de Rezende Ferraço, também secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, usará o tempo destinado à fase dos oradores durante a 105ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Espírito Santo (Ales), na tarde desta terça-feira (4). Ele fará explanações sobre os resultados da visita técnica feita à China. Ricardo Ferraço e comitiva, que incluiu o deputado estadual Theodorico Ferraço (D25), visitaram as instalações da matriz chinesa da BAOSTEEL, siderúrgica que irá se instalar no Espírito Santo, no município de Anchieta, sob a denominação CSV – Companhia Siderúrgica de Vitória, dentro do projeto de aproximação Brasil – China. A vinda do vice-governador se dá em decorrência de requerimento do deputado Marcelo Santos (PTB), aprovado em plenário.
4/11/2008	<i>Ricardo Ferraço fala da viagem à China durante sessão na Ales</i>	Assembléia Legislativa do ES	Viagem à china	ALES/ Baosteel	
4/11/2008	<i>Vice-governador otimista com vinda de siderúrgica para o ES</i>	Assembléia Legislativa do ES	Baosteel ES	Vinda da Baosteel defendida pelo Estado	
4/11/2008	<i>Meio Ambiente remarca debate sobre instalação de siderúrgica</i>	Assembléia Legislativa do ES	Debate questão ambiental	ALES/ Baosteel	
4/11/2008	<i>Vice-governador fala aos deputados sobre missão capixaba na China</i>	Governo do Estado do ES	Viagem à china	ALES/ Baosteel	O último pedido que os deputados capixabas vão analisar é de duas audiências públicas em Anchieta, para discutir a implantação do Pólo de Anchieta e os empreendimentos previstos: BAOSTEEL, UTG SUL, 4ª Usina da Samarco, Porto de Águas Profundas e Pátio de Minérios.
11/11/2008	<i>Pedidos de audiências públicas na Comissão de Meio Ambiente</i>	Assembléia Legislativa do ES	Debate questão ambiental	ALES/ Baosteel	

16/11/2008	<i>Do minério ao aço, o impacto na sua vida</i>	A GAZETA	Formação CSV	Impactos ambientais da siderurgia	Além de ser um grande consumidor de água e de energia, a siderurgia é considerado um setor com alto poder poluente, como observa Sandra Quintela, socioeconomista e coordenadora de programas do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs). Não por outro motivo, comunidades de vários países da Europa e os Estados Unidos preferem apostar em outro sistema de produção. "Eles preferem apostar no aço limpo, na indústria da transformação, que utiliza os produtos semi-acabados, como as placas de aço. Deixam a etapa de limpeza do ferro e do minério de ferro, que é altamente poluente, para países como o Brasil", relata.
18/11/2008	<i>Audiência discute instalação de siderúrgica no litoral Sul do ES</i>	Assembléia Legislativa do ES	Debate questão ambiental	Baosteel Anchieta	
19/11/2008	<i>Audiência debate instalação de siderúrgica no Sul e reúne 150</i>	Assembléia Legislativa do ES	Debate questão ambiental	Baosteel Anchieta	
19/11/2008	<i>Governo participa de audiência pública sobre a Baosteel</i>	Governo do Estado do ES	Debate questão ambiental	Audiência Pública ALES Baosteel	
23/11/2008	<i>China é a nova fronteira da economia capixaba</i>	A GAZETA	China-Brasil	Investimento Siderúrgicas no ES	
27/11/2008	<i>Impacto ambiental veta Baosteel em Anchieta</i>	A GAZETA	AAE Anchieta	Questão ambiental inviabiliza a Baosteel	
27/11/2008	<i>Governo do Estado sugere realocação de siderúrgica de Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Baosteel Itapemirim	Mudança de local da Baosteel Brasil	
29/11/2008	<i>Pólo de Anchieta: siderurgia dará espaço ao petróleo</i>	A GAZETA	Petrobras / Pólo Industrial	Mudança de local da Baosteel Brasil	A diretora presidente do lema, Sueli Passoni Tonini ressaltou que, com este projeto, a perspectiva é de que daqui a alguns anos o Estado conte com uma série histórica de dados que ofereça melhores e mais rápidas condições para tomadas de decisão. "Se já dispuséssemos de uma rede hidrometeorológica moderna e com histórico de dados confiáveis e suficientemente longo, não precisaríamos ter levado tanto tempo para concluir sobre disponibilidade, ou não, de água no Benevente, diante da possibilidade de implantação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, tendo em sua configuração demandas significativas como as da Baosteel".
1/12/2008	<i>Governo do Estado lança Centro Capixaba de Meteorologia e Recursos Hídricos (Cecam)</i>	Governo do Estado do ES	Estudos para instalação Pólo Industrial	Poluição atmosférica	
2/12/2008	<i>Poluição ameaça construção da quarta usina da Samarco</i>	A GAZETA	4a usina Samarco	Poluição atmosférica	Foletto lembrou a aprovação da lei do Fundágua, que é o pagamento de royalties para quem maneja água no Espírito Santo. Lembrou, também, que a questão da água é tão importante que o Governo do Espírito Santo breco a instalação da Baosteel em Anchieta. Disse que o Estado precisa mais de água do que de petróleo
3/12/2008	<i>Itapemirim escolhe terreno para siderúrgica</i>	A GAZETA	Baosteel Itapemirim	Mudança de local da Baosteel Brasil	
4/12/2008	<i>Governo do ES sugere novo endereço para siderúrgicas</i>	CNM CUT	Baosteel ES	Mudança de local da Baosteel Brasil	Após analisar os resultados de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), o governo do Espírito Santo propôs uma mudança de endereço para a Companhia Siderúrgica Vitória (CSV), joint venture entre a Vale do Rio Doce e a gigante chinesa Baosteel. O projeto, orçado em pelo menos US\$ 4 bilhões, prevê a produção de 5 milhões de toneladas anuais de placas de aço, além da construção de um porto de águas profundas e de uma ferrovia.
8/12/2008	<i>Baosteel e Vale tentarão manter usina em Anchieta</i>	Instituto Brasília Ambiental	Formação CSV	Mudança de local da Baosteel Brasil	A Baosteel, a maior siderúrgica da China, e a Vale do Rio Doce, estão conversando com o governo do Espírito Santo para entender porque ele quer mudar a localização da usina de aço a ser construída no Estado, uma joint-venture de US\$ 4 bilhões para fazer 5 milhões de toneladas de placas. Querem manter a usina no distrito industrial de Ubú, em Anchieta, pois foi este o local oferecido pelo próprio governo. Vale e Baosteel não descartam a hipótese de acatar a mudança se o EIA-RIMA do projeto, que fica pronto em janeiro, mostrar que isso é necessário.

8/12/2008	Baosteel e Vale tentarão manter usina em Anchieta	Valor Econômico	Baosteel Anchieta	Mudança de local da Baosteel Brasil	
12/12/2008	Agnelli vai à china conversar com Baosteel sobre siderúrgica no ES	A GAZETA	Baosteel Anchieta	Mudança de local da Baosteel Brasil	
13/12/2008	Investimentos - Presidente da Vale terá reunião com a Baosteel	A GAZETA	Baosteel Anchieta	Mudança de local da Baosteel Brasil	
17/12/2008	Crescimento do comércio entre Brasil e China amplia demanda pelo mandarim	A GAZETA	Mandarim	Comércio Brasil China	A crise e a negativa do governo para a Baosteel deram uma esfriada no mercado e nas expectativas
26/12/2008	Hartung teme crise e anuncia interesse de siderúrgicas no ES	A GAZETA	Crise econômica	Investimento Siderurgicas no ES	
2/1/2009	Onde estão as oportunidades no setor imobiliário no Estado	A GAZETA	Setor Imobiliário	Especulação imobiliária - Baosteel	Enaltecendo o trabalho desempenhado pelas Comissões, o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e de Proteção ao Meio Ambiente, deputado Reginaldo Almeida (PSC), falou sobre as diversas audiências públicas que aconteceram em todo o Estado, que debateram temas relevantes para o setor. Dois momentos destacados por ele foram a criação de um parque marinho em Santa Cruz, município de Aracruz, e a discussão sobre a instalação da siderúrgica chinesa BAOSTEEL em Anchieta. "Fomos ao interior acompanhar as demandas e fizemos importantes levantamentos. No caso da BAOSTEEL, por exemplo, o Estado agiu de forma responsável naquele momento e colocou que o empreendimento era bem-vindo, mas que não poderia vir a qualquer custo ou a qualquer preço, teria que vir dentro do que estabelece as normas ambientais vigentes. Isso é importante, é promover um desenvolvimento sustentável", acrescentou
8/1/2009	Balanço de 2008: servidores da Ales têm desempenho elogiado	Assembléia Legislativa do ES	Baosteel Anchieta	Mudança de local da Baosteel Brasil	
16/1/2009	Vale e Baosteel desistem de projeto e vão liquidar CSV	A GAZETA	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local da Baosteel Brasil	O projeto de implantação da Ferrovia Litorânea Sul (FLS), que ligará Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, com ramal até Ubu, em Anchieta, não deverá sofrer mudanças, apesar da decisão da Vale e da Baosteel, anunciada sexta-feira passada, o cancelamento da construção de uma siderúrgica em Anchieta. A FLS terá 165 km de extensão e investimentos iniciais previstos de R\$ 700 milhões. (...) Apesar de não estar diretamente vinculada à construção da siderúrgica em Ubu, Anchieta, a construção da FLS seria importante para a implementação do projeto da Baosteel e da Vale. As duas empresas alegaram, em nota oficial, que a desistência da siderúrgica se devia unicamente à crise financeira mundial
16/1/2009	Vale e Baosteel desistem de projeto siderúrgico no ES	Exame	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local da Baosteel Brasil	
19/1/2009	Crise faz Vale cancelar projeto de siderúrgica no Espírito Santo	CNM CUT	Cancelamento do pólo siderúrgico em Anchieta	Mudança de local da Baosteel Brasil	A Vale anunciou na sexta-feira (16) que não vai levar à frente o projeto de construção do polo siderúrgico de Anchieta, no Espírito Santo. A mineradora teria como sócia a chinesa Baosteel. A empresa alegou que a crise financeira mundial alterou a demanda mundial por aço no mundo, e foi decisiva para que a opção pelo cancelamento do projeto fosse tomada.
19/1/2009	Vale e Baosteel desistem de construir usina no Espírito Santo	Instituto Brasília Ambiental	Formação CSV	Cancelamento do investimento	A fraca demanda por aço fez a Companhia Vale do Rio Doce e o Baosteel Group anunciarem a liquidação da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), que deveria operar uma usina com capacidade para produzir anualmente 5 milhões de toneladas de placas de aço, que seriam direcionadas para exportação, no Estado do Espírito Santo. De acordo com a mineradora, entre os motivos para a desistência está a crise econômica global, que afetou a cadeia siderúrgica, levando as usinas em todo o mundo a reduzir a produção de aço. O projeto estava orçado em cerca de R\$ 10 bilhões e era previsto para começar a operar em 2011.

19/1/2009	Vale e Baosteel desistem de construir usina no Espírito Santo	Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local da Baosteel Brasil	
20/1/2009	Ibama avalia licença de instalação da Ferrovia Litorânea Sul	A GAZETA	Ferrovia Litorânea Sul	Licenciamento Ambiental	Os investimentos também contemplam ampliação da estrutura já existente em Anchieta. Marcio Felix descartou, no entanto, que a ampliação envolverá o uso da área anteriormente destinada à construção de uma siderúrgica pela Vale e Baosteel.
27/1/2009	Investimentos da Petrobras no ES serão 60 vezes superiores aos destinados há uma década	A GAZETA	petrobras	Petrobras / retroárea/ porto/ Baosteel	
4/2/2009	Vale confirma porto, siderúrgica e ferrovia no Espírito Santo ...	A GAZETA	Porto e Ferrovia Anchieta	Estrutura para CSU	
6/2/2009	Brasil: O diretor-presidente da Vale, Roger Agneli, confirmou o interesse da mineradora em manter os investimentos em novos projetos industriais e de logística já anunciados para o Espírito Santo	Associação Brasileira de Metalurgia	Vale ES	Garantia de investimento	
7/2/2009	Baosteel e Vale querem comprar ArcelorMittal por US\$ 17 bilhões ...	A GAZETA	Baosteel e Arcelor Mittal	Investimento Baosteel Brasil	O fracasso do projeto de uma siderúrgica no Espírito Santo não afastou o interesse da chinesa Baosteel pelo Brasil. Representantes da empresa já travaram conversas com integrantes do governo do Rio de Janeiro para possível instalação de uma unidade no estado.
1/3/2009	Maranhão tenta definir projeto de siderúrgica	Departamento Nacional de Produção Mineral	Baosteel Maranhão	Mudança de local da Baosteel Brasil	O governo do Maranhão reúne-se em (28/03), no Rio de Janeiro, com a direção da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para discutir o futuro da implantação da usina siderúrgica da chinesa Baosteel no Estado. O projeto está avaliado em US\$ 1,5 bilhão. O que parecia um sonho realizado, que chegou a ser comemorado pelos maranhenses em 2003, tornou-se um pesadelo. Brigas políticas podem levar o empreendimento para outro país.
6/3/2009	Chinesa negocia instalação de uma usina de aço no Estado do Rio	Valor Econômico	Baosteel Rio	Mudança de local da Baosteel Brasil	Frustrado o projeto de uma siderúrgica no Espírito Santo, a chinesa Baosteel iniciou negociações com o governo fluminense para levar o empreendimento para o Rio. A LLL, de Eike Batista, foi procurada para discutir a instalação no porto de Açu
6/3/2009	Baosteel volta-se para o Rio	Valor Econômico	Baosteel Rio	Mudança de local da Baosteel Brasil	"Os boatos, desmentidos mais de uma vez pela direção mundial do grupo, sediada em Luxemburgo, dão conta que a ArcelorMittal Tubarão, por ser uma das siderúrgicas mais modernas do mundo, estaria na mira dos chineses da Baosteel, que desejam ter uma fábrica de aço no Brasil a qualquer custo, para chegar aos mercados Europeu e norte-americano."
6/3/2009	Chinesa Baosteel negocia nova usina de aço no Rio	CNM CUT	Baosteel Rio	Mudança de local da Baosteel Brasil	O fracasso do projeto de uma siderúrgica no Espírito Santo não afastou o interesse da chinesa Baosteel pelo Brasil. Representantes da empresa já travaram conversas com integrantes do governo do Rio de Janeiro para a possível instalação de uma unidade no estado.
20/3/2009	José Armando deixa direção da ArcelorMittal	A GAZETA	ArcelorMittal	compra pela Baosteel	Mesmo diante do recuo da siderúrgica chinesa Baosteel, a qualificação da mão de obra está garantida no litoral Sul capixaba. Nesta terça-feira (9), mais um passo foi dado para a construção de um Centro Integrado do Sesi/ Senai e IEL, em Anchieta. Durante solenidade em comemoração aos 412 anos do município foi assinado um contrato de comodato entre o Fines e a Samarco para a construção da unidade. Serão investidos R\$ 7,5 milhões. O edital para obra também foi lançado nesta terça e a previsão é que em até 14 meses o centro esteja em funcionamento.
14/4/2009	MPES participa de nova etapa do Fórum de Ubu	Ministério Público do Espírito Santo	Fórum de Ubu	Qualificação Profissional para os moradores da 1ª Microrregião	A 1ª Microrregião, compreendendo as Promotorias de Justiça das Comarcas de Guarapari, Anchieta, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves, foi instituída em abril de 2008, bem como a Coordenadoria do Meio Ambiente e Urbanismo do município. O Fórum de Ubu tem um caráter informal, permanente e suas reuniões ocorrem mensalmente. Nestes encontros há a participação efetiva da sociedade, que questiona e discute temas relevantes para a região, além de prestação de esclarecimentos pelo Governo do Estado, Prefeituras e empresas locais. O MPES cumpre o papel de fiscalizar e ser interlocutor entre Governo do Estado e sociedade civil.
13/5/2009	MPES coordena reunião do Fórum de Ubu	Ministério Público do Espírito Santo	Fórum de Ubu	MPES	Durante a reunião serão abordados os temas: - PDM – Plano Diretor Municipal de Anchieta; - Corredores Ecológicos; - Área de Preservação Ambiental; - Georeferenciamento

3/6/2009	<i>MPES coordena Fórum de Ubu no dia 25</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Fórum de Ubu	Petrobras UTGSul	O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio coordenadoria da 1ª Microrregião Ambiental do MPES, coordena o Fórum de Ubu, que será realizado no dia 25 de junho. O evento será realizado no Auditório da Secretaria Municipal de Agricultura de Anchieta, às 14 horas.
4/6/2009	<i>MPES assina Termo de Compromisso Ambiental com a Samarco</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Termo de Ajustamento de Conduta da Samarco	Possibilitar vinda da CSU	O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) assinou, nesta terça-feira (02), um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) com a Samarco Mineração. O investimento é da ordem de R\$ 150 milhões em ações para aprimorar o controle ambiental da sua unidade de Ubu, em Anchieta. Também assinaram o termo representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama) e do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Iema).
9/6/2009	<i>Findes e Samarco firmam contrato para construção do Senai em Anchieta</i>	A GAZETA	Qualificação ma o de obra local	Condicionante Samarco	
24/6/2009	<i>Siderurgia: Eike Batista vai discutir usina de aço com Wuhan</i>	Valor Econômico	Viagem à china	Grupo EBX viaja à China	O empresário Eike Batista, controlador do grupo EBX, será um dos principais integrantes da missão oficial liderada pelo governador do Estado, Sérgio Cabral, à China e Cingapura, na semana que vem. Cabral será recebido na Assembleia Popular Nacional, o parlamento chinês, em Pequim, quando assinará contrato de fornecimento de 30 trens para a Supervia, a concessionária de trens urbanos da região metropolitana do Rio.
10/7/2009	<i>Negócio é notícia - Empresários apreensivos</i>	A GAZETA		Crise economica	Os anúncios de redução dos investimentos por parte das grandes plantas industriais instaladas no Estado e o cancelamento de novos projetos, como a Baosteel, preocupam a indústria capixaba das grandes obras, segundo o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Espírito Santo, Wilmar Barroso Filho. Juntas, somente Vale e Samarco postergaram investimentos na ordem de US\$ 1,797 bilhão, referentes aos projetos Tubarão III e à quarta usina de pelotização. Segundo o Sindicopes, mesmo a Petrobras, que prevê alta de 55% em relação ao planejado para 2008-2012, tem 80% da aplicação dos recursos voltados para o segmento offshore que não impacta os fornecedores locais, já que eles não atuam em projetos em alto mar.
19/7/2009	<i>Usina da Vale do Rio Doce no ES já tem planos de expansão</i>	O Estado de São Paulo	Formação CSV	Expansão CSV	A siderúrgica projetada pela Vale do Rio Doce e pela chinesa Baosteel para o Espírito Santo pode atingir a capacidade de 10 milhões de toneladas por ano, o dobro do estimado inicialmente, segundo o governo do Estado
27/7/2009	<i>MPES participa de reunião do Fórum de Ubu</i>	Ministério Público do Espírito Santo	Fórum de Ubu	Termo de Compromisso Ambiental da Samarco	O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) participa de reunião como parte do Fórum de Ubu, em 6 de agosto, a partir das 14 horas, no auditório da Secretaria de Agricultura do Município de Anchieta. No encontro serão apresentados o Termo de Compromisso Ambiental firmado com a empresa Samarco Mineração S.A, o convênio de complemento educacional do Projeto Cidadão do Futuro, firmado entre o Ministério Público e a mineradora, além da apresentação, pela Petrobrás, do cumprimento de condicionantes da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Sul Capixaba.
30/7/2009	<i>Vale anuncia usina siderúrgica em Ubu</i>	A GAZETA	Vale Anchieta - CSU	Pretensão de contruir usina	A direção da Vale anunciou nesta quinta-feira (29) que pretende construir, em Anchieta, uma siderúrgica para produzir 5 milhões de toneladas de aço por ano. O projeto ainda está em fase de estudo, mas o diretor de finanças e relações com investidores da companhia, Fábio Barbosa, afirmou que a Companhia Siderúrgica de Ubu - CSU, como está sendo chamada a nova empresa, é um dos três grandes projetos de investimento que a Vale estará envolvida nos próximos anos no país.
31/7/2009	<i>Pólo de Ubu - Vale anuncia siderúrgica para Anchieta</i>	A GAZETA	Vale Anchieta - CSU	Retomada de investimentos	Um dia depois de anunciar um lucro R\$ 1,466 bilhão no segundo trimestre de 2009, que significou uma queda de 81% em relação ao mesmo período de 2008, a direção da Vale comunicou ao mercado ontem que pretende construir uma usina siderúrgica em Ubu, município de Anchieta. O projeto antigo da Vale e Baosteel foi abandonado, em novembro do ano passado, depois que os órgãos ambientais do governo do Estado consideraram o projeto impróprio para a região. A alegação foi de que não haveria água suficiente para suprir as necessidades de uma planta industrial como uma siderúrgica com capacidade para produzir 5 milhões de toneladas, numa primeira fase, e mais 5 milhões de toneladas numa segunda etapa.
1/8/2009	<i>Prefeito de Anchieta fará reunião com a Vale sobre siderúrgica</i>	A GAZETA	Vale Anchieta - CSU	Contato Prefeitura de Anchieta e Vale	O anúncio da construção de um usina siderúrgica em Ubu, pela mineradora Vale, não surpreendeu o prefeito de Anchieta, Edval Petri, que confirmou ter recebido, em três ocasiões, representantes da empresa para conversar sobre o projeto. Entre os empreendimentos que a siderúrgica poderá levar para a região está a Ferrovia Litorânea Sul, que ligará Vitória a Cachoeiro, e o porto que poderá ser instalado ao lado do terminal já utilizado pela Samarco, empresa que produz pelotas de minério em Ubu.

1/8/2009	<i>Projetos siderúrgicos em desenvolvimento: ThyssenKrupp CSA; Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP); Aços laminados do Pará (ALPA); Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU); California Steel Industries (CSI).</i>	Vale	Vale Anchieta - CSU	Investimentos Vale	Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) - Localizada no Espírito Santo, a empresa será o veículo para a continuidade de projetos siderúrgicos da Vale no Estado.
*	<i>Chineses querem construir bairro com 1.150 casas em Anchieta</i>	A GAZETA	Baosteel - Anchieta	Mao de obra chinesa	
*	<i>Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	AAE Anchieta	Pólo industrial de Anchieta	
*	<i>Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta</i>	Governo do Estado do ES	Pólo industrial de Anchieta	AAE Anchieta	

Data	Notícia	Veículo	Temas	Sub-temas	trechos importantes
7/3/2004	<i>Projeto pode expulsar 15 mil de manguezais em São Luís</i>	Grupo de Trabalho Amazônico	Baosteel Maranhão	Realocação de comunidades	
2/3/2005	<i>Zé Reinaldo diz que está pronto para derrotar Sarney e aliados</i>	Jornal Pequeno	Baosteel Maranhão	Governo do Maranhão	
8/11/2005	<i>[Maranhão] 14 mil pessoas em São Luís podem ser expulsas por projeto da CVRD</i>	Mídia Independente	Baosteel Maranhão	Realocação de comunidades	A âncora do discurso de tal modalidade de projeto tem sido a geração de emprego, renda e desenvolvimento. Se os interessados amplificam os números de geração de emprego, na proporção inversa silenciam sobre os graves problemas sociais e ambientais embutidos em tais projetos. Ou mesmo sonham que caberá à sociedade absorver os passivos sociais e ambientais. E mesmo para onde irão as 14 mil pessoas a serem reassentadas, caso o projeto vingue. A migração massiva tem sido o impacto inaugural nessa modalidade de empreendimento. Assim, teríamos na questão humana, além do problema da migração, a população a ser reassentada. Há em São Luís área que possa garantir a produção material, cultural e social de tal população?
15/11/2005	<i>PARALELAS - Pólo sente a barra</i>	Jornal Veja Agora	Baosteel Maranhão	Alteração PDM São Luís	Vale do Rio Doce e Baosteel acabam de reconhecer a impossibilidade "momentânea" de fincar o superpolo siderúrgico, tendo em vista os obstáculos da legislação ambiental. Dizem também que o preço do aço caiu recentemente no mercado internacional, desaconselhando investimentos tão poderosos (US\$ 2,4 bilhões só na primeira etapa).. A primeira razão parece mais forte que a segunda. O preço do aço caiu, mas, segundo vários comentários, a tendência no futuro próximo é de alta. Ninguém acredita que grandes corporações planejem seus investimentos de forma tão imediatista. Pra que a pressa? (1) Ronaldo Braga, secretário da Indústria e Comércio do Maranhão, anunciou que o Governo continuará trabalhando para entregar a Vale os primeiros mil hectares que ela deseja para implantar o pólo nas costelas de São Luís. Para que tanta pressa? Se a Vale e a Baosteel não dão nenhuma certeza de que retomarão o projeto no ano que vem, e se há tantas barreiras legais a vencer, melhor fará o Governo se se acautelar. Pra que a pressa? (2) O projeto que transforma em industrial a zona residencial requerida pelo "pólo siderúrgico" ainda tramita na Câmara. Se os vereadores tiverem cabeça, devolvem-no ao prefeito Tadeu Palácio (PDT), aproveitando que a Vale e a Baosteel estão saindo de fininho. O projeto baseia-se num falso mapa falsa que também desvirtuou as audiências públicas convocadas para
14/2/2006	<i>Lideranças de Porto Grande rejeitam Pólo Siderúrgico</i>	Fórum Carajás	Baosteel Maranhão	Rejeição dos ambientalistas	As principais lideranças comunitárias do bairro Porto Grande, na zona rural de São Luís, são contrárias à instalação do pólo siderúrgico na área do retroporto do Itaqui. Liderado pela Companhia Vale do Rio Doce, com apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, em parceria com as multinacionais Baosteel (chinesa) e Arcelor (européia), o pólo estava inicialmente projetado para ocupar uma área de 2.471 hectares e produzir 22,5 milhões de toneladas de aço por ano, desalojando cerca de 14 mil pessoas em 11 comunidades da zona rural da ilha
24/2/2006	<i>Como você imagina o paraíso?</i>	Blog das Bromélias			Acho que já obtive um relativo sucesso com essa abordagem, pelo menos com algumas pessoas. Um dos maiores incendiários locais, na época em que cheguei aqui, me surpreendeu outro dia. Veio me contar, todo feliz, que havia entrado para o Partido Verde.
15/3/2006	<i>PROJETO EDUCANDO COM LAZER</i>	Blog das Bromélias	Projeto Social	Progaia	Ela é a base do progresso, do respeito pelo planeta e por todos os seres vivos, da qualidade de vida, da paz mundial e do que se pode chamar realmente de civilização: o desenvolvimento da consciência humana. A verdadeira educação desperta o desejo de aprender, a capacidade para questionar, o discernimento para julgar e a coragem para assumir tarefas e desempenhá-las com responsabilidade.
11/4/2006	<i>OS "ESPAÇOS DE CIDADANIA"...OU COMO TENTAR INVERTER AS COISAS</i>	Blog das Bromélias	CENG	Samarco	Mas se ainda corre sangue nos bastidores da disputa por mercados, os holofotes da mídia subsidiada mostram cenários de empresas cada vez "mais verdes", "mais humanas" e com "mais responsabilidade social". Elas estão "preocupadas com a educação, com a saúde, com o bem estar social" e fazendo de tudo para "criar espaços de cidadania" e "fortalecer a sociedade civil".
16/4/2006	<i>EMENDANDO O SONETO (CENG)</i>	Blog das Bromélias	CENG	Samarco	Gente, mesmo a iniciativa do CENG eu considero positiva, senão não estaria lá. Mas acho que ainda resta um longo caminho a ser percorrido para que essas iniciativas se tornem realmente eficazes em países como o Brasil, e isso depende em muito de nós, os que já estamos acordados ou acordando. Uma empresa na Alemanha é muito mais cobrada do que uma empresa brasileira. Lá o conteúdo tem que corresponder à forma, senão cai todo mundo em cima. Aqui ainda é muito mais forma do que conteúdo, e o povo não está nem aí.

Grupo 02 - regional.local

27/4/2006	<i>As lágrimas da Aracruz e a coragem das mulheres camponesas</i>	Blog das Bromélias	Manifesto Mulheres Camponesas	Aracruz Celulose	No dia 20 de janeiro deste ano, a empresa Aracruz Celulose S/A mobilizou helicópteros, bombas, armas e 120 agentes da Polícia Federal do Comando de Operações Táticas (COT), vindos de Brasília, para destruir duas aldeias e expulsar 50 pessoas dos povos Tupiniquim e Guarani de sua terra tradicional, no município de Aracruz (ES). Sem sequer receber uma ordem de despejo, os Tupiniquim e Guarani foram surpreendidos com o violento ataque. A ação, que resultou na prisão arbitrária de duas lideranças e deixou outras 12 pessoas feridas, teve todo o apoio logístico da empresa Aracruz Celulose S/A. Os 120 agentes da Polícia Federal receberam hospedagem e utilizaram o heliporto e os telefones da multinacional.
6/5/2006	<i>O DESCARAMENTO DOS VEREADORES</i>	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Alteração PDM Anchieta	Agora, em plena era da Agenda 21 e do PDM os vereadores se reúnem na "calada da noite" (sim, foi de surpresa) e fazem isso. Ignoraram não só os desejos da população mas todos os estudos técnicos que apontavam para a inviabilidade do aumento do gabarito que significaria também aumento da densidade populacional da área.
14/5/2006	<i>QUEM CALA CONSENTE!!! AJUDE A DIVULGAR! Matéria do jornalista Uberwalter Coimbra do Jornal Seculodiário</i>	Blog das Bromélias	Aracruz Celulose	Manifesto contra Aracel	A Aracruz Celulose é responsável pelo desaparecimento de mais de 400 espécies de aves e 40 de mamíferos no norte do Espírito Santo. A denúncia está contida no poema "As mudas romperam o silêncio", parte de um manifesto em solidariedade às camponesas da Via Campesina, assinado entre outros pelos bispos Dom Thomás Balduino e Dom Pedro Casaldaliga, pelo escritor Eduardo Galeano, e pela ex-primeira dama da França Danielle Miterrand.
16/5/2006	<i>CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA : ANCHIETA</i>	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Alteração PDM Anchieta	Sabemos agora que, se alguma esperança existe, a fim de remediar a absurda realidade de uma expansão industrial feita a toque de caixa, em total desrespeito ao patrimônio cultural e paisagístico, à vocação turística da região e à opinião da sociedade, ela tem o Ministério Público como seu único caminho.
20/5/2006	<i>CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA : ANCHIETA (2)</i>	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Samarco	Como é possível que um município, que não possui um Conselho de Meio ambiente, que NÃO POSSUI SEQUER UM CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE, possa abrigar uma usina como a Samarco e estar, permanentemente, com o semáforo em verde para acolher uma infinidade de empreendimentos de elevadíssimo impacto ambiental e social?
27/5/2006	<i>CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA : ANCHIETA (3)</i>	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	Os dados são do Jornal Valor Econômico. A poderosa BHP Billiton, (anglo-australiana) que divide com a Vale o controle da Samarco (dona do porto e de duas pelletizadoras de ferro no local, em fase de instalação da terceira), avança com um projeto para instalar um centro distribuidor de carvão que inclui a construção de uma coqueria". Tubarão II, ou o Pólo do Caçõ, o nome não importa, significa a instalação do complexo industrial anunciado pela transnacional Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para o Ubu, na divisa do município de Anchieta com Guarapari, no sul capixaba. A transnacional BHP Billiton, com suas instalações de carvão e coque em Ubu, quer consolidar sua posição de maior fornecedora de carvão para as usinas de aço no Brasil. Ela não terá problemas quanto à área que utilizará. A Samarco cuidou da aquisição de mais de 20% do município de Anchieta, preparando com cuidado diabólico, ao longo de muitos anos, a total destruição de umas das regiões mais lindas do litoral brasileiro. No local, a Petrobrás também deverá construir sua base de exploração e produção de petróleo e gás no Estado. A produção capixaba passará a aproximadamente 300 mil barris diários, em 2007, saindo dos 40 mil barris de petróleo por dia, em 2005, com o que o Espírito Santo será o segundo produtor de óleo do país. A CVRD anuncia para Ubu, em Anchieta, um complexo industrial e portuário pelo menos igual ao de Tubarão, em Vitória. A empresa já é sócia das três usinas de pelletização de minério de ferro na Samarco, e seu megaprojeto prevê no total oito pelletizadoras. Além de uma siderúrgica que produzirá até 4,5 milhões de toneladas/ano, uma usina termelétrica. Tudo isso exige a ampliação do porto de Ubu e a implantação da ferrovia litorânea sul, que começa em maio, como anunciado. Tubarão II ou Caçõ, como se queira chamar, transformará o sul capixaba no que é a Grande Vitória, onde as três principais poluidoras do ar - as transnacionais CVRD e a Arcelor Brasil - CST e Belgo - lançam, só no ar, 264 toneladas/dia (96.360 toneladas/ano) de poluentes. Poluentes que custam o olho da cara para a população em tratamento de saúde: de R\$ 3,7 a R\$ 4,4 bilhões, ao longo da história das empresas. Há 35 anos instalavam a CVRD, e há mais de duas décadas, a CST. Prosseguem as negociações para a instalação de uma refinaria de petróleo em Anchieta, por um grupo transnacional árabe
9/6/2006	<i>OS DONOS DO PEDAÇO - Trecho da coluna de Uberwalter Coimbra no Jornal Século diário</i>	Blog das Bromélias	Aracruz Celulose	Manifesto contra Aracel	A história da Aracruz Celulose no Espírito Santo é bem conhecida. Não é fácil uma síntese, mas a empresa amealhou, só dos descendentes de escravos negros, cerca de 50 mil hectares, no antigo Território de Sapê do Norte, formado por Conceição da Barra e São Mateus, como apontam pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Grupo 02 - regional.local

23/6/2006	E-MAIL À SECRETÁRIA DE ESTADO PARA O MEIO AMBIENTE	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	Não podemos aceitar que uma cidade possa somente se nortear pelo progresso econômico, pelos interesses políticos e a ganância financeira de uma minoria, em detrimento da aplicação das leis que nos garantem um crescimento sustentável e o respeito pelo nosso patrimônio cultural, paisagístico e ambiental.
19/7/2006	SECA E SOJA DEVORAM A AMAZÔNIA	Blog das Bromélias	Amazônia	Ambientalismo	Contrariamente as declarações da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que afirmou que a seca estaria ligada aos recordes de temperatura registrados no sudeste do Oceano Atlântico e no Golfo do México, a calamidade do ano passado não seria nenhum fenômeno cíclico, mas o resultado de uma política irresponsável.
5/8/2006	ELES TERÃO QUE CONTINUAR A ME ENGOLIR	Blog das Bromélias	Cenário Político Anchieta	Manifesto	O que vemos hoje é ainda colonialismo puro, embora vestido com outras roupagens e usando os artifícios do marketing, da manipulação das leis e de conhecimentos de áreas específicas, da sutil intimidação psicológica, de estratégias políticas imundas... Isso leva à perpetuação da infame rodaviva movida pelo egoísmo e falta absoluta de valores humanos. A proliferação de igrejas também faz parte disso, igrejas que tiram o centavo que vai faltar pro pão, justamente dos mais pobres e mais ignorantes. E o número de "pastores e bispos" no cenário político brasileiro, só aumenta. Na máfia dos sangessuga, o número desses representantes de igrejas é enorme.
10/9/2006	A DISTÂNCIA ENTRE AS ESTRELAS E OS VAGA-LUMES	Blog das Bromélias	campanha eleitoral	Manifesto	A distância entre os discursos dos políticos e as suas ações concretas deve ser aproximadamente a que separa e diferencia as estrelas dos vaga-lumes. Na hora do horário eleitoral gratuito, a grande maioria dos brasileiros, segundo pesquisa, desliga enojada seus aparelhos de TV.
25/10/2006	HOMEM CONSUME 25% ACIMA DA CAPACIDADE DA TERRA	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Manifesto	Cada pessoa consome mais 25 por cento de recursos naturais do que a capacidade regenerativa da Terra, segundo revela hoje o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF), que prevê serem necessários dois planetas em 2050 para assegurar a sobrevivência.
11/11/2006	REFLEXÕES APÓS UM ELOGIO...	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Manifesto	Assim, não seria melhor tratar o ego como a água de um rio que pode transbordar de vez em quando? Consciente disso, talvez eu possa fazer uma grande represa. Bem administrada, ela poderá gerar energia e poderei até criar peixes nela. E flores! Porque uma coisa é certa: é melhor que essa água fique mesmo sob controle, e bem à vista. Só assim poderei ver o efeito das reverberações do sol. Se, ao contrário, eu deixar que a água flua para as profundezas, nunca saberei o alcance da sua força. Ela escolherá então os caminhos mais fáceis ou abrirá seus próprios caminhos, alguns subterrâneos. Já imaginaram as grandes cavernas escuras que criariam?
14/11/2006	MATANDO A GALINHA DOS OVOS DE OURO	Blog das Bromélias	Expansão industrial	Campanhas eleitorais e indústrias	Só a Vale do Rio Doce entrou com um milhão de reais na campanha do governador reeleito do Espírito Santo. Mas não foi só a Vale, todas as outras mega-poluídas, mega-destruidoras do Meio Ambiente, da cultura e do futuro do nosso Estado trabalharam em equipe, como uma mega-quadrilha. Aracruz Celulose, Samarco, CST, e muitas outras. Quanto mais destruição, poluição, corrupção, maior a contribuição. Nossa galinha dos ovos de ouro está sendo depenada viva, escaldada viva, agonizante. Morta, só matará a fome de alguns e essa fome certamente não será de pão.
29/11/2006	PRIORIDADE, A EDUCAÇÃO?	Blog das Bromélias	Samarco	Centro de Ed. Ambiental	Acabo de chegar da solenidade de inauguração da CCEAM (Centro de Convivência e Educação Ambiental), edificada pela Samarco. Tudo muito bonito, sobretudo, para o meu gosto, duas velhas árvores, talvez centenárias, que felizmente conservaram. Estavam presentes tudo o que é "autoridade competente para isso e aquilo", do promotor aos prefeitos de Guarapari e Anchieta, o vice governador, vereadores, secretários e representantes da sociedade civil organizada.
21/12/2006	BANDEIRA AZUL EM ANCHIETA	Blog das Bromélias	Bandeira Azul	Programa de Certificação Turismo	Que essa promessa de Bandeira Azul chegue logo agora, parece brincadeira, piada do destino! Pouco antes da galinha dos ovos de ouro ser trucidada pelo poder econômico e escusos interesses pessoais e políticos, chega alguém e reconhece que ELA É A GALINHA DOS OVOS DE OURO. E os próprios carrascos comemoram e fazem festa. Até alguns vereadores, que já há muito venderam a alma pro diabo, subiram ao palanque e improvisaram incríveis baboseiras pseudo-ambientalistas. QUE MUNDO MAIS DOIDO, pensei eu, lá embaixo, a única ambientalista presente e a única, talvez que soubesse o que significa a Bandeira Azul. Foi das cenas mais patéticas que já assisti, em toda a minha vida. E A BANDEIRA DA POUCA VERGONHA, ELA É PRA QUANDO?
4/1/2007	BANDEIRA AZUL	Blog das Bromélias	Bandeira Azul	Programa de Certificação Turismo	Sou a coordenadora do Programa no Brasil. Acredito que foi você que escreveu o desabafo indignado a respeito do Programa Bandeira Azul na praia de Anchieta. Se não foi você, por favor, faça essa mensagem chegar ao autor

11/1/2007	SEGUNDO RELATÓRIO DA CENG	Blog das Bromélias	CENG	Relatório CENG	PARA QUEM QUER ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA CENG, AQUI VAI O MEU SEGUNDO RELATÓRIO:RELATÓRIO DA COORDENADORA DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PELAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS – CENG, DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI GCA 188/2005, DA TERCEIRA USINA DE PELOTIZAÇÃO – SAMARCO S.A
2/3/2007	ANCHIETA: A DANÇA DO GRIOLO DOIDO	Blog das Bromélias	Samarco	Alocação de mão de obra da 3ª Usina em Pousada	Em Anchieta tem a Samarco fazendo de conta que está preocupada com tudo isso. Mas que não está nem aí para os problemas da cidade se enchendo com os trabalhadores de fora para trabalhar na sua Terceira Usina. E os problemas se acumulam. Um secretário da Prefeitura Municipal é o grande articulador da bagunça gerada pelos trabalhadores de fora. Todo mundo sabe e ninguém mexe um dedinho. Mas o secretário em questão quer ficar rico depressa, ele e seus comparsas (e deve haver muitos) e dane-se o município.
11/3/2007	AS TRAPAÇAS DA PREFEITURA	Blog das Bromélias	Crítica à Prefeitura	Denúncia MPES	No próximo dia 14 teremos a reunião ordinária do Conselho de Saúde. Depois da compra da casa para se tornar um posto de saúde, compra essa que não foi submetida ao Conselho, como manda a lei, as coisas não estão nada boas para as autoridades. Por duas vezes foram marcadas reuniões onde seriam dados os "esclarecimentos" da compra indevida e por duas vezes, cancelaram. Tudo já está em mãos do Ministério Público. Uma das desculpas da Secretária de Saúde foi a de que alguns vereadores "ajudaram" na escolha da casa.
13/3/2007	China de olho na Vale para garantir mais lucros e poluir mais	Século Diário	Baosteel	Investimentos Siderúrgicos no ES	
15/3/2007	Adrenalina	Blog das Bromélias	pessoal	Manifesto	Parece que já nasci com excesso de adrenalina. Enquanto alguns fazem malabarismos incríveis para se sentirem vivos, arriscando de propósito a própria vida eu, cá no meu cantinho, estaria já bem contente se pudesse apenas contemplar a vida. Não preciso buscar emoções fortes porque elas já nasceram comigo. Pois vida é todo esse contexto incrível que só pode ser abrangido pela emoção pura. E emoção, é participação na vida. Você pode abordar a vida pelo conhecimento, querer compreendê-la ou interpretá-la, mas isso não é vida. Só podemos interpretar alguma coisa que está fora de nós e com a ajuda de conhecimentos que adquirimos. Mas se sentir parte de tudo, isso é adrenalina.
17/3/2007	AS DUAS FACES DO BRASIL DE LULA	Blog das Bromélias	Relatório Direitos Humanos Brasil	Direitos Humano	O terceiro relatório sobre direitos Humanos no Brasil elaborado pelo Núcleo de estudos da violência, da USP, mostra um quadro assustador. Paulo de Mesquita Neto, coordenador do relatório afirma que "há um recesso no desenvolvimento de políticas de direitos humanos, que contribui para o déficit de democracia e o crescimento da violência, insegurança e injustiça em todas as regiões do país.
24/3/2007	AGORA O PROJETO É DELES!!!	Blog das Bromélias	Projeto Social	Progaia	Passaram-se quatro meses sendo que, parte desse tempo, foram férias escolares. Pouco tempo depois do reinício das aulas, as professoras entregaram às crianças uma mensagem para os pais. E olhem o absurdo: "A escola convidando para o reinício do Projeto Educando com Lazer". ELES NÃO TIVERAM NEM O TRABALHO DE TROCAR O NOME! Agora a Secretaria de Educação disponibilizou professor e a prefeitura vai colocar cobertura, consertar tudo...
30/3/2007	PRA NÃO DIZER QUEE NÃO FALEI DE FLORES	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Manifesto	O Estadão de hoje, dia 30.3.07 traz um artigo que deveria merecer muita atenção. Trata-se do desaparecimento de milhões de abelhas nos Estados Unidos. O fato não tem explicação e o mistério é ainda maior por não serem encontrados, na maioria das vezes, os restos mortais das abelhas.
7/4/2007	SUMIÇO DE ABELHAS TAMBÉM NA ALEMANHA	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Manifesto	Após os Estados Unidos, agora também a Alemanha começa a se alarmar com o desaparecimento de abelhas no seu território. A conceituada revista alemã Der Spiegel publicou uma reportagem com o título: "Será que plantações de transgênicos estão matando as abelhas? E num trecho do artigo:
22/4/2007	A ESPERANÇA NO MP!!!!	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	MPEA	Diante do quadro de expansão de Anchieta, que tem atualmente 10 mil casos para um só promotor e um só juiz, o município vai passar de 1ª para 3ª entrância, sem transição, no prazo de aproximadamente um ano. Isso nos garantirá um número suficiente de promotores e juizes pois esse é, talvez, o aspecto mais dramático da situação atual. É muita bandalheira, corrupção, banditismo e ninguém sabe a quem recorrer.
26/4/2007	A ECONOMIA ECOCIDA	Blog das Bromélias	Petrobras: UTG-Sul	Pólo industrial de Anchieta	Ontem foi a reunião pública para apresentar o processo de terraplenagem da Petrobrás no local onde será instalada a usina de beneficiamento de gás para abastecer o parque industrial que já está sendo alavancado em Anchieta

Grupo 02 - regional.local

29/4/2007	BANDEIRA AZUL: CENOURA DIANTE DO BURRO...	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Programa de Certificação Turismo	Só mesmo um retardado ou corrupto para pensar ou dizer que o aumento populacional de Castelhanos, que seria de até dez vezes o atual, não interferiria nos atuais índices de preservação do Meio Ambiente, condição básica para a obtenção e também "manutenção" da Bandeira Azul.
23/5/2007	ORAÇÃO: QUE VOLTE A NÓS O VOSSO REINO!	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Manifesto	Os ecologistas Pai, estão tentando até controlar a natalidade (como se fossem Deus), com a desculpa de que tem gente demais no mundo. Tem gente até tentando provar que somos descendentes de macacos Pai, que absurdo! Eles estão por toda parte tentando mudar a cabeça do homens e não sabem que fomos criados a Vossa Imagem e Semelhança. PERDOAI-OS SENHOR POIS ELES NÃO SABEM O QUE FAZEM!
23/5/2007	Viva a Pinga!!!	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Ecodiesel	Ao inaugurar nesta sexta-feira (18), em Porto Nacional, Tocantins, a usina de biodiesel da Brasil Ecodiesel, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil será "a maior potência energética do planeta terra" nos próximos 20 anos, por estar preocupado em produzir combustíveis alternativos.
26/5/2007	FORMADORES DE OPINIÃO...	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Expansão industrial	Se o diretor da Greenpeace tivesse feito referência à expansão industrial a qualquer custo, especialmente em detrimento da proteção ambiental, da qualidade de vida, da sustentabilidade econômica a longo prazo, aí sim... SEM ESQUECER QUE MEIO AMBIENTE É TUDO O QUE NOS CERCA, O MEIO EM QUE VIVEMOS!
1/6/2007	Mapa de Conflitos Causados por Racismo Ambiental no Brasil	Justiça Ambiental	Baosteel Maranhão	Direitos indígenas, direitos quilombolas	O Estado do Maranhão em 30 anos já passou por três experiências de remoção de comunidades rurais para implantação de empreendimentos como o da instalação do Pólo Siderúrgico: ALCOA/BILLINGTON, CVRD e Alcântara. Populações inteiras sofrem pressão dos empreendedores para ocupação da região, inclusive cerca de 11 comunidades tradicionais, formadas por remanescentes de quilombos, indígenas e pescadores tradicionais ribeirinhos. Todos esses grupos lutam através de audiências públicas para permanecer em suas áreas.
9/6/2007	PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL...	Blog das Bromélias	Ambientalismo/ Expansão Industrial	Governo do ES	Pois os prognósticos são sombrios. O governo do Estado, cuja campanha foi bancada pela Vale do Rio Doce e outras multinacionais (boazinhas, né?), sacrifica o que temos de mais precioso para incrementar a indústria pesada, em nome do "crescimento econômico." O poder público dos municípios só pensa no dinheiro e o povo, ah, o povo! Não está nem aí! Tendo pão e circo todo mundo tá mais do que feliz! A maioria dos municípios não possui nem um conselho de Meio ambiente, como manda a lei. E, quando têm são, na maioria, compostos pelas vaquinhas de presépio dos prefeitos.
11/6/2007	TUDO É TROCA	Blog das Bromélias			encontro do G8 mostrou: Para os chefes de Estado e elites capitalistas os produtos da natureza são apenas mercadoria. Por que, na hora de saquear a natureza, as coisas andam tão depressa e homens e mulheres inteligentes se prestam a resolver qualquer problema que se oponha a esse objetivo?
17/6/2007	CRETINICE	Blog das Bromélias			Ao que parece, "o modo de funcionamento" das elites políticas e econômicas têm critérios de valores (e outros) tão peculiares que nunca estarão ao alcance da compreensão dos cidadãos comuns. É pura ilusão tentarmos compreender ou tirarmos conclusões baseados naquilo que nos é dado acompanhar pela mídia.
19/6/2007	NO REINO DE LULA...	Blog das Bromélias			BRÁSILIA - Um dia depois de aumentar o salário das 21.563 pessoas que ocupam função de confiança no governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou a criação de mais 626 cargos comissionados. Os aumentos da última segunda-feira dos cargos ocupados por pessoas indicadas, geralmente, por políticos e autoridades chegaram a 139,75%.
23/6/2007	O DESAFIO	Blog das Bromélias			Dia 21/6/07 a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, fez uma palestra para os alunos do curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.
24/6/2007	VAMOS TIRAR A BUNDA DA CADEIRA SIM	Blog das Bromélias			SAIBA A DIFERENÇA ENTRE PEDIR 100 REAIS E DEVER 100 REAIS PELO MESMO TEMPO.
30/6/2007	AS QUADRILHAS NO PODER	Blog das Bromélias			A corrupção institucionaliza brasileira não se detém diante de nada. Os escândalos se sucedem e a mídia se concentra naqueles que dão mais lobo. Assim, passou quase em branco o absurdo da decisão da 7ª vara da Justiça Federal em Brasília, através da qual Abrolhos perde a sua zona de proteção, ficando vulnerável a atividades potencialmente predatórias. Isso, justamente uma semana após os blá, blá, blás comemorativos da semana do meio ambiente. Vergonha para todo um povo que só sabe reclamar mas não move sequer um dedinho para mudar esse estado de coisas.
14/7/2007	Reportagem Especial: Tudo dominado!	Século Diário			

Grupo 02 - regional.local

17/7/2007	O CÍRCULO VICIOSO	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	As últimas notícias sobre a criação do pólo industrial de Anchieta não pegou ninguém de surpresa mas a extensão do projeto foi um imenso choque para os ambientalistas e para qualquer cidadão que escape da manipulação mental imposta pelas mega-empresas e seus aliados políticos . Os sentimentos são de impotência, desesperança e luto. Aqui, o velho ditado que diz: "em terra de cego quem tem olho é rei" sofre uma inversão radical. Certo seria: em terra de cego quem tem olho é minoria e minoria pode ter razão mas não tem poder. Porque o poder é delegado nas urnas que só favorecem aqueles que vendem suas almas pro diabo.
17/7/2007	Pólo industrial deixa moradores de Anchieta em desespero	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	
18/7/2007	Criação de empregos por siderúrgica chinesa é balela, diz ONG	Século Diário	Baosteel Anchieta	Pólo industrial de Anchieta	
25/7/2007	O acidente da TAM	Blog das Bromélias	Acidente da TAM	Manifesto	Pseudo gestores dos nossos bens mais preciosos - incluindo nossas vidas - brotando do fértil solo da corrupção legalmente constituída e legalmente garantida pela pseudo democracia que fabrica eleitores com as migalhas de uma ilusão assistencialista. A nós, só resta chorar. Pelos nossos mortos, pela nossa insegurança, pelo nosso patrimônio ambiental e cultural, pelo nosso futuro, pelas nossas esperanças perdidas. Pobre Brasil!
6/8/2007	O PÂNICO QUE LEVA A DEUS	Blog das Bromélias	Ambientalismo	Manifesto	As frequentes notícias sobre catástrofes naturais estão abalando a aparente tranquilidade dos que tentaram até agora ignorar a realidade do planeta. Dá para sentir que uma sementinha começou a germinar. É a semente do "pânico diante das mudanças climáticas e suas conseqüências", que certamente se instalará plenamente nas próximas décadas (alguém quer apostar?). Na mesma medida que acompanhamos as notícias alarmantes, podemos observar uma crescente busca religiosa ou mística. A história nos mostra que quanto mais medo e incertezas, maior é a procura por Deus.
7/8/2007	VISITA DO GOVERNADOR PAULO HARTUNG EM ANCHIETA	A Cidadela	Governador em Anchieta	Baosteel Anchieta	A diretoria da siderúrgica Baosteel esteve em Anchieta com o Prefeito Edival Petri para uma conversa e visitou o Pólo Industrial e de Serviços, onde será implantada a primeira unidade da empresa fora da China. A nova siderúrgica será construída em Ubu - uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce e a chinesa Baosteel. A Baosteel contratará cerca de 15 mil trabalhadores para o período da obra e mais cinco mil após a inauguração. A CVRD pretende construir um novo porto, multimodal, que além de atender a siderúrgica, servirá de apoio à outras empresas. Com a construção desse superporto, o Estado estará capacitado para receber navios gigantes. Será o porto mais profundo do país
13/8/2007	LUZ PARA A HUMANIDADE	Blog das Bromélias			Moral da história? Mesmo que a luz do sol esteja, finalmente, à disposição da humanidade para que seus maiores problemas sejam resolvidos, NADA SERÁ POSSÍVEL SE NÃO HOUVER LUZ NOS CORAÇÕES E NAS MENTES HUMANAS.
15/8/2007	ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ES	Blog das Bromélias	ZEE ES	Investimentos Siderurgicos no ES	Não é sem razão que os ambientalistas capixabas estão preocupados com a maneira como vêm sendo conduzidas as discussões sobre o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Espírito Santo. É que o governo estadual, buscando garantir seus interesses junto ao empresariado, está atropelando o processo, deixando cada vez mais distante a participação da sociedade civil. Sem o amplo debate, o zoneamento deixa de ser um instrumento técnico importante para o planejamento do território do Estado. Se consolida, então, como mais uma arma de Hartung para o crescimento a qualquer custo.
20/8/2007	VOCÊ SABIA?	Blog das Bromélias	Expansão industrial	Investimentos Siderurgicos no ES	. Que, no balanço "VALOR 1000" , quatro empresas que atuam no ES aparecem entre as vinte empresas com maior lucro líquido do País????? Elas são: Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose, Samarco e ArcelorMital
23/8/2007	Presidente da Baosteel visita Ubu para instalar nova siderúrgica	Século Diário	Visita dos chineses à Anchieta	Baosteel Anchieta	

Grupo 02 – regional.local

24/8/2007	ATUALIZANDO: Vale e a chinesa Baosteel constroem usina no Espírito Santo	Scycrapercity	Baosteel ES	Baosteel Anchieta	<p>A Companhia Vale do Rio Doce informou nesta quinta-feira que terá participação de 20% em uma usina siderúrgica integrada de produção de placas de aço, a ser construída no Espírito Santo em parceria com a chinesa Baosteel, que ficará com 80% do projeto.</p> <p>A definição da participação da Vale faz parte de um memorando de entendimento assinado entre as duas empresas. O empreendimento terá inicialmente capacidade para produzir 5 milhões de toneladas anuais, informou a Vale em um comunicado.</p> <p>A usina será construída no pólo industrial e de serviços de Anchieta, e a expectativa é que gere cerca de 3 mil empregos diretos quando em operação.</p> <p>O projeto substitui o anteriormente planejado para o Maranhão, explicou em entrevista recente o presidente da companhia, Roger Agnelli, já que não houve acordo sobre o local de instalação com o governo daquele Estado. Valores ainda não foram revelados.</p> <p>A Vale participa também da construção de uma siderúrgica no Rio de Janeiro com a alemã ThyssenKrupp Steel AG, com 10% do capital, e planeja construir outra no Ceará, com a coreana Dongkuk Steel e a italiana Danieli, cujos obstáculos em relação ao fornecimento de gás também têm sido adiados sucessivamente o início do projeto.</p> <p>Segundo a Vale, a participação em projetos siderúrgicos, sempre como minoritária, faz parte da estratégia de aumentar a venda de minério de ferro, um dos seus principais produtos.</p>
24/8/2007	Diretoria da Baosteel se reúne com o governador e visita área em Anchieta	Scycrapercity		Baosteel Anchieta	<p>Diretoria da Baosteel se reúne com o governador e visita área em Anchieta:</p> <p>A diretoria da Baosteel, considerada uma das maiores siderúrgicas chinesas, acompanhada de dirigentes da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), se reúne nesta sexta-feira (24), às 9 horas, com o governador Paulo Hartung, na Residência Oficial da Praia da Costa, em Vila Velha.</p> <p>A partir das 9h30, os cinegrafistas e fotógrafos terão acesso, por alguns minutos, à sala de reunião, para que possam fazer imagens. Já os jornalistas, poderão fazer a entrevista ao final do encontro.</p> <p>Dentre os assuntos da reunião, que contará ainda com a presença do secretário de Estado de Desenvolvimento, Guilherme Dias, e de técnicos do Governo do Estado, está a instalação da siderúrgica chinesa, em parceria com a Vale, no recém criado Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, no Sul do Espírito Santo. A capacidade inicial de produção será de 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano.</p> <p>Na comitiva da Baosteel estarão presentes o vice-presidente, Zhao Kun, e o diretor industrial, Li Yasong. Após o encontro com o governador Paulo Hartung, eles seguirão para Anchieta, onde terão uma reunião com o prefeito Edival Petri, e visitarão a área do Pólo, que totaliza 2,5 mil hectares.</p>
25/8/2007	Baosteel e CVRD anunciam até outubro joint venture para construir siderúrgica em Anchieta	Scycrapercity	Baosteel ES	Baosteel Anchieta	
28/8/2007	O PROGRESSO SEGUNDO O GOVERNADOR DO ES	Blog das Bromélias	Baosteel Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	<p>Acabo de receber, da ONG ECOLIZAR uma síntese do que será a vinda da empresa chinesa Baosteel para Anchieta. PASSO A INFORMAÇÃO SEM COMENTÁRIOS, isso fica para depois. Está sendo muito duro digerir tudo isso. Leiam e tirem suas próprias conclusões. A empresa chinesa Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) definem, no dia 3 de outubro, o nome da joint venture para a construção da siderúrgica que será instalada no Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta, bem como onde funcionará o escritório da empresa. O anúncio foi feito ao governador Paulo Hartung, durante a visita realizada, na última sexta-feira (24), pelos diretores das duas empresas.</p>
15/9/2007	MANIFESTO DA SOCIEDADE CIVIL DE ANCHIETA	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	<p>A população de Anchieta, ES acompanha, impotente e perplexa, as notícias na mídia sobre a criação do Pólo Industrial da região.</p>
4/10/2007	Baosteel vem fazer aqui o que não conseguiu no MA: degradar o ambiente e disseminar a miséria	Século Diário	Baosteel ES	Baosteel Anchieta	
8/10/2007	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Audiência pública	<p>A ANUNCIADA EXPANSÃO INDUSTRIAL PREVISTA PARA ANCHIETA E GUARAPARI ENTRA NA FASE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. DIA 16 TEREMOS, EM ANCHIETA, A AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PETROBRÁS PARA A CONTRUÇÃO DA REFINARIA DE GÁS. POR FAVOR, NÃO DEIXEM DE IR. LEVEM SEUS FAMILIARES E AMIGOS</p>
10/11/2007	REPRESENTANTES DA SIDERÚRGICA CHINESA VISITAM PÓLO INDUSTRIAL	A Cidadela	Visita dos chineses à Anchieta	Baosteel Anchieta	
12/11/2007	É PERIGOSO EXERCER CIDADANIA	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	<p>Fatos concretos já evidenciam o início da transformação radical e irreversível do litoral sul do ES num pólo industrial.</p>

Grupo 02 - regional.local

18/11/2007	MAIL AO DR. RAFAEL CLÁUDIO	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Alteração PDM Anchieta	Que o Manifesto fora como um grito de desespero diante da série de arbitrariedades que estavam ocorrendo em Anchieta e que culminara com a criação do Conselho de PDM, Agenda 21, Desenvolvimento e MA, onde "todos" os conselheiros haviam sido escolhidos pelo prefeito, mesmo os representantes da sociedade civil. Quase todos eram (são) pessoas chegadas a ele: prestadores de serviço, amigos, contratados pela prefeitura. Incluindo três pessoas da mesma família.
22/11/2007	ENTREVISTA	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Alteração PDM Anchieta	Essa pergunta é a mais simples: NÃO! Se existisse verdadeira preocupação as políticas públicas já teriam mudado. O que vemos é o contrário. Tudo está sendo feito para excluir os ambientalistas de todo o processo. Em Anchieta por exemplo, contrariando o Estatuto da Cidade, foi criado um Conselho de PDM e Agenda 21 onde "todos" os conselheiros foram indicados pelo prefeito, até aqueles que deveriam representar a sociedade civil. Nele estão prestadores de serviço, contratados pela prefeitura, amigos. Mas nenhum ambientalista.
27/11/2007	NOTA À IMPRENSA	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Baosteel Anchieta	GOVERNO DO ES CANCELA REUNIÃO COM REPRESENTANTES DE ENTIDADES
5/12/2007	Entidades cobram participação nos debates sobre Pólo de Ubu	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	
11/12/2007	Paulo Hartung participa de evento em Anchieta, que seu pólo destruirá	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	
17/12/2007	Para ambientalista, projeto pessoal de PH está acima dos interesses sociais	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	
18/12/2007	Pólo siderúrgico de Anchieta: passo a passo de uma tragédia anunciada	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	
24/1/2008	APELO À RAZÃO	Blog das Bromélias	Samarco	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente	O meu amigo Bruno Fernandez, da ONG Gama, deu uma entrevista ao Século Diário, protestando contra a inclusão da Samarco na Diretoria do Comitê do Benevente. Sobre isso gostaria de fazer algumas considerações:
7/2/2008	ENTREVISTA PARA O RELATÓRIO DA SAMARCO	Blog das Bromélias	Samarco	Expansão industrial	
15/2/2008	Placa para chineses causa divergência em Anchieta	Século Diário	Baosteel Anchieta	Sinalização em mandarim	
17/2/2008	O FIM DA CENG	Blog das Bromélias	CENG	Samarco	Após alguns meses a CENG se tornou realmente uma comissão independente, assistida pelo lema. A Samarco se tornou convidada. Foi como colocar um veículo em movimento. Quanto mais rodava, melhor funcionava.
18/2/2008	Comunidade do sul se mobiliza para discutir poluição	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Debate sobre Pólo	
20/2/2008	Dinheiro do BNDES pode financiar poluição de siderúrgica em Ubu	Século Diário	Baosteel Anchieta	Investimentos Siderúrgicos no ES	
22/2/2008	SECRETÁRIA SEM MOTIVAÇÃO...	Blog das Bromélias	Samarco	Impactos Ambientais e sociais	Abro parênteses para informar-lhes que ninguém sabe ao certo quantos trabalhadores passaram pela obra, mas calcula-se que tenham sido em torno de 6.000, isto é, o dobro do que havia sido previsto e anunciado pela própria Samarco. Mais da metade desses trabalhadores vieram de fora embora, mais uma vez, não tenhamos dados precisos. O fato de não existirem dados precisos mostra que a coisa fugiu completamente ao controle, como a própria Samarco admitiu. A não ser que, assumir essa "fuga do controle" seja mais fácil ou conveniente do que assumir outros erros... Fecho parênteses.
3/3/2008	Troca de mails com o Promotor para o Meio Ambiente	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	MPES	Como o tempo anda curto, resolvi publicar aqui a última troca de mails que tive com o Dr. Paulo Sérgio da Silva. Ele foi promotor de Anchieta há alguns anos e é hoje responsável por Itapemirim, embora ainda responda pelas questões de MA de Anchieta. Creio que o conteúdo dos mails será uma boa fonte de informações.
17/3/2008	OU É COMO O PREFEITO QUER, OU NÃO SERÁ	Blog das Bromélias	Conselho de turismo	Manifesto	O Conselho de Turismo de Anchieta existiu durante alguns anos só para inglês ver. Composto por vaquinhas de presépio do prefeito, seu Presidente era o próprio Secretário de Turismo. Algumas pessoas bem que tentavam, aqui e ali, mudar alguma coisa mas eram minoria e não tinham o conhecimento suficiente para fazê-lo

Grupo 02 - regional.local

5/4/2008	CONSELHO DE M.A.: NOVELA ETERNA	Blog das Bromélias	Conselho de Meio Ambiente	MPES	No último dia 2 tivemos uma reunião convocada pelo Dr. Paulo Sérgio da Silva, Promotor responsável pelo Meio Ambiente de Anchieta para tratarmos, de forma preliminar, da criação do Conselho de Meio Ambiente do município.
6/4/2008	CONSELHO DE M.A.: NOVELA ETERNA-Cont.	Blog das Bromélias	Conselho de Meio Ambiente	MPES	Tive, pela primeira vez, a oportunidade de encontrar com o novo Promotor de Anchieta, aliás já há vários meses no cargo. Evidentemente que levantei a questão do Conselho de PDM, Desenvolvimento e, como consta na sua criação "também de Meio Ambiente", o que, segundo seus criadores, agora é apenas chamado de "erro de nomenclatura". Mas os meses passam e esse "erro de nomenclatura", tão simples quando foi criado, parece depender agora de uma infinidade de coisas para ser corrigido.
7/4/2008	Gama denuncia terraplanagem em Pólo Industrial de Anchieta	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	denúncia sem licenciamento ambiental	
8/4/2008	MPE cria coordenadoria para fiscalizar impactos do Pólo de Anchieta	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	MPES	
11/4/2008	Baosteel: construção da usina em Ubu começa em 2009	Século Diário	Baosteel Anchieta	Início construção	
12/4/2008	OFÍCIO À SECRETARIA ESTADUAL DE MA	Blog das Bromélias	Petrobras: Porto Além	Conflitos ambientais	ASSUNTO: PORTO DA PETROBRÁS NA PRAIA DO ALÉM - ANCHIETA
18/4/2008	ONG cobra ação da Promotoria contra obra da Baosteel	Século Diário	Baosteel Anchieta	MPES	
21/4/2008	Anchieta: comunidade pode questionar grandes projetos via email	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta		
25/4/2008	Assembléia debate poluição da Baosteel e Samarco neste sábado	Século Diário	Baosteel Anchieta	Debate sobre Pólo	
26/4/2008	Siderúrgicas se instalam no ES acima do limite da maior indústria da China	Século Diário	Baosteel Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	
28/4/2008	No sul, Paulo Hartung infiltra polícia em assembléia popular	Século Diário	Debate sobre Pólo	Governo do ES	
29/4/2008	Sul vê exemplo da GV e exige estudos para projetos poluidores	Século Diário	Impactos ambientais	Pólo industrial de Anchieta	
29/4/2008	Assembléia Popular que discutiu impactos da industrialização foi investigada	Mídia Independente	Debate sobre Pólo	Carta de Anchieta	Além da participação em massa da sociedade que mora em Anchieta, na região e de um grupo de estudantes, que estudarão os impactos da industrialização, estiveram na Assembléia Popular infiltrados, pessoas da Samarco, Cepemar, governo do estado, este último da polícia investigativa (que deveria investigar irregularidades) e Prefeitura de Anchieta, tudo foi observado por um membro nosso de entidade de direitos humanos do ES, além destes, dois grupos estranhos observava atentamente, um com três pessoas e outro com duas, provavelmente um seja da CSV - Companhia Siderúrgica de Vitória, e outro de uma ong de atuação internacional, ou de transnacional concorrente da Baosteel/VALE, além de uma pessoa desconhecida que registrou quase tudo em uma filmadora digital.
29/4/2008	ASSEMBLÉIA POPULAR: SUCESSO!	Blog das Bromélias	Debate sobre Pólo	Carta de Anchieta	A Assembléia Popular coordenada pela CMS e realizada no último sábado, dia 26, em Anchieta para discutir os impactos da expansão industrial foi sem dúvida um grande sucesso. Mais de 200 pessoas estavam presentes e a maioria ficou até o fim. Está sendo preparado um relatório sucinto que publicarei aqui.
29/4/2008	CARTA DE ANCHIETA	Blog das Bromélias	Debate sobre Pólo	Carta de Anchieta	Os Movimentos Sociais abaixo subscritos, reunidos na Assembléia Popular que discutiu o tema "Os grandes projetos industriais e seus impactos no desenvolvimento e na qualidade de vida", realizada no dia 26 de abril de 2008, no Colégio Maria Matos, em Anchieta, ES, tornam públicas as seguintes considerações e reflexões acerca dos projetos de transformação do município de Anchieta (e região em um pólo industrial siderúrgico.
7/5/2008	Vereza quer explicação do governo sobre impactos do Pólo de Anchieta	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Oposição - Governo ES	

Grupo 02 - regional.local

8/5/2008	A NOVA POLÍTICA SOCIAL DA SAMARCO	Blog das Bromélias	Samarco	Politica Social	Aliás, pelo que fui informada, a entidade ligada à Samarco nem estava com seus papéis em ordem e o projeto teve que entrar usando uma entidade de Guarapari. Além disso, esse projeto está nas mãos, praticamente, de uma só pessoa que tem viajado muito e vendido bastante mas que, segundo pessoas da comunidade, não presta contas a ninguém. É um samba de uma nota só mas que está, aparentemente, em plena harmonia com a empresa.
15/5/2008	SAI MARINA SILVA	Blog das Bromélias			Vai Marina, entra Minc. Dele sabemos pouco mas numa das matérias sobre o novo ministro foi destacado que "seu desempenho à frente da secretaria tem se caracterizado pela rapidez no licenciamento ambiental de grandes obras no Rio de Janeiro".
16/5/2008	Hartung quer projetos industriais sem estudos de impactos ambientais	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Licenciamento Ambiental	
19/5/2008	Hartung transforma ES em líder planetário de emissão de gases estufa	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	
25/5/2008	OS EDITAIS DA SAMARCO: e o assunto rende...	Blog das Bromélias	Samarco	Edital Projetos Sociais	Recebi mail um tanto desaforado do Sr. Cezar Wesley, o presidente da Associação de artesãos de Mãebá, a única entidade de Anchieta beneficiada com a nova política social da Samarco. Não vou aqui reproduzir todo o texto. Primeiro porque é muito longo e, segundo, porque meu espaço é precioso demais para gastar com idiotices. Assim, só vai o básico da minha resposta a esse senhor, com os tópicos do seu mail. Gostaria ainda de lembrar que o tal curso promovido pela Samarco para capacitar as entidades para concorrerem ao edital, não teve quase nenhuma divulgação. Só fui informada um dia antes do encerramento das inscrições o mesmo tendo acontecido com a maioria das outras entidades. Muitas nem foram contatadas. Mas aqui vai o principal da minha resposta:
27/5/2008	VALE E THYSEN KRUPP CONDENADAS POR CRIMES AMBIENTAIS	Blog das Bromélias	CSA	Condenação Tribunal Internacional	TRIBUNAL INTERNACIONAL CONDENA EMPRESA ALEMÃ THYSEN KRUPP E CIA. VALE DO RIO DOCE POR CRIMES AMBIENTAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS TRABALHISTAS E HUMANOS NA BAÍA DE SEPETIBA - CSA SERÁ DENUNCIADA OFICIALMENTE JUNTO À ONU E AO PARLAMENTO EUROPEU
11/6/2008	Seminário quer convencer que pólo industrial em Anchieta será positivo	Século Diário	Debate sobre Pólo	Pró-Pólo	
11/6/2008	OS ABSURDOS DE ANCHIETA	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	Pelo menos, a cigla que escolheram para o Pólo já condiz com o que estamos vivenciando: PISA (Polo Industrial Siderúrgico de Anchieta). Parece até que fizeram de propósito. MASSACRE seria até mais correto. Enquanto isso, deixo-lhes a leitura do artigo de Flávia Bernardes que oferece uma boa idéia do que está por vir. Quero lembrar ainda que o Ministério Público também parece totalmente fechado para a sociedade civil depois de ter sido agraciado com tantas benesses pelo Governo do Estado.
12/6/2008	Baosteel sequer tem termo de referência, mas EIA está pronto	Século Diário	Baosteel Anchieta	Licenciamento Ambiental	
13/6/2008	Mail ao Dr. Paulo Sérgio da Silva, Promotor de MA de Anchieta	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Pólo industrial de Anchieta	Assim, conjugando o imenso poder da mídia, que há meses tem martelado o maravilhoso cenário do "desenvolvimento", juntamente com ação do pseudo-conselho e as apresentações da Espírito Santo em Ação, consideramos como caracterizada a LAVAGEM DE CÉREBRO COLETIVA que está sendo realizada no Espírito Santo e, em especial, em Anchieta.
13/6/2008	Anchieta: impactos já são visíveis, antes mesmo de instalação das indústrias	Século Diário	Baosteel Anchieta	Impactos Ambientais e sociais	
16/6/2008	Cepemar mostra 'estudo ambiental' em Anchieta nesta 3af	Século Diário	Baosteel Anchieta	Estudos Ambientais	
16/6/2008	Resposta do Dr. Paulo Sérgio	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Alteração PDM Anchieta	Não seria justo se, após ter publicado o mail que enviei ao Dr. Paulo Sérgio, se não publicasse a sua resposta, no mesmo dia. Aqui vai:
16/6/2008	Minha resposta ao Dr. Paulo Sérgio	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Alteração PDM Anchieta	Nesse contexto, a questão da criação do Conselho de PDM em Anchieta, por exemplo, torna-se apenas mais uma pedra numa gigantesca estrutura onde, necessariamente, todos os poderes estão representados. Para mim, a grande e lamentável importância do Conselho de PDM de Anchieta é o fato de simbolizar a convergência do que há de pior nos seres humanos e no poder público.

Grupo 02 - regional.local

17/6/2008	<i>Moradores de Guarapari discutem impactos do Pólo de Anchieta nesta 4af</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Debate sobre Pólo	
18/6/2008	<i>Reunião que apresentou estudo sobre Pólo de Anchieta decepciona</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Debate Pró-Pólo	
18/6/2008	DOCES MENTIRAS	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Debate sobre Pólo	Tivemos ontem uma reunião pública para a apresentação da Avaliação Estratégica do Pólo Industrial de Anchieta, dentro do programa criado pela Espírito Santo em Ação (a ong das multinacionais) "para que todas as questões sejam amplamente debatidas com as comunidades impactadas..."
21/6/2008	E A BAOSTEEL JÁ AVANÇA	Blog das Bromélias	Porto de Ubu	Baosteel Anchieta	Anteontem, dia 19.6.08 foi realizada uma reunião convocada pelo IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente, com a finalidade de "informar e esclarecer às associações de Pescadores de Anchieta sobre a realização da Sondagem Submarina para implantação de Terminal Marítimo em Ubu, encomendada pela empresa Vale
23/6/2008	<i>BAOSTEEL FOI REJEITADA E SE QUISER FICAR EM ANCHIETA TERÁ QUE TRAVAR GUERRA.</i>	Blog das Bromélias	Rejeição Baosteel	Comitê das Bacias Hidrográficas da Região do Rio Benevente	Comitê das Bacias Hidrográficas da Região do Rio Benevente, REJEITOU em reunião ordinária do "Parlamento das Águas", ocorrida em Anchieta, dia 18 de junho de 2008, a construção da Baosteel, empresa CHINESA que pensa em se instalar em Anchieta, Estado do Espírito Santo.
24/6/2008	<i>No Espírito Santo Comitê rejeita Vale e Baosteel</i>	Centro de Mídia Independente	Baosteel Anchieta	Comitê rejeita Baosteel	
24/6/2008	<i>Assembléia Legislativa marca audiência pública sobre projetos para o sul</i>	Século Diário	Baosteel Anchieta	Audiência pública	
24/6/2008	<i>No Espírito Santo Comitê rejeita Vale e Baosteel</i>	Mídia Independente	Baosteel Anchieta	Comitê rejeita Baosteel	BAOSTEEL FOI REJEITADA E SE QUISER FICAR EM ANCHIETA TERÁ QUE TRAVAR GUERRA
26/6/2008	A PEGADINHA	Blog das Bromélias			Ontem, dia 25 de Junho, o prefeito de Anchieta, Sr. Edval Petri realizou uma cerimônia para, cito: " AGRADECER A PARTICIPAÇÃO E PARCERIAS, FIRMADAS AO LONGO DESSA GESTÃO, ATRAVÉS DOS CONSELHOS, ASSOCIAÇÕES, ENTIDADES, GRUPOS DE LIDERANÇAS..." Vindo do senhor prefeito parece até piada a frase que encabeça o convite, uma citação de Betinho (coitado, espero que ainda possa
26/6/2008	<i>Parlamento das Águas rejeita siderúrgica em Anchieta - 26/06/2008</i>	Central Única dos Trabalhadores do ES - CUT ES	Baosteel Anchieta	Parlamento das Águas	O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente rejeitou, em reunião ordinária do "Parlamento das Águas", a construção da Baosteel, empresa chinesa que pensa em se instalar em Anchieta, no sul do Estado.
27/6/2008	<i>Baosteel quer produzir 20 milhões de toneladas anuais em Anchieta</i>	Século Diário	Baosteel Anchieta	Investimentos Siderúrgicos no ES	
28/6/2008	COISA DE PROFISSIONAL	Blog das Bromélias	Rejeição Baosteel	Formação CSV	A rejeição do Comitê de Bacia do Benevente à Baosteel conseguiu, finalmente, arrancar da Gazeta um artigo que deveria mostrar que nem tudo são rosas para a instalação da CSV em Anchieta. Mesmo assim, ela logrou tirar os holofotes do fato e transformar um protesto dos mais significativos em uma coisa que nem protesto lembrava. Coisa de profissional, vamos reconhecer.
30/6/2008	<i>Conselheiro aponta farsa de governo e empresas com seminário no sul</i>	Século Diário	Rejeição Baosteel		
1/7/2008	OS FIGURANTES	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Baosteel Anchieta	Só falta um fundo musical para os discursos apologéticos ao pólo industrial. O show está bem ensaiado e suas super-estrelas se deslocam livres, leves e soltas entre os palcos da China e do Espírito Santo. Os figurantes seguem atrás, embriagados pelos respingos do poder político e econômico, repetindo suas falas. A mídia acende seus holofotes sobre os self-made ídolos do desenvolvimento. Nada como ser regamente pago para propalar otimismo, e, como no teatro, os bons atores acabam incorporando seus personagens de tal forma, que chegam até a se esquecer de quem são, ou foram.
5/7/2008	PRESENTE DE GREGO	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	AAE	As apresentações da Avaliação Estratégica do Pólo Industrial de Anchieta continuam, dentro da linha LAVAGEM DE CÉREBRO COLETIVA. O pólo industrial, como está sendo apresentado, é a versão capixaba do Cavalo de Tróia, que deu origem à expressão "PRESENTE DE GREGO".
7/7/2008	<i>Pólo de Ubu: audiência é adiada por falta de preparo do governo</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta		

Grupo 02 - regional.local

8/7/2008	<i>Ambientalista classifica Pólo de Ubu como 'presente de grego'</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta		
9/7/2008	<i>Pólo de Ubu: moradores debatem impactos e terão acesso a estudos</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta		
9/7/2008	<i>Pólo de Ubu: moradores debatem impactos e terão acesso a estudos</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta		
13/7/2008	FÓRUM DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS DO ES	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta		Trata-se da criação, no domingo passado, dia 6 de Julho, do FÓRUM DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS DO SUL DO ES.
14/7/2008	<i>Sul capixaba cria fórum para enfrentar empresas poluidoras</i>	Século Diário	Fórum das Entidades Civis Organizadas do Litoral Sul do ES	Rejeição dos ambientalistas	
18/7/2008	A RAPOSA COM AS CHAVES DO GALINHEIRO!!!!	Blog das Bromélias			VEJAM SÓ A QUE PONTOS CHEGAMOS! A ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, A ONG DAS MULTINACIONAIS, ESTÁ AGORA CORDENANDO OS TRABALHOS PARA A MUDANÇA DA LEI 5361 QUE REGULA A POLÍTICA FLORESTAL DO ES!!!!
21/7/2008	MENSAGEM	Blog das Bromélias			É LAMENTÁVEL A QUE PONTO CHEGOU O ESPÍRITO SANTO. PASSOU DE UM EXTREMO (GOVERNO JOSÉ IGNACIO), QUE USAVA A SOCIEDADE E O SETOR EMPRESARIAL PARA ALCANÇAR BENEFÍCIOS PRÓPRIOS, PARA UM OUTRO EXTREMO (GOVERNO PAULO HARTUNG), QUE ENTREGOU TUDO NAS MÃOS DO SETOR EMPRESARIAL.
22/7/2008	FALAS OU CALAS?	Blog das Bromélias	Comissão de Acompanhamento	CENG	Mail enviado à June, da Samarco, responsável pela coordenação da Comissão de acompanhamento das condicionantes da LO, também criada por uma condicionante (26) e que recebeu o nome de "FALAS"
22/7/2008	<i>Fórum discute novas indústrias poluidoras no extremo sul do ES</i>	Século Diário	Fórum das Entidades Civis Organizadas do Litoral Sul do ES	Investimentos Siderurgicos no ES	
30/7/2008	FÓRUM DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS DO ES	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Civis Organizadas do Litoral Sul do ES	Debate sobre Pólo	CONVITE A TODAS AS ENTIDADES INTERESSADAS PARA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS DO SUL DO ESPÍRITO SANTO
31/7/2008	<i>ONGs do sul convidam para criar fórum contra poluidoras no domingo</i>	Século Diário	Fórum das Entidades Civis Organizadas do Litoral Sul do ES	Rejeição dos ambientalistas	
4/8/2008	<i>Baosteel e Vale contratam empresa para preparar corações e mentes no sul</i>	Século Diário	Baosteel Anchieta	Relacionamento comunidades	
4/8/2008	QUANDO OS LOBOS USAM OS CORDEIROS	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Civis Organizadas do Litoral Sul do ES	Pólo industrial de Anchieta	Ontem, domingo, dia 3 de Agosto, foi realizada a segunda reunião do FÓRUM DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO. Somos agora vinte entidades fundadoras do Fórum e nosso objetivo é agregar cada vez mais entidades de todos os municípios do litoral sul. Consideramos ser esse o instrumento mais importante para enfrentar o que considero a luta mais desigual de todas aquelas das quais participei.
6/8/2008	<i>Siderúrgica Chinesa BAOSTEEL quer impor também no BRASIL</i>	Mídia Independente	Baosteel Anchieta	China-Brasil	O Fórum das Entidades Civis Organizadas do Litoral Sul do Espírito Santo condenou a prática usada pela Siderúrgica BAOSTEEL em usar manipulação Chinesa no BRASIL
8/8/2008	Atitude	Blog das Bromélias	Baosteel Anchieta	Investimentos Siderurgicos no ES	O governo do ES impõe aos municípios da região costeira a implantação de grandes projetos siderúrgicos. Um absolutismo passível de questionamentc
11/8/2008	Falsificação da Ata da reunião do CBH	Blog das Bromélias	Rejeição Baosteel	Comitê das Bacias Hidrográficas da Região do Rio Benevente	Como podem observar em ATA divulgada pela Diretoria do CBH-Benevente, a proposta oral da Entidade AMARB (Tarcizio Pessali), que versou sobre rejeição do Pólo industrial e Mega-siderúrgica Baosteel/VALE pelo Comitê, foi simplesmente, estrategicamente e de MÁ FÉ substituída pela frase "O Sr. Tarcizio Pessali sugeriu que o CBH Benevente se colocasse contrário à implantação do Pólo Industrial e se mostrasse aberto ao diálogo para esclarecimentos sobre o assunto...", o que já era esperada pelos membros do Comitê, Tarcizio Pessali (AMARB) e Bruno Silva (GAMA), pois isto é rotineiro das questões importantes onde possa afetar os interesses do "el rei" Governador do Espírito Santo. Este consegue manipular o Legislativo estadual e outros poderes, mas não os verdadeiros movimentos sociais do Estado.

13/8/2008	<i>Mail do IEMA-cadastro</i>	Blog das Bromélias	Cadastro entidades ambientalistas	IEMA	Todas as informações pertinentes ao cadastro, inclusive a ficha de inscrição simplificada, estão disponíveis na página principal do site do IEMA, www.iema.es.gov.br , link: Cadastro das Entidades Ambientalistas Não-Governamentais do Estado do Espírito Santo. Toda a documentação pertinente ao cadastramento poderá ser encaminhada para o seguinte endereço: "Cadastro Estadual das Entidades Ambientalistas -CEEAA/ES, Secretaria Executiva do CONSEMA ou CERH, Rodovia BR 262, Km 0, s/n - Jardim América, município de Cariacica, neste Estado, CEP 29.140-500."
18/8/2008	<i>REUNIÃO DO FÓRUM DAS ENTIDADES!</i>	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES	Debate sobre Pólo	ESTÁ CONFIRMADA A TERCEIRA REUNIÃO DO FÓRUM DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO. DOMINGO, DIA 24, ÀS 14 HORAS NA Pousada das Bromélias, Praia de Guanabara, Anchieta - (28)3536.1558 PAUTA DA REUNIÃO:1. Discussão e aprovação do lema do Fórum: DESENVOLVIMENTO COM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E AOS LIMITES ECOLÓGICOS DA REGIÃO. Frase-chave: ESPÍRITO SANTO EM RE-AÇÃO.2. Relatórios de participação em eventos, comissões, conselhos3. Pólo industrial e Baosteel: Verdades e mentiras4. A 4ª e 5ª usina da Samarco, primeira abordagem. 5. Seminários de fortalecimento das lideranças comunitárias e respectivas comunidades pelo Fórum.
28/8/2008	<i>TERCEIRA REUNIÃO DO FÓRUM</i>	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES	Debate sobre Pólo	A terceira reunião do FÓRUM DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS DO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO aconteceu no domingo passado e mais uma vez superou nossas expectativas pela importância dos assuntos e a extrema seriedade com que estão sendo tratados.
31/8/2008	<i>FÓRUM...ETC, CONTINUAÇÃO</i>	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES	Debate sobre Pólo	A reunião pública convocada pelo lema e pela da Petrobrás realizada no dia 28 em Ubú para apresentar o esquema em que os trabalhos de perfuração da empresa terão continuidade, mostrou que o Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES já é uma realidade. Lá estavam oito representantes de entidades integrantes do Fórum o que marca, definitivamente, o isolamento das comunidades quando têm que enfrentar sozinhas seus problemas, especialmente quando se trata dos grandes impactos das empresas poluidoras, sempre respaldadas pelo poder público.
1/9/2008	<i>Continuação</i>	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES	Debate sobre Pólo	Mas prefiro voltar à reunião do Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES porque é nele que estaremos amarrando todas essas questões.
9/9/2008	<i>A IMPRENSA MARROM E A VERDE</i>	Blog das Bromélias			A internet me forneceu mais algumas informações. A imprensa marrom brasileira seria nossa versão do "yellow journalism" americano, ou imprensa amarela, sensacionalista, focada em coisas escabrosas. Não fiquei muito satisfeita com essa versão tão simplista e na minha pequena busca não achei nada que confirmasse minha opinião de que o foco da imprensa marrom no Brasil foi quase sempre político, pelo menos no período em que todos conheciam essa expressão, ou seja, na época da ditadura militar.
10/9/2008	<i>Moradores do sul mantêm guarda, apesar do recuo do governo sobre Baosteel</i>	Blog das Bromélias	Rejeição Baosteel		Os moradores do sul do Espírito Santo, ambientalistas e militantes dos direitos humanos à frente, não vão descuidar em relação à poluição, mesmo com o recuo do governador Paulo Hartung em relação à instalação da siderúrgica chinesa Baosteel e da Vale na região. O apoio era irrestrito ao projeto, mas mudou, entre outros, pela intervenção da Igreja Católica.
12/9/2008	<i>O MARKTING VERDE</i>	Blog das Bromélias	Olimpiadas na China	Desigualdade social	Me contaram que, por ocasião dos jogos olímpicos na China, o Governo local providenciou para que os visitantes estrangeiros fossem poupados da visão da miséria das favelas chinesas colocando imensos painéis com lindas paisagens nos pontos mais estratégicos por onde eles passariam.
19/9/2008	<i>A ILUSÃO DO PODER</i>	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Governo do Es	decisão do Governo capixaba de transformar o maravilhoso litoral sul do Espírito Santo em pólo industrial e quintal do primeiro mundo, pode nos levar a esquecer que nossa região é apenas um alvo a mais do poder econômico que domina atualmente o mundo. A versão capixaba do exercício desse poder tem certamente sua coloração própria que é fornecida, em primeira linha, pela extrema flexibilidade das leis brasileiras e uma corrupção atávica, nascida com a própria colonização do Brasil. O comportamento de muitos governadores brasileiros parece uma triste herança das capitânias hereditárias e nosso Governador é um exemplo.
22/9/2008	<i>TUDO SE ENCAIXA EM ANCHIETA</i>	Blog das Bromélias	PDM de Anchieta	Pólo industrial de Anchieta	Assim, todas as equações feitas, a única prioridade em Anchieta parece ser mesmo o Pólo Industrial. A partir desse ângulo, tudo se encaixa, é coerente, lógico, dentro dos trilhos. A máquina está bem montada, reconheçamos. Nesse contexto, também é lógico que os artífices locais da implantação do Pólo Industrial de Anchieta, sejam poupados e protegidos.

Grupo 02 - regional.local

24/9/2008	<i>Governo divulga avaliação ambiental do Pólo de Anchieta dia 8</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	AAE	
26/9/2008	<i>FÓRUM DE UBÚ</i>	Blog das Bromélias	Fórum de Ubú		COMO MUITOS JÁ SABEM, A PRÓXIMA REUNIÃO DO FÓRUM DE UBÚ SERÁ REALIZADA NO DIA 8 DE OUTUBRO, AS 14 HORAS, NO CCAM, Recanto do Sol, Anchieta.
26/9/2008	<i>A ILUSÃO DO PODER - COMENTÁRIO</i>	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta		Quero dizer que comungo inteiramente da opinião expressa neste texto, compartilho dela e infelizmente me sinto "institucionalmente" tolhido por militar em uma mídia provinciana que, não por coincidência, é bancada exatamente pelos interesses que se acumpliciam neste status quo.
29/9/2008	<i>Hartung terceiriza responsabilidade pela aprovação da Baosteel</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta		
2/10/2008	<i>Secretário se reúne com entidades do Sul do Estado para esclarecer dúvidas sobre os impactos do pólo industrial na região</i>	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Fórum de Ubú	O pólo, para o qual o Governo do Estado já teria editado decreto de desapropriação, tem previsão de acolher a Sideúrgica Vitória, da Baosteel, a instalação de novas usinas de pelotização da CVRD e da Samarco, a variante ferroviária da Litorânea Sul de 15,6 km e um porto de águas profundas para escoamento de minério, cimento, celulose, rochas ornamentais e grãos.
7/10/2008	<i>Entidades do sul abrem espaço na internet para enfrentar Baosteel</i>	Século Diário	Baosteel Anchieta	Divulgação Contra Pólo	
9/10/2008	<i>Mudança de localização da Baosteel vai gerar mais prejuízos ao sul</i>	Século Diário	Baosteel Anchieta	Mudança de local Baosteel	
10/10/2008	<i>FESTIVAL DE MENTIRAS</i>	Blog das Bromélias	Pólo industrial de Anchieta	Fórum de Ubú	O QUE ACONTECEU NO DIA 8 MOSTRA FINALMENTE E CLARAMENTE QUE A ESTRATÉGIA DO GOVERNO PH PARA IMPLANTAR O PÓLO INDUSTRIAL DE ANCHIETA É A MENTIRA, UMA GRANDE MENTIRA FINANCIADA PELAS MULTINACIONAIS!
14/10/2008	<i>Viagem à China para visitar Baosteel é denunciada ao MPES</i>	Século Diário	Viagem à China		
20/10/2008	<i>Diário de Anchieta: as verdadeiras intenções da chinesa Baosteel</i>	Século Diário			
20/10/2008	<i>APRENDENDO COM O PASSADO (1)</i>	Blog das Bromélias	Samarco		Semana passada o Conselho de Saúde de Anchieta, do qual faço parte, apresentou à Samarco o Relatório dos Impactos provocados pela instalação da sua terceira usina de pelotização. O Relatório havia sido uma condição da Samarco para estudar as compensações adequadas.
21/10/2008	<i>Diário de Anchieta: menos meio ambiente e mais impactos para o ES</i>	Século Diário			
22/10/2008	<i>Diário de Anchieta: vagas ficam na promessa e terceirização dá as cartas</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	Contratação Mao de obra	
23/10/2008	<i>Diário de Anchieta: faltam conhecimento técnico e perguntas relevantes</i>	Século Diário			
24/10/2008	<i>Diário de Anchieta: governistas que foram à China voltam sem ter o que dizer sobre choque ambiental</i>	Século Diário	Viagem à China		
26/10/2008	<i>APRENDENDO COM O PASSADO (PARTE 2)</i>	Blog das Bromélias	Samarco		O certo é que seria impossível mensurar todos os impactos causados pela instalação da Terceira Usina de Pelotização da Samarco e o Relatório que apresentamos à empresa é provavelmente o único documento onde podemos nos apoiar, com dados à prova, para nos preparar para os futuros processos de licenciamento do pólo industrial de Anchieta.
27/10/2008	<i>Diário de Anchieta: governistas voltam da China de mãos abanando</i>	Século Diário	Viagem à China		
28/10/2008	<i>Diário de Anchieta: um defensor histórico da poluição entra em Ubu</i>	Século Diário			

28/10/2008	PASSADAS AS ELEIÇÕES O GOVERNO PH MOSTRA AS UNHAS	Blog das Bromélias			QUAL O PAPEL DO SEAMA, IEMA, DO IBAMA, DO IDAF, DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE MUNICIPAIS, QUE SÃO MANTIDOS COM DINHEIRO PÚBLICO, COM NOSSO DINHEIRO, QUE ESTÁ SENDO USADO CONTRA NÓS! CONTRA A POPULAÇÃO, CONTRA AS RESERVAS NATURAIS, CONTRA TODA A BIODIVERSIDADE, CONTRA TODA A LEGALIDADE, CONTRA O POTENCIAL TURÍSTICO, CONTRA A CULTURA DA REGIÃO, CONTRA O PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO, CONTRA OS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO E TODOS OS PRINCÍPIOS DA ÉTICA, DA MORAL E DOS DIREITOS HUMANOS?
29/10/2008	Baosteel: missão reforça desejo de Hartung e se manifesta a favor de pólo	Século Diário	Viagem à China		
29/10/2008	Barragens para abastecer Pólo de Ubu prejudicarão mil agricultores no sul	Século Diário	Barragens	Pólo industrial de Anchieta	
30/10/2008	Hartung terceiriza para Ferraço o ônus da chegada da Baosteel	Século Diário	Baosteel Anchieta	conflito político	
30/10/2008	Poluição que enriquece: empresas se preparam para chegada da Baosteel	Século Diário	Baosteel Anchieta		
2/11/2008	DÁ UMAS VOLTINHAS POR AQUI SR. FERRAÇO	Blog das Bromélias	Barragens	Pólo industrial de Anchieta	O prefeito Edval Petri chamou os agricultores para uma reunião ontem para explicar TODO O MALENTENDIDO com a história das barragens. Será que eles engoliram a nova mentira? Estou curiosa pois não fui convidada para participar da reunião que foi, a meu ver, propositalmente marcada fora do centro de Anchieta e na última hora. A coisa que eles menos queriam é que pessoas mais informadas pudessem aparecer e estragar a festa, ou melhor, o festival de mentiras que, pelo visto, ainda terá muitos capítulos
2/11/2008	Governo planeja 7 barragens para atender a siderúrgica	Mídia Independente	Pólo industrial de Anchieta	Demanda de água	O governo do Estado planeja construir até sete barragens nos municípios de Alfredo Chaves e Anchieta. O represamento da água, segundo a Secretaria Estadual de Agricultura (Seag), é fundamental para atender à demanda do pólo industrial que será implantado na região - e que tem como principal empreendimento a siderúrgica chinesa Baosteel."
3/11/2008	Confirmado: governo planejava mesmo construir barragens e fazer inundações em favor da Baosteel	Século Diário	Barragens	Pólo industrial de Anchieta	
4/11/2008	COMENTÁRIO	Blog das Bromélias	Baosteel Anchieta		As negociações para a vinda da multinacional chinesa Baosteel, tem acontecido sem nenhum respeito aos moradores da região que assistem incrédulos as decisões serem tomadas sem que eles como contribuinte, seja consultado e tenha seus direitos respeitados.
4/11/2008	Expectativa confirmada: na Assembléia, Ricardo Ferraço admite nada saber sobre projeto Baosteel	Século Diário	Viagem à China	Debate sobre Pólo	
5/11/2008	SEXTA REUNIÃO DO FÓRUM DE ENTIDADES	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES	Debate sobre Pólo	DOMINGO, DIA 9 DE NOVEMBRO, ÀS 14 HORAS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE ANCHIETA, PRAÇA SÃO PEDRO, CENTRO
6/11/2008	Baosteel: fórum se reúne para deliberar ações sobre novos dados do projeto	Século Diário	Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do ES	Debate sobre Pólo	
7/11/2008	Para o sul do Estado, Hartung quer modelo de empresa que polui o RJ	Século Diário	CSA	Baosteel Anchieta	
12/11/2008	Impactos de siderúrgica alem com a Vale são revelados em dossiê	Século Diário	Impactos ambientais	Vale	
13/11/2008	ONG cobra transparência em audiência sobre Baosteel na Assembléia	Século Diário	Baosteel Anchieta	Debate ALES	

Grupo 02 - regional.local

13/11/2008	REUNIÃO DO FÓRUM DE ENTIDADES	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Cíveis Organizadas do Litoral Sul do ES		A reunião deveria acontecer na Secretaria de Agricultura mas chegando lá as portas estavam trancadas... Só pudemos estranhar o fato. Boicote? Bem possível. Mas tentaremos esclarecer isso depois. Fomos então para a Pousada das Bromélias e a reunião contou com a participação de 17 pessoas. Dez outros membros justificaram sua ausência.
19/11/2008	Baosteel: audiência na Assembléia não gera boas expectativas	Século Diário	Baosteel Anchieta	Debate ALES	
20/11/2008	Baosteel: audiência é marcada por defesas do projeto e falta de debate	Século Diário	Baosteel Anchieta	Debate ALES	
22/11/2008	Siderúrgica Baosteel: Impactos para a população	Blog Vale Anchieta	Baosteel Anchieta	Impactos Ambientais e sociais	Do minério ao aço, o impacto na sua vida
23/11/2008	CRONICA DE UMA CATÁSTROFE ANUNCIADA	Blog das Bromélias	Baosteel Anchieta	Debate ALES	A Assembléia Legislativa do ES realizou em 19.11, uma primeira audiência pública sobre o pólo industrial de Anchieta, focado mais especificamente na siderúrgica chinesa Baosteel. Apesar de não ter podido comparecer, relatórios de membros do Fórum de Entidades Organizadas do litoral Sul do ES me permitiram ter uma boa idéia do desenrolar da sessão.
24/11/2008	Governo do ES propõe indústrias mais ao litoral. Vergonha em pleno século XXI.	Blog Vale Anchieta	Baosteel Anchieta	Mudança de local Baosteel	Os chineses mudaram de idéia. Agora, querem que a Baosteel seja instalada ainda mais perto do litoral, cerca de 3 km.
27/11/2008	Baosteel: audiência no sul do Estado fica para o ano que vem	Século Diário	Baosteel Anchieta	Debate sobre Pólo	
28/11/2008	A VITÓRIA DA RAZÃO	Blog das Bromélias	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	OBRIGADA A TODOS QUE ME TELEFONARAM OU ESCREVERAM DESDE O ANÚNCIO FEITO ONTEM À TARDE PELO GOVERNO DE QUE A BAOSTEL NÃO VIRÁ MAIS PARA ANCHIETA.
28/11/2008	Fracassa plano do governo de implantar Baosteel em Anchieta e moradores comemoram: 'Vencemos!'	Século Diário	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	
28/11/2008	Governo recua e admite que Baosteel não pode se instalar em Anchieta	Século Diário	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	
28/11/2008	GOVERNO CAPIXABA PROCURA AGRADAR SIDERÚRGICA BAOSTEEL, BUSCANDO LOCAL SEM OPOSIÇÃO DA SOCIEDADE.	Blog Vale Anchieta	Baosteel Anchieta	Mudança de local Baosteel	SOBRA PÓ. FALTA ÁGUA. E PÓLO DE ANCHIETA FICA SEM SIDERÚRGICA
29/11/2008	ECOS DA NOTÍCIAS	Blog das Bromélias	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	Mais uma vez quero agradecer a todos que me escreveram e telefonaram mas gostaria de lembrar que a vitória se deve a todos que participaram dessa luta, não apenas a mim!!! Gostaria de chamar a atenção para uma coisa que pode ter passado despercebida para alguns: em nenhum momento o Governo citou a importância do movimento do Fórum das Entidades da Sociedade Civil Organizadas do Litoral Sul do ES para sua decisão de rejeitar a Baosteel em Anchieta. Os jornais "oficiais" fizeram o mesmo. Depois o Governo ainda fala de diálogo... É pena, pois perdeu uma boa oportunidade para abri-lo definitivamente e demonstrar o respeito que os governantes deveriam ter pela sociedade.
3/12/2008	Baosteel: moradores querem transparência em audiência pública no sul	Século Diário	Cancelamento da Baosteel	Audiência pública	
5/12/2008	Izoton muda de lado e engrossa o coro do governo contra chineses	Século Diário	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	
7/12/2008	Você ainda acredita em Papai Noel? O Governador HARTUNG e o Prefeito EDIVAL disseram Sim.	Blog Vale Anchieta	Baosteel Anchieta	Mudança de local Baosteel	
8/12/2008	BICO CALADO ENTIDADES!	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Cíveis Organizadas do Litoral Sul do ES	Cancelamento da Baosteel	O Fórum de entidades da Sociedade Civil Organizadas do Litoral Sul do ES se reuniu ontem em sessão extraordinária para discutir a recente desistência do Governo capixaba em trazer a siderúrgica chinesa Baosteel para Anchieta e nso prepararmos para a reunião do Fórum de Ubú, dia 12 próximo.

Grupo 02 – regional.local

8/12/2008	<i>Mesmo em crise, Vale corre atrás do prejuízo e faz pressão por Baosteel</i>	Século Diário	Baosteel Anchieta	Mudança de local Baosteel	
12/12/2008	<i>Sem dar satisfação, governo cancela reunião sobre a Baosteel no sul</i>	Século Diário	Baosteel Anchieta	Audiência pública	
12/12/2008	<i>PH, "O AMBIENTALISTA"</i>	Blog das Bromélias	Fórum de Ubú	Governo do Es	APÓS o Fórum de Entidades da sociedade Civil Organizada ter sido enrolado durante meses NO FÓRUM DE UBÚ COM OS ESTUDOS DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA EM REUNIÕES ONDE O PROMETIDO DEBATE/DIÁLOGO NUNCA ACONTECEU;
15/12/2008	<i>BAOSTEEL, inviável SOCIALMENTE em ANCHIETA e região</i>	Blog Vale Anchieta	Baosteel Anchieta	Impactos Ambientais e sociais	O modelo de desenvolvimento econômico defendido pelo governo capixaba está pautado nas grandes plantas industriais, como Vale, Aracruz, Samarco etc. O recuo da vinda da Baosteel para Anchieta está sendo visto como a perda de uma grande oportunidade de desenvolvimento para o Estado. Como o senhor avalia esse modelo de desenvolvimento econômico?
27/12/2008	<i>AVALIAÇÃO 2008 PELA TRANSPARÊNCIA CAPIXABA</i>	Blog das Bromélias			O ano da empáfia
29/12/2008	<i>A vida brotará mais forte em 2009</i>	Blog Vale Anchieta	Movimentos Sociais	Mudança de local Baosteel	2009 promete democracia. É com muita luta que se têm vitória. O ano de 2008 mostrou a importância da união dos MOVIMENTOS SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO, que de norte a sul se manifestou em desfavor do monstro, que o governo estadual, a modo antidemocrático buscava implantar em Anchieta. Foram muitas mentiras e grandes vitórias, o que nos remete ao sonho da sociedade democrática, do governo para a maioria, na defesa da cultura, da educação, do bem coletivo e difuso. Só com INFORMAÇÃO PODE-SE FALAR EM IGUALDADE, e é o que faremos caso a Baosteel continue insistindo em instalar no ES, então lançaremos esse site, que apenas germina, com toda força na defesa da sociedade. Vamos sonhar que em 2009 seja para todos e que a democracia efetive.
3/1/2009	<i>PEQUENA PAUSA</i>	Blog das Bromélias			Desculpem a ausência de notícias mas no período das férias as atividades da pousada tomam quase todo o meu tempo. Logo que puder voltarei a escrever para este blog. Enquanto isso, curtam sol e a vida e comecem o ano com o pé direito. Abraços, até breve. Ilda
16/1/2009	<i>Vale e chineses anunciam oficialmente fim de projeto no ES</i>	Século Diário	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	
17/1/2009	<i>ES desperta de pesadelo: Baosteel dá adeus ao povo de Anchieta</i>	Século Diário	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	
17/2/2009	<i>QUARTA USINA DA SAMARCO</i>	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Cíveis Organizadas do Litoral Sul do ES	Samarco	Atendendo à solicitação da Cepemar elaborei um documento que resume as expectativas dos membros do Fórum de Entidades Cíveis Organizadas do Litoral Sul do Espírito Santo no contexto do processo de licenciamento da Quarta Usina da Samarco, apresentado a seguir
20/2/2009	<i>RESOLUÇÕES APROVADAS NA 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS</i>	Rede Inclusiva	Direitos Humanos	Desigualdade social	49. Realizar diagnóstico do quadro de conselhos de direitos humanos existentes, com atuação na área de direitos humanos, de forma a: a) criar e implementar Conselhos de Direitos Humanos/ Cidadania/ Defesa da Pessoa Humana, nos âmbitos estaduais, distrital e municipais, formalizados por meio de lei; b) fortalecer aqueles já existentes, por meio de uma política nacional de fomento; c) assegurar a criação de comissão a ser formada para esse fim, composta de representantes de instituições públicas e da sociedade civil eleitos pela plenária das conferências estaduais; d) convocar os Fóruns de Entidades da Sociedade civil para discutir e definir critérios de composição dos conselhos; e) criar cadastro nacional das entidades de promoção, defesa e atendimento na área dos Direitos Humanos.
21/2/2009	<i>Acabooooo. Baosteel fora do ES, mas estamos na retaguarda</i>	Blog Vale Anchieta	Baosteel Anchieta	Mudança de local Baosteel	A Baosteel confirmou que não virá para o ES, mas a Violência gerada pela expectativa ficou e quem vai pagar? Certamente, nós mortais que não andamos cercado de seguranças. Governantes acordem.....
15/3/2009	<i>BAOSTEEL QUER SE INSTALAR EM SÃO JOÃO DA BARRA PARA MONTAR SIDERÚRGICA</i>	Folha da manhã	Baosteel RJ	Mudança de local Baosteel	

Grupo 02 - regional.local

15/3/2009	<i>BAOSTEEL QUER SE INSTALAR EM SÃO JOÃO DA BARRA PARA MONTAR SIDERÚRGICA</i>	Blog Ambiental do André Pinto	Baosteel RJ	Mudança de local Baosteel	os chineses chegaram a formalizar um acordo com a Vale para a construção de uma siderúrgica em Anchieta (ES). Porém, o projeto acabou abortado, por causa da crise financeira.
25/3/2009	<i>NÃO ESTAMOS DORMINDO</i>	Blog das Bromélias	Fórum das Entidades Cívis Organizadas do Litoral Sul do ES		Amigos e companheiros: A falta de notícias neste blog não significa que as coisas estejam paradas, muito pelo contrário. Nunca minha agenda esteve tão cheia e nunca a sociedade civil esteve tão envolvida com as questões do município de Anchieta e toda a região sul do Estado. Estamos num momento-chave onde projetos começam a ganhar forma e os caminhos para alcançar os objetivos que nos propomos ganha mais definição com a consolidação e o amadurecimento do Fórum de Entidades Cívis Organizadas do Litoral Sul do ES.
1/5/2009	<i>Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2008/2015</i>	Findes	Formação CSV	Investimentos Siderurgicos no ES	01/05/2009 - o Informado, em maio de 2009, pela Vale, que a mesma mantém a disposição de investir no projeto em Anchieta, no sul do Estado. O empreendimento será retomado, embora o cronograma e os valores não tenham sido ainda definidos. A informação ratifica decisão do presidente da companhia, de implantar uma planta industrial em Anchieta, nos moldes da anunciada pela CSV.
6/5/2009	<i>Vale não desistiu de siderúrgica.</i>	Sindamares	Vale Anchieta - CSU	Investimentos Siderurgicos no ES	Um empreendimento do porte da Companhia Siderúrgica Vitória (CSV), que seria implantada por uma joint-venture, formada pela Vale e a chinesa Baosteel, deve ser instalada em Anchieta, no Sul do Estado. Após o licenciamento ambiental do empreendimento ser negado, as duas empresas informaram que sua implantação no Estado não seria realizada. Mas a Vale informou que não desistiu do projeto. "Ressaltamos que, no caso do Espírito Santo, não se trata da CSV, que tinha a Baosteel como líder, e, sim, de um novo empreendimento. Cronograma e valores não foram definidos", informou a empresa. Uma fonte ligada ao setor contou que a falta de água e a emissão de partículas, problemas para a implantação da megassiderúrgica, podem ser resolvidos facilmente e por um baixo custo.
18/5/2009	<i>A FILOSOFIA DA CÉLULA CANCEROSA</i>	Blog das Bromélias			Quando o navio petroleiro Exxon Valdez naufragou nas costas do Alaska, foi necessário contratar inúmeras empresas para limpar as costas, o que elevou fortemente o PIB da região. Como pode a destruição ambiental aumentar o PIB? Simplesmente porque o PIB calcula o volume de atividades econômicas, e não se são úteis ou nocivas. Na metodologia atual, a poluição aparece como sendo ótima para a economia, e o IBAMA vai aparecer como o vilão que a impede de avançar. A análise é de Ladislau Dowbor.
31/7/2009	<i>Proposta de Siderúrgica REJEITADA no Comitê das Águas do Benevente, pela Sociedade Civil Organizada da região, pelo governo do Estado e Internaltas</i>	Blog Vale Anchieta	Cancelamento da Baosteel	Mudança de local Baosteel	
3/8/2009	<i>Anchieta ganha núcleo para tratar violações aos direitos humanos</i>	Século Diário	Núcleo de Direitos Humanos	Problemas ambientais	Chama atenção também o fato de os planos mudarem repentinamente, logo após a realização de audiência pública na Assembléia Legislativa, marcada por inúmeros elogios à Baosteel e nada de representação popular. Cenário igual ao registrado em todas as ocasiões para debater o assunto.
3/8/2009	<i>Anchieta: ambientalistas vêem manobra para ampliar área industrial</i>	Século Diário	Pólo industrial de Anchieta	ampliação da área industrial	
4/8/2009	<i>O INÍCIO DO FIM DA CRISE?</i>	Blog das Bromélias	Vale Anchieta - CSU	Samarco	De acordo com os noticiários, a terrível crise econômica parece ter alcançado o fundo do poço e já aparecem os primeiros sinais de uma lenta mas gradativa recuperação. Este blog esteve praticamente mudo durante muitos meses e, em parte, também devido à crise. Afinal, a decisão do Governo Paulo Hartung de não implantar a siderúrgica Baosteel coincidiu praticamente com seu início.
31/8/2009	<i>Nova siderúrgica da Vale pode afetar Anchieta mais gravemente que na Serra</i>	Século Diário	Vale Anchieta - CSU	Investimentos Siderurgicos no ES	
15/9/2009	<i>Anchieta: fórum vai debater desenvolvimento sustentável no sul</i>	Século Diário	Vale Anchieta - CSU	Debate sobre Pólo	

Grupo 02 - regional.local

17/9/2009	<i>Vale se reunirá com entidades para discutir siderúrgica no sul</i>	Século Diário	Vale Anchieta - CSU	Reunião com as comunidades	O fórum de entidades do sul do Estado irá receber, nesta sexta-feira (14), representantes da Vale para discutir as expectativas da comunidade quanto à siderúrgica que a mineradora quer construir na região. Entretanto, de acordo com informação do Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama), não está claro ainda onde a empresa quer se instalar. A informação, segundo os jornais da região, é de que o projeto é semelhante ao da Vale/Baosteel que foi rejeitado na região, ou seja, a 1km da comunidade tradicionalmente conhecida pela cata de caranguejos, chamada Chapada do A, a 2km da comunidade Belo Horizonte e a 3km de Ubu, onde as Partículas Totais em Suspensão (PTS) já atingiram seu limite, conforme denuncia o Gama. A reclamação da ONG é de que a Vale já iniciou um processo de sedução no sul através de pequenas reuniões, sem ao menos assumir qual a localização e a real estrutura da nova siderúrgica. Uma solicitação de esclarecimento a respeito já foi feita pela ONG, por meio do Fórum de Entidades do Sul, propondo uma reunião com entidades filiadas para posteriormente se encontrarem com a Vale. Isso porque, em reunião com a comunidade, a Vale divulgou que o novo projeto seria menor do que o projetado pela Baosteel, inclusive com a produção de apenas metade do que os chineses pretendiam produzir, o que não é
25/9/2009	<i>Sai Baosteel, entra Vale: Itapemirim desapropria área para siderúrgica</i>	Século Diário	Vale Anchieta - CSU	Mudança de local Baosteel	
9/10/2009	<i>Começam as consultas públicas sobre usina da Vale no sul do ES</i>	Século Diário	Vale Anchieta - CSU	consultas públicas	
16/10/2009	<i>Gama é vetado em reunião sobre projeto da Vale em Ubu</i>	Século Diário	Vale Anchieta - CSU	Veto do Gama	
*	<i>A inserção do Brasil e seus impactos para a sociedade e o meio ambiente</i>	Justiça Ambiental			O crescimento recente do setor siderúrgico no Brasil, embora proporcione ganhos econômicos, vem intensificando impactos negativos para a sociedade e o meio ambiente. Esse crescimento está relacionado com uma estratégia de inserção na economia global que tem por base a exploração de recursos naturais e tecnologias poluentes/degradantes. Essas características conformam um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente insustentável, marcados por decisões que desprezam e externalizam os impactos sócio-ambientais negativos destas atividades.

B - ROTEIRO ENTREVISTA – “Conflitos Ambientais em Anchieta, ES”

Nome Entrevistador:

Data e hora (início e fim) da entrevista:

Local:

Nome Entrevistado:

Nome pelo qual é conhecido (Como as pessoas lhe conhecem?)

Endereço (onde mora)

Comunidade:

Município:

Telefone para contato:

E-mail:

Local e data de nascimento:

Sexo:

Ocupação:

Local de emprego/trabalho:

Cargo:

Etnia (auto-declarada):

Etnia (observação do entrevistador):

Estudou até que série?

Participação em movimento social: ___ Não ___ Sim

Nome organização/entidade:

Cargo:

Data de início de participação:

Eixo/tema 1 – Movimento Fora Baosteel

1. Como foi o processo da vinda da Baosteel? Como e quando você soube da vinda da Baosteel?
2. Conte-me a sua participação envolvimento nessa história.
3. Como foi recebida essa notícia?
4. Conte-me sobre Movimento “Fora Baosteel”, do início ao fim

5. Quais as instituições que participavam?
6. Quais os interesses diferentes que se defenderam nesses espaços de discussão?
7. Que instituição defendia cada interesse destes?
8. Quais foram os principais problemas percebidos com a vinda da Baosteel?
9. O que foi feito em relação à isso? O que vocês fizeram? O que a Baosteel fez? O que o poder público fez? E o IEMA?
10. Foram encaminhadas ao poder público ações civis e denúncias ambientais ou outro documento, denúncia? Como elas foram elaboradas? Qual o resultado disso? Surtiu efeito?
11. Vocês tem conhecimento do AIA produzido? O que você pensa sobre o seu conteúdo? Quais as suas críticas?

Eixo/tema 2 – Outros movimentos de resistência

12. Quais outros problemas ambientais vocês destacam que já ocorreram em Anchieta?
13. Como foi a atuação de vocês frente à esses problemas?
14. O que vocês fizeram a respeito disso? Quais outros movimentos, ações vocês já realizaram?
15. Quais outras instituições atuaram?

Eixo/tema 3 – problemas futuros

16. Quais desses problemas ainda existirão daqui a 5 anos?
17. Que outros problemas vocês imaginam que possam ocorrer daqui a 5 anos?
18. Como vocês acham que será Anchieta daqui a 5 anos?

C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Conflitos ambientais em Anchieta, ES”, desenvolvida por Luciane Cristina Zanol Vieira, mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo programa EICOS/IP/UFRJ, sob orientação de Carlos Frederico Bernardo Loureiro. O objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica dos conflitos ambientais em Anchieta/ES, em especial referente à Baosteel. Você foi selecionado devido à importância da sua instituição no cenário local e sua participação não é obrigatória.

As informações obtidas por essa pesquisa serão confidenciais e somente a pesquisadora e seu orientador terão acesso aos estudos e documentos. Não haverá identificação dos nomes dos entrevistados. O que você relatar nessa entrevista será gravado, transcrito e analisado com objetivo exclusivo para essa dissertação de mestrado. Os resultados da pesquisa poderão ser publicados no formato de artigo ou apresentado em encontro científico.

Nessa entrevista, lhe serão feitas perguntas sobre o processo de vinda da Baosteel, o Movimento “Fora Baosteel”, além da percepção dos problemas ambientais futuros. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os contatos da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

, / / 2009.

Luciane Cristina Zanol Vieira

Telefones: (27) XXXX-1853 / XXXX-0710

E-mail: XXXX@yahoo.com.br

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da entrevista.

Entrevistado

D – INVESTIMENTOS PREVISTOS DA VALE NO BRASIL

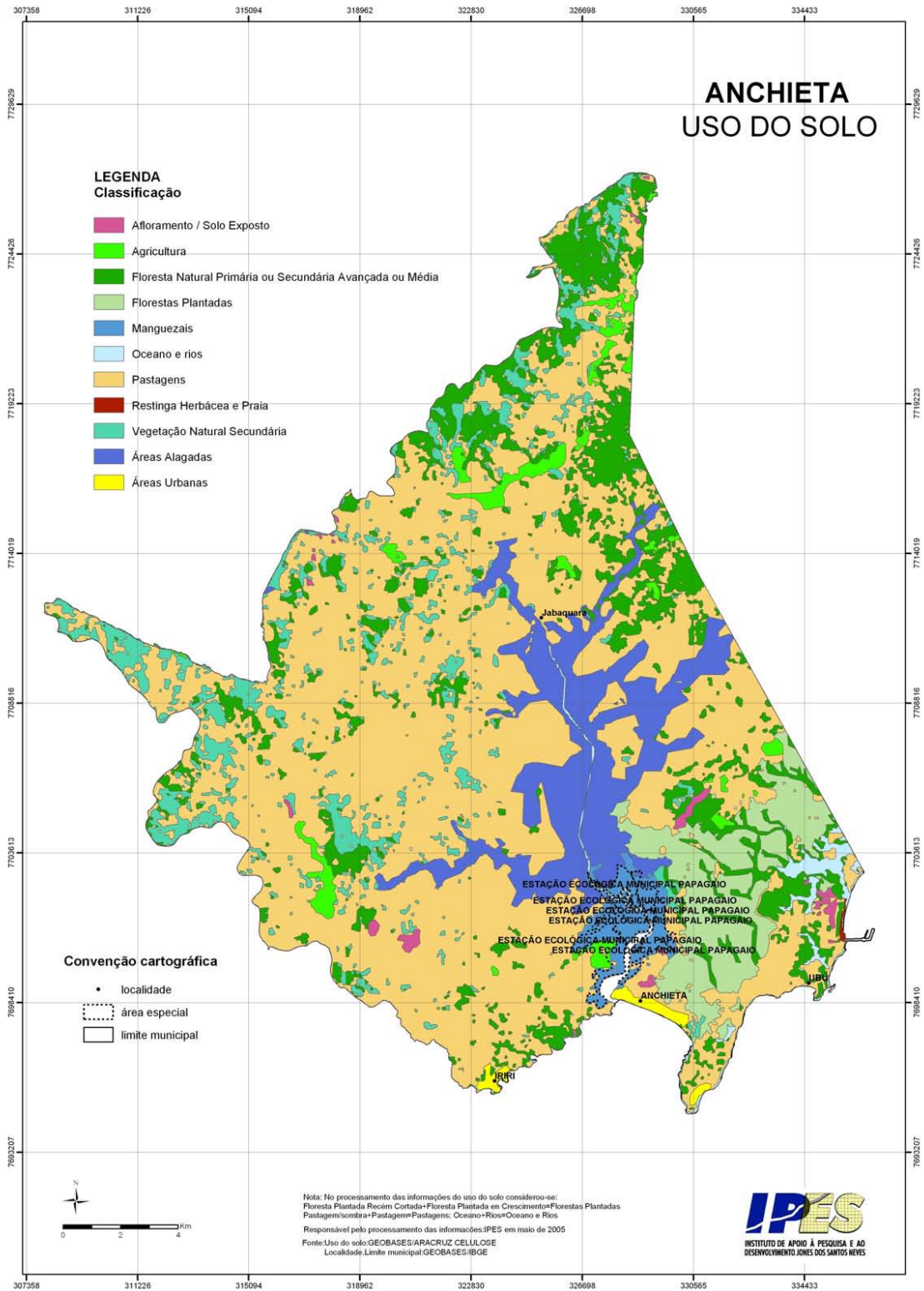
NOME FANTASIA	INVESTIDOR	PARTICIPAÇÃO DA VALE	PRODUÇÃO DE PLACAS DE AÇO PREVISTA (MILHÕES/ANO)	LOCALIZAÇÃO	INÍCIO DA OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)	Alemã ThyssenKrupp	10%	5 milhões	Santa Cruz/RJ	Primeiro semestre/2010	<ul style="list-style-type: none"> Vale assinou memorando de entendimento com a ThyssenKrupp para aumentar sua participação dos atuais 10% para 26,87% na joint venture, através de investimento adicional de 1 bilhão de euros por parte da Vale. Conflitos ambientais com descritivo detalhado em Zborowski, 2008
Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP)	Sul-coreana Dongkuk Steel Mill Co		2,5 milhões a 6 milhões	Distrito Industrial de Pecém/Ceará	Anunciado em 11/2007. Operação em 2013	No final de agosto, foi protocolado o EIA/RIMA junto ao órgão ambiental do Estado do Ceará, com o objetivo de dar início às obras de terraplanagem em dezembro de 2009
Aços laminados do Pará (ALPA)			2,5 milhões	Marabá/Pará	Anunciado em 08/2008. Operação em 2013	
Não possui	Japonesa JFE Steel Corporation	Não divulgado	5 a 6 milhões		Anunciado em 04/2008	Assinado Memorando de Entendimentos

E – ANÁLISE COMPARATIVA BAOSTEEL MARANHÃO X ESPÍRITO SANTO

TEMA	PÓLO SIDERURGICO MARANHÃO			PÓLO SIDERURGICO ANCHIETA, ES		
	Estado	Empreendimento	Movimentos de Resistência	Estado	Empreendimento	Movimentos de Resistência
Anúncio do Pólo	2001	2004 manifestam interesse: Vale, etc.	Implica na remoção de 14 mil habitantes. Sem divulgação de impactos ou do processo	Julho/2007: decreto de desapropriação	Março/2006: Anúncio de megaprojeto em Anchieta	Sem divulgação de impactos ou do processo
Ações pró Pólo	Criação do Grupo Executivo para Implantação do Pólo Siderúrgico – GEIP	Adiamento do projeto	Não identificada	<ul style="list-style-type: none"> • Ong ES em Ação – AAE • Tratado assinado com governo de Shangai • No. Visitas à China • Fórum de Ubu 	Adiamento do projeto e retomada, supostamente, com outros investidores	Visita à China
Ações contra o Pólo	Não identificada	Não identificada	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários em Escolas, Igrejas, Comunidades; • Missão e Relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos • Articulação com Rede Brasileira de Justiça Ambiental 	Conclusão da AAE – recursos hídricos escassos e nível de poluição atmosférica acima do permitido.	Não identificada	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras nas comunidades. • Postagem em Blog e divulgação na mídia • Fórum de Entidades e Seminários para debate.
Adiamento do investimento Vale	Sugestão de realocação do empreendimento	Nov/2005 – iniciativa da Baosteel		Afirmção de impossibilidade de implantação da Baosteel, porém reafirmado a instalação do Pólo. Sugerido outros locais: Itapemirim e Presidente Kennedy.	Jan/2009 – iniciativa da Baosteel de retirada o projeto.	
Retomada do investimento Vale	Retomada de negociações do governo do Estado com Baosteel	Janeiro de 2007 e Março/2009		Repasse de responsabilidade para do Governo Estadual para o Municipal	Agosto/2009 – realização de reuniões com as comunidades (Samarco e CSV)	

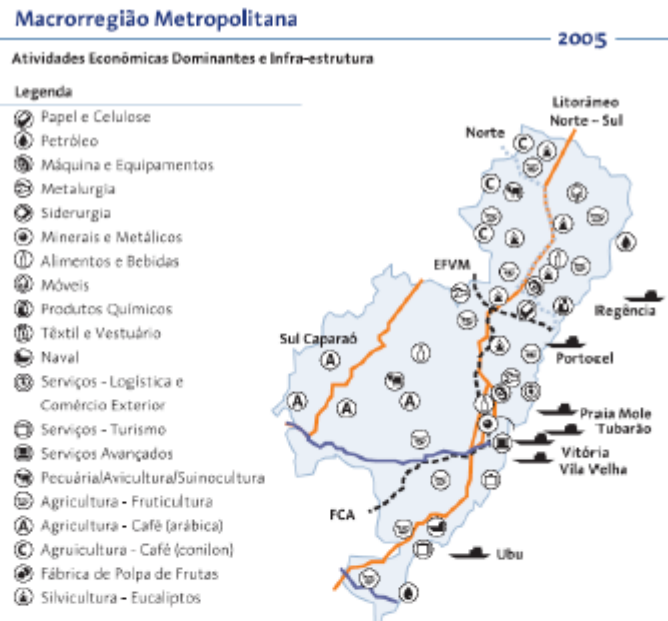
ANEXOS

1 - Mapa do uso do solo do município de Anchieta.



2 – Mapas do Pólo Industrial sob a ótica do Plano de Governo do Espírito Santo 2025

Mapa 1 - Visão Atual do Pólo no Contexto Metropolitano



Mapa 2 – Visão de Futuro sob a ótica do ES 2025

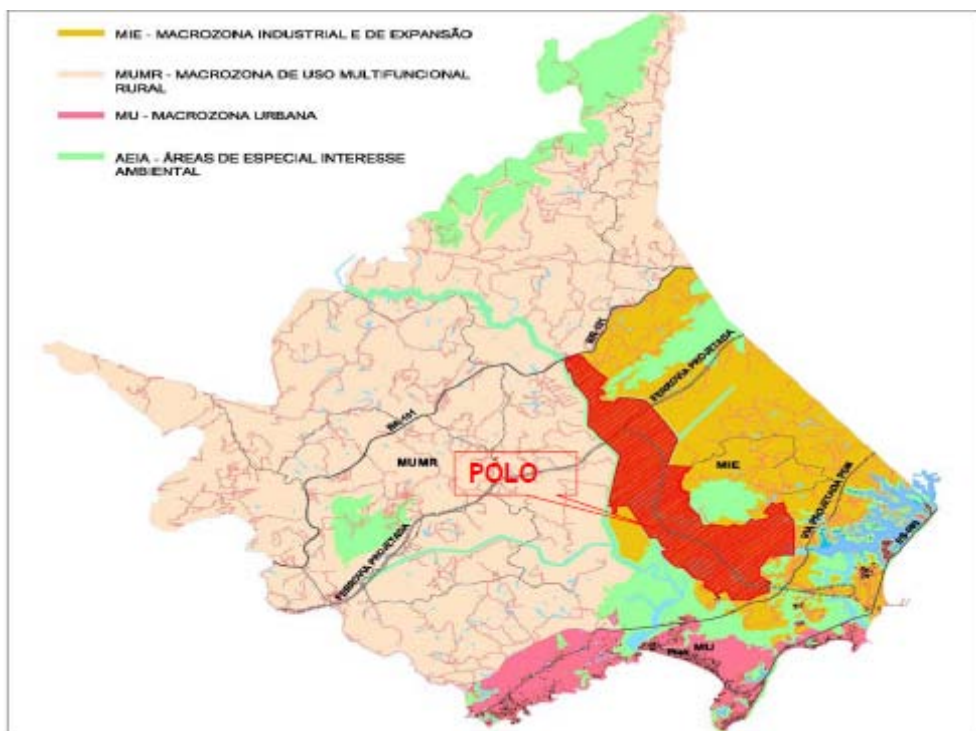
Visão de Futuro



Fonte: ES 2025.

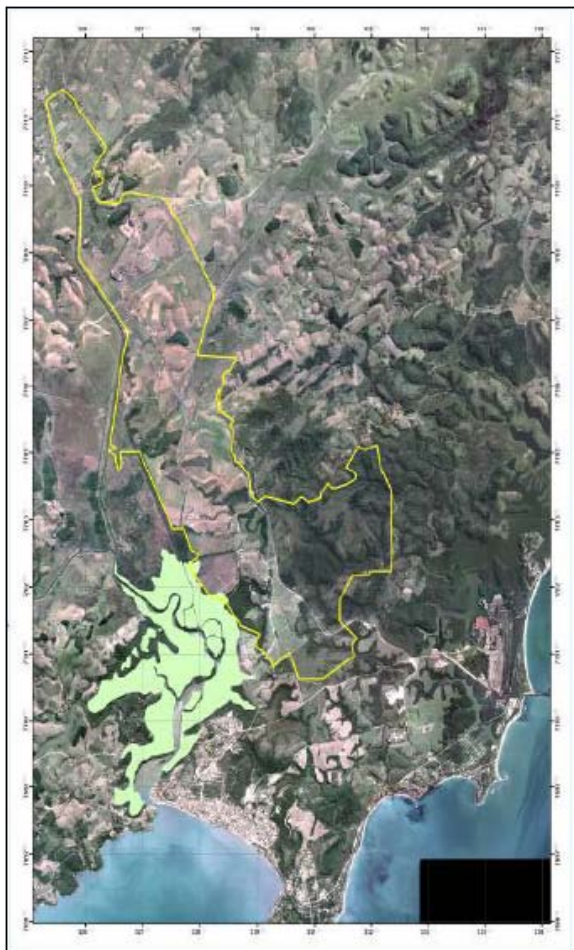
Fonte: AAE – Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES

3 – Localização do Pólo em relação ao Macrozoneamento estabelecido pelo PDM Anchieta.



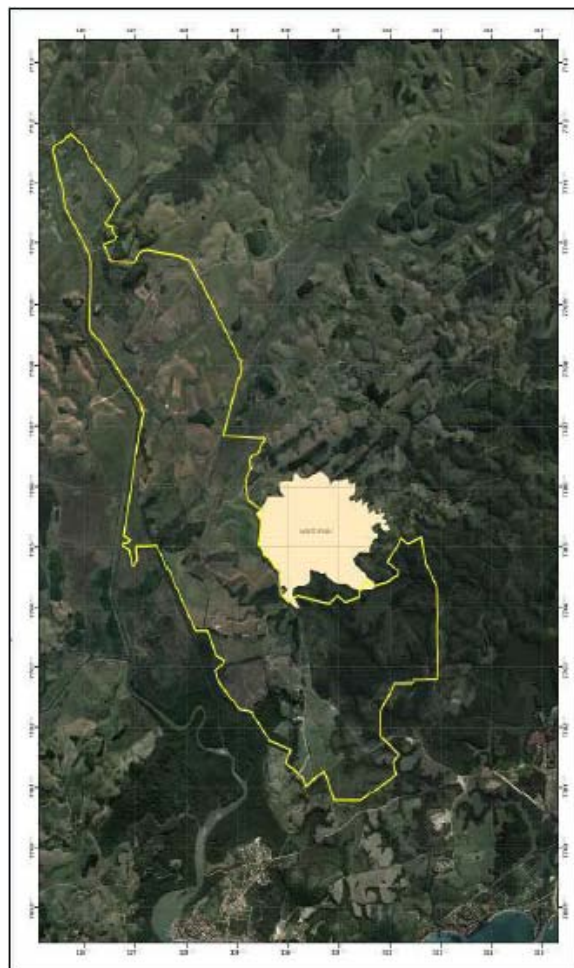
Fonte: AAE – Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES

4 – Localização da Estação Ecológica Papagaio em relação ao Pólo



Fonte: AAE – Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES

5 – Localização do Monte Urubu em relação ao Pólo



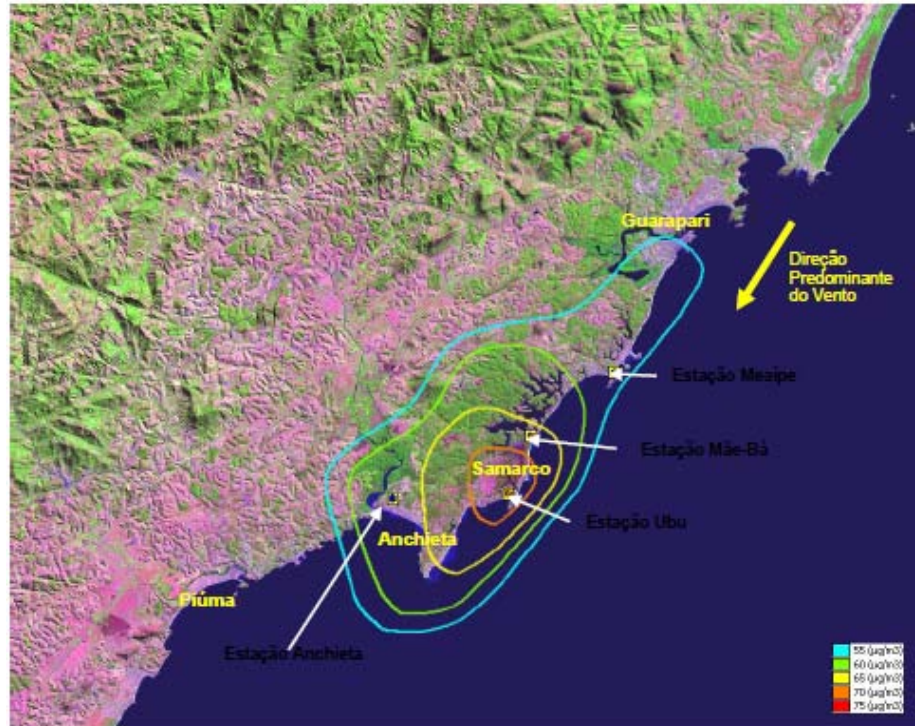
Fonte: AAE – Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES

6 – Localização da Lagoa de Mãe-Bá em relação ao Pólo



Fonte: AAE – Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES

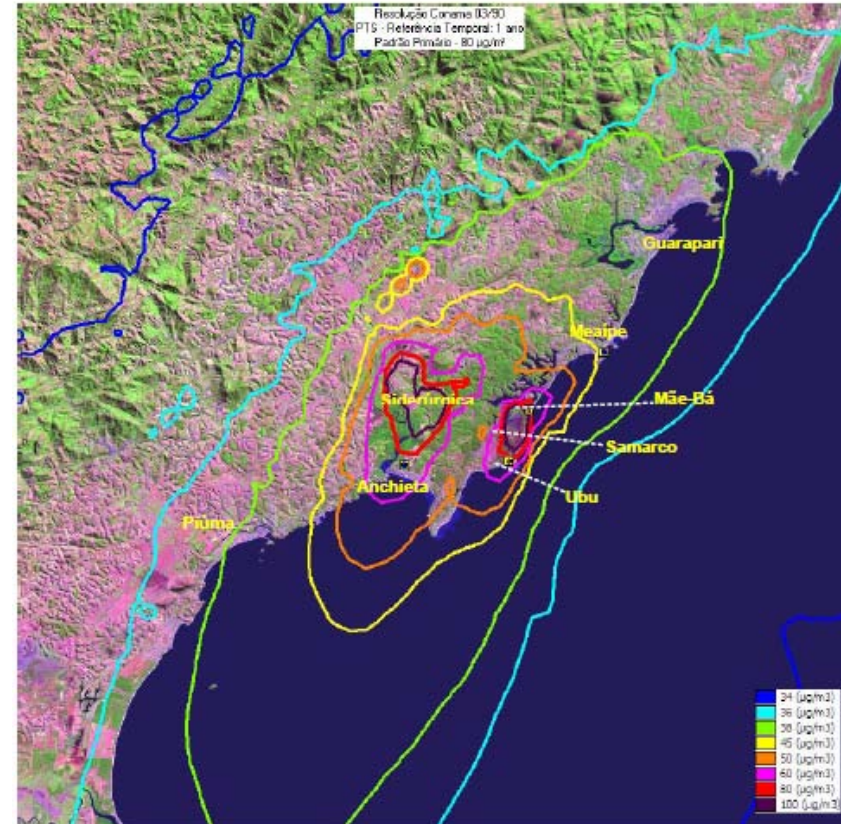
7 – Concentrações de Partículas Totais em Suspensão (PTS) – região de Anchieta e Guarapari – Situação Atual



Estação de monitoramento da qualidade do ar

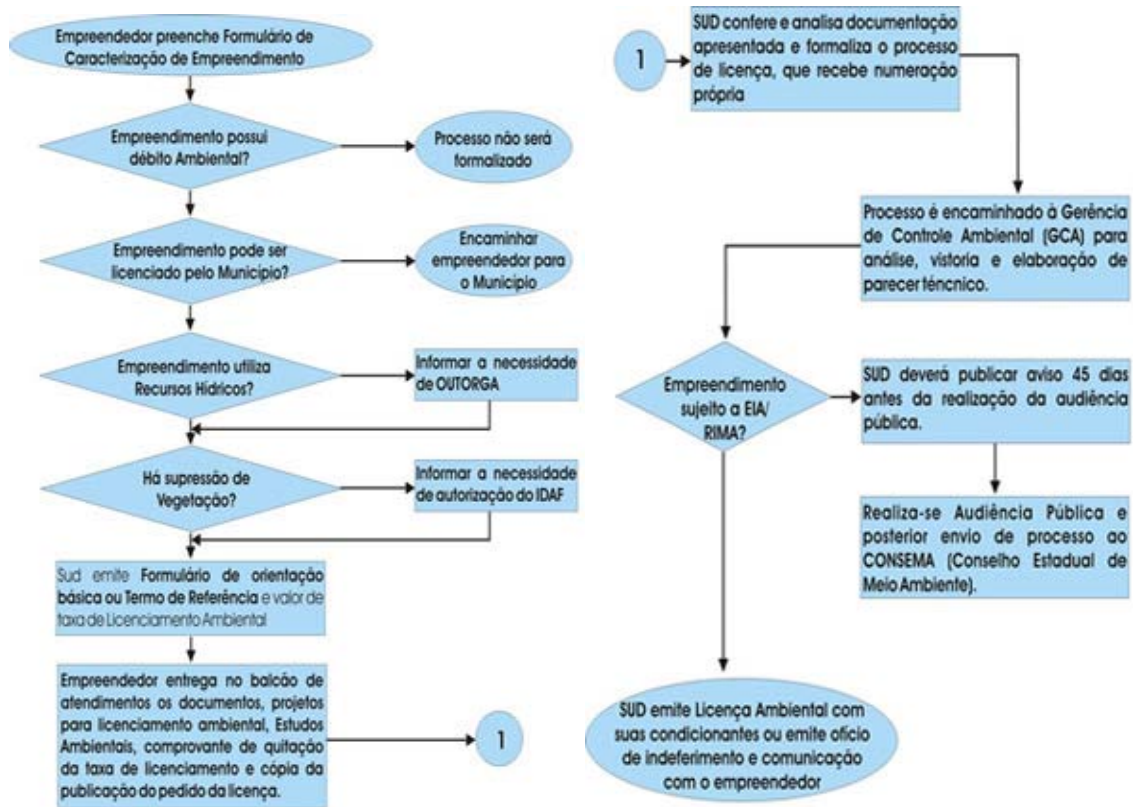
Fonte: AAE – Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES

8 – Concentrações de Partículas Totais em Suspensão (PTS) região de Anchieta e Guarapari e Piuma – Implantação do Pólo



Fonte: AAE – Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES

9 – Fluxograma Licenciamento Ambiental – Espírito Santo



Fonte: IEMA

10 – Outdoor localizado na área onde será implantado o pólo industrial: CSV será uma das empresas âncoras



Fonte: O Jornal online – 13/08/08

11 – Divulgação do TAC Samarco ao lado, de anúncio do Prefeito de Anchieta em prol do Porto da Petrobras

Alice Ferreira Braga, 6 anos, filha de Vânia América Ferreira, empregada da Samarco.

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL.
A Samarco coloca um novo horizonte no nosso futuro.

Compromisso com o meio ambiente e com as comunidades.

O Estado do Espírito Santo tem vários motivos para comemorar. A Samarco vai investir R\$ 150 milhões, nos próximos três anos, em ações de melhorias no sistema de controle atmosférico da região onde está inserida. Tudo para aprimorar a eficiência do controle na emissão de particulados gerados durante o seu processo produtivo, garantindo, assim, benefícios para o meio ambiente e para a sociedade capixaba.

Um Termo de Compromisso Ambiental entre a Samarco, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e o Ministério Público do Espírito Santo renova e amplia a responsabilidade socioambiental da empresa junto ao Estado.

Para saber mais sobre cada uma das ações, acesse www.samarco.com

Samarco. Em harmonia com o meio ambiente e com as comunidades, sempre.

UM NOVO ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado
www.es.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

SAMARCO

Petri pede União do Sul Capixaba em prol de Porto

Anchieta-ES: União dos Municípios do Sul Capixaba em prol da instalação do Porto Base da Petrobrás na região. Foi esse o tom da fala do Prefeito de Anchieta, na audiência Pública do Orçamento do Estado para 2010.

O evento, que reuniu, além de Anchieta, lideranças políticas e prefeitos dos municípios de Piúma, Iconha, Rio Novo do Sul, Itapemirim, Maratáizes, Presidente Kennedy e Alfredo Chaves, foi realizado no auditório do Hotel Espadarte no Balneário de Iriri.

Edival foi enfático ao afirmar que uma desistência da instalação do Porto na região representa uma grande perda econômica para todo o Sul do Espírito Santo, "Já temos garantida a Unidade de tratamento de Gás, e a Petrobrás já tem pronto o projeto para a construção do Porto em Ubú.



Isso significa desenvolvimento não só para Anchieta, mas para todo o sul capixaba. Essa é uma missão de todos nós do Sul do Estado: Brigar pela instalação do porto base da Petrobrás em nossa região", finalizou Petri aplaudido por todos os prefeitos representantes presentes.

Audiência pública para discutir o orçamento do Estado para o ano que vem, foi presidido pelo Secretário de Estado de Economia e Planejamento, Audifax Barcelos.

Agricultura familiar servirá para a alimentação escolar

Anchieta-ES: A Prefeitura de Anchieta reuniu-se com representantes do Governo Federal para debater a nova legislação sobre a compra de produtos para a alimentação escolar e para doação a entidades do município. Também participaram representantes de Piúma, Alfredo Chaves, Iconha e Guarapari.

Dois programas foram apresentados pelos técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Eles fazem parte do programa Fome Zero e vão beneficiar os pequenos produtores rurais.

Um dos programas é regido pela Medida Provisória nº 455/09, torna obrigatória a aquisição de no mínimo 30%

de toda a alimentação escolar do município direto com os produtores da agricultura familiar.

O outro programa também trata de compras de alimentos pela prefeitura, mas, desta vez, destinados a entidades de reconhecida utilidade pública, como o Hospital do Mepes, a Sociedade Pestalozzi e outros parceiros institucionais da prefeitura.

No dia 15 de junho, uma nova reunião aconteceu, desta vez com associações aptas a fornecer os produtos e com as entidades que receberão as doações.

A vice-prefeita Paula Louzada e o deputado federal Lelo Coimbra participaram da solenidade

12 – Faixa divulgando Consulta Pública da CSU em Guarapari.



13 – Detalhe da faixa divulgando Consulta Pública da CSU em Guarapari. Apresentação da Proposta do Termo de Referência do Projeto da Companhia Siderúrgica Ubu.





Anchieta, 13 de maio de 2008.

Da Associação de Pescadores de Ubú e Parati
Ao Responsável pelo setor de Controle Ambiental da PETROBRÁS,

Prezado Senhor,

Pelo presente, encaminhamos a V.Sa. o documento, aprovado pelo conjunto de nossos associados e assinado pelos principais dirigentes de nossa categoria (pescadores do município de Anchieta e adjacências) - ou seja, além de nossa associação, ele vai assinado pelos presidentes das Colônia de Pesca Z4 e Colônia de Pesca Z9 (respectivamente de Anchieta e de Piúma), e o representante da Pré- Associação de Inhaúma, Anchieta/ES -, contendo nossas reivindicações em face dos danos sociais que os trabalhadores da pesca sofrerão em decorrência do impacto ambiental dos novos empreendimentos econômicos que vêm sendo implantados, desde 2006 em nossa região.

Ao tomarmos essa iniciativa, de encaminhar este documento a V.Sa., temos dois objetivos:

- primeiramente, que V.Sa. conheça o inteiro teor de nossas reivindicações, em face dos prejuízos que os trabalhadores da pesca, localizados na região Sul do Espírito Santo, serão alvos em decorrência da ação danosa sobre o meio ambiente dos projetos industriais, alguns já em fase de implementação (como é o caso da terceira usina de pelotização da Samarco);
- e, em segundo lugar, que essa empresa, com a qual temos tido algum diálogo, cujos projetos em andamento afetam diretamente nossa área pesqueira, estude a forma de incorporar as nossas propostas em seus projetos sociais, a serem desenvolvidos em parceria com outros órgãos públicos, sob a nossa intermediação, visando reduzir os danos sobre nossas condições de vida e de trabalho, e ao mesmo tempo, concorrer para a criação de alternativas de trabalho e renda para a comunidade pesqueira.

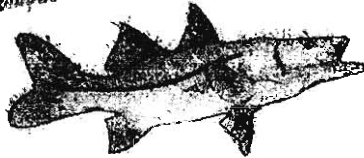
Na certeza de que nossas reivindicações serão examinadas e levadas em consideração por este órgão, apresentamos nossas

Cordiais Saudações

Adilson Ramos Neves
Adilson Ramos Neve

Presidente da APUP

Associação dos Pescadores de Ubú e Parati - AMP



CNPJ - 08.148.362/0001-36

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, autenticando - a nos termos do Art. 7º V da Lei 8936/94

12 MAIO 2008

em Testemunho
 MARIA HELENA DA
 SANGRA MACILANDIA

CARTÓRIO GONÇALVES
REGISTRO CIVIL E TABELIONATICO
CENTRO - ANCHIETA - RJ

Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PÓDERA JUDICIÁRIO

DOCUMENTO DE REIVINDICAÇÕES DOS PESCADORES DE UBÚ E PARATI E ADJACÊNCIAS (03 de março de 2008)

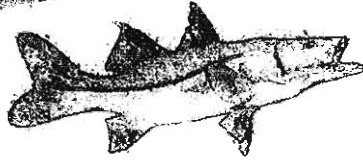


Os pescadores de Ubú e Parati, da sede (Anchieta) e das comunidades vizinhas, que têm na pesca artesanal, ou de produção familiar, sua única fonte de sobrevivência, encontram-se tangidos pelas graves consequências que inevitavelmente os vultosos empreendimentos na região trarão para a atividades pesqueira e afins.

Os órgãos públicos precisam agir de forma competente e imediata na defesa dos interesses dos trabalhadores mais empobrecidos – no caso, os que vivem da pesca e aqüicultura, que sofrem com os impactos ambientais decorrentes de tais empreendimentos. Um exemplo do elevado preço que pagarão, se medidas seguras e eficientes não forem tomadas, é o agravamento dos problemas de redução do pescado e da área pesqueira, que a comunidade local já enfrenta, decorrentes da instalação da Samarco Mineração, no litoral de Ubú, na década de 1970, área que portava uma riqueza em suas várias qualidades de pescado.

A Petrobrás, além do UTG (Usina de Tratamento de Gás) e as plataformas de exploração de hidrocarbonetos em alto mar, construirá uma base de apoio marítimo. Observa-se que, no Termo de Referência do IEMA para a construção dessa referida base, os pescadores não se encontram contemplados ou, na pior das hipóteses, foram claramente preteridos em termos dos impactos que sofrerão e as medidas requeridas para sua atenuação. O aludido Termo de Referência, do órgão responsável para a concessão de Licença Ambiental para início das obras, aborda diversos pontos de relevância, sem no entanto tocar minimamente no impacto ambiental que acarretará sobre a comunidade pesqueira e habitat do pescado.

Decorrerá desse empreendimento - a construção da base de apoio marítimo da Petrobrás na área pesqueira - uma grande limitação da liberdade de pesca, o que leva os pescadores a se preocuparem com a omissão dos órgãos ambientais. Em face desses vultosos projetos, que acarretarão bilhões de dólares para o país, e acionistas e demais



CNPJ – 08.148.362/0001-36

empreendedores privados (embora que do ponto de vista social e ambiental possam ser questionados), estas instituições tendem a ignorar quem de fato produz a riqueza do Brasil, embora dela não usufruam, os trabalhadores, que são sempre prejudicados pela política econômica brasileira, especialmente os de baixo poder aquisitivo, como é a situação dos pescadores artesanais e de produção familiar.

Levando em consideração que o IEMA e os demais órgãos públicos e empresas privadas não desconhecem a atual situação dos pescadores de Anchieta, e a problemática que estes enfrentam, cumpre o levantamento de alguns questionamentos em face do impacto ambiental de tais projetos:

- Por que esse Termo de Referência não aborda as dificuldades que enfrentarão os pescadores locais com esse novo empreendimento em sua área pesqueira?
- E, nessa mesma direção, por que nenhuma providência inibidora dos impactos é mencionada?
- Por que não é sugerida, por exemplo, a criação de alternativas de trabalho e renda, como condicionantes, no sentido de uma garantia mínima de subsistência, ou melhor, por exemplo, a concessão de **renda mínima**, tão comum na política social europeia implantada a partir do final do século XIX (processo de redistribuição da riqueza social produzida pelos trabalhadores com os segmentos menos aquinhoados)?

Agrega-se, que agravará os impactos ambientais e na vida dos trabalhadores, a instalação de empreendimentos correlatos, já em vias de estudo de viabilidade ou em processo de licenciamento, como o pólo industrial, integrado a uma siderúrgica, consórcio entre a Vaie e a empresa chinesa Baosteel (que exigirá a construção de um mega porto), a expansão das Usinas de Pelotização, somadas às da Samarco (com previsão de mais 2), prevista para perfazer um total de 10 unidades, além de ampliação de seu porto. Isso sem mencionar o conjunto de empresas subsidiárias que serão atraídas para o entorno desse pólo.

Av. C, nº 30 – Praia de Ubú – CEP 29230-000
Tel: 28-99230623 (Adilson – Presidente)
e-mail:

CARTÓRIO GONÇALVES REGISTRO CIVIL E TABELIONATO CENTRO - ANCHIETA - ES	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, autenticando - a nos termos do Art. 7º Vº da Lei 8936/94
	12 MAIO 2008 em Testamento () de validade <input type="checkbox"/> MARIA HELENA DA SILVA <input type="checkbox"/> CAROLINA DE FRANCESCA





CNPJ – 08.148.362/0001-36

A ênfase nessas questões toma importância porque todos têm conhecimento, inclusive os órgãos responsáveis pela defesa do meio ambiente, que a única qualificação profissional destes trabalhadores é a habilidade da pesca, e se esse espaço de trabalho for cada vez mais reduzido, como demonstra a prática recente passada e ainda atual, centenas de famílias não terão asseguradas o seu sustento, porque encontram-se sem qualificação profissional para atuar em outros setores.

A experiência desses empreendimentos industriais em outros espaços, como aquele na região de Macaé, traz à tona os possíveis problemas sociais que surgirão no município de Anchieta e no seu entorno, se não for dada uma atenção privilegiada ao conjunto dos trabalhadores empobrecidos da região - dos quais um segmento importante é composto pelos pescadores artesanais e de produção familiar - que será expandido com os trabalhadores sem qualificação que para cá migrarão atraídos pelas promessas desses empreendimentos, tão divulgados na mídia, aviltando a qualidade de vida daqueles que aqui residem, problemas sociais tais como: degradação do meio ambiente, violência urbana, segregação social, mendicância, abandono de crianças, falta de infra-estrutura urbana, tráfico de drogas, prostituição adulta e infanto-juvenil, entre outros, já observados especialmente nos municípios de Guarapari e Piuma.

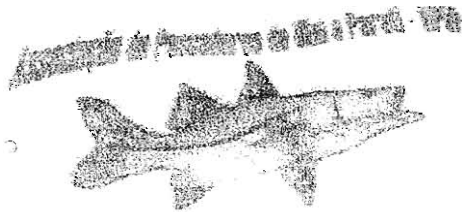
Diante do exposto, são enumeradas abaixo as principais reivindicações dos trabalhadores da pesca e da aquicultura, no sentido de subsidiar os órgãos públicos e empresas privadas para estudo de soluções implementadas através de medidas de compensação dos danos que serão provocados pelos empreendimentos:

- 1) recuperação das lagoas já danificadas pelas empresas fixadas na região desde a década de 1970 e que, se medidas não forem tomadas, os danos poderão ser agravados pelos novos empreendimentos;
- 2) controle rigoroso dos manguezais da região para evitar a destruição da biodiversidade, inclusive garantindo a sobrevivência de numerosas famílias que vivem da extração de caranguejos;

Av. C, nº 30 – Praia de Ubu – CEP 29230-000
Tel: 28-99230623 (Adilson – Presidente)
e-mail:

CARTÓRIO GONCALVES REGISTRO CIVIL E TABELIONATO CENTRO - ANCHIETA - ES	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, autenticando - a nos termos do Art. 7º Vº da Lei 8935/94
	12 MAIO 2008 Mário em Testamento () da veld <input type="checkbox"/> MARIA HELEN DA SILVA GONCALVES - Obitaria a h <input type="checkbox"/> GARCIA DE GONCALVES - Obitaria a h





CNPJ - 08.148.362/0001-36

- 3) criação de alternativas de trabalho e renda, como por exemplo, cativeiro marinho de bijupirá, sururu e, na lagoa, de camarão e tilápia;
- 4) melhoria da escola de pesca de Piuma, para a formação de trabalhadores da pesca nas alternativas acima indicadas, garantindo vagas para os diferentes municípios da região e transporte para circulação dos estudantes;
- 5) formação profissional básica, garantida pela rede pública de ensino fundamental, com prioridade de vagas para os filhos de pescadores e trabalhadores da aquicultura;
- 6) garantia de renda mínima aos trabalhadores empobrecidos e atingidos pelos impactos dos empreendimentos, como forma de medida de distribuição de parte da renda adquirida pelos municípios vindos da exploração do petróleo na região.

Registram sua assinatura, em concordância e comprometidos com as reivindicações acima, os representantes das seguintes organizações sociais:

ORGANIZAÇÃO	REPRESENTANTE	ASSINATURA	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
Associação de pescadores de Ilha e Praia	Adilson R. Neves		R.G. 493-098.
Colônia de Pescadores Z-1	JALOGMAR SILVA FRANTIER		R.G. 886-191A
PAE ASSOCIAÇÃO PESCADORES ENHAÛMA	José do Espírito Santo		R.G. 961.066 ES.
Colônia de Pescadores Z-9	Manoel Carlos Sant'Anna		R.G. nº 392.036

Av. C, nº 30 - Praia de Ubú - CEP 29230-000
 Tel: 28-99230623 (Adilson - Presidente) e-mail: apupanchieta@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º da Lei nº 8.935/94

12 MAIO 2008

em Testemunho

MARIA HELVIANA DA SILVA BONFALVES - CTR

JANEIRO DE 2008

CARTÓRIO BONFALVES
 REGISTRO CIVIL E TABELIONATO
 CENTRO - ANCHIETA - ES



AHP 19774

Reunião de Abertura ao Diálogo Social com as Comunidades ANCHIETA e IRIRI-CENTRO | 26.08.09

1. APRESENTAÇÃO DA VALE

1.1. Apresentação

A apresentação do projeto foi realizada por Dimas Bahiense, coordenador de projetos siderúrgicos da Vale para o Espírito Santo, e um dos responsáveis pelo projeto da Companhia Siderúrgica Ubu (CSU). Inicialmente ele apresentou sua experiência na área siderúrgica, tendo trabalhado em diversas empresas da área desde o início de sua vida profissional. Primeiramente, ele reforçou que todos terão a oportunidade de se colocar e colocar suas questões, e, informou que iria responder o que soubesse, que não responderia o que não soubesse e que informaria aquilo que não poderia responder, pois ainda não estava autorizado a falar.

Na sequência ele comunicou a abertura ao diálogo entre a Vale e a comunidade. O diálogo que se inicia agora se estenderá por todo o processo de licenciamento, tendo em vista que a CSU espera ser vizinha de vocês, a partir da aprovação do projeto pelos estudos internos de viabilidade e pelo órgão ambiental (IEMA).

Por fim, foi apresentado o parceiro antigo da Vale em empreendimentos dessa natureza. A equipe da Dialog vai acompanhar o processo de diálogo com a comunidade, orientando e facilitando a integração da empresa com as comunidades.

1.2. O Negócio

Uma siderúrgica, para existir precisa de minério de ferro, carvão mineral e calcário de boa qualidade. No Brasil temos minério e calcário de boa qualidade em abundância, porém precisamos trazer o carvão de minas estrangeiras. O minério e o calcário chegam à usina através da ferrovia e o carvão chega através de navios pelo porto, que também são utilizados para escoar a produção de aço para o resto do mundo, barateando o produto e potencializando a logística do processo.

Esse projeto viabiliza a existência de uma ferrovia e um porto. Uma ferrovia que cruze o Sul do Estado é um anseio dos capixabas há muitos anos, porém não existe ainda demanda suficiente que viabilize economicamente esse empreendimento. Com a implantação da siderúrgica será viável a construção dessa ferrovia, desafogando nossas rodovias e barateando a produção de diversos outros empreendimentos.

Os EUA, Japão e Europa consomem o aço de maior valor agregado, destinado à indústria automobilística e à fabricação de eletrodomésticos. Devido às condições ideais de matéria-prima e logística, no Brasil é fabricado o aço mais barato do mundo, o que garante a sua competitividade. Ressaltamos também que detemos no país a excelência no conhecimento para a produção de aço, o que nos permite exportar para os mercados mais exigentes do mundo. Apesar de termos abundância em matéria prima (o Brasil fornece minério correspondente à 20% da produção mundial de aço) e o aço mais competitivo do mundo, ainda somos o oitavo país em produção (no país produzimos apenas 3% da produção mundial). Para mudar esse cenário, a Vale está investindo pesado em diversas plantas siderúrgicas por todo o país.

1.3. Parcerias

Foi feito um breve relato histórico do projeto Baosteel-CSV apontando que a Baosteel – que detinha 60% das ações – deixou o projeto quando o Governo do Estado do Espírito Santo anunciou as fragilidades ambientais de um projeto siderúrgico de 10 milhões de toneladas

No projeto Baosteel-CSV, a Vale concentrava 40% das ações da empresa e a Basoteel detinha 60% das ações. Após a conclusão do estudo da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta realizada pelo Governo do Estado do Espírito Santo, estudo este que apontou fragilidades no projeto siderúrgico de 10 milhões de produção/ano, a Vale manteve seu interesse pelo projeto, comprou 100% do capital da empresa, constituindo a Companhia Siderúrgica Ubu, e está desenvolvendo estudos para a implantação de uma siderúrgica com capacidade de produção de 5 milhões de produção/ano e estão sendo levados em consideração todos os pontos relevantes apontados pela Avaliação Ambiental Estratégica (ex: água, impacto urbano, ar, emissão atmosférica, entre outros). Apesar disso, a empresa não pretende ter essa usina sozinha, devendo atrair um operador siderúrgico como parceiro nesse projeto.

Além do projeto CSU, a Vale investe e desenvolve estudos para a implantação de várias empresas do ramo siderúrgico, como é o caso da CSA (localizada no Rio de Janeiro), a CSP (localizada no Ceará) e a ALPA (localizada no Pará).

1.4. O Empreendimento

A capacidade de produção da CSU está prevista para 5 milhões de toneladas de aço por ano, o que representa 50% de redução em relação ao projeto original. As questões de uso de água e emissão atmosférica estão sendo estudadas de maneira a viabilizar o projeto sem prejudicar a região. Estuda-se também o uso de água do mar na refrigeração dos processos, diminuindo por volta de 30% a vazão de água doce a ser captada do rio Benevente.

O novo projeto tem uma ocupação territorial diferente do anterior, disponibilizando uma área de 33% do projeto original que será destinada à proteção da vegetação existente em recuperação.

Deve-se ressaltar que estamos falando de cinco anos até que todo o processo esteja terminado e a siderúrgica construída, o que é tempo suficiente para capacitarmos mão de obra local e estabelecermos o relacionamento com as comunidades.

O projeto, no que tange à empresa, é composto de diversas fases. São elas: engenharia conceitual, engenharia básica e o estudo de viabilidade técnica e econômica final. Esse processo corre em paralelo com os processos legais de licenciamento, junto aos órgãos ambientais, e com o diálogo social com a sociedade civil.

1.5. O Relacionamento

Tudo o que a sociedade e o poder público relatam ser necessário é aportado para dentro do projeto e para seus custos. Ao final desse processo chegamos a um ponto onde avaliamos se o projeto é ou não é viável, portanto, não estamos ainda certificando que a siderúrgica será construída de fato.

A Vale, além disso, não irá forçar a implantação do projeto sem ouvir as comunidade do entorno, pois entendemos que é de extrema importância estabelecermos o relacionamento com essas comunidades.

Existe um histórico de relacionamento entre a Vale e todas as comunidades que estão no entorno de seus empreendimentos. Essa é uma diretriz da empresa, que se orgulha de ser uma boa vizinha, íntegra e respeitosa com as comunidades.

Portanto, pretendemos ser muito transparentes com vocês, criando um relacionamento de confiança. Somos a primeira mineradora do mundo a reflorestamos áreas maiores do que as áreas de cobertura vegetal removida. No Brasil, para cada 1 hectare de área impactada a Vale protege 1,4 hectare.

O interesse da Vale no município de Anchieta se dá graças às suas características competitivas em comparação com outras cidades do litoral brasileiro. A sua posição estratégica no corredor logístico e a profundidade do calado do seu litoral tornam a chegada de matéria prima e o escoamento da produção aumentam a competitividade do empreendimento.

Abrimos agora para o diálogo com a comunidade, onde todos terão a oportunidade de se colocar e apresentar suas dúvidas, questões e expectativas.

2. LEVANTAMENTOS DA COMUNIDADE

2.1. Questões

- Nome CSV (projeto antigo) estava em desacordo com a realidade, instalação em UBU.
- Limite de poluição atmosférica: A Samarco faz um convênio para baixar as emissões de poluentes no ar. Em seguida, inicia o processo de licenciamento da quarta usina. – incoerência, pois os índices de redução subirão com a nova usina.
- Vinda de mão de obra de fora do município – impacto nos serviços públicos, como: saúde, educação. Reforço em ações comunitárias.
- Frustrações com o processo da Baosteel: falta de comunicação da empresa com os moradores, muitas informações confusas sobre o projeto. O diálogo não foi bem trabalhado.

2.2. Dúvidas

- A Baosteel-CSV tem alguma ligação com a CSU?
- Por que a escolha de Anchieta para sediar o empreendimento?
- O pólo industrial anunciado pelo governo vai continuar?
- Os 15 mil empregos estão distribuídos de que forma?
- Qual o plano de diminuição da poluição do ar e como irá manter os índices baixos?
- O que será aproveitado do projeto antigo da Baosteel-CSV?
- Qual a proporção do projeto CSU em relação ao projeto antigo?
- Linha do tempo do licenciamento: qual o tempo de implantação da usina? Ele pode ser interrompido?
- Qual a quantidade de utilização de água na usina e como será a captação desse recurso?
- O que a CSU irá trazer de benefícios para a região? Quanto de emprego, quanto de impostos?
- Como podemos trabalhar o processo que antecede a instalação da CSU para tornar Anchieta com recursos necessários para receber um empreendimento desse porte?
- Qual a participação da Vale na Samarco? Como a empresa pode influenciar na gestão da Samarco no território?
- Como pode funcionar um pólo industrial em harmonia com o turismo?
- Preocupação com os impactos da fase de instalação do empreendimento. Qual o plano de gestão dos impactos da vinda de mão de obra de fora do município – alojamentos?
- Operação da usina: a Vale vai abrir mão do projeto futuramente para vender aos chineses?
- Comunidades rurais e pesqueiras: como suas dinâmicas serão trabalhadas no estudo de impactos da usina?
- Como o Poder Público e os conselhos podem ajudar no desenvolvimento das condicionantes da usina?
- O que vai acontecer com as comunidades que podem estar no território da usina?

2.3. Expectativas

- Mostrar um resumo sobre a tecnologia que será empregada na CSU.
- Criar um panorama geral das influências positivas e negativas que o projeto terá em Anchieta.
>> Diagnóstico para gestão dos impactos (mitigação e compensação)
- Traçar perfil epistemológico para a construção de uma rede de saúde local.
- Necessidade de um plano que aproveite ao máximo a mão de obra local.
- Criar um plano de ação junto com o Poder Público para gerar infraestrutura local suficiente para suportar os empreendimentos que estão vindo para o município.
- Criação de um pólo industrial que garanta um licenciamento adequado à quantidade de empreendimentos e às limitações locais.
- Formalizar o processo de informação da Vale – criar um canal confiável.
- Cobrar participação do Poder Público. Não deixar que o ano político sobreponha os interesses e as necessidades do município e das comunidades.
- Desenvolver estudos sobre os impactos CULTURAIS – ver a existência de sítios arqueológicos no município. Agendar uma reunião com o conselho responsável.
- Fazer uma apresentação (filme 3D) sobre os resíduos sólidos da CSU.

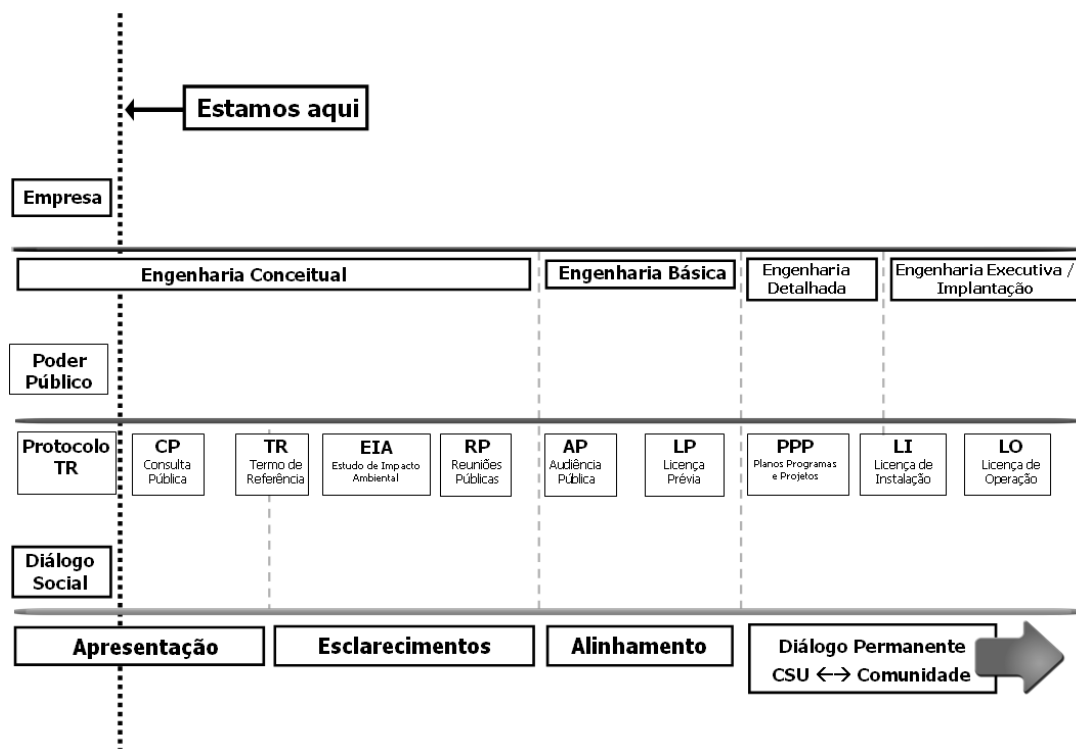
Reunião de Abertura ao Diálogo Social com as Comunidades Anchieta Centro - Iriri | 02.10.09

1. APRESENTAÇÃO DA VALE

1.1. Objetivos da reunião

- Apresentar o empreendimento: Companhia Siderúrgica Ubu
- Apresentar o Termo de Referência
- Ouvir as dúvidas, questões e expectativas dos participantes

1.2. Linha do Tempo – Etapas do projeto CSU, do licenciamento ambiental e do diálogo social



1.3. A empresa Vale

A Vale em todo o mundo

Com sua matriz situada no Rio de Janeiro, Brasil, a Vale emprega uma força global de trabalho com mais de 100.000 pessoas, em mais de 30 países.

A mineração é o coração do negócio da Vale

Da descoberta e transformação dos minerais, empresas em todo o mundo dependem da produção das operações mineradoras da Vale para criar os produtos que as pessoas usam no dia-a-dia.

Nossos valores

O constante compromisso de viver os valores corporativos faz da Vale o parceiro preferencial de clientes, funcionários e comunidades. Os funcionários da Vale exercem os sete valores principais todos os dias:

- Ética e transparência - Sempre operamos abertamente, comunicando de maneira honesta e direta;
- Respeito à diversidade - Reconhecemos que nossa força e caráter se originam de nossas diferenças;
- Excelência de desempenho - Somos incansáveis em nossa busca para melhorar e superar em todas as áreas do nosso negócio;
- Responsabilidade econômica, social e ambiental - Somos um cidadão corporativo responsável;
- Espírito desenvolvimentista - Incentivamos e recompensamos os que tomam iniciativa;
- Respeito à vida - Não abrimos mão, pois a vida humana é preciosa;
- Orgulho de "Ser Vale" - Podemos erguer nossas cabeças, pois temos orgulho do que somos.

1.4. A Companhia Siderúrgica Ubu

As Informações apresentadas a seguir foram extraídas dos estudos preliminares do projeto conceitual da siderúrgica.

A Vale também investe em siderurgia

Acreditamos na competitividade diferenciada da siderurgia brasileira. Trabalhamos para atrair investimentos, e no desenvolvimento de projetos para aumentar a capacidade instalada da produção de aço no Brasil.

Empresas com participação da Vale:

- California Steel Industries - CSI, nos Estados Unidos da América (desde 1984)
- ThyssenKrupp CSA, no Rio de Janeiro (início de operação em junho de 2010)
- ALPA - Aços Laminados do Pará, no Pará (em fase de projeto)
- CSP - Companhia Siderúrgica Pecém, no Ceará (iniciando a fase de licenciamento)
- CSU - Companhia Siderúrgica Ubu – Espírito Santo (iniciando a fase de licenciamento)

Além desses projetos, a Vale já participou nos projetos: CST (atual Arcelor Mittal Tubarão); Usiminas; CSN; Açominas; Siderar.

Por que a instalação da siderúrgica em Anchieta?

- Facilidade na implantação de um sistema logístico eficiente (possibilidade de implantação de um porto e uma ferrovia):
 - Acesso a matérias primas para fabricação do aço (minério de ferro, calcário, carvão)
 - escoamento da produção
- Águas profundas para terminal marítimo
- Ramal ferroviário
- Vocação minero-metalúrgica

O projeto

a. Responsabilidade ambiental

Está em estudo a criação de uma área de proteção ambiental de 300 hectares e a implementação de um cinturão verde em torno da planta industrial.

b. Controle ambiental

O projeto da CSU considera as características ambientais da região e incorpora as análises da Avaliação Ambiental Estratégica desenvolvida pelo Governo do Estado.

Uso responsável da água:

- Redimensionamento da utilização da água doce com objetivo de redução de 3240 para 1800 m³/h;
- Índice de recirculação de 97% de água doce, com um descarte de até 120 m³/h;
- Estudos avançados para utilização da água do mar em aplicações específicas, previsto o uso de 4000 m³/h, com possibilidade de reuso.

Cuidados especiais com a emissão de gases e de particulados:

- Redimensionamento de chaminés;
- Correias transportadoras cobertas;
- Enclausuramento das transferências das correias transportadoras;
- Umectação das pilhas de matérias primas;
- Estudo de tecnologias alternativas para reduzir as emissões de material particulado.

c. Socioeconomia

Geração de 3 mil empregos diretos e possibilidade de geração de 15 mil empregos indiretos na fase de operação. Criação de parcerias com governos, empresas e instituições profissionalizantes para capacitação de mão de obra da região, preferência pela contratação de mão de obra local.

Capacidade para a atração de novos negócios e consolidação dos negócios já existentes.

Estudos sobre infra-estrutura:

- Transporte
- Moradia e convivência
- Segurança
- Saúde

Diálogo e Transparência

Responsabilidade Social

A CSU já atua com responsabilidade e transparência realizando reuniões para apresentar seu projeto e ouvir a comunidade e o poder público na busca pelas melhores alternativas para sua implantação. Esta postura caracteriza nosso padrão de relacionamento com as partes envolvidas em nosso projeto.

1.5. Termo de Referência

Qual é a função deste documento?

Orientar a empresa na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental para o meio físico, biótico e socioeconômico servindo de base para os estudos para a obtenção da licença ambiental.

Conteúdo do Estudo*:

- Caracterização do empreendimento;
- Áreas de influência;
- Diagnóstico ambiental e socioeconômico;
- Análise dos impactos ambientais e socioeconômicos;
- Proposição de medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias;
- Programas ambientais;

* É importante ressaltar que as comunidades podem fazer sugestões ao conteúdo desse estudo.

Informações Específicas de Interesse para este Projeto

- Emissões atmosféricas e qualidade do ar da região;
- Água a ser usada, tratamentos e descarte;
- Geração e destinação dos resíduos;
- Fauna e a flora do local;
- Unidades de conservação na área;
- Oportunidades de empregos e negócios para a região;
- Capacitação de mão de obra;
- Moradias dos trabalhadores;
- Impactos negativos;
- Área do empreendimento e acessos;
- Programas de acompanhamento dos impactos positivos e negativos.

2. LEVANTAMENTOS DA COMUNIDADE

2.1. Questões

- Preocupação com a fase de implementação – infraestrutura.
- Sítios arqueológicos.
- PCEM / Pólo industrial.
- Falou-se na criação do pólo, mas isso nunca aconteceu. O único decreto foi em relação à desapropriação de Chapada do Á.
-
- Desenvolvimento Sustentável – Modelo para o mundo
 - >>Infraestrutura / EIA – Pólo Industrial
- A maior preocupação é a questão de infraestrutura.
- O Poder Público não quer gastar dinheiro com infra-estrutura.
- Receio de mudar o layout e manter a comunidade próxima a usina, pois manter comunidades nesse local poderá causar impactos sociais de diversas naturezas.
- A questão do mangue também é preocupante. Já existe um plano de manejo das lagoas costeiras (TAC). Haverá uma reunião com comunidades para discutir esse plano e também uma outra reunião técnica com o IEMA.
- Todo o abastecimento do rio está comprometido, as nascentes estão morrendo, assim como as matas ciliares, além da poluição por esgotos e agrotóxicos. Não apenas as indústrias acabarão com a água, mas principalmente a população.
- Há um projeto do estado "Produtor de águas", para que se mantenha as matas em pé - Alfredo Chaves.
- Pensar nas questões culturais locais para o caso de comunidades a serem removidas.
- Chapada do Á tem como tradição a atividade de extração de caranguejo – Remover a comunidade e mudar sua vocação impacta também no turismo, uma vez que a atividade ficará comprometida.
- Mangue também é preocupante. Já existe um plano de manejo das lagoas costeiras (TAC).
- Recursos Hídricos
 - >> Discussão a respeito no Fórum de Ubú
 - >> Poluição, má utilização e desmatamento – Não apenas as indústrias acabarão com a água, mas principalmente a população.

2.2. Dúvidas

- A ferrovia passará perto das ruínas? O Quão próximo?
- As comunidades de Monteiro / Chapada-do-Á serão removidas?
- Quem catará caranguejo (caso Chapada do Á seja realocada)?
- O que Chapada do Á achou disso na reunião que vocês fizeram lá?
- Esse estudo (realocação) não deveria ter sido feito antes do projeto?
- Quantos empregos serão gerados pela usina?
- Chapada pode ser removida. Belo Horizonte e Goembê estão na área de preservação ambiental?
- Vocês já fizeram estudo de captação dessa vazão no rio Benevente? O rio já está assorido.
- Quando teremos o estudo sobre recursos hídricos? Não pode ser apenas o estudo do EIA.

2.3. Expectativas

- Incluir fotos das siderúrgicas modernas na apresentação.
- Prefeitura deve desenvolver um plano diretor para o pólo industrial.
- Incluir os sítios arqueológicos nos planos e estudos do projeto – inserir o IPHAN na discussão.
- Criação de infraestrutura mínima para recebermos os empreendimentos – pólo está dentro desse mínimo.
- Transformar Anchieta em 3a entrância. As empresas precisam dialogar com o Poder Público para que se tenha apoio necessário para o município.
- Vale ser parceira da comunidade, intervindo junto ao governador e ao Poder Público, uma vez que não dão ouvidos à sociedade civil.

Temas	Dúvidas e Comentários dos Moradores	Estudos em Andamento
Geração de Trabalho e Renda Capacitação de mão-de-obra local Absorção de mão-de-obra local	“Existe algum projeto da Vale para qualificar profissionalmente os moradores de Anchieta?” Parati/Ubu “Quantos empregos serão gerados no total nas fases de instalação e operação?” Recanto do Sol “Existe interesse em capacitar e utilizar a mão-de-obra local ociosa?” Guarapari	1) Diagnóstico sobre a realidade / oferta da mão-de-obra da região (quantidade, qualificação e especialidade) 2) Estudo sobre a demanda de empregos gerada pela CSU (implantação e operação) 3) Plano de Qualificação de mão-de-obra Responsáveis: Valer/DVF Consultoria
Infraestrutura Serviços Saúde, Educação, Habitação, Segurança, Saneamento e Transporte Migração de mão-de-obra Infraestrutura básica	“O município necessita de infraestrutura básica e aparelhar melhor os serviços públicos.” Belo Horizonte “Estamos preocupados com a fase de obras, por causa da migração massiva de mão-de-obra (...). Não temos infraestrutura suficiente para receber todos.” Anchieta Centro	1) Articulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Responsáveis: Governo ES, Governos Municipais e CSU (Vale) 2) Estudo para criação do Plano de Infraestrutura Administrativa Responsável: em processo de contratação
Água Captação, Reutilização e Preservação	“O complexo siderúrgico utiliza muita água para o resfriamento do aço. Onde será feita a captação e o descarte? Haverá tratamento? E dessalinização?” Castelhanos “Já foram feitos estudos para a captação da vazão necessária para o projeto, levando em conta a capacidade do rio Benevente? O rio já está assoreado.” Anchieta Centro/Iriri	1) Estudo de caracterização da Bacia do Benevente Responsáveis: Em processo de contratação 2) Estudo sobre a Otimização dos Recursos Hídricos na usina (utilização da água do mar, captação da água de chuva, reusos) Responsáveis: Serenge/Vale
Fornecedores Locais Desenvolvimento de fornecedores locais	“Se criarmos um polo de serviços teremos algum privilégio? As nossas microempresas vão ser priorizadas pela CSU?” Alfredo Chaves “Que tipo de fornecedores a Vale precisará?” Piúma	1) Diagnóstico sobre a realidade / oferta de produtos e serviços da região (quantidade, qualificação e especialidade) 2) Estudo sobre a demanda de produtos e serviços gerada pela CSU (implantação e operação) 3) Elaboração de um Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Fornecedores Responsável: DVF Consultoria
Ar Saúde Filtros Emissões Atmosféricas	“O governo diz que o ar e a água estão saturados. Outras empresas e agora, a Vale, querem empreender em Anchieta. Gostaria que essa contradição fosse explicada. Temos receio de entrar no processo de licenciamento e sermos surpreendidos pela anulação do projeto, como ocorreu anteriormente.” Anchieta Centro/Iriri “O projeto CSU utiliza tecnologias novas para minimizar a contaminação do ar?” Mãe-Bá	1) Projeto de Engenharia Alinhado à Avaliação Ambiental Estratégica Desenvolvida pelo governo do Espírito Santo Responsável: Engenharia Vale 2) Estudo sobre a condição atmosférica da região que contempla: • Modelagem da Qualidade do Ar (atual e simulação com a CSU operando) Responsáveis: Ecosoft/Vale

Consulta Pública: Aconteceu em Outubro

Sob a coordenação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), foram realizadas em outubro Consultas Públicas ao Termo de Referência. De 13 a 16 de outubro, Anchieta, Guarapari, Piúma e Alfredo Chaves deram suas contribuições ao documento que orientará a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Próximos Passos: Reuniões Temáticas Esclarecimentos técnicos sobre os principais temas abordados no EIA

As reuniões serão divididas por temas. Haverá duas reuniões para cada tema em diferentes municípios. A CSU irá disponibilizar transporte intermunicipal para viabilizar a ida dos interessados em todas as reuniões.

DATAS	REUNIÃO TÉCNICA	APRESENTAÇÃO COMUNIDADE	APRESENTAÇÃO COMUNIDADE
período 11 A 17/JAN	GERAÇÃO TRABALHO E RENDA	-	-
período 8 A 24/JAN	ÁGUA	GERAÇÃO TRABALHO E RENDA (Anchieta)	GERAÇÃO TRABALHO E RENDA (Guarapari)
período 25 A 31/JAN	AR	ÁGUA (Anchieta)	ÁGUA (Alfredo Chaves)
período 01 A 07/FEV	-	-	-
período 08 A 14/FEV	-	-	-
período 15 A 21/FEV	FORNECEDORES LOCAIS	AR (Anchieta)	AR (Guarapari)
período 22 A 28/FEV	INFRAESTRUTURA #1 (IMPLANTAÇÃO)	-	CADEIA DE FORNECEDORES (Guarapari)
período 01 A 07/MAR	-	INFRAESTRUTURA #1 (Anchieta)	INFRAESTRUTURA #1 (Piúma)
período 08 A 14/MAR	INFRAESTRUTURA #2 (OPERAÇÃO)	INFRAESTRUTURA #2 (Guarapari)	INFRAESTRUTURA #2 (Anchieta)

As reuniões com comunidades de pesca e Chapada do A e Monteiro terão uma agenda separada e dedicada especialmente aos temas de interesse. As datas acima poderão sofrer alterações.

Fale com a CSU: faleconosco@siderurgicaubu.com

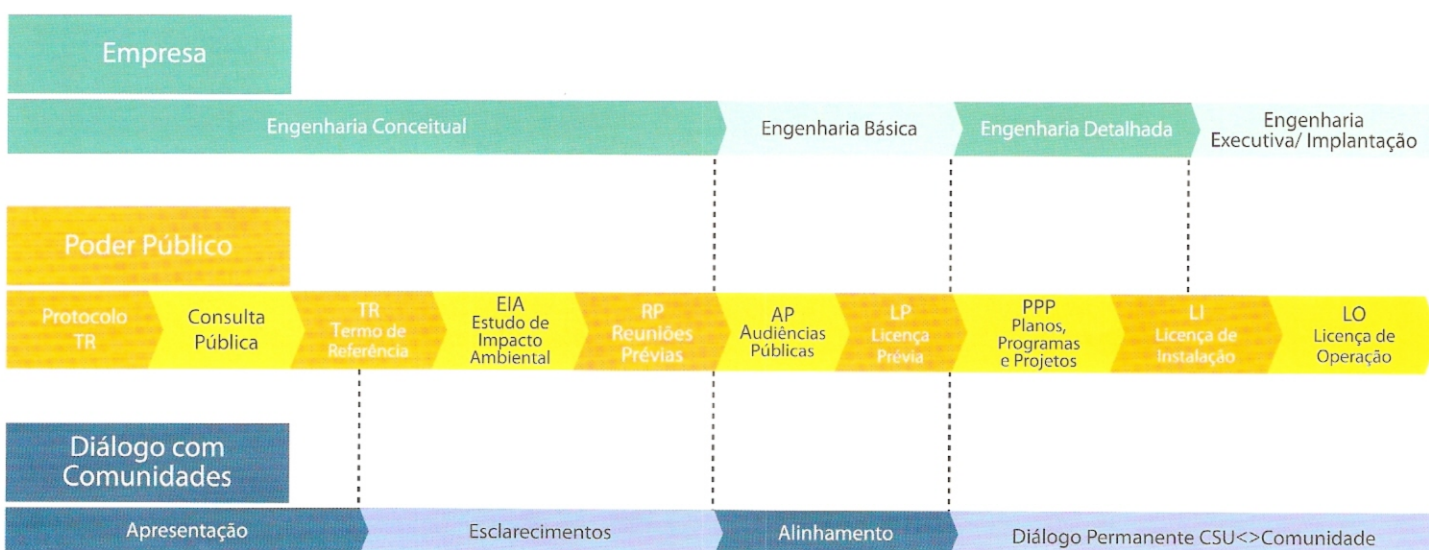
Diálogo social: Ponto forte entre CSU e comunidades

Período: de 9 de novembro a 20 de dezembro.

Desde agosto de 2009, a Vale está presente nos municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma e Alfredo Chaves para apresentar detalhes do projeto de implantação da Companhia Siderúrgica Ubu.

O nosso objetivo é manter um diálogo claro e direto, baseado no respeito às necessidades de todas as partes envolvidas, debatendo assuntos relevantes, esclarecendo dúvidas e apontando os efeitos do empreendimento para o desenvolvimento regional.

Nosso compromisso, além da integração completa entre empresa, comunidades locais e poder público, é também de divulgar as atividades deste diálogo social e seus resultados. Neste relatório, você encontra um balanço dos nossos encontros com os principais itens que foram discutidos.



Um Balanço do Nosso Diálogo

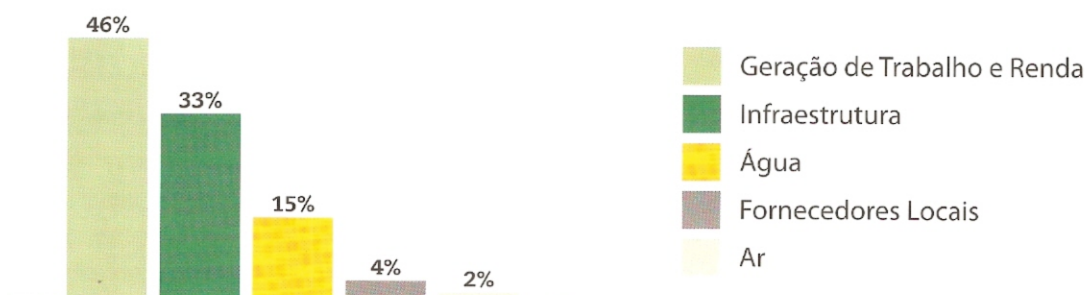
Reuniões com Comunidades (30)
Participantes (579)
Instituições Representadas (89)
Temas Abordados (22)
Consultas Públicas (4)
Participantes das Consultas Públicas (643)

Comunidades Participantes

Municípios	Bairros			
Anchieta	Iriri	Chapada do A	Condados	Porto Grande
Guarapari	Castelhanos	Mãe-Bá	Parati	Jabaquara
Piúma	Goembê	Monteiro	Recanto do Sol	Meaípe
Alfredo Chaves	Guanabara	Ubu	Belo Horizonte	

Os Temas Principais

Nas conversas com as comunidades, diversas questões foram levantadas. Para facilitar e destacar a importância de cada assunto, os questionamentos foram divididos por temas centrais, como mostra o gráfico a seguir.



POSIÇÃO CONTRÁRIA À INSTALAÇÃO DA SIDERÚRGICA DA VALE NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA

Somos contrários a esta instalação, com base nos seguintes argumentos:

1 – A população urbana do município de Anchieta, atualmente, não chega a 16 mil habitantes e não atinge o número de desempregado um total de 2.000 (dois mil). Desse modo, a expansão das usinas de pelletização e a exploração de petróleo e gás no nosso litoral são suficientes para criação dos empregos necessários a toda a região. Mais uma mega siderúrgica, o município e região não suportam. Imaginem nesse pequeno espaço territorial, e de número de habitantes, a vinda de aproximadamente 27 mil trabalhadores no pico de obra, conforme declarado pelo representante da Vale, visto que o projeto siderúrgico, pretendido para instalar em Anchieta, tem a mesma capacidade daquele que está sendo construído no Rio de Janeiro. Já observamos uma recorrente ocupação irregular em alguns bairros de municípios da região, por exemplo, na Guanabara/Anchieta, há uma nova localidade constituída de recentes ocupantes irregulares, que ocorrem numa média de 30 por dia. Também se registra um aumento no quadro da violência urbana, do tráfico de drogas e de prostituição, inclusive infantil. Esta última se agravará exponencialmente com a divulgação dos empregos (provisórios) que serão criados se a Siderúrgica for aprovada (milhares de trabalhadores se deslocaram para a região deixando suas esposas na área de origem).

2 – A nossa bacia hidrográfica do rio Benevente não comporta mais esta demanda. Inclusive a sua vazão não é suficiente para atender o crescimento populacional, quanto mais de uma indústria, cujo processo produtivo se apóia fundamentalmente em recursos hídricos, com é o caso do setor da siderurgia. A Avaliação Ambiental Estratégica Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta/ES assim expressa sobre a incapacidade de nossa bacia para projetos dessa natureza (p. 307-308).

A posição contrária do Governador desse Estado, em relação ao projeto da Siderúrgica da Baosteel/Vale, teve como base esta avaliação, o fator limitante da nossa bacia hidrográfica, que é insuficiente para suprir as necessidades previstas com o aumento de população do município nos próximos anos (A Gazeta, 27/11/2008). O gasto de 1.800 m³ por hora, previsto nessa primeira etapa, aumentará ainda mais essa insuficiência. Ou seja, logo haverá falta d'água para abastecer o consumo de água potável para nossa população. E isso será ainda mais grave na fase de sua expansão.

3 – Uma outra justificativa do governo, para negar a instalação do projeto da Siderúrgica da Baosteel/Vale, foi o nível de contaminação de nosso ar atmosférico, provocado pelas usinas de pelletização da Samarco – contaminação do ar nos limites máximos permitidos por lei com danos irreversíveis na saúde da população anchietense, especialmente naquela que reside no seu entorno, causando doenças alérgicas e pulmonares, tais como asma e bronquite, por respirar e inalar material particulado e outros poluentes dispersos em nossa atmosfera. Essa posição do governo se baseou na mesma Avaliação Ambiental

Estratégica Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta/ES, onde contém a seguinte assertiva, indicando não recomendável sua instalação em Ubu (p. 306).

4 – Comunidades tradicionais do município de Anchieta serão afetadas, ou pior desaparecidas, caso o projeto da Siderúrgica da Vale venha ser implantado. Estamos nos referindo especialmente à comunidade da Chapada do Á, cujos habitantes são os últimos descendentes da aldeia indígena encontrada pelos jesuítas (em torno de 9.000 indivíduos), que foi dizimada pelo processo de colonização portuguesa. Além desta, há a comunidade de Monteiro e de Belo Horizonte que serão seriamente prejudicadas.

5 – O impacto que o complexo industrial instalado em Anchieta (Samarco e Petrobras) tem sobre nossas áreas de preservação ambiental - Estação Ecológica Papagaios e APA da Guanabara (além do Monte Urubu) visivelmente afetadas com a instalação dos minerodutos e gasodutos, além dos terminais marítimos -, será elevado grandemente caso a Siderúrgica da Vale venha se instalar nessa região (que traz juntamente um Mega Porto e a Variante Ferroviária Litorânea Sul).

6 - O atual projeto da Vale não difere substancialmente daquele da Siderúrgica Vale-Baosteel, cuja instalação foi negada pelo governo do Estado no final de 2008; ao contrário, afora a maquiagem, o projeto é idêntico, ao observarmos que

6.1 - a Vale se apresenta como única responsável pela iniciativa, mas não descarta a busca de parceiros para o empreendimento (que poderá ser a própria Baosteel);

6.2 – o projeto da Vale prevê, como o da Baosteel, na primeira fase, uma capacidade produtiva de 5.000 milhões de toneladas ao ano, o que não nega que numa segunda fase crescerá sua capacidade para mais 5.000 milhões;

6.3 – usará a mesma fonte de água no seu processo produtivo: os insuficientes recursos hídricos da bacia de Benevente;

6.4 – com toda a tecnologia moderna (maquiagem do novo projeto), a Siderúrgica impactará gravemente o meio ambiente, especialmente o ar que respiramos e nossos recursos hídricos, sem falar dos resíduos que serão depositados no mar, de acordo com o projeto apresentado em reuniões públicas.

6.7 – O número de trabalhadores sem qualificação que imigrará para Anchieta, com a divulgação na mídia dos 18 mil empregos também não difere, igualmente, quanto a seus impactos sociais já enunciados anteriormente.

Desse modo, reafirmamos nossa posição contrária à instalação desse mega empreendimento nessa região.

Diretoria do GAMA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)